



Portimão
Cidade Centenária
1924 - 2024

Histórias que o Rio nos Traz

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO

Museu de Portimão





Portimão
Cidade Centenária
1924 - 2024



Histórias que o Rio nos Traz

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO

Museu de Portimão 2024

In memoriam

Frank Reinhardt

Fernanda Neves

Vidaul Martins

Rafael Pral

Helmut Kerstin

Dieter Hoehlnle

Ficha Técnica

Exposição

Organização e Produção:

Câmara Municipal de Portimão
Museu de Portimão

Coordenação Geral

Dora Pereira (CMP)
Isabel Soares (Museu de Portimão/DMP – CMP)
José Gameiro (Museu de Portimão – CMP)

Comissariado-geral

Vera Teixeira de Freitas (Museu de Portimão/DMP – CMP;
UNIARQ – FL, Univ. Lisboa)
Isabel Soares
José Gameiro

Comissão Executiva

Vera Teixeira de Freitas
Isabel Soares
António Pereira (Museu de Portimão/DMP – CMP)

Comissão Científica

André Teixeira (Departamento de História, CHAM – FCSH,
Univ. NOVA de Lisboa)
Carlos Pereira (Univ. Complutense de Madrid)
Cristóvão Fonseca (CNANS – Património Cultural, I.P.;
CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa)
Frederico Tatá Regala (CCDR Algarve, I.P.)
Isabel Soares
Pedro Barros (UNIARQ – FL, Univ. Lisboa)
Rui Parreira (GAMP)
Vera Teixeira de Freitas

Membros da Associação Projeto IPSIIS

António Costa
António Duarte
Bruno Engeitado
Caetano Rogério
Dieter Hoehlnle
Edgar Rosário
Emanuel Soares
Eurico Cardoso
Fausto Mangas
Fernanda Neves
Frank Reinhardt
Helmut Kerstin
Jorge Vicente
José Costa
José de Sousa
Luís Fernandes
Manuel André
Manuel Martins
Nuno Alves
Paula Sousa
Paulo Gramacho
Paulo Viegas
Peter Geipel

Rafael Pral
Rui Franco
Sherry Hughes
Vídau Martins

Apoio Museográfico e Técnico

Ana Alexandre
António Maurício
António Pereira
Gisela Gameiro
Hugo Brito
Paula Sousa
Rui Nicolau
Vasco Diniz

Comunicação

Andreia Poucochinho

Conservação e Restauro

Andreia Romão
Paula Sousa
Vitor Novais

Inventário

Ana Alexandre
Lurdes Pacheco
Paula Sousa
Vera Teixeira de Freitas

Museografia

Atelier de design João Borges

Ilustrações

Spiceship Studios
Direção de Arte: Pedro Mota Teixeira
Ilustração: Pedro Mota Teixeira e Sara Bairinhas
Estagiária: Júlia Leite

Vídeo

Spiceship studios
Direção de Arte: Pedro Mota Teixeira
Ilustração: Pedro Mota Teixeira e Sara Bairinhas
Estagiária: Júlia Leite
Animação: Pedro Mota Teixeira, António Ferreira e André Branco

Créditos Fotográficos

Centro de Documentação e Arquivo Histórico do Museu de Portimão
Filipe Palma (DICM- CMP)
Bruno Fonseca

Créditos Audiovisuais

Jornal Público
Jornal Sul Informação

Tradução

Isabel Maria Veloso dos Reis

Catálogo

Editor científico

Vera Teixeira de Freitas

Coordenação da edição

Dora Pereira
Isabel Soares
José Gameiro
Vera Teixeira de Freitas

Entidade editora

Câmara Municipal de Portimão – Museu de Portimão/DMP

Autores

Alberto Canto (Univ. Autónoma de Madrid)
Alicia Arévalo González (Facultad de Filosofía y Letras, Univ. Cádiz)
Ana Costa (LARC – Património Cultural, I.P.)
André Teixeira (Departamento de História, CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa)
António Costa Canas (Escola Naval da Marinha)
Carlos Fabião (UNIARQ – FL, Univ. Lisboa)
Carlos Pereira (Univ. Complutense de Madrid)
Cristóvão Fonseca (CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa)
Elena Moreno Pulido (Facultad de Filosofía y Letras, Univ. Cádiz)
Gonçalo C. Lopes (CEAACP, Universidade do Algarve; CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa)
Isabel Soares (Museu de Portimão/DMP – CMP)
Joana Bento Torres (CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa)
José Bettencourt (CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa)
José Sousa (Associação Projecto IPSIIS)
Lurdes Pacheco (Museu de Portimão/DMP – CMP)
Maria da Conceição Freitas (IDL – FC, Univ. Lisboa)
Mário Jorge Barroca (CITCEM, FL, Univ. do Porto)
Patrícia Ramos (Museu de Portimão/DMP – CMP)
Pedro Barros (UNIARQ – FL, Univ. Lisboa)
Rodrigo Banha da Silva (CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa)
Rui Parreira (GAMP)
Tiago Gil Curado (CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa)
Vera Teixeira de Freitas (Museu de Portimão/DMP – CMP; UNIARQ – FL, Univ. Lisboa)

Fichas de catálogo

Joana Bento Torres – peças C425, C426, Y826 (*Navegação e construção naval*).
Carlos Pereira – peça Y738 (*Memórias sagradas do rio*).
Comissariado científico – peças restantes, exceto os conjuntos de peças integrados nos artigos de autor.

Fotografias

Museus e Monumentos de Portugal – Arquivo de Documentação
Fotográfica/FS
Coordenação: Alexandra Encarnação
Fotógrafo: José Paulo Ruas,
Inventariação: Tânia Olim

Revisão de texto

Vera Teixeira de Freitas

Ilustrações

Spiceship Studios
Direção de Arte: Pedro Mota Teixeira
Ilustração: Pedro Mota Teixeira e Sara Bairinhas
Estagiária: Júlia Leite

Agradecimentos

Ana Sofia Antunes (UNIARQ – FL, Univ. Lisboa)
Bruno Fonseca
Filipe Palma (DICM – CMP)
Jornal Público

Design gráfico

Sersilito – Empresa Gráfica Lda.

Impressão e acabamento

Sersilito – Empresa Gráfica Lda.

Tiragem

500 exemplares

ISBN

978-989-8376-08-4

Depósito legal

536802/24

Ficha de catálogo:

N.º inventário

Designação

Material

Local de cunhagem*

Cronologia

Dimensões (cm, gr)

Eixo*

Local do achado

Achador

Anv. /Ver.*

Descrição/Enquadramento

Bibliografia

* no caso de se tratar de numismas

Índice

- 11 Prefácio
- 13 Contar as “Histórias que o rio nos traz”
José Gameiro

De objetos perdidos a peças que nos contam histórias

- 21 O rio Arade como repositório de Património Cultural Arqueológico Marítimo e Subaquático
Pedro Barros, Cristóvão Fonseca
- 27 A história recente do rio Arade – uma história com 12000 anos
Ana Maria Costa, Maria da Conceição Freitas
- 31 De IPSIIS a DETDA – Prospecção com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor
Vera Teixeira de Freitas, Isabel Soares, José de Sousa
- 37 Detectores de metais e Arqueologia, uma relação difícil
Carlos Fabião

Navegação e construção naval

- 41 Navegar, fundear e naufragar no rio Arade
Cristóvão Fonseca, José Bettencourt, Gonçalo C. Lopes
- 55 Instrumentos e técnicas de navegação
António Costa Canas

Um porto aberto ao mundo

- 67 Portimão – Um porto aberto ao mundo
André Teixeira, Joana Bento Torres
- 77 O comércio e a fiscalidade dos panos em Portimão: os selos de chumbo
Rodrigo Banha da Silva, José de Sousa
- 89 Portimão – Duas Matrizes Sigilares
Mário Jorge Barroca
- 93 Las monedas islámicas del río Arade
Alberto J. Canto García
- 99 Una muestra de monedas antiguas recuperadas en los depósitos de dragados del río Arade. Testimonio del tránsito de personas y mercancías
Elena Moreno-Pulido, Alicia Arévalo-González
- 123 Etiquetas de chumbo do rio Arade: Evidências da atividade comercial em época romana
Vera Teixeira de Freitas, Carlos Fabião

137 Comércio portuário em época romana

Carlos Pereira

141 Entre o início do 3.º e o final do 2.º milénio a.n.e.: Intercâmbio portuário no Calcolítico e na Idade do Bronze

Rui Parreira

Defender e vigiar o porto**147 Guerra e fortificação na foz do Arade nas épocas medieval e moderna**

André Teixeira, Joana Bento Torres, Cristóvão Fonseca

161 Os projéteis de artilharia da época moderna

Gonçalo C. Lopes

165 Defesa litoral na Antiguidade

Carlos Pereira

Vida quotidiana nas zonas ribeirinhas**169 A vida quotidiana em Portimão nos séculos XV-XVIII**

Joana Bento Torres, André Teixeira

181 Portimão: uma cidade portuária e ribeirinha na época romana

Carlos Pereira

191 Ferramentas Calcolíticas/Idade do Bronze

Rui Parreira

Memórias sagradas do rio**195 A procissão de Santa Catarina e as faces do sagrado no rio Arade**

Ana Ramos, Lurdes Pacheco

209 Elementos do sagrado da época romana

Carlos Pereira

217 Memórias sagradas na Idade do Ferro

Vera Teixeira de Freitas

221 Memórias sagradas na Idade do Bronze Final

Rui Parreira

Prefácio

É com orgulho e satisfação que a Câmara Municipal de Portimão se associou ao projeto “Histórias que o Rio nos Traz”, que atesta a profunda ligação entre o rio Arade e o percurso milenar da nossa região.

Desde tempos imemoriais, o rio Arade serviu como uma via vital entre o litoral e o interior algarvio, sendo crucial para o crescimento e desenvolvimento de Portimão enquanto povoação portuária.

Ao longo dos séculos, a navegação no Arade enfrentou desafios, como o assoreamento, que exigiu dragagens extensivas. Embora necessária para garantir a navegabilidade e a segurança das embarcações, essa intervenção resultou na destruição de contextos arqueológicos submersos. No entanto, os sedimentos dragados revelaram um tesouro de objetos históricos que, de outra forma, permaneceriam esquecidos.

Graças à dedicação da Associação Projeto IPSIIS e à parceria com o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, o Museu de Portimão pôde desenvolver o projeto de

investigação DETDA – Prospecção com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor, redundando na recuperação e preservação de bens arqueológicos descontextualizados, salvaguardando assim que fragmentos importantes do passado não tivessem sido perdidos para sempre.

Como consequência desse trabalho, “Histórias que o Rio nos Traz” propõe uma narrativa visual fascinante através das atividades navais, defesa do porto, vida ribeirinha e memórias sagradas o rio Arade, reforçada por ilustrações detalhadas, facilitando a compreensão do seu contexto histórico.

Este projeto não seria possível sem o empenho e a colaboração da sociedade civil, juntamente com universidades e centros de investigação nacionais e internacionais, e exemplifica o poder da comunidade na defesa do seu legado histórico, o que o transforma em referência incontornável no tocante à preservação e valorização do nosso património cultural, a pensar nas gerações vindouras.



Álvaro Bila

Presidente da Câmara Municipal de Portimão

Contar as “Histórias que o rio nos traz”

José Gameiro¹



Fig. 1 – Portimão e o estuário do rio Arade. Foto Bruno Fonseca

Lugar de investimento científico, cultural e identitário da sociedade e do seu território, o Museu de Portimão prossegue com esta exposição temporária “HISTÓRIAS QUE O RIO NOS TRAZ”, a sua missão como espaço de investigação, pólo agregador do relacionamento com a sua comunidade e centro difusor da continuidade histórica milenar, da sua envolvente humana e geográfica.

Desde sempre, da pré-história aos nossos dias, esta realidade marítimo-fluvial potenciou o rio Arade como uma direta e eficaz “estrada” de navegabilidade, entre o litoral e o interior algarvio, constituindo uma área portuária segura e uma via de comunicação naval.

Por este rio chegaram e partiram influências culturais, confrontos e cruzamentos civilizacionais, desenvolveu-se uma diversificada rede de intercâmbios comerciais, industriais e tecnológicos, com os povos da Antiguidade, da Bacia do Mediterrâneo, do Norte de África e da Europa, num percurso

histórico decisivo no moldar da diversidade e na transformação de sistemas de vida, transmissão de saberes e partilha de conhecimentos.

O seu progressivo assoreamento obrigou, ao longo das últimas décadas, a sucessivas dragagens de sedimentos, areias e lodos, posteriormente depositados nas praias, nos quais se incluíam os milhares de objetos e vestígios arqueológicos, testemunhos da ocupação desta região, igualmente dispersos pelo extenso areal, fora do seu contexto subaquático original, em condições de grande fragilidade e apresentando elevados níveis de fragmentação.

Ao longo dos anos, nos vários depósitos dos materiais dragados, muitos desses objetos foram sendo recolhidos por numerosos populares, tendo-se generalizado a utilização dos detetores de metais, obviamente mais direcionados para a pesquisa e recolha das peças de composição metálica, situação que provocou a necessidade de um enquadramento mais

¹ Diretor Científico. Museu de Portimão.



Fig. 2 – Exposição “Histórias que o rio nos traz”. Foto José Gameiro

direcionado para a sua salvaguarda, conservação e posterior divulgação.

Nesse sentido, e na sequência da reformulação de um projeto iniciado em 2000, surge, em 2014 um novo projeto pioneiro a nível nacional, entre o Museu de Portimão e a Associação Projecto IPSIIS, designado “DETA-Prospeção com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor”, constituindo-se o Museu como o local de proximidade, entrega e receção da totalidade do espólio recolhido, sob a direção das suas arqueólogas Vera Teixeira de Freitas e Isabel Soares.

Do grupo de voluntários da Associação Projecto IPSIIS, dedicados à prospeção com detetores de metais, será de destacar entre outros, o mérito e o contributo de José de Sousa, Alberto Machado, Paulo Viegas, Eurico Cardoso e Frank Reinhardt.

Com esta exposição pretende-se apresentar um balanço da investigação científica produzida por uma vasta equipa, no âmbito deste projeto, acentuando a perceção do rio Arade como um repositório de património e a valorização dos vestígios daí provenientes.

A diversidade de relações inter-culturais e territoriais estabelecidas ao longo do tempo, as suas dinâmicas e o impacto no desenvolvimento das vivências das populações que habitaram e cruzaram a região, são as temáticas desenvolvidas no âmbito desta exposição.

De igual forma, considerando que as peças expostas são fruto da participação da Associação Projecto IPSIIS, como o único grupo autorizado a desenvolver no País, a sua atividade de deteção e prospeção neste contexto de interação e de relacionamento com uma entidade museológica, integrada na Rede Portuguesa de Museus (RPM), pretende-se estimular a inclusão, formação e envolvimento da comunidade na recuperação, proteção e valorização do seu património cultural, salientando a relevância cívica do seu envolvimento.

O conceito museográfico

A concepção museográfica desta exposição organiza e distribui a multiplicidade cronológica e histórica deste vasto espólio, por seis diferentes núcleos temáticos:

- 1 – “DE OBJECTOS PERDIDOS A PEÇAS QUE NOS CONTAM HISTÓRIAS”;
- 2 – “NAVEGAÇÃO E CONSTRUÇÃO NAVAL”;
- 3 – “UM PORTO ABERTO AO MUNDO”;
- 4 – “DEFENDER E VIGIAR O PORTO”;
- 5 – “A VIDA RIBEIRINHA”;
- 6 – “MEMÓRIAS SAGRADAS DO RIO”.

Procura-se, deste modo, estabelecer uma associação entre as peças, as suas características utilitárias, funcionais e as vivências que estas evocam, privilegiando abordagens interdisciplinares relativas à história e ao património cultural, de modo a promover uma melhor e mais direta acessibilidade cultural e conexão interpretativa, por parte dos seus visitantes.

O percurso museográfico, apoiado por uma narrativa bilingue (PT e EN), é definido por um conjunto de módulos e painéis expositivos relacionados com os referidos seis núcleos temáticos nos quais, para além da identificação das peças arqueológicas, se integram imagens e ilustrações de grande formato, exemplificando e clarificando visualmente as situações do uso quotidiano das peças expostas, estabelecendo um diálogo mais óbvio e direto, entre a diversidade dos objetos expostos, os seus contextos históricos, a sua funcionalidade, o seu significado cultural, simbólico e social na vida diária das diferentes comunidades locais, ao longo dos tempos.

O filme-documentário “Os misteriosos barcos do rio Arade”, realizado por Helder Mendes durante as dragagens de 1970, os vídeos “O Arade como repositório do património” e “O Arade depois da Idade do Gelo”, reforçam e acrescentam

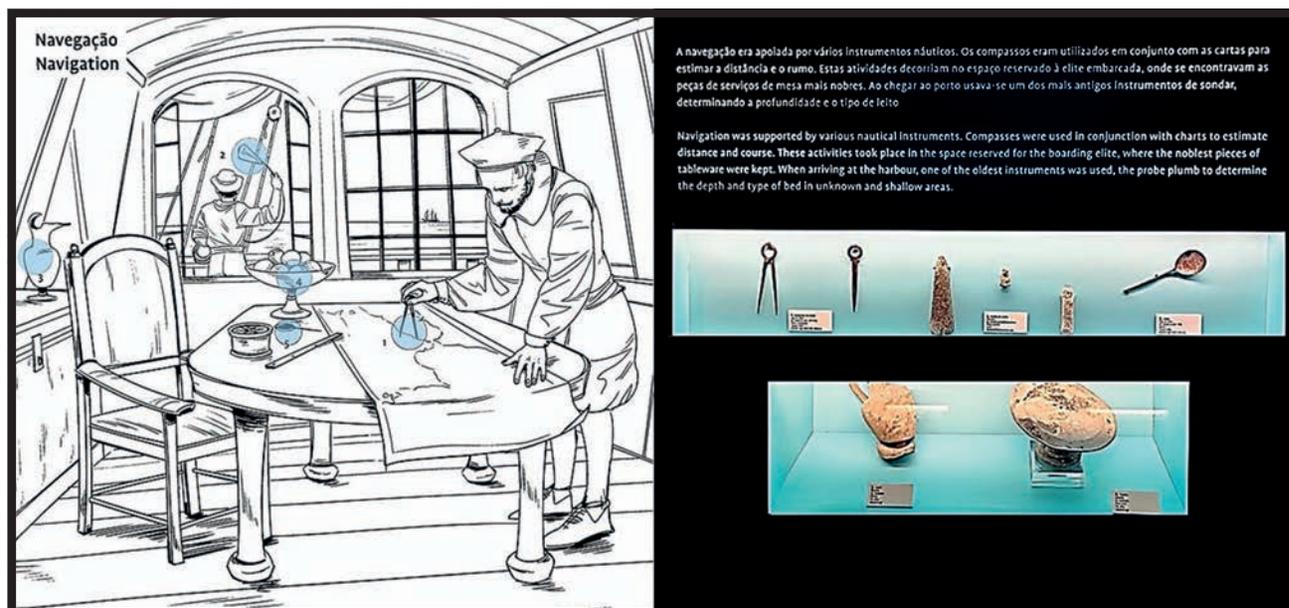


Fig. 3 – Núcleo temático: "Navegação". Foto José Gameiro



Fig. 4 – Exposição "Histórias que o rio nos traz". Foto José Gameiro

complementaridade ao esclarecimento sobre a importância histórica, ambiental e morfológica do Arade.

Como motivação adicional para o público, é proposto à entrada da exposição, um jogo *quizz* digital, no qual são mostradas algumas das peças expostas, desafiando-os a adivinhar a sua função e a confirmar a sua resposta durante a visita à exposição.

Deste modo, o conceito museológico desta exposição pretende integrar-se no âmbito dos objetivos da missão e vocação do museu, designadamente:

- Cumprir a sua função como estrutura de mediação científica e cultural para investigar, conservar, interpretar, divulgar e valorizar os testemunhos materiais mais relevantes da história, do património, do território e identidade das comunidades locais na sua interação com o mundo;
- Inclusão da comunidade local na participação, desenvolvimento e promoção de atividades museológicas em



Fig. 5 – Jogo-Quizz para participação do visitante. Foto Rui Nicolau



De objectos perdidos a peças que nos contam histórias
From lost objects to pieces that tell us stories

O Arado depois da Idade do Gelo The Arado after the Ice Age

A partir dos vestígios do passado, é possível reconstruir e compreender a transformação de todos os grupos humanos (geoeconómicos) e a relação entre os locais por eles frequentados e os equipamentos usados em terra, enterrados e submersos (arqueologia marítima), sobretudo à navegação. Enquanto a navegação e o progresso aproximaram os povos do mundo, nos últimos 100 anos foi necessário adaptar o porto e degajar o leito do rio para garantir a navegabilidade e a segurança das embarcações. Estas obras implicaram uma profunda alteração do leito e da estrutura de contextos arqueológicos preservados no fundo estuarino, sem que à época existissem estratégias medidas de salvaguarda do Património Cultural submerso.

From the remains of the past, it is possible to reconstruct and understand the transformation of the environment by human groups (geoeconomic) and the relationship between the places they frequented and the equipment used on land, interred and submerged (marine archaeology). Since the Middle Ages, the transformation of the territory and the progressive drying up of the Arado has created obstacles to navigation. While since then its centrality, particularly given its port, has been maintained, over the last 100 years, the port has had to be adapted and the riverbed dredged to ensure the navigability and safety of boats. These works entailed a profound alteration of the seabed and the destruction of archaeological contexts preserved on the estuarine bottom, without any measures to safeguard the submerged Cultural Heritage having been considered at the time.

Fig. 6 – Núcleo temático: De Objetos Perdidos a Peças que nos contam Histórias. Foto José Gameiro

contextos culturais e cívicos, contribuindo para a melhoria da qualidade, produção de conhecimento e acessibilidade dos serviços públicos prestados.

Um agradecimento muito especial ao trabalho de investigação e conservação destes últimos 10 anos, realizado pela equipa do Museu de Portimão e ao estudo desenvolvido pelos comissários científicos: André Teixeira do Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Carlos Pereira da Universidade Complutense de Madrid, Cristovão Fonseca do CNANS, Frederico Tatá

da Unidade de Cultura CCDR Algarve, Pedro Barros do Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa UNIARQ e Rui Parreira do Grupo de Amigos do Museu de Portimão, sem os quais esta exposição não seria possível.

Com o apoio do Programa ProMuseus da RPM, à candidatura apresentada pelo Museu de Portimão, estas "HISTÓRIAS QUE O RIO NOS TRAZ", revestem-se de particular especificidade pelas suas características inovadoras, construídas a partir desse autêntico e riquíssimo arquivo do nosso património náutico e subaquático, o rio Arade, que importa continuar a conhecer, investigar, proteger e valorizar.

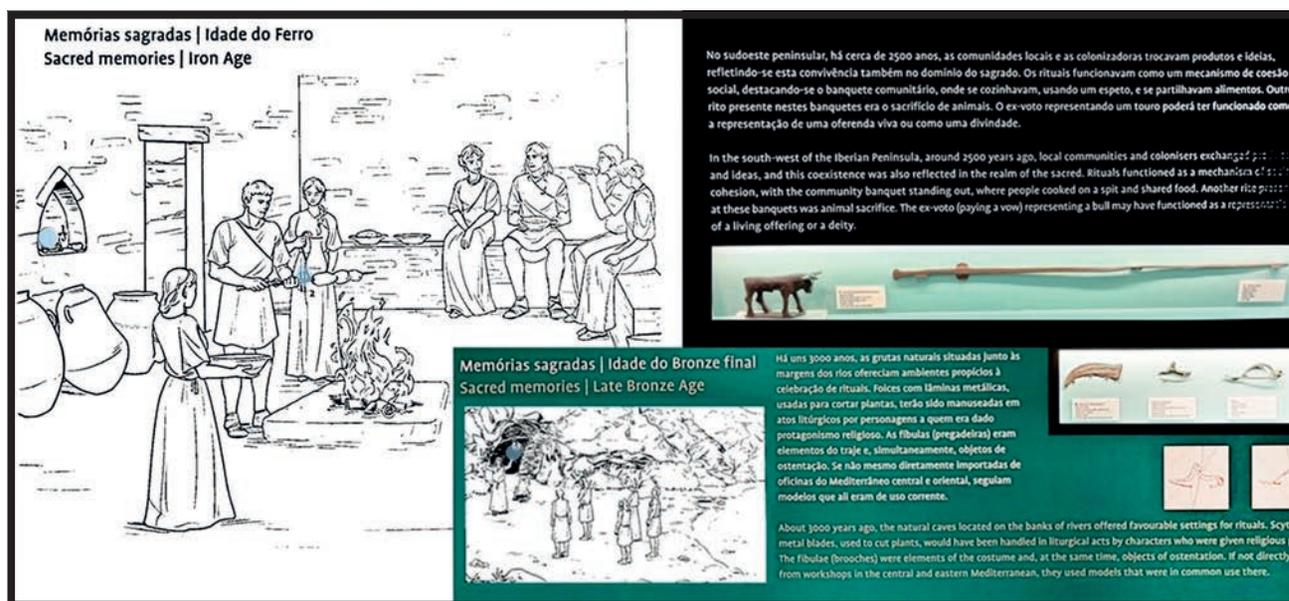


Fig. 7 – Núcleo temático “Memórias do Sagrado”. Foto José Gameiro



De objetos perdidos
a peças que nos
contam histórias



O rio Arade como repositório de Património Cultural Arqueológico Marítimo e Subaquático

Pedro Barros¹, Cristóvão Fonseca²

Os vestígios arqueológicos destruídos pelas dragagens em 1970 confirmaram a relevância histórica do rio Arade, possibilitando também, a primeira observação direta de sítios históricos de naufrágio por mergulhadores. Mas, só passados vinte anos é que se promoveram as primeiras políticas públicas de gestão, salvaguarda e investigação do Património Cultural Arqueológico Marítimo e Subaquático, que permitiram identificar um conjunto significativo de sítios arqueológicos. Os naufrágios e fundeadouros registados, alguns remontando à antiguidade clássica, confirmam o estuário do rio Arade como um importante complexo portuário milenar que urge preservar, investigar e valorizar.

O estuário do rio Arade tinha condições naturais de abrigo e fundeadouro que permitia a entrada de grandes embarcações. Era uma importante via de comunicação entre o litoral e o interior e, como tal, contribuiu para a fixação da população desde a pré-história, nas suas margens e nas grutas junto ao rio. Em época romana, instalaram-se as fábricas que produziam preparados de peixe para todo o império romano. Em época islâmica, além de referências documentais a uma batalha naval, chegavam navios vindos do Mediterrâneo Oriental e do Norte de África.

Já em época moderna, o progressivo assoreamento do rio conduziu ao decréscimo da relevância de *Xelb/Silves* em detrimento da afirmação de Vila Nova de Portimão. O porto floresceu com as inúmeras atividades associadas à pesca, à transformação e comercialização de produtos do rio e do mar, alguns de proveniências longínquas, mas também os que vinham do interior, como figos, frutos secos, cortiça de Silves e madeiras de Monchique.

Pouco antes da época contemporânea, com o terramoto de 1755, a linha de costa e a entrada da barra alteraram-se. A partir do século XIX, houve uma ainda maior sedimentação dos canais de acesso ao porto, resultando numa constante insegurança na navegação, desadequada às exigências portuárias da época contemporânea. Tal justificou várias obras durante o século XX. Alguns exemplos da adaptação a estas necessidades do Porto de Portimão são a construção dos molhes de proteção da barra, do porto comercial e de pesca, bem como de um canal de navegação que teve de ser executado através de profundas e extensas dragagens no fundo do rio.

São assim muitos os testemunhos, sítios e vestígios arqueológicos, que nos contam todas estas histórias, histórias

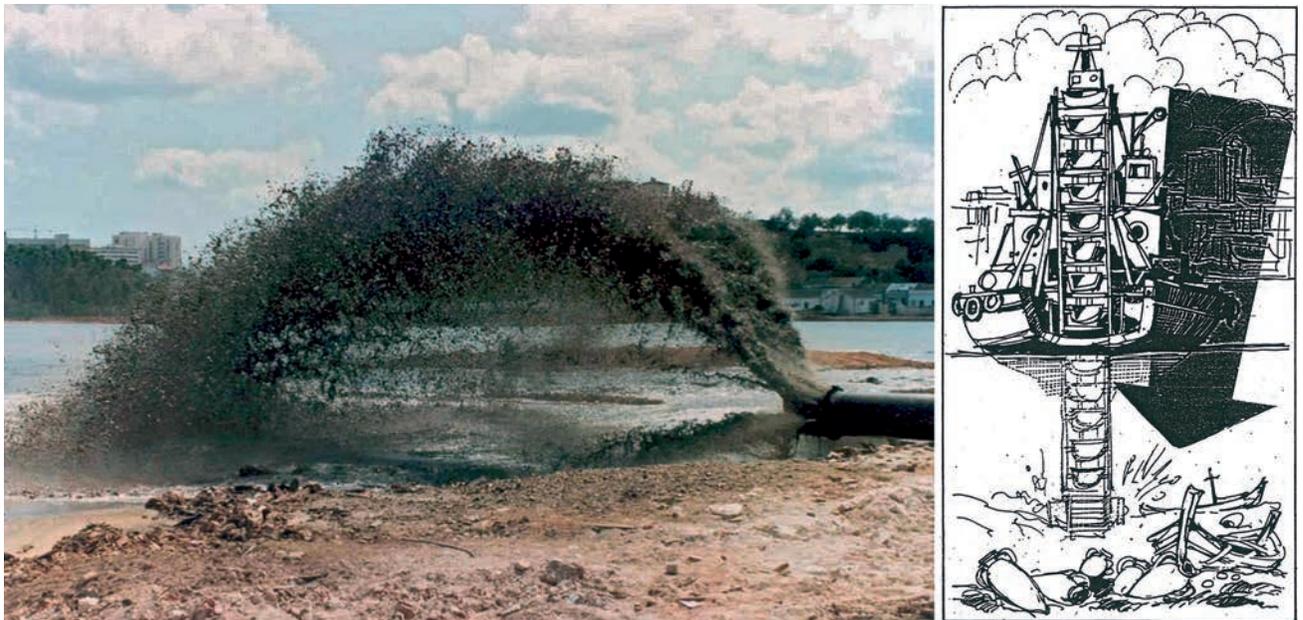


Fig. 1 – Saída de draga a expulsar sedimentos dispersando vestígios arqueológicos pelas margens (CNANS) e pelo fundo do rio e imaginário “do que acontece no fundo do rio Arade quando a draga «vasculha» o fundo. As preciosidades (...) são positivamente trituradas fazendo-se em fânicos aquilo que ainda era possível recuperar” (Amaro, 1983).

¹ UNIARQ Centro de Arqueologia FCUL / pedrobarros@gmail.com

² CHAM-NOVA-FCSH / cristovaofonseca@fcsh.unl.pt

essas que se encontram depositadas no fundo do rio e que nos revelam não só estas, como muitas outras histórias.

Neste território da bacia hidrográfica do rio Arade as atividades de exploração protagonizadas pela ocupação humana ao longo dos tempos, resultaram num contínuo assoreamento das margens e do rio. Esta sedimentação é em boa parte resultado da desflorestação ou da adaptação do estuário do rio Arade ao desenvolvimento da cidade de Portimão, em particular às referidas necessidades portuárias e à navegabilidade em segurança do rio, que provocaram alterações profundas e destrutivas do meio físico.

A intensidade e o volume das dragagens (Fig. 1) executadas desde a década de 1960, tiveram um grande impacto sobre o património arqueológico preservado nos sedimentos do leito do rio Arade. Em alguns locais, as dragas criaram um talude vertical com mais de sete metros de altura, maior do que a altura dos depósitos de inertes colocados ao longo das margens e que fizeram parte da paisagem do rio, de Ferragudo e de Portimão até ao século XXI.

Entre a década de 1960 e a década de 1980, a salvaguarda do Património Cultural Arqueológico Marítimo e Subaquático não era uma prioridade e, 50 anos depois, ainda há repercussões do impacto dessas dragagens. Novos vestígios arqueológicos surgem debaixo de água e artefactos são encontrados fora do seu contexto original, nas margens do rio e nas praias onde foram colocados os sedimentos provenientes do fundo do rio. Estas dragagens levaram à perda irreversível da nossa história.

A investigação arqueológica da ocupação humana existente nas margens do rio Arade começou a ser mais sistemática desde os finais do século XIX (Veiga, 1886-1891 e Vasconcellos, 1918), mas a perceção do rio Arade como repositório de informação histórica-arqueológica, nomeadamente marítima e subaquática, ocorre a partir de 1970 quando mergulhadores

recreativos veem pela primeira vez vestígios arqueológicos subaquáticos (Fig. 2) expostos e afetados pelas dragas (Amaro, 1983; Alves, 1999). Na década de 1980, a importância do rio Arade como repositório de Património Cultural foi reforçada quando se registou a destruição de outras embarcações, tendo inclusive, resultado em protestos públicos pela comunidade local.

Nesta altura, também foram inúmeras as evidências arqueológicas encontradas nos dragados depositados nas praias. Estas evidências foram recolhidas e deram origem a várias coleções particulares de artefactos, como por exemplo a que hoje se pode observar exposta enquanto objeto decorativo no bar *Porta Velha*, em Portimão.

Algumas pessoas, colecionadores e interessados que reconheceram o valor científico e patrimonial destes bens arqueológicos, tornaram as coleções públicas junto da comunidade e em meios de imprensa (Fig. 3), como Manuel Bentes (Bentes, 1980) e António Cabrita (Franqueira, 1990; Coelho, 1996; Palma e Eusébio, 1997; Palma, 2001). Outros partilharam a informação com arqueólogos e/ou doaram os bens a instituições museológicas (Silva, Coelho-Soares, Soares, 1987; Gomes, Cardoso, Alves, 1995), como a “Doação Francisco Reiner”, depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Diogo, Cardoso, Reiner, 2000) e que se encontra à guarda do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS).

Neste contexto particular merece destaque a criação do Centro de Atividades Subaquáticas do Algarve (CASA), que desde a década de 1980 colaborou na recuperação de artefactos arqueológicos subaquáticos no rio Arade com a Comissão Instaladora do Museu de Portimão e com a Unidade de Arqueologia Naval e Subaquática do Museu Nacional de Arqueologia³. Mais tarde, alguns destes elementos formaram o Grupo de Estudos Oceânicos (GEO) que, desde então, colaborou de forma protocolada com o CNANS na salvaguarda e nos projetos de investigação sobre o Património Cultural Arqueológico Marítimo e Subaquático do rio Arade.

Destaque-se também a criação do Projeto IPSIIS, que em 1999 idealizou um projeto para recuperar o excepcional espólio que se encontrava nas margens do rio Arade e nas praias dos concelhos de Portimão e Lagoa, onde foram colocados os depósitos de areia (Machado, Sousa, 2005). Assumindo-se deste modo, todo o potencial conhecimento científico que se terá perdido quando os materiais foram “arrancados” do seu contexto primário.

Numa primeira fase, entre 2000 e 2011, com o Instituto Português de Arqueologia (IPA) até ao final de 2006 e depois com o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), este trabalho foi integrado no programa de atividades do CNANS, sediado em Lisboa. Neste estava implícita a recolha de objetos e de peças “com significativo valor histórico-arqueológico” que, de outro modo, seriam negligenciados/perdidos. Na coordenação do CNANS, feita no terreno sobretudo por Alberto Machado do GEO, competia definir os termos de registo, a coordenação com a Capitania do Porto de Portimão e a responsabilidade dos colaboradores (que assinavam “compromissos de honra”), bem como o acompanhamento, a “recolha dos artefactos”, a peritagem, a conservação e estabelecer os “fiéis depositários”, como José Sousa e Frank Reinhardt. Mais tarde é incluída a necessidade de inventariar os bens arqueológicos e solicita-se aos colaboradores que, para além do preenchimento de fichas (Achados, Missão, entre outras), indiquem a localização georreferenciada de cada peça

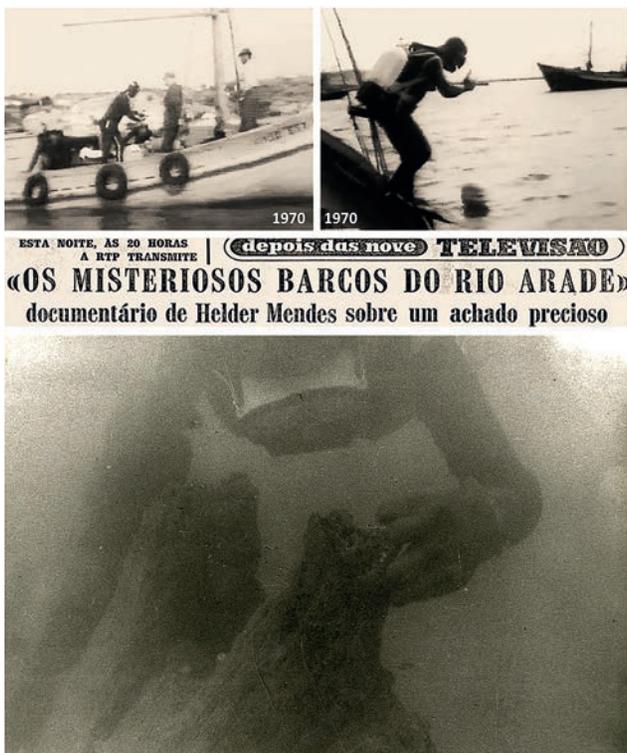


Fig. 2 – Notícia da descoberta de embarcações e excertos do documentário televisivo “Os misteriosos barcos do Arade” de Hélder Mendes (1970).

3 Informação da página de internet do G.E.O. – Grupo de Estudos Oceânicos: <https://geoceanicos.wordpress.com/>



Fig. 3 – Coleção particular de António Cabrita (Palma, 2001) e algumas peças arqueológicas doadas nas instalações da Comissão instaladora do Museu de Portimão (Franqueira, 1990).

recuperada. Só no final desta etapa é que se verifica um registo dos achados que foram entregues ao Museu de Portimão e um registo fotográfico de algumas das peças. Os trabalhos realizados nesta primeira fase contribuíram para alguns estudos (Teichner, 1997) e para a identificação de alguns conjuntos coerentes, como as moedas inglesas que documentam contactos com o noroeste europeu durante a Idade Média (Fonseca, Bettencourt, 2019).

Em 2013, numa avaliação feita pela então Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), houve lugar a uma sistematização e análise científica da informação arqueológica antes recolhida, bem como foram identificados os problemas e as lacunas formais, científicas e patrimoniais. Foram ainda considerados aspectos como o mérito dos resultados obtidos e a importância científica, patrimonial e social do projeto, e pretendeu-se dar uma coerência a determinados procedimentos (forma e periodicidade dos relatórios, preenchimento sistemático de fichas, proceder à localização dos objectos identificados, entre outros). Havia a intenção de criar uma solução para a integração da prática de detetorismo nos trabalhos arqueológicos. Um dos pressupostos que tinha de ser assegurado era de que a utilização dos detetores de metais fosse realizada em contextos arqueologicamente não conservados, ou seja, não haveria lugar à destruição de contextos preservados (depósitos e/ou estruturas) nem à remoção de bens móveis do seu contexto arqueológico original (Barros, 2013a e b).

Assim, a emissão de Licenças para Utilização de Detetores de Metais foram integradas num trabalho arqueológico, com arqueólogos enquanto responsáveis e ao abrigo do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Barros, 2013a e b). Desta forma, foi conferido um enquadramento e legitimidade científica às atividades a desenvolver, tendo sido proposto ao Museu de Portimão associar-se ao Projeto IPSIIS para responder a situações pendentes (relatórios, inventário de peças, intervenientes), para “supervisionar e enquadrar cientificamente as ações de prospeção (com equipamento de deteção de metais), (...) onde conste [um]a equipa que intervém no terreno, a equipa técnica do museu, a área de intervenção, a metodologia a aplicar na deteção dos achados, o imediato depósito dos bens no museu após o seu achado, as ações de conservação e restauro a aplicar, o modo e a periodicidade de declaração dos achados (relatórios), bem como o modo de publicação e divulgação dos resultados”. Ficaram assim definidas algumas das obrigações, metas a atingir, deveres e procedimentos a garantir pelos vários intervenientes. Deste modo, após reuniões entre o CNANS, o Museu de Portimão, a Direção Regional de Cultura

– Algarve e a Associação Projeto IPSIIS (criada para este efeito pelos colaboradores na sequência de um pedido da DGPC) foi proposto um novo enquadramento, iniciado em 2014 e actualmente ainda vigente como Projeto DETDA – prospeção com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor (Freitas e Soares, 2014, 2015, 2016, 2018, 2020, 2021, 2023 e 2024).

A Associação Projeto IPSIIS é assim o primeiro e único grupo de detetoristas de metais em Portugal a integrar um projeto científico de arqueologia. E os bens arqueológicos recolhidos, em vez de serem alvo de troca comercial, ou de estarem numa coleção particular, ou de ficarem junto dos “fiéis depositários” que as encontraram, são entregues ao Museu de Portimão que as estuda e partilha com todos nós (Fig. 4).

Contudo, devemos sublinhar que, se tivessem sido adotados procedimentos de salvaguarda preventiva do Património Cultural Marítimo e Subaquático, o potencial de informação que teria sido possível recolher e o alcance do conhecimento científico gerado a partir desse património existente no rio Arade poderia ter sido bem mais significativo para a história local, regional, nacional e mesmo internacional. Ainda assim, deve-se ter noção que os trabalhos realizados com os detetores de metais são medidas paliativas, ou seja, são a última forma possível de recuperar algumas das muitas “histórias perdidas” com as dragagens no rio Arade.

De facto, os objetos resgatados pelos detetoristas às areias dragadas do rio valem apenas em si mesmos, e já não pelo seu contexto arqueológico primário. O contexto onde se encontravam está já irremediavelmente destruído e perdido, local onde muitos mais vestígios em articulação e associação poderiam existir, onde muitas mais informações seriam passíveis de serem recolhidas, e assim, uma história mais completa e fundamentada poderia ser contada. Uma etiqueta de chumbo na respetiva ânfora romana, depositada entre demais contentores anfóricos num fundeadouro ou uma cavilha em liga de cobre acoplada ao respetivo navio de madeira naufragado, são apenas dois dos muitos exemplos de complementaridade que podemos facilmente imaginar e da importância de se registarem os objetos no seu contexto arqueológico primário, e do trabalho ser realizado por arqueólogos.

É também a partir dos finais da década de 1990, nos últimos 30 anos, que se inicia uma fase sistemática de trabalhos de inventário, caracterização, investigação e divulgação do Património Cultural Arqueológico Marítimo e Subaquático do rio Arade, trabalho que ainda hoje continua a ser feito (Gomes, Cardoso, Alves, 1995; Alves, 1997; Alves, 1999; Blot, 2003;



Fig. 4 – Exposição de divulgação da investigação arqueológica sobre os bens recolhidos no rio Arade, os resultados do Projecto DETDA – prospeção com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor, e o trabalho da Associação Projeto IPSIIS (Fotografia de Filipe da Palma - CMP).

Castro, 2005; Bettencourt *et al.*, 2006; Loureiro, Alves, 2008; Fonseca, Bettencourt, 2019; Fonseca, 2006 e 2015; Fonseca *et al.* 2023).

O estuário e a barra do rio Arade foi uma das zonas integradas na emergência da arqueologia subaquática científica promovida pelo CNANS. Numa primeira instância, como referido, em articulação local com o grupo GEO (onde se destaca o papel de Alberto Machado) e com o Museu de Portimão. A importância deste estuário, na confluência entre o Mediterrâneo e o Atlântico, era reconhecida e aqui já se conheciam vários sítios arqueológicos, como a Ponta do Altar B (CNS⁴ 10836), onde foram recuperadas dez bocas-de-fogo em bronze que remetem para um naufrágio ocorrido em inícios do século XVII (Alves, 1997), ou como a informação histórica sobre muitas zonas de fundeadouro que abrangem uma ampla diacronia. No âmbito de projetos de investigação e da implementação de medidas de minimização associadas à execução das dragagens do canal de navegação e construção da marina de Portimão (de forma muito insípida durante a década de 1980 e de uma forma mais estruturada durante a década de 1990 e 2000 na sequência dos trabalhos arqueológicos preventivos e mitigadores associados), foram identificados ou relocados vários sítios de naufrágio, como: Arade 1 (CNS 18622) construído no século XVI com madeiras originárias da França ocidental (Loureiro, Alves, 2008); Arade B/GEO 7 (CNS 24226), zona onde além de se registar um naufrágio de época moderna, corresponde a um fundeadouro em uso desde época romana (Bettencourt *et al.*, 2006; Fonseca 2015); e os naufrágios GEO 5/Arade 9 (CNS 24254) e Arade 23 (CNS 22728), que correspondem a navios

nafragados no século XIX (Fonseca, Bettencourt, 2019; Fonseca *et al.*, 2023).

Nas últimas décadas, sem que tenham ocorrido novas dragagens para além das de manutenção, têm-se realizado trabalhos arqueológicos, que pretendem promover uma melhor caracterização, conhecimento e divulgação destes sítios, bem como da Ponta do Altar A (CNS 10837). Estes trabalhos têm sido realizados no âmbito de Projetos de Investigação Plurianual em Arqueologia (PIPA), nomeadamente o “Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma Aproximação ao Património Cultural Subaquático do Estuário do Rio Arade” e o “ARADE PROJECT – um complexo portuário milénar no Barlavento Algarvio: a arqueologia do estuário do rio Arade”, que, desde 2012, são promovidos pelo Centro de Humanidades (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa, com a colaboração do Museu de Portimão (Fonseca, Bettencourt, 2019).

Desde 2017, a intenção de implementar o Projeto de Aprofundamento e Alargamento do Canal de Navegação do Porto de Portimão, que obriga a dragagens mais profundas e em novas áreas apenas equiparadas às da década de 1970, implicou uma nova abordagem à importância científica e patrimonial do rio Arade. Deste modo, foram estabelecidas algumas condicionantes, como a execução de medidas de minimização e a realização de intervenções arqueológicas prévias. Só após este trabalho será possível planificar as fases seguintes da obra e os trabalhos arqueológicos complementares a realizar antes ao início, durante e após a execução da obra, para além das medidas gerais, como o acompanhamento arqueológico por arqueólogos e a conservação dos bens..

⁴ Código Nacional de Sítio, mais informações sobre os sítios arqueológicos podem ser consultadas no Portal do Arqueólogo: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Contudo, a magnitude destas intervenções, para além de um avultado investimento, implica, desde o seu início, haver uma estratégia por parte das instituições públicas – estado central e autarquias – que responda às necessidades de investigação e conservação preventiva e curativa dos bens arqueológicos que venham a ser recuperados, nomeadamente considerar os meios humanos e logísticos necessários para garantir a continuidade do trabalho que vai para além da minimização do impacto da obra, ou seja, fora do âmbito das obrigações do promotor do projeto.

Se sabemos que o rio Arade é um repositório de Património Cultural Arqueológico Marítimo e Subaquático, paradigmático pelo menos a nível nacional, e se também sabemos como os vestígios arqueológicos que aí se encontram, são um recurso finito e não renovável, com um valor científico e patrimonial excepcional, então há que considerá-los para além de uma mera salvaguarda pelo registo científico.

Assim, é fundamental garantir as necessárias políticas e meios para a investigação e valorização deste importante Património Cultural que nos possibilite continuar a contar mais histórias da nossa história. E cabe a cada um de nós contribuir para que a Arqueologia e os Arqueólogos as possam revelar.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao jornal Público, em particular à jornalista Lucinda Canelas e à responsável do arquivo Leonor Sousa, pelo acesso integral a um artigo sobre o Património Cultural encontrado no rio Arade. Agradecimentos extensíveis a Vera Teixeira de Freitas, arqueóloga do Museu de Portimão, por toda a dedicação e perseverança nos contributos a este artigo. Saliente-se, porém, a sua isenção de responsabilidades nos erros ou omissões deste trabalho, datado de 14 de agosto de 2024.

Bibliografia

Alves, F. (1997) – “Ponta do Altar B – Arqueologia de um naufrágio no Algarve nos alvares do século XVII”. *O Arqueólogo Português*, IV, 8-10. Lisboa: Imprensa Nacional, 357-424.

____ (1999) – “Acerca dos destroços de dois navios descobertos durante as dragagens de 1970 na foz do rio Arade (Ferragudo, Lagoa)”. *As Rotas Oceânicas – Sécs. XV-XVII*. Lisboa: Colibri, 29-92.

Amaro, J. (1983) – “Dragas: monstros do «arrasto»”. *Crónica do Algarve*. Portimão. Abril de 1983.

Barros, P. (2013a) – “Apreciação da proposta de Protocolo de Colaboração entre o Museu de Portimão e a Associação Projecto IPSIIS”. Processo: Projecto IPSIIS: 1999/131. Documento policopiado.

____ (2013b) – “História da actuação da Tutela com os detectoristas, uma análise processual”. Processo: Projecto IPSIIS: 1999/131. Documento policopiado.

Bentes, M. (1980) – *Antiguidades do Arade*. Portimão.

Bettencourt, J.; Carvalho, P.; Caleja, P.; Alves, F. (2006) – “O sítio arqueológico subaquático Arade B”. *Xelb*, 6. Câmara Municipal de Silves, 257-274.

Blot, M. L. (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Castro, F. (2005) – “Arade river archaeological complex: dredges and archaeology”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 34:1. The Nautical Archaeology Society, 51-61.

Coelho, L.P. (1996) – “Onde é que pára o museu?”. *Público*. Lisboa. 13 de Agosto de 1996.

Diogo, A.M.D.; Cardoso, J.P.; Reiner, F. (2000) – “Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3-2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 81-118.

Fonseca, C. (2006) – “A equipa de arqueologia subaquática do Museu Municipal de Portimão: balanço de dois anos de actividade e perspectivas futuras”. *Xelb*, 6. Câmara Municipal de Silves, 125-138.

Fonseca, C. (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade B*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Exemplar policopiado.

Fonseca, C.; Bettencourt, J.A. (2019) – O Projecto – Um complexo portuário milenar no Barlavento Algarvio: a arqueologia do estuário do rio Arade. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22. Lisboa, 217-225.

Fonseca, C.; Bettencourt, J.; Caleja, P.; Lopes, G.C. (2023) – “Arade 23: na pista de um naufrágio do século XIX na Praia Grande (Ferragudo, Lagoa)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 26-27. Lisboa, 381-398.

Franqueira, B. (1990) – “Os tesouros perdidos do Arade”. *Público*. Lisboa. Julho de 1990.

Freitas, V. T.; Soares, I. (2014) – Análise da actividade de prospecção com detectores de metais desenvolvida pela Projecto IPSIIS (2000-2011). Anexo ao plano de trabalhos do PATA da intervenção DETDA – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Museu de Portimão.

____ (2015) – DETDA 2014 – *Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor*. Relatório Final. Museu de Portimão.

____ (2016) – DETDA 2015-16 – *Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor*. Relatório Final. Museu de Portimão.

____ (2018) – DETDA 2016-17 – *Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor*. Relatório Final. Museu de Portimão.

____ (2020) – DETDA 2018-19 – *Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor*. Relatório Final. Museu de Portimão.

____ (2021) – DETDA 2020 – *Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor*. Relatório Final. Museu de Portimão.

____ (2023) – DETDA 2022 – *Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor*. Relatório Final. Museu de Portimão.

____ (2024) – DETDA 2023-24 – *Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor*. Relatório Final. Museu de Portimão.

Gomes, M.V.; Cardoso, J.L.; Alves, F.J.S. (1995) – *Levantamento arqueológico do Algarve – Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal.

Loureiro, V.; Alves, J. (2008) – “The Arade 1 Shipwreck: preliminary results of the 2004 and 2005 field seasons”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 37:2. The Nautical Archaeology Society, 273-282.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS: prospecção com detectores de metais”. *Xelb*, 5. Câmara Municipal de Silves, 233-244.

Mendes, H. (1970) – “Os misteriosos barcos do Arade”. *RTP*.

Palma, A. (2001) – “Arqueólogo amador entrega espólio a Britânicos”. *Correio da Manhã*. Lisboa. 6 de Março de 2001.

Palma, A.P.; Eusébio, J. C. (1997) – “Rio Arade é «mina» arqueológica”. *Povo do Algarve*. Portimão. 11 de Março de 1997.

Silva, C.T.; Coelho-Soares, A.; Soares, J. (1987) – “Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão)”. *Setúbal Arqueológica*, 3. The Nautical Archaeology Society, 203-219.

Teichner, F. (1997) – “Note sur le fonds numismatique romain de Foz do Rio Arade (Portimão, Portugal)”. *Conimbriga*, 36. Coimbra: Universidade de Coimbra, 123-160.

Vasconcellos, J.L. (1918) – “Pelo Sul de Portugal”, *O Arqueólogo Português*, XXIII. Lisboa: Imprensa Nacional, 104-138.

Veiga, S.P.M.E. da (1886-1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. I, II, III, IV.

A história recente do rio Arade – uma história com 12000 anos

Ana Maria Costa¹, Maria da Conceição Freitas²

Portimão localiza-se 235 km a sul de Lisboa e 67 km a oeste de Faro. É uma cidade portuária implantada na margem direita do estuário do rio Arade, junto à sua foz (Fig. 1). A Sul estende-se o areal da Praia da Rocha, protegido a Norte por arribas rochosas talhadas em rochas sedimentares com cores quentes, que variam entre o esbranquiçado e o avermelhado (Fig. 2). Na base destas arribas afloram rochas da *Formação carbonatada de Lagos Portimão* (Rocha *et al.*, 1983; Brachert *et al.*, 2003), atribuída ao Miocénico Inferior a Médio (i.e. depositada entre os 23 Milhões de anos (Ma) e os 11 Ma³),

constituída por biocalcarenitos de coloração esbranquiçada e amarelada e que correspondem a depósitos marinhos carbonatados ricos em fósseis. Sobre esta formação assenta a *Formação do Ludo* atribuída ao Plio-Pleistocénico Inferior (i.e., depositada entre os 5 Ma e os 774 mil anos; Moura e Boski, 1994; 1999; Terrinha *et al.*, 2013), que compreende areias feldspáticas, de coloração alaranjada e avermelhada, por vezes com seixos de várias litologias (quartzo, quartzito e grauvaque), transportadas e depositadas por uma rede fluvial antiga, anterior ao encaixe do atual rio Arade.

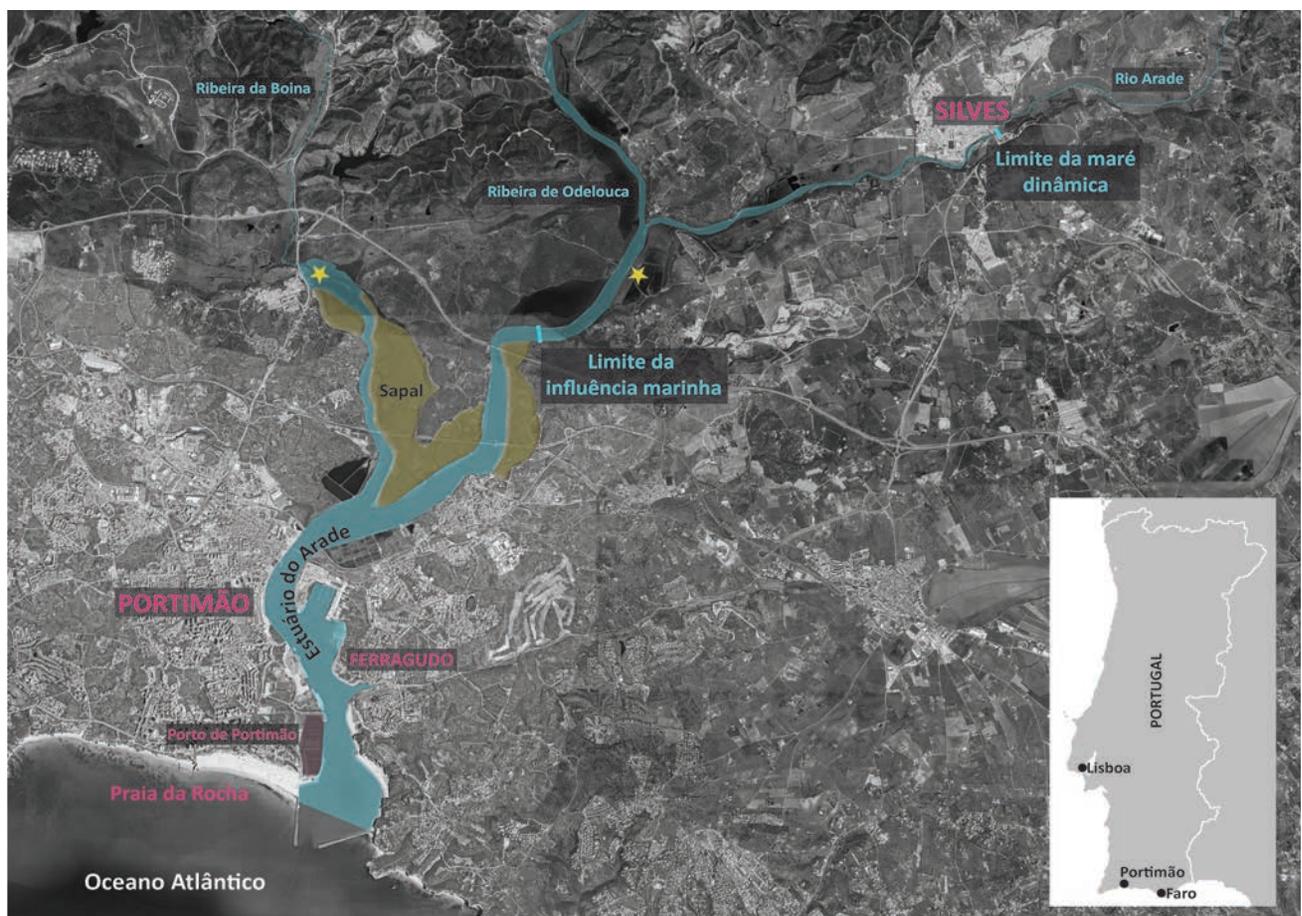


Fig. 1 – Localização de Portimão e do estuário do Rio Arade. Estrelas amarelas – localização das sequências sedimentares estudadas por Fletcher (2005). Mapa base: Google Earth © 2024 TerraMetrics, © 2024 Airbus.

¹ Laboratório de Arqueociências (LARC) – Património Cultural, I.P.
BIOPOLIS and CIBIO | Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto
IDL | Instituto Dom Luiz, Universidade de Lisboa
UNIARQ | Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
acosta@patrimoniocultural.gov.pt;

² IDL | Instituto Dom Luiz, Universidade de Lisboa
cfeitas@ciencias.ulisboa.pt

³ Idades e Épocas geológicas na Tabela Cronostratigráfica Internacional, Comissão Internacional de Estratigrafia, em <https://stratigraphy.org/ICSchart/ChronostratChart2023-04PTPortuguese.pdf>. Cohen *et al.*, 2013; atualizada.



Fig. 2 – Arribas rochosas da Praia da Rocha, Portimão. © José Vicente | Agência Calipo 2024.

Na margem estuarina foi edificada em período histórico uma importante zona portuária de pesca e comércio (Almeida *et al.*, 2013). Hoje, devido ao enorme desenvolvimento turístico, o porto possui uma vocação essencialmente turística e de lazer (Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., visitado em junho 2024), recebendo um grande número de visitantes, particularmente nos meses de verão.

O rio Arade tem um comprimento total de 75 km desde a sua nascente, na Serra do Caldeirão, até à foz, no oceano Atlântico (Fig. 1). É um dos mais importantes rios do Algarve uma vez que, apesar de baixo, apresenta o maior caudal fluvial (valor médio de $1,5 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$) a seguir ao Guadiana, um fator importante nesta região semiárida do país (MARETEC, 2012, visitado em junho 2024).

No seu troço final, desenvolve-se um estuário, alimentado também pelas ribeiras da Boina e de Odelouca (Fig. 1). O estuário tem uma área de aproximadamente 8 km^2 , estendendo-se a influência da água salgada por 8 km, pelo canal do rio Arade (MARETEC, visitado em junho de 2024). A oscilação da maré faz-se sentir para lá de Silves, até cerca de 16 km a montante da embocadura do estuário (Fletcher, 2005). É navegável desde a sua foz até ao limite da maré, desde que com pequenas embarcações. É um estuário estreito e no seu troço final tem cerca de 1 km de largura. Atinge profundidades máximas de 10 m junto a Portimão e junto aos pontões que, atualmente, protegem a entrada do estuário. No interior da área estuarina preservam-se alguns sapais, que constituem *habitat* para diversas espécies de aves e são locais de desova para algumas espécies de peixes.

Mas o estuário do Arade nem sempre foi como hoje o conhecemos.

Os estuários são zonas muito sensíveis a modificações naturais e antrópicas: (1) alterações de precipitação e temperatura, que influenciam os caudais fluviais dos rios que os alimentam, assim como a carga sólida (sedimentos) que estes transportam (e.g., Brown, 1997); (2) oscilações do nível médio do mar (Wong *et al.*, 2014); e (3) modificações introduzidas pelo Homem (e.g., Gedan *et al.*, 2009). O aquecimento geral do globo que se fez sentir durante os últimos 12000 anos (Holocénico; Cohen *et al.*, 2013; atualizada), e consequente subida do nível médio da água do mar (Teixeira *et al.*, 2005; Vis *et al.*, 2008; Leorri *et al.*, 2012; Costas *et al.*, 2016; García-Artola *et al.*, 2018, para a costa portuguesa), assim como as alterações antrópicas levadas a cabo desde a pré-história e mais evidentes desde a ocupação romana da área (e.g. Almeida *et al.*, 2013),

promoveram grandes modificações nas condições ambientais e na morfologia deste sistema estuarino. Essas modificações deixaram evidências nos sedimentos que se depositaram no fundo desta bacia sedimentar, e a história ambiental do Arade é-nos também contada pelo seu registo sedimentar.

O estudo sedimentar e palinológico de sequências sedimentares recolhidas nas zonas intertidais da ribeira da Boina e do rio Arade (Fig. 1), indicam que o paleovale atingia profundidades superiores a 22 m no seu troço terminal (pelo menos nos últimos 5 km; Fletcher, 2005).

Em data anterior a 8500 anos atrás, quando o nível médio do mar estava cerca de 10 m abaixo do atual (Fig. 3), a sedimentação era essencialmente fluvial junto à confluência entre o rio Arade e a ribeira da Boina. Os depósitos sedimentares identificados na base das sequências sedimentares estudadas, constituídos por areias grosseiras e cascalhos de diversas litologias, apontam para transporte fluvial em condições de alta energia (Fletcher, 2005).

A subida progressiva do nível médio do mar que se fez (e ainda faz) sentir durante o Holocénico (Fig. 3), promoveu a inundação deste vale até um local ainda por apurar, a montante do limite estuarino atual. Trabalhos recentes posicionam o nível médio do mar há 7200 anos e 6400 anos, a cerca de 3,7 m e de 2,5 m abaixo do atual, respetivamente. Com base nestas datas, foi possível estimar uma taxa média de subida do nível do mar de cerca de 5,3 mm em cada ano (García-Artola *et al.*, 2018) entre 8500 e 7200 anos atrás, taxa considerada alta por comparação com os padrões atuais. Estas condições são favoráveis à formação de uma zona estuarina, com influência de água salgada, que aumenta à medida que o mar invade novas áreas a montante. Junto à confluência entre o rio Arade e a ribeira da Boina, estima-se que o estuário atingiria cerca de 12 m de profundidade há cerca de 8200 anos (Fletcher, 2005).

Na paisagem emersa, os dados palinológicos indicam florestas de carvalhos (*Quercus*), com ocorrência de pinheiro e de matos perenes (*Olea*, *Phillyrea* e *Pistacia*) nas áreas mais expostas ao sol. Junto às margens das ribeiras cresciam salgueiros, amieiros e freixos. As florestas de carvalhos atingem a sua máxima extensão há cerca de 7000 anos (Fletcher, 2005).

As datações por radiocarbono realizadas ao longo das colunas sedimentares indicam que ocorre sedimentação na área inundada por água marinha, i.e., junto à foz, desde o início do Holocénico. À medida que sobe o nível médio do mar, aumenta a área estuarina e iniciam-se processos de deposição de sedimentos nas áreas estuarinas recém-formadas. Junto à confluência do rio Arade com a ribeira da Boina, sedimentos com características de um ambiente estuarino começam a depositar-se há cerca de 8200 anos.

A deposição de sedimento ocorre a taxas muito elevadas no estuário do Arade, promovendo o enchimento sedimentar do vale. No entanto, o assoreamento só começa a surtir efeito a partir de há 6400 anos, com a desaceleração da taxa de subida do nível médio do mar (Fig. 3). Desde então, os ambientes marginais que até aí se encontravam em ambiente subtidal/subaquático passam a intertidais. E sobre estes depósitos começam a surgir sapais, bem desenvolvidos nas margens do rio Arade e na ribeira da Boina, e na margem esquerda do estuário, como bem o demonstra a cartografia antiga da foz do Arade. Desenvolvem-se também alguns bancos arenosos na área central do estuário e junto à foz (Ver Mapa de Vila Nova de Portimão de 1617, Alexandre Massai), que ao longo do tempo acabam por condicionar a sua navegabilidade.

Nos últimos 5200 anos a floresta diminuiu para dar lugar a uma vegetação essencialmente arbustiva (Fletcher, 2005). Esta alteração na paisagem emersa resulta não só de um

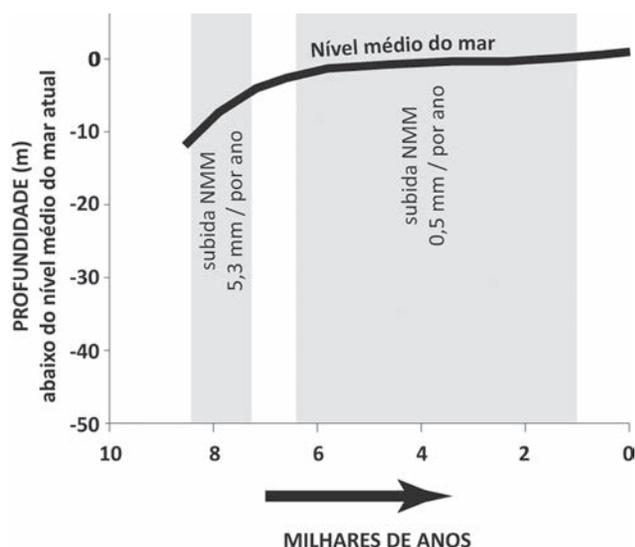


Fig. 3 – Taxa média de subida do Nível Médio do Mar (NMM). Adaptado de García-Artola *et al.*, 2018.

clima mais árido (Fletcher *et al.*, 2007), mas também de processos antrópicos como a desflorestação levada a cabo pelas comunidades pré-históricas locais para a criação de pastagens e espaços agrícolas, o que acontece um pouco por todo o país (e.g. Devy-Vareta, 1986). Mais tarde, já durante a Época Moderna, a utilização de madeira local para a construção de embarcações em Vila Nova de Portimão (Marques e Ventura, 1990) é isenta de imposto. A desflorestação acelera a disponibilização de sedimento que aflui e é transportado pelas linhas de água, contribuindo desta forma para a alteração da paisagem ribeirinha e estuarina.

A partir do século XVI, as alterações da morfologia e dos ambientes estuarinos podem ser reconstituídas com base em bibliografia, cartografia e iconografia. Mais recentemente a utilização de imagens aéreas permite ainda delimitar com precisão as alterações morfológicas ocorridas desde o século XX. Estas alterações surgem sobretudo em resposta a uma ocupação humana intensiva do espaço. A nível local, o crescimento e desenvolvimento de Portimão e outras cidades vizinhas, as plantações agrícolas nas margens estuarinas ricas em matéria orgânica, a construção de marinhas e moinhos nas áreas sujeitas à ação das marés, ou a construção dos pontões de proteção da entrada do estuário, são exemplos de transformações que têm contribuído para a alteração da dinâmica sedimentar do Arade e fomentado o seu assoreamento. Veja-se como exemplo, a Marina/Porto de Portimão, edificada numa área onde se desenvolvia em extenso sapal e praia identificados na cartografia antiga (ver Mapa de Vila Nova de Portimão de 1617, Alexandre Massai e Fig. 4).

Dragagens frequentes realizadas para manutenção da navegabilidade do canal, e a deposição dos dragados nas margens estuarinas, alteraram de certa forma o registo sedimentar dificultando a sua interpretação (ERA-Arqueologia, 2021). Da mesma forma, destruíram os contextos arqueológicos que testemunham a vivência humana milenar deste espaço. Estas perdas tornam-se mais drásticas, uma vez que não foram tomadas as devidas medidas de salvaguarda deste património. Por altura das primeiras dragagens, a salvaguarda do Património Cultural não era uma preocupação prioritária. Não obstante, entre os dragados depositados nas margens foi possível identificar e recuperar diversos artefactos arqueológicos depositados no fundo estuarino, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento da história de ocupação deste território.

Os estuários são espaços de encontro entre os rios e o mar, são lugares abrigados que ofereceram ao longo do tempo



Fig. 4 – Plano Hidrográfico da Barra e Porto de Portimão levantado em 1916 Pelo Capitão tenente Ernesto Tavares d'Almeida Carvalho em serviço da Missão Hidrográfica da Costa de Portugal. Biblioteca Nacional de Portugal, disponível em <https://purl.pt/27888/service/media/jpeg>.



Fig. 5 – Fotografia do estuário do Arade. © José Vicente | Agência Calipo 2024.

recursos explorados pelos nossos antepassados, são áreas protegidas que ofereceram condições de segurança para ancorar e facilitar operações portuárias, quer para embarcações locais ou viajadas pelo mundo, favorecendo o comércio e a comunicação; são locais de acumulação e de erosão; são áreas ricas em alimento para diversas espécies; são sítios com história e com a nossa história (Fig. 5). Merecem por isso a nossa melhor atenção!

Bibliografia

- Almeida, D.; Neto, C.; Costa, J.C.; Gutierrez, F. (2013) – “História da ocupação humana em torno dos sapais de Portimão e Alvor: Contributo para o estudo da evolução deste ecossistema no sul de Portugal”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, III série, vol. 2, Universidade do Porto, 33-50.
- Associação dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., através do site <https://www.apsinesalgarve.pt/portos/porto-de-portimao/>, visitado em junho 2024.
- Bettencourt, A.; Ramos, L. (Eds.) 2003 – *Estuários Portugueses*. Lisboa, Direcção de Serviços do Planeamento, Instituto da Água, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- Brachert, T.C.; Forst, M.H.; Pais, J.J.; Legoinha, P.; Reijmer, J.J.G. (2003) – “Lowstand carbonates, highstand sandstones?”. *Sedimentary Geology*, 155, 1-12.
- Cohen, K.M.; Finney, S.C.; Gibbard, P.L.; Fan, J.-X. (2013; atualizada) – “The ICS International chronostratigraphic Chart”. *Episodes*, 36, 199-204.
- Costas, S.; Ferreira, O.; Plomaritis, T.A.; Leorri, E. (2016) – “Coastal barrier stratigraphy for Holocene high-resolution sea-level reconstruction”. *Scientific Reports*, 6, 38726.
- Devy-Vareta, N. (1986) – “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do renascimento (séc. XV e XVI)”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1.ª Série, Vol. I, Porto, 5-37.
- García-Artola, A.; Stephan, P.; Cearreta, A.; Kopp, R.E.; Khan, N.S.; Horton B.P. (2018) – “Holocene sea-level database from the Atlantic coast of Europe”. *Quaternary Science Reviews*, 196, 177-192.
- Gedan, K.B.; Silliman, B.R.; Bertness, M.D. (2009) – “Centuries of Human-Driven Change in Salt Marsh Ecosystems”. *Annual Review of Marine Science*, 1, 117-141.
- ERA Arqueologia SA (2021) – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos. EIAATR2 e ATR3, Portimão*. Exemplar policopiado.
- Fletcher, W. (2005) – *Holocene landscape history of southern Portugal*. Unpublished Ph.D. thesis, University of Cambridge.
- Fletcher, W.; Boski, T.; Moura, D. (2007) – “Palyнологical evidence for environmental and climatic change in the lower Guadiana valley, Portugal, during the last 13000 years”. *Holocene*, 17 (4), 481–494.
- Leorri, E.; Cearreta, A.; Milne, G. (2012) – “Field observations and modelling of Holocene sea-level changes in the southern Bay of Biscay: implication for understanding current rates of relative sea-level change and vertical land motion along the Atlantic coast of SW Europe”. *Quaternary Science Reviews*, 42, 59-73.
- Little, S.; Wood, P.J.; Elliott, M. (2017) – “Quantifying salinity-induced changes on estuarine benthic fauna: The potential implications of climate change”. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 198, 610-625.
- Manupella, G. (1992) – Notícia Explicativa da Carta Geológica da Região do Algarve, escala 1:100000. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa. MARETEC, através do site http://maretec.mohid.com/Estuarios/MenuEstuarios/Descricao/descricao_Arade.htm, visitado em junho 2024.
- Marques, M.G.M.; Ventura, M.G.M. (1990) – *Foral da Vila de Portimão (1504)*. Câmara Municipal de Portimão.
- Moura, D.; Boski, T. (1994) – “Ludo Formation – a new lithostratigraphy unit in Quaternary of Central Algarve”, *GAIA*, 9, 41-47.
- Moura, D.; Boski, T. (1999) – *Unidades litostratigráficas do Pliocénico e Plistocénico no Algarve*. Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro, 86, 85-106.
- Rocha, R.B.; Ramalho, M.M.; Antunes, M.T.; Coelho, A.V.P (1983) – *Notícia Explicativa da Folha 52.ª – Portimão*, escala 1:50000, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- Vis, G.-J.; Kasse, C.; Vandenberghe, J. (2008) – “Late Pleistocene and Holocene palaeogeography of the Lower Tagus Valley (Portugal): effects of relative sea level, valley morphology and sediment supply”. *Quaternary Science Reviews*, 27, 1682-1709.
- Wong, P.P.; Losada, I.J.; Gattuso, J.-P.; Hinkel, J.; Khattabi, A.; McInnes, K.L.; Saito, Y.; Sallenger, A. (2014) – “Coastal systems and low-lying areas”. In Field, C.B.; Barros, V.R.; Dokken, D.J.; Mach, K.J.; Mastrandrea, M.D.; Bilir, T.E.; Chatterjee, M.; Ebi, K.L.; Estrada, Y.O.; Genova, R.C.; Girma, B.; Kissel, E.S.; Levy, A.N.; MacCracken, S.; Mastrandrea, P.R.; White, L.L. (Eds.) *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. United Kingdom and New York, NY, USA: Cambridge University Press, Cambridge, 361-409.

De IPSIIS a DETDA – Prospeção com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor

Vera Teixeira de Freitas¹, Isabel Soares², José de Sousa³

As dragagens no Rio Arade, nos anos 80, ocasionaram o aparecimento de uma imensidão de artefactos arrojados e dispersos pelas praias dos Municípios de Portimão e Lagoa. Este facto incitou um grupo de cidadãos a prospectar com detetores de metais as áreas de depósitos de dragados e a recuperar artefactos cuja proveniência original era o rio Arade.

No ano de 2000 iniciou-se um projeto inédito no quadro da arqueologia portuguesa ao celebrar-se um acordo de colaboração entre o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) e um grupo de cidadãos que desde os anos 80 se dedicava à prospeção com detetores de metais, desejando recuperar e salvaguardar os artefactos provenientes das dragagens.

Deste modo, foram estabelecidas normas e procedimentos que definiram as zonas a prospectar, a obrigatoriedade em declarar os achados, bem como de realizar relatórios periódicos para serem enviados para o CNANS. Nestes constavam a descrição e identificação do objeto, a sua foto, o achador, a data e circunstâncias do achado e a localização da recolha. Todos os elementos do projeto assinaram um compromisso de honra, onde se comprometeram a cumprir os pressupostos do acordo de colaboração com o CNANS e foram constituídos fiéis depositários dos objetos recolhidos.

Tratava-se de um projeto de trabalhos arqueológicos, portanto enquadrável no âmbito da legislação aplicável a este domínio (D.-L. n.º 164/97, de 27 de Junho e D. L. n.º 270/99, de 15 de Julho), sendo assumido no quadro do Plano de Atividades do CNANS, enquanto não dispunha de enquadramento arqueológico autónomo.

O nome do Projeto e o seu logótipo foram baseados no reverso de uma moeda de Ipses, povoado pré-romano, situado em Vila Velha (Alvor) na área geográfica do Município de Portimão. O grupo começou por ser formado por três elementos (José de Sousa, Paulo Viegas e Eurico Cardoso), chegando a 2011 com 20 elementos.

Relativamente à responsabilidade pelo projeto, distinguem-se duas fases:

- 2000 a 2001 – Direção de Francisco Alves e Coordenação de José de Sousa, Paulo Viegas e Eurico Cardoso
- 2002 a 2011 – Direção de Francisco Alves e Coordenação de José de Sousa e Alberto Machado.

As licenças para uso de detetores de metais foram, de 2000 a 2008, atribuídas individualmente a cada membro prospector. De 2009 a 2011 a tutela optou por entregar uma credencial aos coordenadores locais – José Sousa e a Alberto Machado – ficando estes com a responsabilidade de nomearem os elementos intervenientes e de informarem as autoridades competentes. Salienta-se que a atividade do Projeto IPSIIS efetuou-se em regime de voluntariado, sem qualquer tipo de remuneração, baseando-se na convergência de interesses entre instituições de tutela, bem como de âmbito museológico, com um grupo de cidadãos que possui um hobby recreativo, que lhes permite participar no processo de salvaguarda do património histórico-arqueológico.

O Projeto IPSIIS assumiu o compromisso de cedência das peças ao Museu de Portimão para exposição, tal como aconteceu com a exposição “Um Mergulho na História”, que esteve patente, em primeiro lugar, no Museu de Portimão (2002) e, posteriormente, no Museu Nacional de Arqueologia (2003). Em 2003 algumas peças foram também cedidas para a exposição “Da Madeira ao Barco. Os estaleiros de Portimão”. Em 2008, foram entregues pelos elementos do grupo as peças solicitadas pelo Museu de Portimão para figurarem na exposição de longa duração *Portimão Território e Identidade* (Percurso 1 *Origem e destino de uma comunidade* – núcleo 1.4 – *Rio Arade, Uma Porta entre o Atlântico e o Mediterrâneo*). Para este efeito, foram celebrados vários contratos de cedência de peças arqueológicas. Um resumo dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto IPSIIS foi publicado nas *Actas do 2.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Machado, Sousa, 2003) e nas *Actas do Seminário – Os Museus e o Património Náutico e Subaquático* (Sousa, Viegas, 2004).

O Museu de Portimão e o Projeto IPSIIS foram oficialmente informados pela DGPC, em Março de 2013, do indeferimento do relatório referente aos trabalhos de 2011 e do pedido de renovação de licença para utilização de detetores de metais. De igual forma, a tutela comunicou estar em curso a reapreciação do Acordo de colaboração estabelecido entre o Projeto IPSIIS e o CNANS, entendendo que era o momento de alterar o modo de supervisão do projeto, propondo que este fosse efetuado pelo Museu de Portimão – enquanto entidade recetora da totalidade do espólio recolhido.

O Museu de Portimão propôs que a referida colaboração fosse efetuada mediante o estabelecimento de um protocolo

¹ DMP/Museu de Portimão – CMP. vera.freitas@cm-portimao.pt

² DMP/Museu de Portimão – CMP. isabel.soares@cm-portimao.pt

³ Associação Projeto IPSIIS. j.a.sousa59@gmail.com

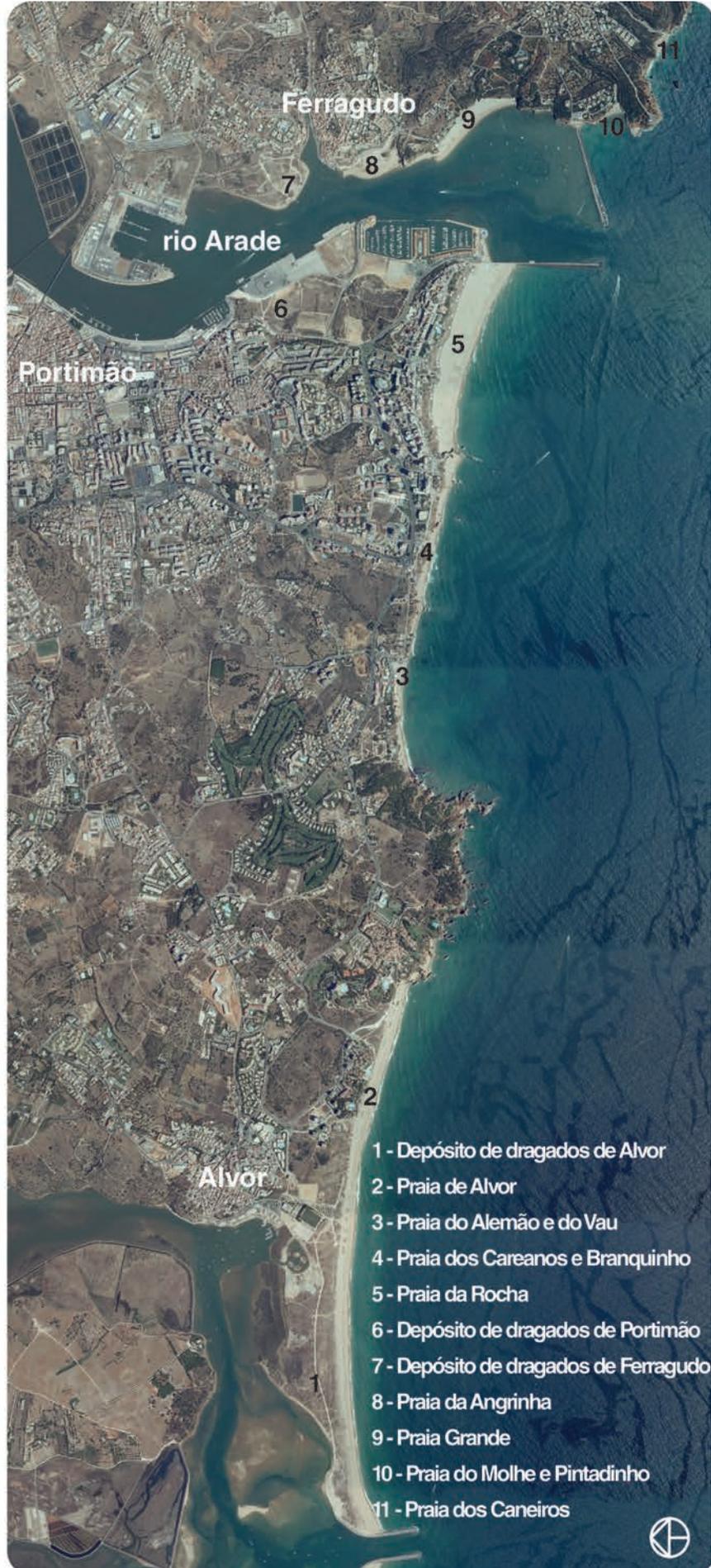
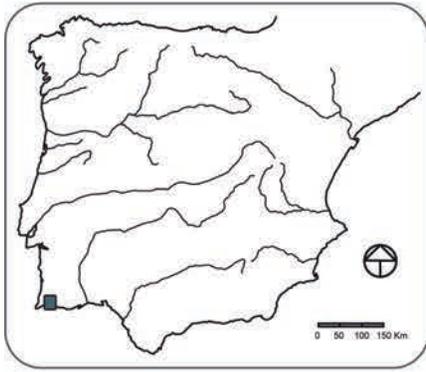


Fig. 1 – Localização do estuário do rio Arade e das zonas de depósito de areias dragadas prospetadas no âmbito do Projeto DETDA.

entre esta instituição e a Associação Projeto IPSIIS, constituída em Março de 2013 pelo anteriormente denominado Projeto IPSIIS. Em Outubro de 2013, a Associação Projeto IPSIIS, a DGPC, a DRC Algarve e a Divisão de Museus e Património (DMP)/ Museu reuniram-se com o objetivo de discutir uma proposta de protocolo elaborada pelo Museu de Portimão. O referido Protocolo⁴ foi celebrado entre as partes supramencionadas, tendo como objetivo conferir legitimidade científica às atividades desenvolvidas, criar um enquadramento institucional da prospecção desenvolvida pela Associação Projeto IPSIIS, assegurando a salvaguarda, conservação, produção de conhecimento científico e divulgação pública dos bens culturais móveis delas resultantes.

Desta forma, em 2014 deu-se início ao Projeto DETDA – Prospecção com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor, cujo objetivo central era o de assegurar a retoma dos trabalhos de prospecção de bens descontextualizados nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Os trabalhos de prospecção no terreno continuaram a ser realizados de forma voluntária pelos membros da Associação Projeto IPSIIS, cabendo às diretoras do projeto (Vera Teixeira de Freitas e Isabel Soares) supervisionar e enquadrar cientificamente as ações de prospecção e a recolha do espólio, a sua conservação e restauro, investigação e divulgação⁵. Este projeto não possui outras fontes de financiamento para além dos meios e da logística fornecidos pela DMP/Museu de Portimão/Câmara Municipal de Portimão.

A prospecção continuou a desenvolver-se nas zonas do Domínio Público Marítimo correspondentes às praias e depósitos de dragados, nomeadamente no concelho de Portimão, o depósito de dragados de Alvor, Praia de Alvor (incluindo Praia da Torralta, Praia dos Três Irmãos e Prainha), Praia do Alemão, do Vau, dos Careanos, do Branquinho, da Rocha, depósito de dragados de Portimão e, em Lagoa, o depósito de dragados de Ferragudo, Praia da Angrinha, Praia Grande, do Molhe, do Pintadinho e dos Caneiros (Fig. 1).

O espólio recolhido pela Associação Projeto IPSIIS entre 2000 e 2011 foi depositado pelos membros da associação no Museu de Portimão, em momento anterior à submissão do PATA do Projeto DETDA 2014. Num anexo ao Plano de Trabalhos, intitulado *Análise da atividade de prospecção com detetores de metais desenvolvida pela Projeto IPSIIS 2000-2011* (Freitas, Soares, 2014), as signatárias incluíram uma revisão dos relatórios referentes aos trabalhos efetuados nesse período temporal, bem como um inventário preliminar do espólio entretanto depositado no Museu. Procedeu-se a uma verificação dos inventários constantes nos relatórios associados aos trabalhos de 2000 a 2011, atualizando as informações e retificando incorreções, de modo a os registos serem introduzidos na base de dados criada para o efeito. Simultaneamente a este procedimento, efetuou-se análise preliminar do estado de conservação das peças, identificando-se quais as que necessitavam de tratamentos de conservação.

Salienta-se que alguns dos membros da Associação Projeto IPSIIS procederam ao depósito de bens que tinham na sua posse relativos a prospecções efetuadas em momento anterior

à formação do grupo e da entrada em vigor da atual legislação relativa ao uso deste tipo de aparelhos de deteção⁶. Na base de dados optou-se por introduzir estes registos com a sigla a.P.I., referente a *anterior ao Projeto Ipsis*.

Projeto DETDA Metodologia e estratégia de deteção

A metodologia de trabalho do Projeto DETDA foi estabelecida pelos elementos da Associação Projeto IPSIIS em articulação com a DGPC, a DMP/ Museu e a DRC Algarve. Os conhecimentos e a experiência relativamente às técnicas de registo e métodos de prospecção, realizados nos anos anteriores, contribuíram de forma significativa para a escolha metodológica.

Todos os materiais, devidamente georreferenciados, são recolhidos e depositados no Museu de Portimão, à exceção dos materiais que não possuem valor histórico-arqueológico pela sua contemporaneidade. Relativamente às moedas, foi estabelecido como limite cronológico o final da Monarquia. Salienta-se que todos os materiais são entregues sem qualquer tipo de intervenção, conferindo ao Museu de Portimão o dever de inventário, conservação e restauro dos materiais.

Os depósitos de dragados constituídos para a comercialização de areias, têm sido sistematicamente prospectados com a limitação própria que é imposta pela profundidade alcançada por um detetor de metais. Os elementos do grupo utilizam maioritariamente aparelhos da marca “Milenab”, que trabalham em multifrequências, o que permite minimizar as interferências causadas pela mineralização das areias salgada, facto agravado nas areias húmidas das praias e que limita tanto as profundidades como a discriminação dos objetos a prospectar. Este tipo de aparelhos detetam todo o tipo de metais, discriminando os ferrosos dos não ferrosos. Obtêm-se melhores resultados em profundidade com os objetos em liga de cobre, sendo o ouro o metal de menor condutividade e, assim sendo, o mais difícil de sinalizar. O tamanho dos objetos também influencia as profundidades e as distinções do tipo de metais, obtendo-se os melhores resultados com os objetos de maior dimensão e peso. Como média das profundidades alcançadas, podemos referir, como exemplo, que uma moeda de 20 cêntimos pode ser alcançada até 15 cm e que, por sua vez, uma lata de refrigerante em alumínio pode ser detetada a cerca de 35 cm.

Relativamente à prospecção nos depósitos de dragados, referimos que a fase mais apropriada para realizar os trabalhos é, sobretudo, aquela em que as areias são retiradas para a comercialização. Neste momento é possível alcançar as camadas inferiores dos depósitos que anteriormente estavam fora do alcance dos detetores (Fig. 2).

Quanto à prospecção nas praias, esta é totalmente distinta isto porque é aproveitada a sinergia das marés. Vários fatores influenciam quais as melhores ocasiões e locais para a prospecção nas praias: a época do ano, as condições climatéricas, a dimensão, a direção e a amplitude das vagas e também a altura e ação das marés. Assim, podemos considerar que durante todo o ano existem condições propícias para a

⁴ O Protocolo encontra-se enquadrado pelos seguintes diplomas: Lei n.º 121/99 de 20 de Agosto que estabelece os termos para a utilização de detetores de metais, Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto – Lei-quadro dos Museus Portugueses, Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de Junho que versa a atividade arqueológica em meio subaquático, Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, com as alterações do Decreto-Lei n.º 287/2000 de 10 de Novembro, que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de Maio que cria a Direção Geral do Património Cultural, Aviso 6/2012 de 26 de Março, que publica a Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Cultural Subaquático de 2001, ratificada pela Resolução da Assembleia da República n.º 51/2006, de 18 de Julho.

⁵ Através da submissão de um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos à entidade de tutela, acompanhada dos requerimentos para atribuição de licenças de uso de detetores de metais, e após a sua aprovação e emissão das licenças.

⁶ Lei n.º 121/99, de 20 de Agosto, que estabelece os termos para a utilização de detetores de metais.



Fig. 2 – Eventual zona de depósito da boca da draga identificada no Depósito de Dragados de Ferragudo.

prospecção. No outono e no inverno, as condições climáticas propiciam tempestades, predominantemente de sudoeste, que escavam e revolvem as areias, pondo a descoberto os artefactos. Na primavera e no verão, as fortes e constantes marés de sueste repetem os referidos fenómenos. Na praia-mar recolhe-se, de imediato, os artefactos que são postos a descoberto pela erosão causada pelas vagas e na baixa-mar prospecta-se nas zonas húmidas de recuo da maré. Na calmaria das marés, recolhe-se os artefactos espalhados pelas



Fig. 3 – Prospecção com recurso a detetor de metais realizada na eventual zona de depósito da boca da draga identificada no Depósito de Dragados de Ferragudo.

vastas áreas das praias e, de igual forma, os que vão sendo repostos na areia pelas marés subsequentes. Nas estações do ano de maior fluxo turístico, prospeta-se ao fim do dia para que os trabalhos decorram sem perturbar os turistas.

Depósito no Museu de peças provenientes dos trabalhos de prospecção

A entrada no Museu de Portimão de peças recolhidas pelos membros da Associação Projeto IPSIIS efetua-se num período de 48 horas após a sua deteção, sendo realizado nesse momento um registo individual da peça, num local previamente destinado da Oficina de Conservação do Museu. Este registo inclui a sua inserção na base de dados criada para o efeito⁷, sendo obrigatório o preenchimento de determinados campos, nomeadamente o n.º de inventário (Ano/n.º sequencial); data do achado, data da entrada, achador, local do achado, georreferenciação do local, material, tipo e cronologia. A informação constante nestes últimos três campos é atualizada de acordo com o desenvolvimento da investigação efetuada sobre cada peça.

De igual forma, é neste momento inicial efetuado um registo fotográfico da peça com a respetiva etiqueta, de modo a garantir a preservação da informação associada ao achado, bem como registando o seu estado de conservação no momento de entrega. Posteriormente é realizada uma análise preliminar do estado de conservação da peça, identificando-se os procedimentos necessários à sua conservação preventiva. Algumas

⁷ A referida base de dados foi produzida com o objetivo de inventariar as peças relativas ao Projeto DETDA, mas, de igual forma, para conter as informações relativas à totalidade das peças do Projeto IPSIIS, incluindo as dos trabalhos de 2000 a 2011. Desta forma, é possível correlacionar os dados da totalidade das peças provenientes dos trabalhos de prospecção ao longo dos anos.

peças são, neste momento, transferidas para o Laboratório de Conservação do Museu, em local previamente destinado a este espólio. Todo este processo é acompanhado do respetivo registo fotográfico e documentado em fichas próprias.

Após as ações de limpeza e estabilização⁸, encontram-se reunidas as condições para o desenvolvimento da investigação sobre as peças. Finalizado este processo, as peças dão entrada na reserva de arqueologia do Museu de Portimão.

Balanço de 10 anos de Projeto DETDA

Desde 2014 que se realizaram sete campanhas do Projeto DETDA (2014, 2015-16; 2016-17; 2018-19, 2020, 2022, 2023-24) que resultaram no depósito de 730 peças arqueológicas no Museu de Portimão (Freitas, Soares, 2014, 2015, 2016, 2018, 2020, 2021, 2023, 2024), equivalentes a 32% da coleção IPSIIS/DETTA. As restantes peças da coleção provêm dos trabalhos desenvolvidos entre 2000 e 2011 (602 peças – 26%) e as restantes 968 peças (42%) decorrem de prospecções efetuadas em momento anterior à formação do Projeto IPSIIS e da entrada em vigor da atual legislação relativa ao uso deste tipo de aparelhos de deteção.

Analisando o n.º de licenças de deteção atribuídas relativamente ao n.º de peças depositadas, durante a ação do Projeto IPSIIS (2000 a 2011) e, no agora em vigor, Projeto DETDA (Fig. 4), observa-se uma tendência para um aumento do n.º de peças, em consideração aos últimos anos de ação do Projeto IPSIIS. Este facto advém, a nosso ver, de um efetivo e próximo acompanhamento, por parte da direção do projeto, dos membros desta Associação, o que na prática representou a inclusão nos inventários de peças que possivelmente seriam descartadas como não tendo interesse patrimonial (como será o caso das balas, placas de chumbo sem inscrições evidentes, cavilhas...). De igual forma, consideramos que a relação de proximidade criada entre os membros da Associação e a equipa do Museu e o entendimento de que este projeto permite o avanço do conhecimento científico sobre este território, contribui para um maior interesse relativamente às ações de detetorismo de investigação.

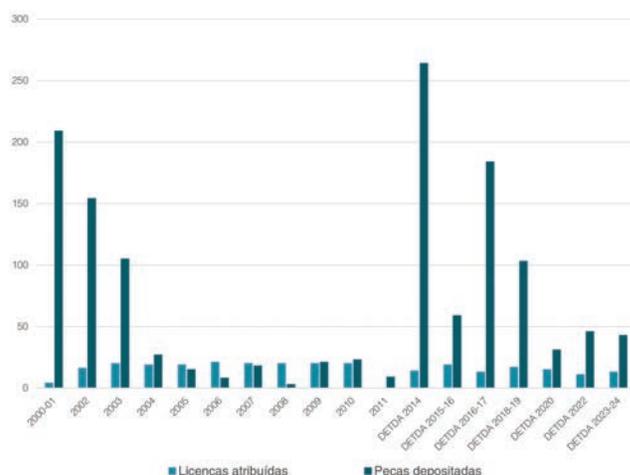


Fig. 4 – Relação entre o n.º de licenças atribuídas e o n.º de peças depositadas.

O conjunto artefactual depositado no Museu de Portimão apresenta uma grande variabilidade tipológica e cronológica, considerando que resulta do desmantelamento de inúmeros

contextos arqueológicos subaquáticos, conservados na ria de Alvor, mas maioritariamente no rio Arade, espaços que devem ser entendidos como verdadeiros repositórios patrimoniais, em resultado da atividade marítima e portuária aí decorrente ao longo de milénios. Os tipos mais bem representados no conjunto são moedas, anzóis, cavilhas, chumbos de calafetagem, selos, fivelas, botões, entre outros, sendo que a atribuição cronológica de um número elevado destas peças é, em muitos casos, dificultada pela sua ampla diacronia de uso. Não obstante, verifica-se uma presença bastante expressiva na coleção de peças de época Moderna, seguida de peças de época Romana, os dois períodos mais bem representados nos contextos arqueológicos terrestres registados na atual cidade de Portimão.

Um dos principais objetivos do Projeto DETDA foi o de criar condições para a investigação científica do conjunto artefactual recolhido. A investigação inicial das peças relacionada com o próprio inventário é realizada pela equipa técnica do Museu de Portimão. Contudo, sempre foi nossa intenção disponibilizar estes dados à comunidade científica, de modo a desenvolver e aprofundar a investigação sobre as diversas temáticas associadas aos achados, sendo o papel das diretoras da intervenção o de coordenar o acesso aos dados por parte de investigadores externos.

No sentido de promover a investigação destes bens, o Museu de Portimão/Câmara Municipal de Portimão celebrou vários protocolos com instituições universitárias e centros de investigação, nomeadamente um Acordo de Parceria com o Departamento de Artes e Humanidades da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, um Protocolo de colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como um Protocolo de cooperação técnico-científica com a Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Em suma, foi nossa pretensão que a atual parceria entre a Associação Projeto IPSIIS e a DMP/ Museu de Portimão resulte na divulgação dos achados da Ria de Alvor e Rio Arade efetuados ao abrigo desta intervenção, após a sua comunicação às entidades de tutela, permitindo, desta forma, a sua entrada no circuito de investigação arqueológica.

A exposição *Histórias que o rio nos traz* e o seu catálogo resultam deste trabalho efetuado ao longo de décadas, no qual participaram inúmeros colaboradores, tanto detetoristas como investigadores, o que demonstra como esta parceria, sob certas condições e devidamente enquadrada, pode ser profícua e benéfica para ambas as partes, contribuindo para a salvaguarda e divulgação do património, bem como para o avanço da investigação arqueológica, objetivos máximos do Projeto DETDA.

Bibliografia

- Alves, F. (1990) – *Arqueologia Subaquática em Portugal (1980-1990)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- ____ (2004) – “O projecto PROARADE 2001/2004: Balanço e Perspectivas”. In Gameiro, J. (Coord.) – *Os Museus e o Património Náutico e Subaquático (Actas do Seminário os Museus e o Património náutico e Subaquático, 18-19 Julho 2004)*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão, 39-42.
- ____ (2005) – “O Princípio da participação cívica na gestão do património cultural subaquático – modelos adoptados em Portugal”. *Xelb*, 5, 225-266.
- Alves, F.; Bettencourt, J.; Caleja, P.; Callipo, F.; Camargo, P.; Carvalho, P.; Castro, F.; Machado, A.; Rambelli, G.; Reith, E. (2006) – “As campanhas de 2002-2003 no âmbito do projecto PROARADE. Ponto da situação”. *Xelb*, 6, 279-282.

⁸ Procedimento da responsabilidade da técnica de conservação e restauro Andreia Machado.

- Alves, F.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Soares, E.; Martins, V.; Caetano, R.; Costa, A.; Reinhardt, F.; Pral, R.; Rosário, E.; Martins, M.; Kerstin, H. (2002) – *Relatório final dos trabalhos efectuados em 2000-2001 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. CNANS – IPSIIS. [policopiado].
- Alves, F.; Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Soares, E.; Martins, V.; Caetano, R.; Costa, A.; Reinhardt, F.; Pral, R.; Rosário, E.; Martins, M.; Kerstin, H.; Geipel, P.; Hoehnle, D.; Duarte, A.; Gilsh (2003) – *Relatório final dos trabalhos efectuados em 2002 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. CNANS – IPSIIS. [policopiado].
- Alves, F.; Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Soares, E.; Martins, V.; Caetano, R.; Costa, A.; Reinhardt, F.; Pral, R.; Rosário, E.; Martins, M.; Kerstin, H.; Geipel, P.; Hoehnle, D.; Duarte, A.; Gilsh (2004) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2003 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. IPSIIS. [policopiado].
- Alves, F.; Machado, A.; Castro, F. (2005) – “Resultados Preliminares da campanha de trabalhos arqueológicos Arade 2001, realizada no âmbito do projecto PROARADE”. *Xelb*, 5, 257-232.
- Bentes, M. (1980) – *Antiguidades do Arade*. Portimão: Edição do Autor.
- Castro, F. (2005) – “Arade River Archaeological Complex: Dredges and Archaeology”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 34, 1, 51-61.
- Diogo, A.M.D.; Cardoso, J.P.; Reiner, F. (2000) – “Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º 2. Lisboa: IPA, 81-117.
- Diogo, A.M.D.; Cardoso, J.P. (1992) – “Cerâmica campaniense proveniente da foz do Arade (Portimão)”. *Artefacto*, 1, 9-11.
- Farrajota, M.M. (2004) – “Contribuição do CPAS para a Arqueologia subaquática em Portugal – Barcos do Arade.” In Gameiro, J. (Coord.) – *Os Museus e o Património Náutico e Subaquático (Actas do Seminário os Museus e o Património náutico e Subaquático, 18-19 Julho 2004)*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão, 17-22.
- Freitas, V.T.; Soares, I. (2014) – *Análise da actividade de prospecção com detectores de metais desenvolvida pela Projecto IPSIIS (2000-2011)*. Anexo ao plano de trabalhos do PATA da intervenção DETDA – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Museu de Portimão.
- ____ (2015) – *DETD 2014 – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Museu de Portimão.
- ____ (2016) – *DETD 2015-16 – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Museu de Portimão.
- ____ (2018) – *DETD 2016-17 – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Museu de Portimão.
- ____ (2020) – *DETD 2018-19 – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Museu de Portimão.
- ____ (2021) – *DETD 2020 – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Museu de Portimão.
- ____ (2023) – *DETD 2022 – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Museu de Portimão.
- ____ (2024) – *DETD 2023-24 – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Museu de Portimão.
- Gameiro, J.; Fonseca, C. (2004) – “Valorizar e Salvar o património Náutico e Subaquático do rio Arade”. In Gameiro, J. (Coord.) – *Os Museus e o Património Náutico e Subaquático (Actas do Seminário os Museus e o Património náutico e Subaquático, 18-19 Julho 2004)*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão, 11-16.
- Gomes, N.A.; Weinholtz, M.B. (1971) – *Estudo da evolução do estuário do Arade e das praias adjacentes*. Portos e Obras Marítimas, Lisboa, Direcção de Serviços Marítimos.
- Fonseca, C. (2006) – “A equipa de Arqueologia subaquática do Museu Municipal de Portimão. Balanço de dois anos de actividade e perspectivas futuras”. *Xelb*, 6, 125-138.
- Loureiro, V. (2004) – “O navio Arade 1: Uma embarcação de Época Moderna”. In Gameiro, J. (Coord.) – *Os Museus e o Património Náutico e Subaquático (Actas do Seminário os Museus e o Património náutico e Subaquático, 18-19 Julho 2004)*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão, 43-52.
- Loureiro, V.; Alves, J.G. (2006) – “Projecto ProArade: balanços e perspectivas”. *Xelb*, 6, 125-139.
- Machado, A. (2001) – *Relatório final do Projecto Salvaguarda do Património Arqueológico Subaquático do Rio Arade – Portimão*. Geo – Grupo de Estudos Oceânicos.
- ____ (2004) – “A pesquisa Subaquática no rio Arade”. In Gameiro, J. (Coord.) – *Os Museus e o Património Náutico e Subaquático (Actas do Seminário os Museus e o Património náutico e Subaquático, 18-19 Julho 2004)*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão, 31-38.
- ____ (2005) – “Os projectos de prospecção arqueológica subaquática do estuário do rio Arade e de Sagres”. *Xelb*, 5, 267-278.
- ____ (2006) – “Grupo de Estudos Oceânicos – A prospecção arqueológica da foz do Arade – uma actuação permanente”. *Xelb*, 6, 139-146.
- Machado, A.; Sousa, J. (2003) – “Projecto IPSIIS – prospecção com detectores de metais”. *Xelb*, 5, 233-244.
- ____ (2005) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2004 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. IPSIIS. [policopiado].
- ____ (2006) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2005 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. IPSIIS. [policopiado].
- Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Reinhardt, F.; Soares, E.; Martins, V.; Martins, M.; Duarte, A.; Alves, N.; Ferreira, R.; Costa, A.; Rosário, E.; Vicente, J. Sousa, P.; Geipel, P.; Mangas, F.; Mendes, H.; Hoehnle, D.; Gilsh, A.; Neves, F. (2007) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2006 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. IPSIIS. [policopiado].
- Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Reinhardt, F.; Soares, E.; Martins, V.; Martins, M.; Duarte, A.; Alves, N.; Ferreira, R.; Costa, A.; Rosário, E.; Vicente, J.; Sousa, P.; Geipel, P.; Mangas, F.; Mendes, H.; Franco, R.; Gilsh, A.; (2010) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2009 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. IPSIIS. [policopiado].
- ____ (2011) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2010 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. IPSIIS. [policopiado].
- ____ (2012) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2011 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*. IPSIIS. [policopiado].
- Morán, E. (2003) – “Projecto Arade. Balanço dos resultados e perspectivas de trabalho”. *Xelb*, Silves: Câmara Municipal de Silves, 133-156.
- Plano Director Municipal de Portimão (1994) – *Património Arqueológico*, vol. II, 249-314.
- Porto, H.T. (2012) – “Em Busca do Tesouro Perdido: A Propósito da Lei sobre a Utilização de Detectores de Metais (Lei n.º 121/99, de 20 de Agosto)”. *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente – RevCEDOUA*, 2, 23-36.
- Sousa, J.; Viegas, P. (2004) – “Projecto IPSIIS – fragmentos de História nas praias do Arade”. In Gameiro, J. (Coord.) – *Os Museus e o Património Náutico e Subaquático (Actas do Seminário os Museus e o Património náutico e Subaquático, 18-19 Julho 2004)*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão, 27-30.
- Teichner, F. (1997) – “Note sur le fonds numismatique romain de foz do Rio Arade (Portimão, Portugal)”. *Conimbriga*, 36, 123-160.
- Weinholtz, M.B., (1970-1980) – *Anteporto de Portimão e Praia da Rocha, Evolução*. Lisboa: Direcção Geral de Portos.

Detectores de metais e Arqueologia, uma relação difícil

Carlos Fabião¹

A relação entre a actividade dos detectoristas (utilizadores de aparelhos de detecção de objectos metálicos), enquanto “hobby”, e a Arqueologia foi desde sempre complexa e conflitiva, por várias razões.

Em primeiro lugar, porque a Arqueologia procura estudar realidades do passado nos seus respectivos contextos, os objectos, vistos somente enquanto tais, constituem apenas um elemento, relevante é certo, do registo arqueológico, não mais do que isso. Longe vai o tempo em que os estudos arqueológicos se cingiam ao estudo de objectos isoladamente considerados, uma prática mais próxima do coleccionismo de antiguidades do que da Arqueologia, como presentemente a consideramos. O registo arqueológico, em sentido estrito, construído no âmbito de uma investigação ou no decurso de acções de minimização de impactes, a chamada arqueologia de contrato, ocupa-se sobretudo dos contextos que integram esses objectos, constituindo estes somente uma parcela da informação que visa primariamente reconstituir e conhecer vivências passadas. Retirar os objectos desses contextos de deposição primária corresponde a truncar irremediavelmente a informação que podem fornecer, para além dos danos colaterais, revolvimentos, causados nas camadas de sedimentos onde os mesmos se integravam, provocando também perturbações na sua boa caracterização e datação. Estudar realidades passadas nos seus contextos primários de deposição é o objectivo da Arqueologia, enquanto prática científica.

Por se tratar de artefactos metálicos, muitas vezes com valor venal (por exemplo, moedas, jóias ou outros adereços notáveis), o uso dos detectores de metais está muitas vezes associado a práticas “predatórias” de saque a sítios arqueológicos e ao tráfico ilícito de antiguidades. Daí, a “má relação” entre arqueólogos e detectoristas, bem como a má reputação destes últimos. Daí também a imperiosa necessidade de regular a utilização de tais aparelhos que, em Portugal, se consubstanciou na Lei 121/99, de 20 de Agosto, na prática, proibindo a utilização recreativa destes aparelhos, quando não superiormente autorizada e acompanhada.

Como sempre acontece, proibir ou ilegalizar o uso de detectores de metais criou um círculo vicioso: não impede a continuidade das práticas dos seus utilizadores, nem tampouco a comercialização de aparelhos, quer nos mercados abertos, acessíveis a qualquer um através da *world wide web*, quer mesmo no mercado nacional, onde a venda continua a existir sem qualquer espécie de restrição ou controle; por outro lado, os detectoristas que encontram deliberada ou casualmente artefactos históricos relevantes não o revelam, mesmo que o quisessem fazer, por não ser suposto tais achados existirem. Não é fácil perceber como se pode romper este círculo.

Introduzindo regulação, dizem, mas que regulação, com que contornos e limites, não parece fácil determinar.

Os apologistas do uso recreativo dos detectores de metais mencionam sempre o caso do Reino Unido, onde a prática do detectorismo recreativo é livre e muito disseminada, existindo um instrumento voluntário de declaração de achados arqueológicos, o *Portable Antiquities Scheme* (PAS) – <https://finds.org.uk/> –, gerido pelo British Museum em consórcio com outras instituições, válido para Inglaterra e Gales (a Escócia rege-se por outras normas). Nesta plataforma, os detectoristas podem reportar os seus achados, com a indicação da proveniência concreta, lugar e data do achado. Este, por sua vez, é classificado, registado e fotografado, ficando a informação disponível em uma base de dados de acesso aberto – <https://finds.org.uk/database/search>. Tudo isto, naturalmente, sem embargo de outros constrangimentos legais, que também os há, designadamente o chamado *Treasure Act*, que estabelece e delimita o que obrigatoriamente pertence ao Estado e como tal deva ser declarado.

Parece uma boa solução, mas não tanto... Há críticas explícitas a estes sistemas legais, uma vez que, embora assegurando teoricamente o registo de proveniência de cada peça, validado por técnicos especializados e disponibilizada a informação em livre acesso, a prática recreativa do detectorismo continua a ter um fortíssimo impacte nos sítios arqueológicos. A constituição do PAS, dizem os seus defensores, fez subir exponencialmente o conhecimento sobre objectos metálicos de todos os períodos pré-históricos e históricos em cada ano e contribuiu para “resgatar” artefactos que poderiam ser perdidos ou destruídos pela agricultura intensiva ou outros revolvimentos do solo não abrangidos por medidas de minimização de impactes. Contudo, estima-se, com cálculos fiáveis, que o volume de informação inscrito no PAS constituirá, na melhor das hipóteses, somente cerca de um terço da totalidade dos objectos anualmente recolhidos por detectoristas; a constituição deste instrumento fez crescer o número de praticantes deste “hobby” e de clubes de detectoristas e, naturalmente, não diminuiu o impacte das práticas de detecção e colecta de artefactos nos contextos arqueológicos, pelo contrário. Resumindo, a tradicional divergência entre quem vê o copo cheio e quem o vê meio vazio, plasmada em múltiplos textos pró e contra o modelo, mais numerosos sem dúvida estes últimos.

Diga-se que os aparelhos de detecção de metais constituem um instrumento útil, usado em investigações arqueológicas. Por exemplo, no estudo de antigos campos de batalha, sítios muito peculiares, por serem extraordinariamente extensos, não apresentarem por regra estruturas construídas nem outros elementos de detecção superficial que possam orientar as

¹ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. cfabiao@edu.ulisboa.pt

pesquisas. A investigação nesses casos opera com os detectores, georeferenciando cada ocorrência identificada, para obter coordenadas precisas da sua localização e, a partir dessa informação, poder reconstituir posições ocupadas por partes envolvidas e suas movimentações no terreno. Ainda no âmbito da arqueologia militar, são usados para o estudo de lugares de estacionamento temporário de tropas, sítios com características similares às dos campos de batalha, largas extensões de terreno delimitadas, perceptíveis pelas suas estruturas defensivas, mas que em norma deixam também escassos vestígios. Finalmente, vêm sendo também utilizados em acções pontuais de minimização de impactes, neste último caso, com plena consciência de que as componentes metálicas são somente uma pequena parte de conjuntos materiais mais vastos.

Por aqui passa justamente a fronteira entre aquilo a que poderemos chamar o uso cientificamente orientado dos aparelhos de detecção de metais e as práticas predatórias ou recreativas de utilização dos mesmos: controle da informação e rigorosa referenciação de cada achado, para posterior análise de conjunto. Bem entendido, como em qualquer prática científica, percorrer campos com este fito destina-se somente a obter respostas para questionários previamente estabelecidos. Não se parte à procura do que possa haver, mas sim em busca do que possa documentar uma ocorrência que se deseja conhecer.

Em Portugal, as investigações de arqueologia militar com recurso a detectores de metais estão ainda a dar os primeiros passos. Contudo, há mais de vinte anos foi montado em Portimão um projecto inovador de combinação de práticas de detectorismo recreativo, amador, e usos científicos da informação produzida, com a subsequente incorporação dos materiais recolhidos em colecções públicas, o Projecto IPSIIS, depois, reformulado em Projecto "DETA – Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor", ambos relacionados com o produto das extensas e frequentes dragagens realizadas nas rias do Arade e Alvor.

O ponto de partida foi a acumulação dos dragados nas praias da região. As operações de dragagem, pelo seu volume e pelos seus ritmos são materialmente incompatíveis com a realização de acções prévias de minimização de impactes em larga escala. O resultado é a desarticulação de contextos arqueológicos subaquáticos conservados nos fundos destas rias. Contudo, o produto dessa desarticulação, depositado nas praias é passível de ser identificado e recolhido. Estamos perante aquilo a que tecnicamente se chama materiais arqueológicos fora do seu contexto primário de deposição, mas, ainda assim, portadores de informação histórica, na medida em que podem ser classificados e estudados pelos seus atributos intrínsecos: uma moeda romana cunhada sob Constantino ou uma outra, portuguesa, do reinado de D. João II são, em si, portadoras de um conjunto diversificado de informações independentes da sua deposição contextual. Estão fora de contexto primário de deposição, mas conservam alguma coordenada contextual, ou seja, sabemos que são objectos perdidos nas duas rias e que aqui chegaram, por haver actividade marítima e portuária nessas épocas.

No caso concreto destes projectos e mesmo com os materiais já fora do seu contexto primário, a concentração de objectos de cronologia similar em determinados lugares de despejo permite postular a existência de contextos primários

dessa mesma cronologia, ainda que de natureza desconhecida (barco naufragado, objectos arrojados às águas por razões rituais, "lixos de porto" ou outros). Assim, pode reconstituir-se um pouco da história das relações desta região com outras paragens, mais distantes ou mais próximas. Por outro lado, a coordenação das acções por parte do Museu de Portimão constitui a garantia de que esse acervo material estará disponível para fruição pública.

Por fim, mas não menos importante, a colaboração entre estes detectoristas recreativos e o Museu constitui um exemplo prático do envolvimento cidadão no resgate, conservação e divulgação de informação patrimonial histórica, indo ao encontro do que se propõe na *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, aberta a assinatura pelos Estados membros em Faro, a 27 de outubro de 2005 – <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention>.

Escusado será sublinhar que estes Projectos, pelas virtualidades de que se revestem e pelos bons resultados obtidos, são passíveis de replicar em outras situações similares, juntando esforços de instituições e pessoas para o enriquecimento da informação sobre o passado humano e o seu legado patrimonial, orientando a vontade e gosto de particulares pelo detectorismo recreativo, enquadrando-o devidamente, para conferir melhor qualidade à informação recolhida, pondo-a ao serviço de um bem comum.

Em suma, nem sempre a relação de detectoristas e arqueólogos tem de ser conflitiva, há caminhos virtuosos de diálogo que se podem percorrer, haja vontade para tal. E, sublinhe-se, tudo isto de fez e faz sem atropelo da Lei 121/99, provando que esta pode ser, na realidade, um mero instrumento de regulação, quando há boa fé e espírito de colaboração entre partes.

Para saber mais:

Sobre o *Portable Antiquities Scheme (PAS)* – <https://finds.org.uk/>

Smith, Alison A Critical Assessment of the Success of The Portable Antiquities Scheme, disponível aqui:

<https://archmdmag.com/a-critical-assessment-of-the-success-of-the-portable-antiquities-scheme-by-alison-smith-bahons/>

Gill, D. (2010) – "The Portable Antiquities Scheme and the Treasure Act: Protecting the Archaeology of England and Wales?". *Papers from the Institute of Archaeology*, 20, 1-11.

doi: <https://doi.org/10.5334/pia.333>

Barford, P. (2010) – "Archaeology, Collectors and Preservation: a Reply to David Gill". *Papers from the Institute of Archaeology*, 20, 16-23.

doi: <https://doi.org/10.5334/pia.335>

Moshenska, G. (2010) – "Portable Antiquities, Pragmatism and the 'Precious Things'". *Papers from the Institute of Archaeology*, 20, 24-27.

doi: <https://doi.org/10.5334/pia.336>

Sobre a Legislação portuguesa:

Lei 121 de 1999, de 20 de Agosto: Utilização de detectores de metais
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/121-1999-434009>

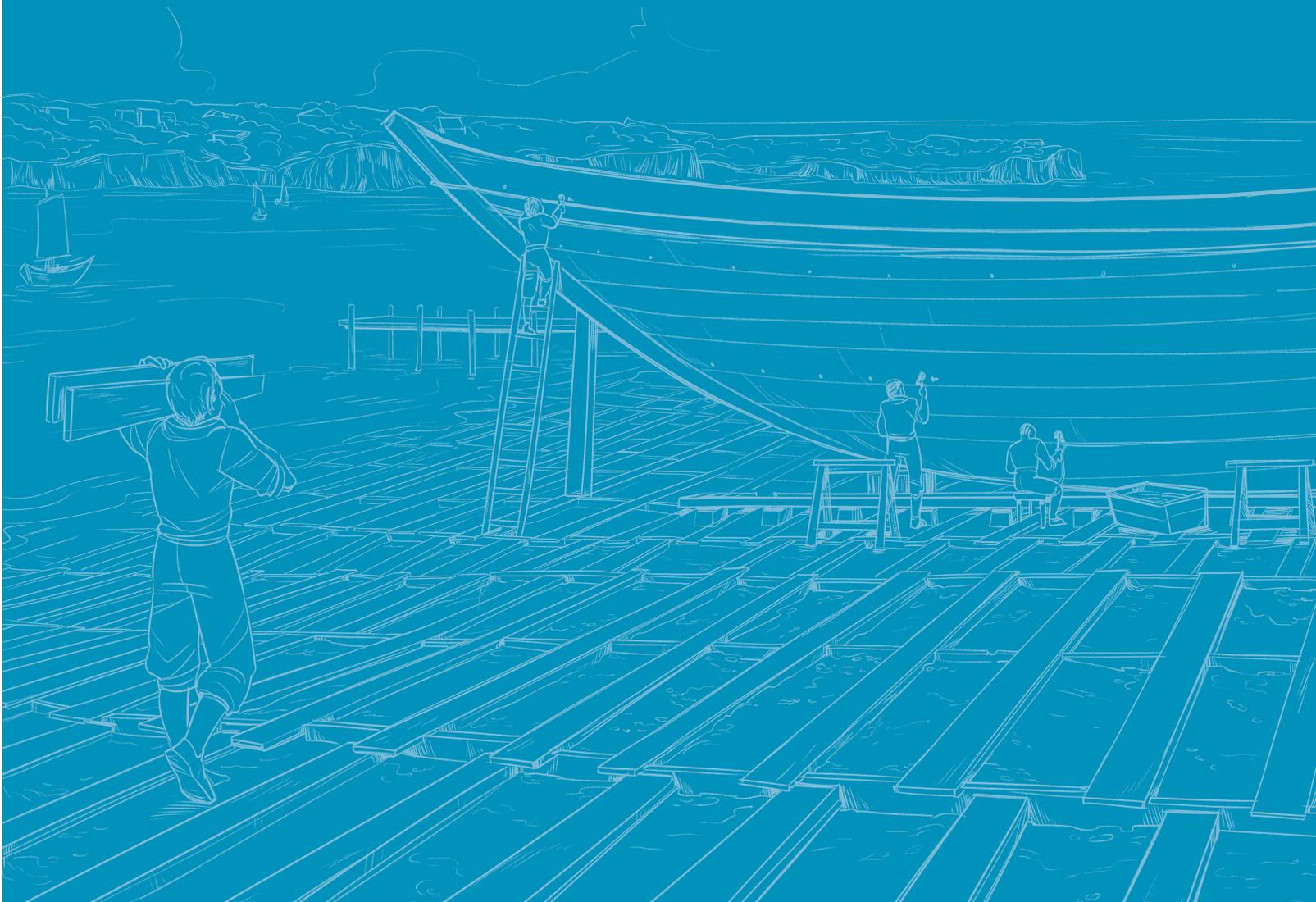
Sobre a *Convenção Quadro do Conselho da Europa*:

Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a Sociedade

<https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention>

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/49%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20quadro%20Conselho%20Europa%20valor%20patrim%C3%B3nio%20sociedade%202005.pdf>

Navegação e construção naval



Navegar, fundear e naufragar no rio Arade

Cristóvão Fonseca¹, José Bettencourt² e Gonçalo C. Lopes³

Os artefactos arqueológicos presentes na exposição “Histórias que o rio nos traz” transportam-nos para diferentes realidades e cronologias. Da proto-história à época contemporânea, estas peças “falam-nos” de temas tão diversos como o comércio, a guerra, ou mesmo a religião, oferecendo assim uma multiplicidade de significados. Dão-nos pistas de como era o quotidiano a bordo, qual a carga transportada pelos navios, de como estes eram construídos, equipados ou armados. Mas todos estes materiais arqueológicos têm um ponto em comum: ficaram esquecidos no leito do rio Arade. E podemos ir ainda mais longe. Terão sido muito provavelmente perdidos em naufrágios ou em operações portuárias, confirmando que este espaço foi ao longo do tempo um dos portos mais dinâmicos do Algarve, região já de si essencial na articulação entre o Mediterrâneo e o Atlântico e parte integrante do Golfo de Cádiz (Fig. 1).

No estado atual dos conhecimentos é difícil perceber com rigor como foi navegar e operar no Arade ao longo da história. Existem, contudo, diversas fontes de informação, nomeadamente escritas e arqueológicas, que nos permitem ter uma ideia dos desafios colocados aos agentes do mar que o exploravam, que aqui aportavam, à procura de abrigo, a fazer escala com destino a paragens mais longínquas, para proceder a trocas comerciais ou envolvidos em operações militares (Fig. 2).

De facto, sabemos que se navega no Arade há mais de dois milénios. A partir das evidências materiais que chegaram até nós, podemos afirmar que é em época romana que se verifica um aumento acentuado da utilização do rio Arade, na exploração dos seus recursos e como via de circulação, particularmente para fins comerciais. Destaca-se o elevado número de ânforas resgatadas ao rio (Silva *et al.*, 1987; Diogo, *et al.*, 2000; Fonseca *et al.*, no prelo), contentores cerâmicos



Fig. 1 – Vista aérea do estuário do rio Arade, sentido sul-norte (arquivo do Museu de Portimão) e localização no sudoeste peninsular (canto superior esquerdo).

¹ CHAM-NOVA-FCSH / cristovaofonseca@fcsh.unl.pt

² CHAM e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa / jbet@fcsh.unl.pt

³ CEAAAC, Universidade do Algarve / gnlopes@ualg.pt

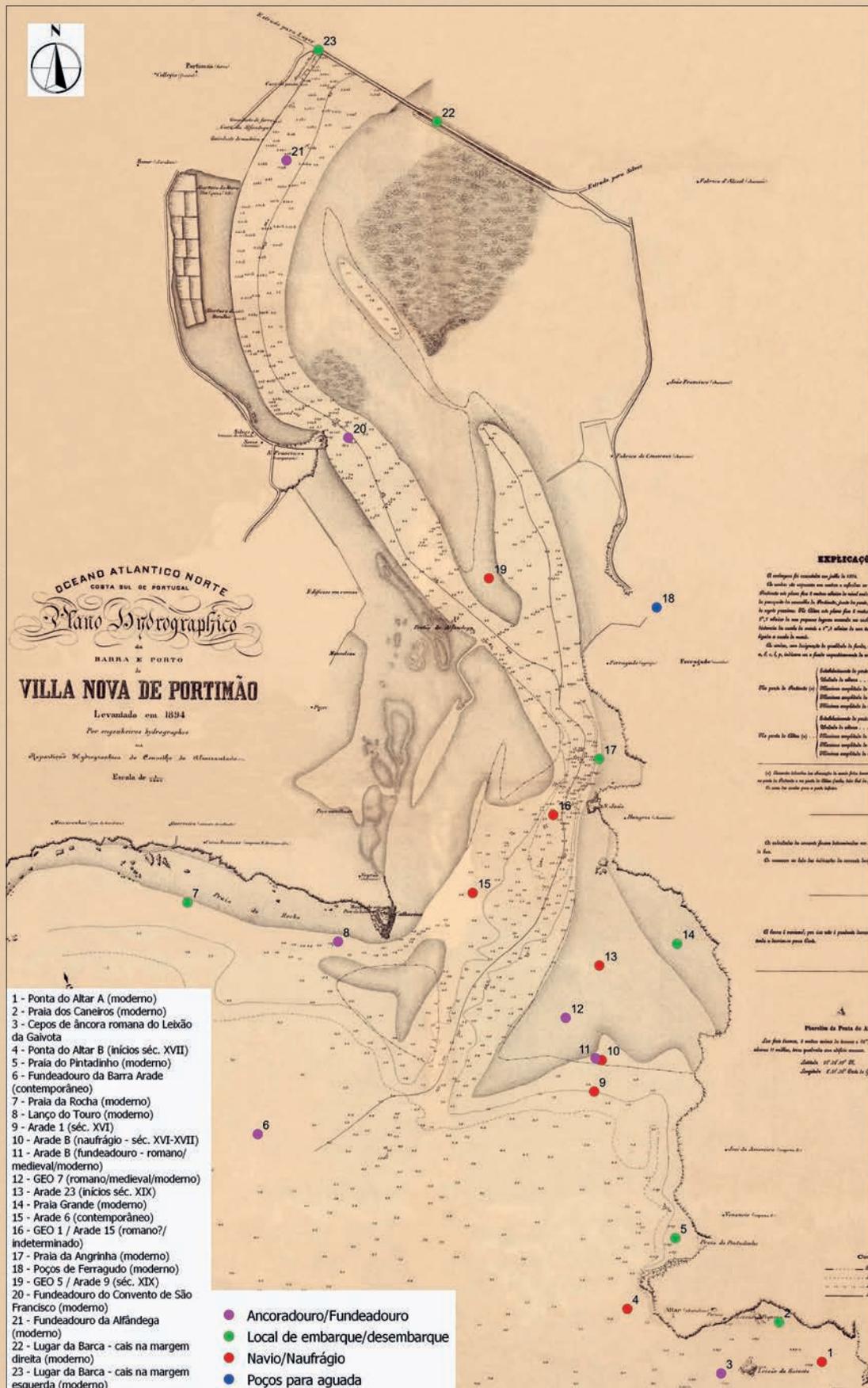


Fig. 2 – Principais arqueossítios e locais de interesse náutico identificados em mapas antigos do estuário e barra do Arade sobre cartografia de 1894* (esquerda) e 2001** (direita).

* Plano Hydrographico da Barra e Porto de Villa Nova de Portimão levantado em 1894 <<https://purl.pt/34520>> [Consulta: maio 2024].

** Carta Náutica da Barra e Porto de Portimão, Instituto Hidrográfico, 2001.

Navegar, fundear e naufragar no rio Arade

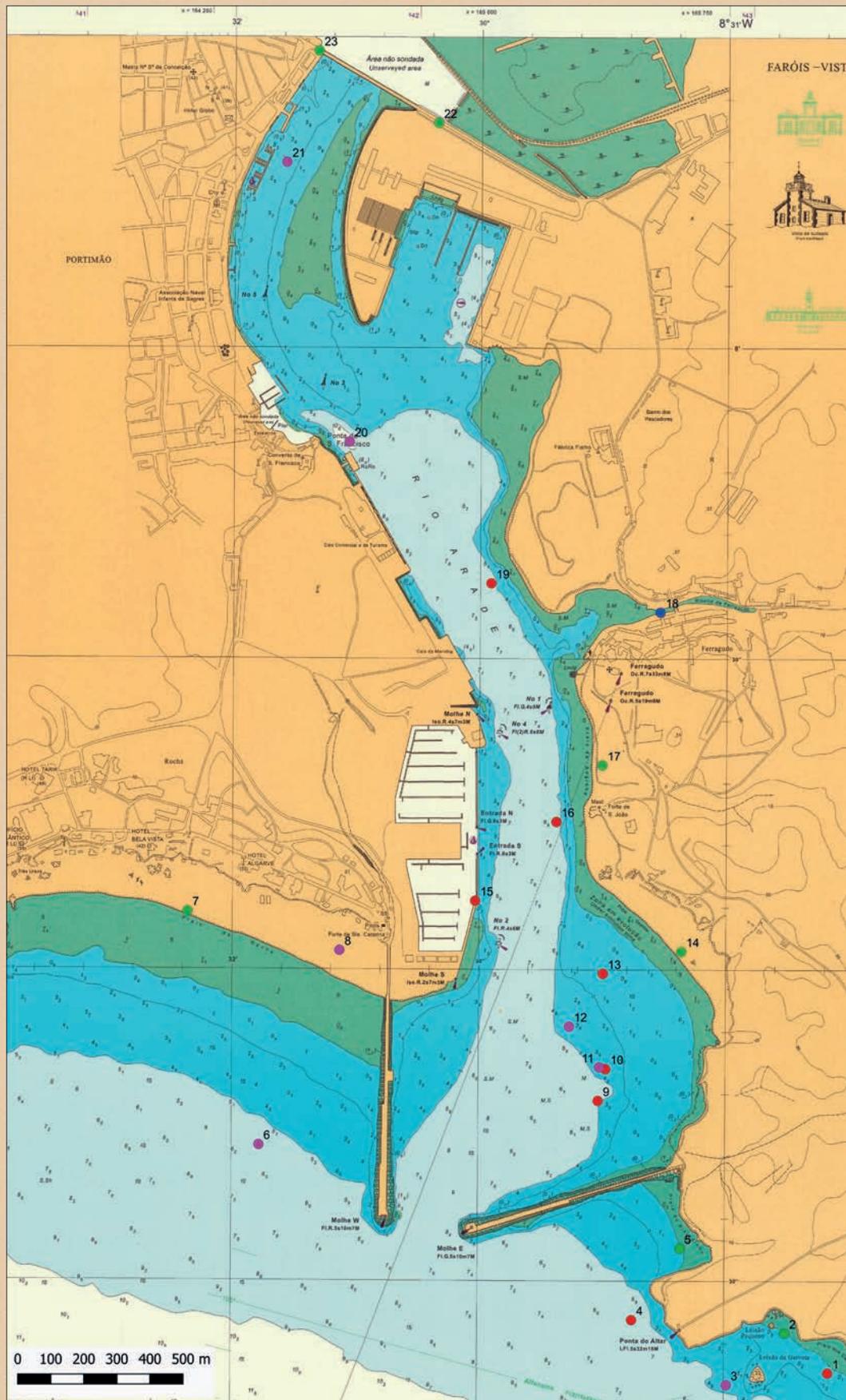




Fig. 3 – Recuperação de uma ânfora romana no sítio Arade B (à esquerda; fotografia: José Bettencourt). Reconstituição de ânforas acondicionadas num navio de época romana – Museo Nacional de Arqueología Subacuática, Cartagena (à direita; fotografia: Cristóvão Fonseca).

de transporte de bens alimentares, nomeadamente piscícolas, que representam a comercialização marítima por excelência em larga escala para todo o Império (Fig. 3). Estes e outros vestígios materiais levam alguns investigadores a interpretar este espaço como um complexo portuário de grande dimensão já na antiguidade clássica (Blot, 2003: 278-280; Fonseca e Bettencourt, 2019), cujas origens poderão remontar inclusivamente à época fenício-púnica. Esta hipótese encontra eco nas fontes literárias (Pompónio Mela, III, 1, 7), associando este espaço a *Portus Hannibalis* ou *Portus Magnus / Portus Magonis*, considerando inclusivamente a derivação do topónimo *Portimão* (Alarcão, 2004; Guerra, 2001: 336; Mantas, 2016: 42).

A exploração e exportação de recursos marinhos encontra-se bem representada e implicaria uma intensa atividade comercial de cariz marítimo (Fonseca, 2015: 101), subentendendo naturalmente a existência de frotas mercantes e piscatórias, potenciais estaleiros de construção e reparação naval, assim como de estruturas portuárias. São várias as notícias e evidências materiais de complexos de cetárias nas margens do estuário, como por exemplo no Estrumal/Portimões (Santos, 1971: 128), Convento de São Francisco, Baralha, Ferragudo (Fabião, 1994; Viegas, 2009, Anexo 1, Fig. 79) e no edifício Mabor (Botelho e Ferreira, 2016). Estes sítios deverão

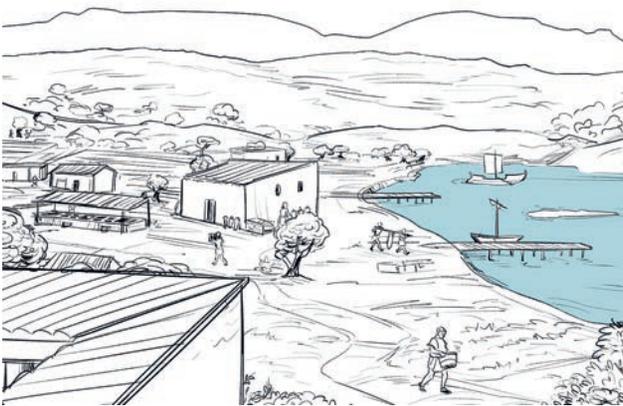


Fig. 4 – Reconstituição da paisagem marítima do estuário do Arade em época romana.

corresponder à designada segunda fase de produção lusitana, ou seja, a partir do século III d.C., nomeadamente na Mabor, onde se registaram ânforas típicas do século V d.C. (Fonseca *et al.*, no prelo).

Alguns locais têm sido reconhecidos como potenciais fundeadouros ou ancoradouros, quer na foz do rio, como por exemplo em Arade B⁴, onde abundam vestígios cerâmicos, nomeadamente anfóricos, datáveis entre os séculos II a.C. e o V d.C., ou já fora da barra, na envolvente do Leixão da Gaiyota, onde foram recuperados cinco cepos de âncora em chumbo que testemunham a navegação na antiguidade clássica (Fig. 5) (Alves *et al.*, 1988-1989; Fonseca, 2015). Não é difícil imaginar que nestes sítios, que integravam o complexo portuário, se faziam transbordos entre navios e embarcações mais pequenas e se aguardavam por marés favoráveis para entrar e sair da barra.



Fig. 5 – Cepos de âncora em chumbo (em primeiro plano), recuperados em torno do Leixão da Gaiyota, um dos quais integrado em reconstituição (exposição permanente do Museu de Portimão; fotografia: Cristóvão Fonseca).

Outros artefactos arqueológicos presumivelmente de época romana, recuperados⁵ fora do seu contexto primário, remetem para uma dimensão marítima e náutica, sendo ainda raros ou mesmo únicos na costa portuguesa: no sítio arqueológico GEO 1⁶, um fragmento de madeira de uma possível tábuca de forro de uma embarcação, que apresenta um sistema de ligação a outros elementos estruturais característico da antiguidade

⁴ O prolongamento de vestígios materiais, nomeadamente cerâmicos, no sentido noroeste leva a uma potencial associação entre este sítio e GEO 7. Refira-se também a presença de mais materiais arqueológicos análogos no sentido sul/sudoeste, inclusivamente até Arade 1 (Fonseca, 2015: 9 e 42).

⁵ Refira-se ainda o conjunto significativo de moedas romanas proveniente das dragagens que tem contribuído para considerar o Arade como um dos espaços portuários mais importantes do litoral algarvio (Teichner, 1997: 125; Blot, 2003: 280 e 281).

⁶ Nos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental do Projeto de Aprofundamento e Alargamento do Canal de Navegação do Porto de Portimão foi identificado neste sítio “um conjunto de madeiras em conexão” (AAVV, 2021, quadro 22: 2).



Fig. 6 – Artefactos de época medieval recuperados no Arade: jarro ou pequeno cântaro vidrado a amarelo e decorado a manganês, século XI (em cima, à esquerda); prato *trinchero/tallador*, decorado com busto militar, século XIV (em baixo, à esquerda) (desenhos: Paula Sousa, revisão Vera Freitas; fotografias: Arquivo do Museu de Portimão e Cristóvão Fonseca); espada, séculos XIII-XIV – fotografia da concreção (fotografia: arquivo do CNANS), radiografia (Laboratório José de Figueiredo) e proposta interpretativa (Cristóvão Fonseca) (Fonseca, 2015: 108-119).

clássica, constituído por mecha-respiga-cavilha (Alves, 2005); entre as areias dragadas ao Arade, duas sondas em chumbo e uma âncora em ferro, esta última um achado singular em águas atualmente portuguesas, que contrasta com os numerosos cepos de âncoras em chumbo (Alves, 1988-1989).

Não sabemos como seriam as embarcações romanas que sulcavam as águas do Arade. Contudo, considerando a intensa atividade comercial marítima subentende-se a presença de *corbitae*, navios de carga padrão da frota mercante romana (Freire *et al.*, 2007: 284; Mantas, 2016: 36). Menos categórica, mas mesmo assim provável, seria a presença de navios de guerra, ou pelo menos de transporte de militares e/ou armamento para as legiões romanas, dedução apoiada a partir dos artefactos de cariz bélico, como balas de funda e uma *phalera* (condecoração militar), todos recuperados aos dragados por detetoristas do grupo IPSIIS/DETTA e presentes na exposição.

Mas o Arade também terá tido um papel importante no processo de romanização deste território. Para além de alguns achados pontuais resgatados aos dragados, como por exemplo cerâmica campaniense (Silva *et al.*, 1987: 203 e 204) e ânforas vinárias provenientes da Península Itálica, os materiais de época republicana encontrados no Ilhéu do Rosário, a

montante do estuário, na confluência da Ribeira de Odelouca (Gomes *et al.*, 1995: 32 e 33), sugerem ali a existência de um estabelecimento estratégico – porventura militar – neste eixo de controlo da circulação e de penetração pelo *hinterland*. Neste âmbito, refira-se ainda o sítio da Idade do Ferro no Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993), já próximo de Silves, cujo espólio é típico das feitorias púnicas do sul da Península Ibérica e cuja implantação estará com certeza associada a um rio navegável.

Durante a antiguidade clássica, a foz do Arade integraria a *Western Maritime Route*, definida por Mario Jurisic (2000: 47-49), e que ligava o sul da Hispânia – Lusitânia, Bética e Tarraconense – à Gália e à Península Itálica, estando incluída na estratégia comercial definida por Roma. Neste quadro, teria com certeza um papel preponderante na articulação com a faixa oeste atlântica (Fonseca, 2015: 100).

Esta navegabilidade ter-se-á mantido até ao advento da modernidade, embora se reconheça uma dimensão potencial e progressivamente cada vez mais bélica. *Xelb*, a Silves medieval, assumiu-se como capital fortificada defendida por um sistema de torres-atalias posicionadas ao longo do rio (Gomes, 1997: 251, fig. 1). De facto, sabemos que a grande cidade fortificada do Gharb al-Ándalus, localizada a montante

do estuário, assegurava uma intensa atividade náutica, com um ancoradouro e um estaleiro de construção naval (Coelho, 1989).

Uma frota militar naval criada a partir de 858 asseguraria o domínio islâmico do espaço marítimo e ribeirinho, com objetivo de proteger o território das expedições normandas e vikings (Musset, 1992: 90; Lirola Delgado, 1993: 115). Neste contexto, destaca-se a crónica da batalha naval ocorrida no rio Arade em 966, entre uma frota viking e outra muçulmana, saída de Sevilha. Segundo o cronista árabe Ibne Adari, a incursão, que teria o objetivo de atingir *Xelb*, terá sido mal sucedida, tendo-se registado o afundamento de vários navios no evento bélico (Coelho, 1989: 129-130).

Embora mais reduzido, o conjunto artefactual de época medieval recuperado do rio (Fig. 6) – como por exemplo as peças cerâmicas vidradas e decoradas a manganês, os achados excepcionais de uma espada e um prato com decoração de um guerreiro⁷ ou moedas⁸ –, comprova a passagem e presença islâmica e cristã nesta via de penetração que dava acesso a *Xelb*/Silves (Fonseca, 2015: 120-122). Também a fauna ictiológica e mamalógica costeira e estuarina identificadas em contextos habitacionais no Castelo de Silves (Gomes, 2002: 84) confirmam uma articulação deste espaço mais interior com a exploração de recursos marinhos a jusante do rio.

Após a “reconquista”, continuou a existir tráfego flúvio-marítimo no porto de Silves. O rio ainda terá sido navegável até ao século XVII, como referido por Alexandre Massaii (Guedes, 1988-1989). Contudo, o progressivo assoreamento do canal de navegação, que condicionou a navegação a montante (Magalhães, 1970: 190; Blot, 2003: 282) levou a que, com a conquista cristã definitiva do Algarve no século XIII, se iniciasse uma mudança no paradigma de povoamento na bacia do rio Arade, determinada pelas atividades marítimas, que ganharam novo fôlego (Fonseca, 2015: 17).

Exemplo desta tendência é a concessão dada em 1463 por D. Afonso V a um grupo de moradores do lugar de Portimão para a fundação da povoação de São Lourenço da Barrosa, cujos privilégios permitiram em pouco tempo a autonomia em relação a Silves, a cujo termo pertenciam. Este evento é considerado por alguns autores como o momento primordial da constituição de Portimão enquanto centro urbano, marcando o início da afirmação do seu papel na região (Ventura e Marques, 1993: 10).

De facto, ao longo da centúria de quinhentos, verifica-se a transição das funções portuárias para jusante, junto à foz do rio Arade, que até então se localizavam em Silves. O porto de Portimão tinha condições naturais para acolher navios com entre 150 e 200 toneladas. Outra referência, de Frei João de São José, destaca que a vila tinha “boas condições para a carga, pois o porto está junto das casas e tem cem braças de altura”⁹ (Magalhães, 1970: 189 e 237; Blot, 2003: 282).

A partir do último quartel do século XV, Vila Nova em Portimão também se afirma em detrimento de Lagos, que tinha até então assumido um papel estratégico no contexto da conquista portuguesa das praças do norte de África. Apesar

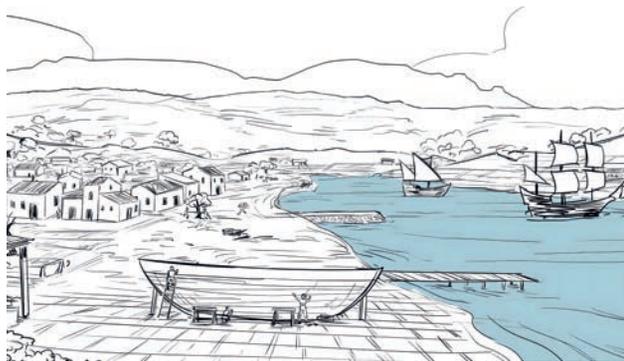


Fig. 7 – Reconstituição da paisagem marítima do estuário do Arade em época moderna.

de contar com poucos moradores em meados de quinhentos, Portimão surgia já com 1500 fogos na segunda metade do século XVI. De facto, entre 1492 e 1538, no conjunto das viagens e expedições em que os portugueses participaram na Rota das Índias, a vila ocupava o 2.º lugar no Algarve e o 4.º a nível nacional (Ventura, 2005: 182).

A importância do Algarve neste período justificou a implantação de um sistema defensivo costeiro ao longo da costa, que no Arade se materializará no amuralhamento da vila¹⁰, ainda na segunda metade do século XV, assim como na construção do Forte de Santa Catarina e do Castelo de São João no século XVII (Carrapiço *et al.*, 1974). Da mesma maneira, são constituídas armadas para patrulhar a costa e fazer frente à intensa atividade de pirataria, sabendo-se, por exemplo, que em 1552 estavam estacionadas em Portimão duas embarcações dos vinte navios latinos e quatro galeões que D. João III armara para defender a costa portuguesa, frota posteriormente reforçada na dinastia Filipina (Guerreiro, 1999: 125 e 126).

A afirmação do porto de Vila Nova de Portimão estimulou uma intensa atividade de construção e reparação naval na foz do rio, dinamizada pela Coroa através da atribuição de privilégios desde finais do século XV. A título de exemplo refira-se a isenção da dízima para construção de navios de elevada tonelagem, promovida por D. Manuel I no foral de 1504, a posterior exclusividade dos habitantes locais no acesso à madeira da Serra de Monchique, a montante, ou a autorização de corte de madeiras naquela serra dada por D. Sebastião em 1563 condicionada à construção de embarcações destinadas à pesca e navegação dos naturais de Vila Nova (Magalhães, 1970: 191; Marques e Ventura, 1990: 52-55; Ventura, 2009: 2).

Na segunda metade do século XVI já se verificava na região uma considerável extração de madeira para a construção naval, pois para evitar a desflorestação foi proibido “cortar madeira para naos, navyos, carauellas e barcas no Reyno do Allguarue” sem licença régia. É interessante a invocação dos mordomos e mareantes de Vila Nova de Portimão dos condicionalismos de tal decreto, levando o rei a transferir para o corregedor da comarca de Lagos a concessão de licença (Magalhães, 1970: 178).

⁷ Estes dois artefactos, identificados em Arade B e datáveis entre os séculos XIII-XIV, vêm reforçar o prolongamento no tempo da dimensão bélica anteriormente referida (Fonseca, 2016: 424, nota 13).

⁸ De entre os numismas recuperados pelos detetoristas do grupo IPSIIS/DETD, para a época medieval, destacam-se dois conjuntos: 50 moedas de D. João I de Portugal (1385-1433) e Henrique de Trastâmara de Espanha (1366-1379) e 30 moedas de Eduardo III de Inglaterra (1327-1377) (Castro, 2002: 52). Ambos os grupos, identificados em áreas relativamente pequenas e com datações muito aproximadas, levantam a hipótese de provirem de contextos arqueológicos de naufrágio perturbados pelas dragagens (Fonseca, 2015: 120-121).

⁹ A leitura do trecho correspondente dá a entender que se refere à povoação de Mexilhoira Pequena, atual Mexilhoira da Carregação, na margem esquerda, localizada cerca de dois km a montante de Portimão (Loureiro e Pereira, 2023: 102).

¹⁰ A muralha de Vila Nova de Portimão tinha um perímetro irregular e estendia-se até à frente ribeirinha (<<https://www.e-cultura.pt/artigo/20495>> [Consulta: maio 2024]).

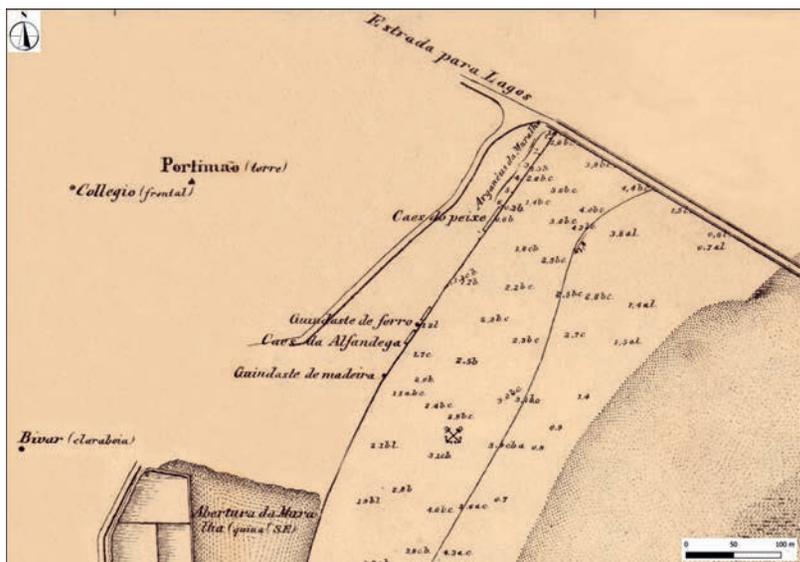


Fig. 8 – Reminiscência do topónimo “Caes da Alfandega” e potencial ancoradouro (símbolo com duas âncoras entrelaçadas) (excerto do Plano Hydrographico da Barra e Porto de Villa Nova de Portimão levantado em 1894 – <<https://purl.pt/34520>> [Consulta: maio 2024]).

Para a construção de navios chegava assim a Portimão abundante madeira oriunda da serra, nomeadamente sobreiro, azinheira e carvalho para o cavename. Outros materiais

vinham de mais longe. Para os elementos longitudinais e lineares, como o tabuado do casco, provinha pinho da região do Mondego. Outras matérias-primas eram provavelmente importadas de fora do país, como o breu, ferragens e telas para o velame, provenientes de Espanha, Itália e Flandres, nalguns casos com isenção de taxas (Magalhães, 1970: 190).

As embarcações construídas no Arade eram utilizadas nas atividades marítimas locais, muitas relacionadas com a exploração dos recursos naturais, mas eram também vendidas para todo o país e para o estrangeiro. Os estaleiros do Algarve, e o de Portimão não seria exceção, exportavam navios para Marrocos, para a carreira da Índia e particularmente para a Andaluzia (Magalhães, 1970: 191).

De facto, o desenvolvimento da pesca e construção naval, aliado ao transporte de mercadorias, permitiu um particular dinamismo portuário no estuário do Arade ao longo da centúria de seiscentos. Embora se reconheçam dificuldades comerciais provocadas pelo corso e pirataria durante a União Dinástica (Lorenzo, 1999: 24), é evidente a relevância que o Algarve teve no processo expansionista ibérico. A atividade mercantilista de Vila Nova seria efetivamente intensa, detendo Casa de Portagem e Alfândega (Ventura, 2005: 2). Esta última, localizava-se na frente ribeirinha da vila, junto ao rio, em local onde o topónimo “Caes da Alfandega” ainda sobrevive em cartografia de 1894¹¹, e onde é ainda possível registar um ancoradouro localizado a apenas cerca de 100 m de distância (Fig. 8).



Fig. 9 – Traça da Vila Nova de Portimão, por Alexandre Massai (1621). Arquivo do Museu de Lisboa, Códice Vieira da Silva, fls. n.º 32; Vila Nova de Portimão por Alexandre Massai (1607-1617). In “Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do Rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Cadaval, n.º 29, fl. 39.

¹¹ A alfândega de época moderna localizar-se-ia em zona ligeiramente mais interior, cerca de 70 m, próximo da Porta da Ribeira, área entretanto roubada ao rio, fenómeno frequente ao longo do século XIX nas frentes ribeirinhas dos principais núcleos urbanos.



Fig. 10 – Madeiras de navio de construção ibero-atlântica e moitão com cabo em Arade B (à esquerda) (fotografia: Miguel Aleluia, arquivo do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática – CNANS); cerâmicas sevillanas dos séculos XVI-XVII associadas ao mesmo sítio (à direita) (desenhos: Paula Sousa, revisão: Vera Freitas, fotografias: Cristóvão Fonseca).

Algumas representações cartográficas permitem analisar a nova dinâmica náutica e portuária, mas sobretudo identificar alguns dos desafios colocados a quem entrasse e saísse do porto de Portimão. A descrição e iconografia produzida na primeira metade do século XVII por Alessandro Massai¹², engenheiro do reino, é particularmente fértil no que toca a referências à navegabilidade da barra e estuário do Arade, assim como às condições portuárias de Vila Nova de Portimão (Fig. 9).

Em primeiro lugar, na carta de Massai são visíveis vários navios à vela de dois e três mastros, subentendendo a presença de caravelas, naus ou galeões, mas também navios de remos e embarcações auxiliares¹³ (Domingues, 2007).

De facto, várias embarcações preenchem não só a barra e os canais navegáveis interiores, mas também permitem reconhecer zonas de ancoradouro e fundeadouro. Estes navios fundeados encontram-se não só em frente da zona ribeirinha da vila, nomeadamente nas imediações da Porta da Ribeira e da Alfândega, mas também em frente ao Mosteiro de São Francisco¹⁴. Refira-se ainda o local de fundeio na embocadura¹⁵, na margem direita, para aguardar maré para subir o rio: “*Hé o Surgidouro onde os navios esperão maré para entrarem pella Barra adentro aq chamão o Lanço do Touro*” (Fonseca, 2015: 17 e 18).

São diversos os locais de embarque e desembarque assinalados em ambas as margens, incluindo cais, nas imediações da vila amuralhada e na margem oposta¹⁶, praias (atual Praia da Rocha, Praia Grande e Praia dos Caneiros), e angras (Praia da Angrinha e Praia do Pintadinho). Interessante é também a menção à existência de poços de água doce na Ribeira de Ferragudo, onde os navios faziam a aguada¹⁷.

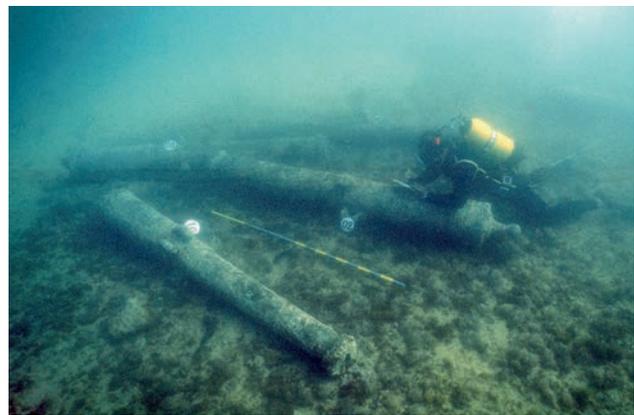


Fig. 11 – Núcleo principal de Ponta do Altar B com cinco bocas-de-fogo em bronze (fotografia: arquivo do CNANS).

É clara a identificação de dois canais de entrada na barra. A entrada principal corria ao longo da margem esquerda, sendo que com a preia-mar “... *entra por élla navios de 300 toneladas segundo dizem os pilotos*”, enquanto um outro canal mais pequeno localizar-se-ia próximo da margem direita¹⁸. Na mesma documentação de Massai é claro o desenho e descrição de um amplo banco de areia que medeia estes dois canais: “*Hé Baixo que não naveguão navios por sima delle*”.

A cartografia histórica de época moderna documenta alterações significativas na embocadura e nas condições de navegação no rio Arade. Algumas destas transformações poderão ter ocorrido num curto espaço de tempo, sugerindo uma considerável dinâmica sedimentar, levando à criação de

¹² Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e Larache. Arquivo Nacional Torre do Tombo, PT/TT/CCDV/29.

¹³ Tal como noutros portos algarvios, em Vila Nova de Portimão “armam-se barcas e caravelões, caravelas e navios redondos, naus e galeões” (Magalhães, 1970: 190).

¹⁴ Cartografia de finais do século XIX registam neste local profundidades que chegam aos c. 15 m (*Plano Hydrographico da Barra e Porto de Villa Nova de Portimão levantado em 1894*).

¹⁵ No Plano Hidrografico da Barra e Porto de Vila Nova de Portimão de 1916 está identificado um ancoradouro ao largo da barra, nas batimétricas dos c. 6/7 m de profundidade.

¹⁶ É sugestiva a localização destes cais de embarque e desembarque, no espaço atualmente ocupado pela ponte rodoviária antiga sobre o rio, inicialmente construída em madeira e concluída em 1876. De facto, este seria desde há muito um local de travessia entre as margens, assegurado através de uma barca de passagem, e por isso mesmo designado como Lugar da Barca (<<https://www.cm-portimao.pt/menus/servicos/cultura/patrimonio-arquitetura-e-engenharia-civil>> [Consulta: maio 2024]).

¹⁷ “Lugar em que um navio pode abastecer-se de água proveniente de nascente ou ribeira.” (Leitão e Lopes, 1990: 19).

¹⁸ “*Hé hú canáizinho poronde entrão Bárquos e Caravéllas na prea már*”.

diferentes bancos de areia e à abertura de diferentes canais à entrada e saída da barra. Estas mutações, de difícil previsão e percepção, terão, por sua vez, colocado consideráveis constrangimentos à navegação, potenciando a ocorrência de acidentes e de naufrágios (Fonseca, 2015: 18 e 19).

São vários os vestígios arqueológicos que documentam a ocorrência de naufrágios de época moderna no estuário e barra do Arade. O navio Arade 1, descoberto ainda na década de 1970 durante as dragagens, destaca-se devido ao seu estado de conservação, mas também por ter permitido um estudo dendrocronológico que indica que terá sido construído em finais do século XVI com madeiras originárias da França ocidental (Domínguez-Delmás *et al.*, 2012). Na zona de Arade B, além de evidências de ancoragem, foram identificados os vestígios de um navio de construção ibero-atlântica associável a uma carga andaluz, nomeadamente sevilhana, dos

séculos XVI-XVII (Fig. 10) (Fonseca, 2015). Na Ponta do Altar B, na embocadura do Arade, destaca-se a identificação de dez bocas-de-fogo em bronze, que poderão pertencer a um navio ao serviço da Coroa de Espanha, datado de inícios do século XVII, em pleno período de União Ibérica (Fig. 11) (Alves, 1997; Bettencourt *et al.*, 2007). Em frente à Praia dos Caneiros foram identificadas cinco peças de artilharia em ferro no sítio que é denominado Ponta do Altar A (CNS 10837¹⁹).

De facto, a arqueologia permitiu reconhecer cascos de embarcações de madeira naufragadas, construídos de diferentes formas e com origens presumivelmente distintas. Se por um lado, existem navios construídos segundo a tradição de forro liso em esqueleto primeiro (*skeleton first*²⁰), como Arade 1 e Arade B, também se conhecem madeiras que provavelmente terão pertencido a um navio construído em casco trincado ou concha primeiro (*shell first*²¹), presumivelmente datável entre

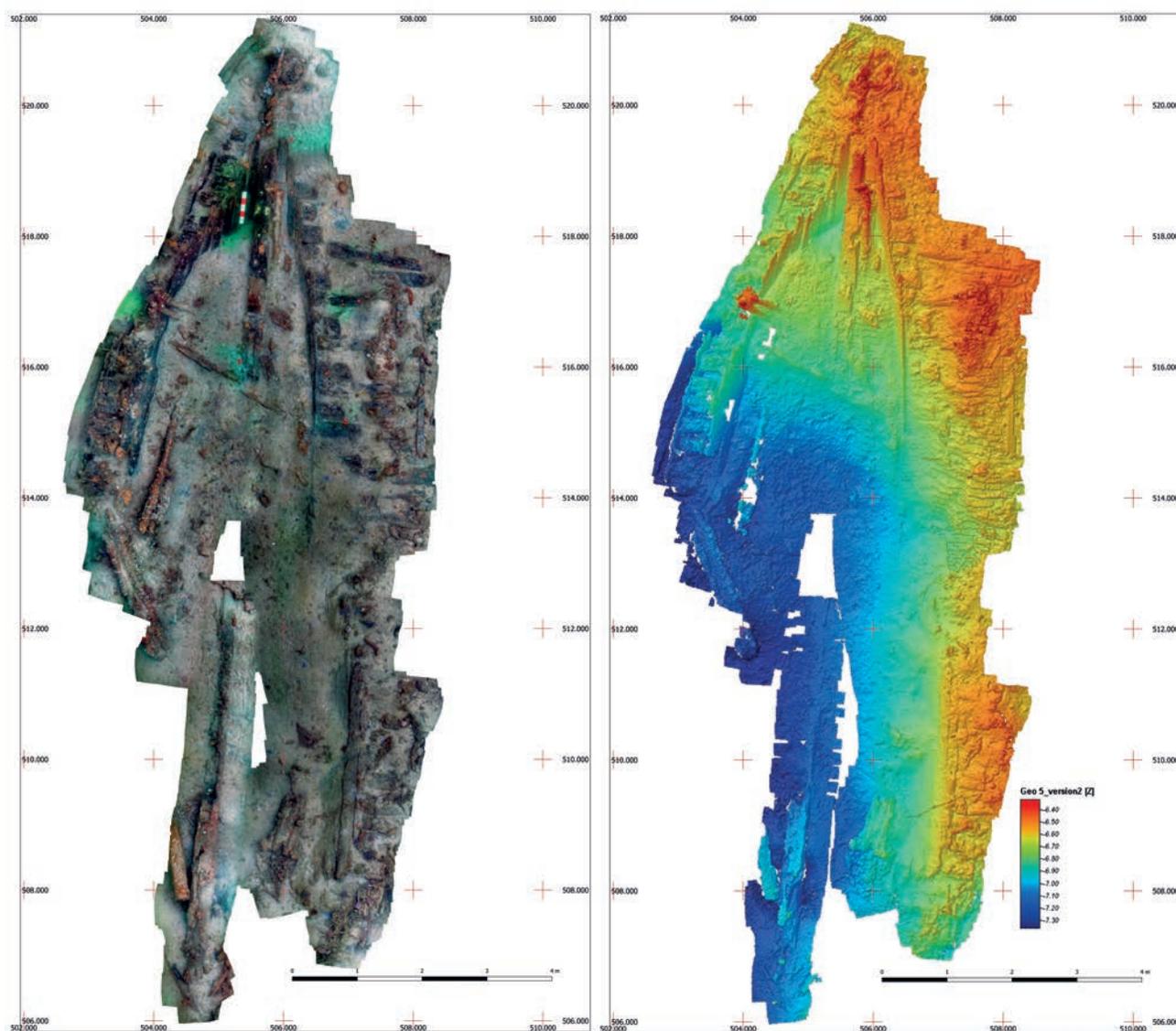


Fig. 12 – Ortofotografia e modelo digital de terreno a partir de levantamento fotogramétrico do navio do século XIX GEO 5/Arade 9 (Fonseca e Bettencourt, 2019, fig. 4: 221).

¹⁹ <<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=53866>> [Consulta: maio 2024]; Código Nacional de Sítio (CNS), Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica / Portal do Arqueólogo.

²⁰ Expressão que significa que o cavername assume o papel preponderante no desenho e desempenho estrutural do casco. Trata-se de um princípio construtivo que começa pela colocação dos elementos estruturais longitudinais – quilha, roda de proa, couce, cadaste – à qual sucede a colocação do cavername. O processo termina com a colocação dos elementos do forro exterior e interior, de acordo com as linhas predefinidas pelo cavername.

²¹ Expressão que significa que o forro assume o papel principal. Trata-se de um princípio construtivo que começa pela ereção do tabuado, em que cada uma das fiadas de tábuas sobrepõe parcial e longitudinalmente a anterior e que define as linhas orientadoras da forma do navio. Posteriormente, o cavername é talhado de modo a encaixar nas tábuas, assumindo um papel secundário na arquitetura da embarcação.

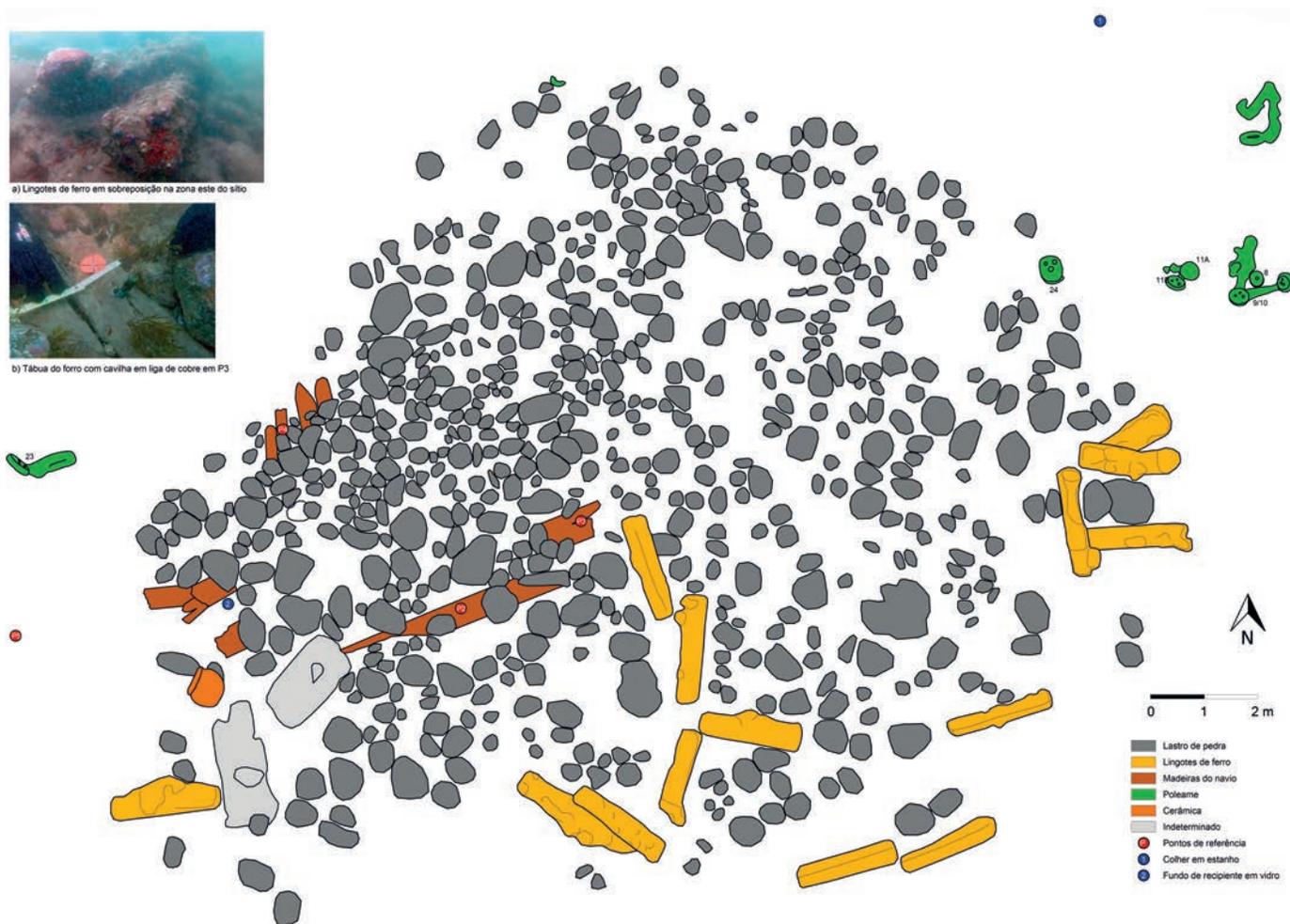


Fig. 13 – Planta vetorial e interpretativa do sítio de naufrágio de inícios do século XIX Arade 23 (Fonseca et al., 2023, fig. 3: 356).

os séculos XV-XVII²². Este último caso remete-nos para uma das descobertas mais mediáticas das dragagens de 1970, onde se terá identificado um navio com estas características construtivas – designado por Arade 2 –, mas que não voltou a ser relocado, pelo menos de forma integral, conforme aconteceu com Arade 1 (Fonseca, 2015: 10).

Até ao século XX a navegação no rio Arade foi condicionada pela instabilidade sedimentar dos seus fundos, sendo de destacar a influência que o sismo de 1755 terá tido na hidrodinâmica estuarina. O progressivo assoreamento que se fez sentir levou a que no século XVIII a barra apresentasse uma profundidade de apenas 4,8 m na maré alta (Castro, 2005: 54). Não é por isso de estranhar a recuperação de várias sondas em chumbo de diferentes épocas nas areias dos dragados do Arade (peças G240, G284, Y829 e K157). Utilizado para medir a profundidade a partir do navio e conhecer qual o tipo de fundo, através da aplicação de sebo na base, este é um dos instrumentos náuticos mais importantes e mais antigos. Eram particularmente utilizados no acesso ao porto, onde as baixas profundidades e fundos de rocha poderiam colocar sérios perigos à navegação (Galili et al., 2009: 343; Leitão e Lopes, 1990: 488 e 489).

Como referido anteriormente, até ao episódio catastrófico de 1755 a entrada da barra deveria ser preferencialmente feita

junto à Ponta do Altar, sendo de seguida alinhada com o Forte de São João. Em 1812 é referido que a entrada só poderia ser feita com dois terços da enchente, tendo como rumo esta fortificação localizada na margem esquerda, procurando evitar os baixios da margem oposta “que deitam muito ao largo; e quando se esteja bem chegado ao mesmo forte, deve-se governar sobre a ponta e convento dos capuchos (...) podendo-se ali fundar comodamente” (Loureiro, 1909: 187 e 188).

Estes desafios à navegação poderão ter influenciado a perda dos navios ainda não identificados, mas designados arqueologicamente como GEO 5/Arade 9 (Fig. 12) e Arade 23 (Fig. 13). Com escasso espólio associado, construídos em madeira, com pregadura e forro das obras vivas²³ do casco em liga de cobre, estas embarcações do século XIX representam o *optimus* da navegação à vela na iminência da afirmação da navegação a vapor²⁴. Poderão corresponder ainda à materialidade direta destas dificuldades colocadas a quem subia ou descia o rio, GEO 5/Arade 9, ligeiramente a montante da foz e já em zona estreita, e Arade 23 já próximo da Praia Grande (Fonseca, 2005; Fonseca e Bettencourt, 2019; Fonseca et al., 2023).

Mais uma vez o recurso à cartografia histórica permite perceber que as dificuldades para aterrar no porto de Portimão

²² Uma caverna foi datada por radiocarbono entre 1440 e 1660 (Bettencourt et al., 2006: 264); estas peças em trincado foram identificadas na área de Arade B (Fonseca, 2015: 182).

²³ A parte do casco de uma embarcação que se encontra submersa.

²⁴ Poderá também incluir-se neste contexto tecnológico naval e cronológico do século XIX a estrutura náutica em madeira identificada aquando da construção da Marina de Portimão em 1998 (Processo CNANS 1996/022), à época denominado como Arade 6 (Processo CNANS 1996/022).

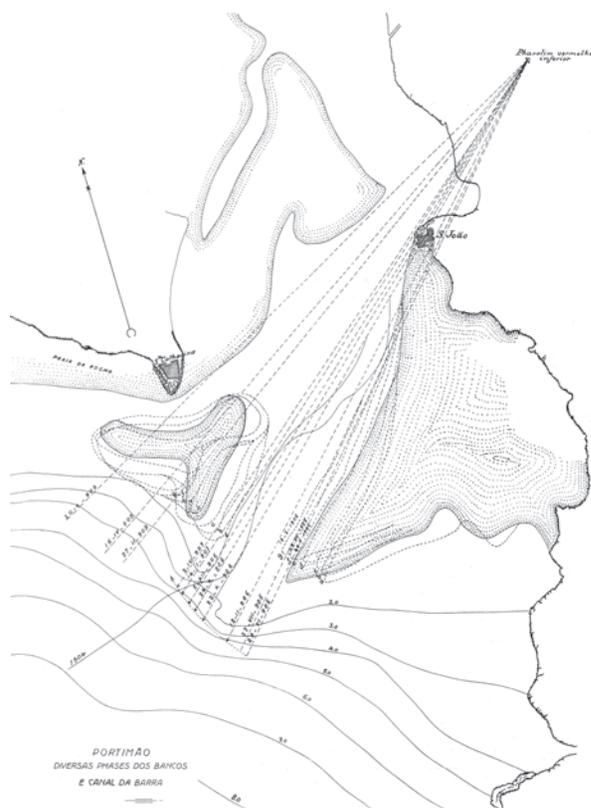


Fig. 14 – Diversas fases dos bancos e canal da barra de Portimão (Carvalho, 1916).

continuam a fazer-se sentir, ainda mais considerando as exigências de tempos cada vez mais globais e industriais que obrigam a proporcionais condições portuárias: entre 1894 e 1916, verificaram-se mobilizações de sedimentos em várias zonas da barra e no interior do estuário, que chegaram a ultrapassar os 300 m de extensão (Fig. 14) (Carvalho, 1916: 89 e 90).

Considerando o anteriormente exposto e confrontando a cartografia histórica, as fontes escritas e os sítios arqueológicos subaquáticos conhecidos, é possível reconhecer, *grosso modo*, dois canais de navegação históricos, para entrada e saída da barra, embora se reconheçam diferentes configurações que nem sempre terão sido utilizados em simultâneo e de forma regular ou bem sucedida. Um acompanharia a margem direita do estuário do Arade, o outro localizar-se-ia ao longo da margem oposta. No canal da margem esquerda, utilizado por navios de maior calado, como já indicado anteriormente, reconhece-se uma proliferação de contextos arqueológicos de naufrágio sugerindo que ali estaria a via preferencial e/ou mais perigosa (Fig. 2). O assoreamento que terá ocorrido, pelo menos a partir de meados do século XIX nesta entrada oriental da barra, para além de inviabilizá-la como eixo navegável, terá contribuído significativamente para a preservação destes arqueossítios subaquáticos até a sua descoberta e parcial destruição pelas dragagens de 1970²⁵.

Para permitir a operação do porto por navios de maior calado, foram realizadas ao longo do século XX obras de grande envergadura no estuário, como a construção dos molhes de proteção da barra e as dragagens do canal de acesso e da bacia de manobras no anteporto de Portimão.

Como já desenvolvido anteriormente noutros capítulos desta publicação, estas obras mudaram de forma irreversível o leito da foz do Arade e tiveram um impacto muito significativo no seu património submerso (Fonseca, 2015: 20).

Os sítios arqueológicos referidos anteriormente foram direta ou indiretamente afetados, nomeadamente nas profundas e extensas dragagens de 1970. A grande maioria dos artefactos desagregados do seu contexto primário e posteriormente recuperados por detetoristas – que serviram para alimentar as praias dos concelhos de Portimão e Lagoa – estiveram a bordo de navios e embarcações históricas que a determinado momento se perderam, tendo repousado durante séculos ou mesmo milénios no leito do rio Arade.

Parte dos materiais metálicos recuperados integrariam a própria estrutura dos navios. Cavilhas e pregos abundam, nomeadamente em liga de cobre (peças G293, H177, K096, Y765, K097 e Y846) – mais resistente que o ferro – elementos essenciais na agregação das várias peças em madeira que compunham e davam forma às embarcações (Crisman e Jordan, 1999: 253; Chapelle, 1967). Outros materiais, como cordões em chumbo (peças H250 e Y793), que eram colocados entre as juntas do tabuado, ajudavam a calafetar o casco, assegurando a sua impermeabilização (Blake, 1986: 7). Alguns destes elementos, particularmente as pregaduras, também poderão ter sido utilizados noutras infraestruturas portuárias, nomeadamente as localizadas nas margens, como cais, rampas ou grades de maré, por sua vez apoiadas em estacaria palafítica (como a ponteira de estaca de fundação Y768). Estes pregos e cavilhas são elementos que, desagregados das outras peças, nomeadamente de madeira, tornam difícil a identificação da estrutura específica a que pertenceriam, assim como a atribuição de uma cronologia, visto que por muitas vezes se regista a prevalência no tempo do uso de determinadas matérias e tecnologias²⁶ (v. Reconstituição de um estaleiro de construção naval na margem do Arade, *Navio e embarcações*, nesta publicação).

Outras peças metálicas ganham, contudo, algum destaque, considerando a sua funcionalidade e relevância na própria arte de navegar, mas pontualmente também pelo seu valor estético. Para além das sondas de chumbo (peças G240, G284, Y829 e K157) para estimar profundidades e identificar tipos de fundo, já acima descritas, destacamos os compassos de cartear (peças K171 e K278). Estes instrumentos, particularmente utilizados em época moderna, eram aplicados sobre as cartas náuticas procurando estimar distâncias e rumos (Swanik, 2005). Estes tipos de cálculos eram realizados pelos pilotos embarcados, em espaços reservados à elite, onde se poderiam encontrar outros objetos como mobiliário e serviços de mesa mais nobres, como é o caso do prato de pé (peça C426), do gomil (peça C425) e da colher (peça Y826) que constam da exposição (v. Reconstituição do interior do compartimento de um navio reservado aos pilotos, em Canas, *Instrumentos e técnicas de navegação*, nesta publicação). Mais exemplares foram resgatados ao Arade, como é o caso da coleção de estanhos também provenientes de dragados – pratos com e sem pé, saleiro, jarros – (Casella *et al.*, 1984), ou as peças – prato, escudela e taça – da mesma matéria-prima identificadas no navio Arade 1 (Loureiro, 2011, Vol. 2: 566, 569-574).

Embora escassos, todos estes artefactos arqueológicos resgatados aos dragados provenientes do Arade contam-nos

²⁵ Estes sítios de naufrágio já teriam sido afetados pelas dragagens realizadas no canal de acesso e no estuário do rio em 1926 e 1927, mas principalmente pela construção dos molhes nas décadas de 1940/1950 que levaram a um significativo desassoreamento desta zona (Gomes e Weinholtz, 1971; Freitas e Dias, 2012: 36; Fonseca *et al.*, 2023: 365).

²⁶ Assume-se, contudo, que um estudo mais aprofundado destas evidências materiais poderá balizar melhor estes parâmetros.

um pouco da história da navegação neste estuário. Contribuem para conhecer como seria a vida a bordo, quais os instrumentos náuticos utilizados e como eram construídos os navios e as estruturas portuárias. Aliados a outras fontes arqueológicas, nomeadamente sítios mais bem preservados em termos de contexto, assim como de fontes históricas e cartográficas, é possível ter uma ideia de como seria aportar e zarpar deste porto, onde se localizariam os seus ancoradouros e fundeadouros. De como se navegava nestas águas, por vezes traiçoeiras, capazes de provocar acidentes marítimos

na sequência de algum golpe de mar ou da distração da sua tripulação. Permitem reconhecer, de forma indiscutível, que a foz do rio Arade foi palco de um considerável dinamismo náutico e portuário, que remonta a mais de dois mil anos, com contactos e protagonistas provenientes de vários pontos do globo. Um verdadeiro complexo portuário diacrónico, paradigmático e incontornável da história e da arqueologia marítima portuguesa.

27 de junho de 2024

Bibliografia

- AA.VV. (2021) – *Projeto de Aprofundamento e Alargamento do Canal de Navegação do Porto de Portimão (Reformulação do Projeto de Execução). Estudo de Impacte Ambiental. Avaliação das Alterações Introduzidas ao Projeto*. Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA / Agripro Ambiente Consultores S.A. Exemplar policopiado.
- Alarcão, J. (2004) – “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 7.1, 317-342.
- Alves, F. (1997) – “Ponta do Altar B – Arqueologia de um naufrágio no Algarve nos alvares do século XVII”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, 357-424.
- Alves, F. (2005) – “Apontamento sobre um fragmento de tábuas de casco de navio dotado do sistema de fixação por encaixe-mecha-respiga, típico da antiguidade mediterrânica, descoberto em 2002 no estuário do rio Arade”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8.2, 449-457.
- Alves, F.; Reiner, F.; Almeida, M.; Veríssimo, L. (1988-1989) – “Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV-6/7, Lisboa, 109-185.
- Bettencourt, J.; Carvalho P.; Caleja, P.; Alves, F. (2006) – “O sítio arqueológico subaquático Arade B”. *Xelb*, 6. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Silves: Câmara Municipal de Silves, 257-274.
- Bettencourt, J.; Caleja, P.; Carvalho P. (2007) – “Novos dados sobre o sítio Ponta do Altar B (Lagoa): um naufrágio da primeira metade do século XVII na embocadura do Rio Arade”. *Xelb*, 8, Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Silves: Câmara Municipal de Silves, 333-350.
- Blot, M. (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal. Trabalhos de Arqueologia*. 28. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Botelho, P.; Ferreira, S. (2016) – Evolução urbana da zona ribeirinha da cidade de Portimão. *Arqueologia em Portugal. Recuperar o passado em 2015*. Exemplar policopiado.
- Carrapiço, J.; Palhinha, J.; Brazio, J. (1974) – *As Muralhas de Portimão, Subsídios para o Estudo da História Local*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.
- Carvalho, E. (1916) – *Plano hidrográfico da barra e porto de vila de Portimão levantado em 1916 pelo capitão tenente Ernesto Tavares d’Almeida Carvalho em serviço da Missão Hidrográfica da Costa de Portugal*. Lisboa: Missão Hidrográfica da Costa de Portugal.
- Casella, G.; Almeida, S.; Lacerda, M. (1984) – *Trabalho de Investigação sobre peças de Estanho encontradas na Foz do Rio Arade (Portimão)*. Trabalho de curso Introdução aos Estudos de Arqueologia e da História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Exemplar policopiado.
- Castro, F. (2002) – *The Arade 1 Ship. 2002 Field Season. Volume 1 -The Site*. Shiplab Report 3. Texas: Texas A&M University Press / College Station.
- Castro, F. (2005) – “Arade River Archaeological Complex: Dredges and Archaeology”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 34.1, 51-61.
- Chapell, H.I. (1967) – *The Search for Speed under Sail, 1700-1855*. Nova York: Bonanza Books.
- coelho, A. (1989) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Crisman, K.; Jordan, B. (1999) – “Angra A: the lead-sheathed wreck at Porto Novo (Angra do Heroísmo, Terceira island, Azores, Portugal)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2.1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 249-254.
- Diogo, A.; Cardoso, J.; Reiner, F. (2000) – “Um conjunto de ânforas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 3.2, 81-116.
- Domingues, F.C. (2007) – *Navios portugueses dos séculos XV e XVI*. Cadernos do Museu de Vila do Conde. Vila do Conde: Câmara Municipal / Museu de Vila do Conde.
- Domínguez-Delmás, M.; Nayling, N.; Loureiro, V.; Lavier, C. (2012) – “Dendrochronological Dating and Provenancing of Timbers from the Arade 1 Shipwreck, Portugal”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 42.1, 1-11.
- Fabião, C. (1994) – “Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve”. In Gorges, J.-G. e Salinas de Frías, M. (Eds.) – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats*. Madrid/Salamanca, 227-252.
- Fonseca, C. (2005) – *Intervenção no Arqueossítio Subaquático GEO 5. Relatório de progresso*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão. Exemplar policopiado. <<https://www.academia.edu/2135850>> [Consulta: maio 2024].
- Fonseca, C. (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade B*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Exemplar policopiado. <<https://run.unl.pt/handle/10362/18481>> [Consulta: maio 2024].
- Fonseca, C. (2016) – “O que ficou de uma grande história: Arade B, um sítio subaquático multifacetado no Barlavento Algarvio”. *Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia. Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*. (Coord. Inês Coelho, Joana Torres, Luís Gil e Tiago Ramos). ARQUEOARTE 4. Lisboa: CHAM-FCSH/UNL-UAç e IEM-FCSH/UNL.
- Fonseca, C.; Bettencourt, J. (2019) – O Projecto Um complexo portuário milenar no Barlavento Algarvio: a arqueologia do estuário do rio Arade. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22, 217-225.
- Fonseca, C.; Bettencourt, J.; Caleja, P.; Lopes, G.C.; (2023) – “Arade 23: na pista de um naufrágio do século XIX na Praia Grande (Ferragudo, Lagoa)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 26, 353-370.
- Fonseca, C.; Bettencourt, J.; Almeida, R.R.; Freitas, V.; Silva, R. (no prelo) – Baetican amphorae from Arade B, an anchorage site at the mouth of the Arade River (Portimão, Portugal), in *Ex Baetica Amphorae II. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio romano, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery Archaeopress Series*, ed. Enrique García Vargas, Dario Bernal Casasola, Stephen Maune, Horacio Gonzalez Cesteros. Oxford: Archaeopress.
- Freire, J.; Farinha, N.; Fialho, A.; Correia, F. (2007) – Contributo para o estudo da tecnologia naval romana, a partir da reconstrução gráfica de um navio tipo Corbita. *Conimbriga*. Coimbra. 46, 281-290.
- Freitas, J.G.; Dias, J.A. (2012) – Praia da Rocha (Algarve, Portugal): um paradigma da antropização do litoral. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 12:1, 31-42.
- Galili, E.; Rosen, B.; Zviely, D. (2009) – Ancient Sounding-Weights and Navigation along the Mediterranean Coast of Israel. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 38.2, 343-368.
- Gomes, M.V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental, UNL. 4, 73-107.
- Gomes, M.G.; Cardoso, J.L.; Alves, F. (1995) – *Levantamento arqueológico do Algarve: concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa.
- Gomes, R. (1997) – “Silves e a ocupação muçulmana do Algarve”. *Setúbal Arqueológica*, 11-12, 249-267.
- Gomes, R. (2002) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura. Trabalhos de Arqueologia*, 23. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Gomes, N.A.; Weinholtz, M.B. (1971) – Evolução da embocadura do estuário do Arade (Portimão) e das praias adjacentes. Influência da construção dos molhes de fixação do canal de acesso ao porto de Portimão. Emagrecimento da Praia da Rocha e sua reconstituição por deposição de areia dragadas

- no anteporto. In 3.^{as} *Jornadas Luso-Brasileiras de Engenharia Civil*. Luanda; Lourenço Marques, 1-26.
- Guedes, L. (1988-1989) – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: A “descrição” de Alexandre Massaii (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Guerra, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Guerreiro, L.R. (1999) – Pirataria, corso e beligerância estatal no sudoeste peninsular e ilhas adjacentes (1550-1600). *As Rotas Oceânicas – Sécs. XV-XVII*. Lisboa: Colibri, 119-147.
- Jurisc, M. (2000) – *Ancient Shipwrecks of the Adriatic. Maritime transport during the first and second centuries AD*. Oxford: BAR International Series. 828.
- Leitão, H.; Lopes, J. (1990) – *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha. 3.^a Edição.
- Lirola Delgado, J. (1993) – *El poder naval de al-Andalus en la época del califato omeya*. Granada: Universidad de Granada.
- Lorenzo, S. (1999) – “El Algarve y la carrera de Indias: marginalidad provechosa de un enclave geoestratégico en el corazón del comercio con las Indias de Castilla (siglos XVI-XVII)”. *Revista de Historia Naval*. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval. 17. N.º 66, 23-28.
- Loureiro, A. (1909) – *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. IV.
- Loureiro, R.; Pereira, D. (2023) – *Frei João de São José. Corografia do reino da Algarve (1577)*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve / Projeto Magallanes_ICC.
- Loureiro, V. (2011) – *L'Épave Arade 1: l'influence des chantiers régionaux sur la tradition de construction navale ibéro-atlantique*. Tese de Doutoramento apresentada na Université de Paris I – Panthéon Sorbonne. Exemplar policopiado.
- Magalhães, J. (1970) – *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Mantas, V. (2016) – Navegação e Portos no Algarve Romano. *Al-Úlyà*, 16. Loulé: Camara Municipal de Loulé, 25-51.
- Marques, M.G.M.; Ventura, M.G.M. (1990) – *Foral de Vila Nova de Portimão*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.
- Musset, J. (1992) – *Les Scandinaves et l'Ouest du continent européen, les vikings-Les Scandinaves et l'Europe 800-1200*. Paris: Ministère des Affaires Étrangères.
- Santos, M. (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Silva, C.; Coelho-Soares, A.; Soares, J. (1987) – “Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão)”. *Setúbal Arqueológica*, 3, 203-219.
- Swanick, L.A. (2005) – *An analysis of navigational instruments in the Age of Exploration: 15th century to mid-17th century*. M.A. thesis. Texas A&M University. Exemplar policopiado.
- Teichner, F. (1997) – “Note sur le fonds numismatique romain de Foz do Rio Arade (Portimão, Portugal)”. *Conimbriga*. Coimbra. 36, 123-160.
- Ventura, M.G.M. (2005) – “Os portos do Algarve na rota das Índias Ocidentais”. *Arqueologia Medieval*, 9. Porto: Afrontamento, 182-186.
- Ventura, M.G.M. (2009) – *O Algarve e os descobrimentos. Conferência no âmbito da eleição das 7 maravilhas portuguesas no mundo*. Portimão. Exemplar policopiado. <https://www.academia.edu/7849569/O_Algarve_e_os_descobrimientos> [Consulta: maio 2024]
- Ventura, M.G.M.; Marques, M.G.M. (1993) – *Portimão. Cidades e Vilas e Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Viegas, C. (2009) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Exemplar policopiado.

Instrumentos e técnicas de navegação

António Costa Canas¹

Introdução

A utilização de vias navegáveis pelos seres humanos remonta aos tempos pré-históricos. Algumas das grandes civilizações da Antiguidade desenvolveram-se em torno de grandes rios. Na Era Clássica, o Mediterrâneo assumiu um papel central na circulação humana, para os mais diversos fins, nomeadamente militares e comerciais. A literatura clássica e mesmo a pré-clássica estão recheadas de referências à navegação fluvial e marítima. O exemplo mais paradigmático de um texto clássico sobre viagens é certamente a *Odisseia*, o qual não é mais do que o relato das viagens marítimas de um dos heróis da guerra de Troia, Ulisses. Alguns textos fornecem informações sobre técnicas e instrumentos usados na navegação, conhecendo-se inclusivamente textos sobre as regras a seguir pelos navios (“código da estrada”), em determinadas circunstâncias, sinal de importância da navegação para o quotidiano de alguns desses povos da Antiguidade.

A prática da navegação foi evoluindo ao longo dos tempos e as técnicas, assim como os instrumentos utilizados foram respondendo às necessidades que os navegantes foram sentindo, para uma condução mais segura dos navios, arriscando viagens cada vez mais longas. A evolução desses processos não se processou de igual modo, em todo o planeta, dependendo das particularidades de cada região, assim como de diversas outras condições, nomeadamente as tecnologias disponíveis em cada sociedade, num determinado momento, assim como de fatores políticos e culturais.

Portugal, espacialmente localizado num ponto de charneira entre o Mediterrâneo e o Atlântico, recebeu, desses dois “mundos”, influências a nível de técnicas de construção naval e de navegação. No que diz respeito à Arte de Navegar, a influência mediterrânica, foi mais significativa. A introdução, em Portugal, de algumas novidades náuticas, durante a Idade Média, contribuiu para a existência de condições que permitiram aos navios portugueses realizar viagens oceânicas cada vez mais prolongadas e quando essas técnicas se revelaram insuficientes, os portugueses encontraram soluções para os novos problemas, sendo pioneiros no desenvolvimento de técnicas de navegação astronómica e na adaptação de instrumentos para aplicação dessas técnicas.

Neste breve texto procurar-se-á explicar a forma como evoluiu a condução de navios no mar, até à época dos Descobrimentos, para se perceber o contexto em que eram utilizados os instrumentos de navegação encontrados no rio Arade. Embora tenham sido encontrados apenas compassos e prumos de sondar, serão mencionados diversos outros instrumentos, usados quotidianamente pelos pilotos. Certamente, muitos outros instrumentos foram depositados no fundo daquelas

águas, mas os processos de dragagem e deposição de inertes contribuíram para o desaparecimento ou destruição de muitos desses outros instrumentos.

Evolução da Arte de Navegar

Para se perceber o modo como entraram em Portugal esses processos de conduzir os navios, importa apresentar um breve historial da Arte de Navegar, no Mediterrâneo. Conforme já referido, desde a Antiguidade que o Mediterrâneo se constitui como um espaço de intensa atividade marítima. Os povos mediterrânicos que usavam o mar como via de comunicação, arriscavam muitas vezes passar para além das Colunas de Hércules, navegando ao longo das costas atlânticas, estabelecendo colónias, ou entrepostos comerciais, nomeadamente na Península Ibérica, onde se conhecem vestígios da presença de gregos, fenícios e cartagineses.

O Império Romano designava o Mediterrâneo como *Mare Nostrum*, uma vez que todas as regiões costeiras deste mar se encontravam sob domínio romano. No Atlântico, o domínio romano abrangia as costas da Península Ibérica, prolongando-se até às costas da Grã-Bretanha, estando grande parte desta ilha integrada no Império.

Como se navegava nesses tempos mais remotos? As técnicas seriam relativamente simples. A navegação praticada seria essencialmente costeira, não se afastando os navios para muito longe de costa. A determinação da posição do navio dependia muito da identificação das regiões costeiras ao longo das quais se navegava. Por vezes, os navios tinham de se afastar durante algum tempo da proximidade de costa, por exemplo para atravessar o Mediterrâneo de uma margem para a outra, ou eventualmente para cruzarem diretamente o Golfo da Biscaia, sem contornarem as costas francesa e espanhola. Nesses casos, a direção em que o navio seguia era determinada pela observação de determinados astros, ou pelo conhecimento das características dos ventos, que no Mediterrâneo apresentam características diferentes, consoante a direção de onde sopram.

Para aplicação destas técnicas bastante simples, os instrumentos auxiliares eram escassos, podendo considerar-se que eram quase inexistentes. No entanto, quando se navegava em regiões onde a profundidade poderia ser reduzida, ou sempre que se tinha dúvidas sobre a profundidade, existia uma ferramenta que ajudava a aumentar a segurança do navio. Trata-se do prumo de sondar, que na Antiguidade já seria bastante semelhante aos que se usavam na época dos descobrimentos, existindo alguns exemplares no espólio retirado do rio Arade. É interessante ver a descrição que é feita de um desses artefactos que se usava já, vários séculos antes de Cristo:

¹ Professor Militar da Escola Naval de Lisboa.

The oldest navigating instrument of which we have definitive evidence is the familiar lead and line, which remains the safeguard of sailors to this day. The Greek historian Herodotus, writing five centuries before our era, mentions it quite casually [...] 'On approaching it by sea', he says, referring no doubt to his own visit, 'when you are still a day's sail from the land, if you let down a sounding line you will bring up mud, and find yourself in 11 fathoms of water, which shows that the soil washed down by the stream extends that distance.' [...] And the interesting point to notice is that at this early date it was already customary to put a lump of tallow at the bottom of the lead so that it brought up a specimen of the sea-floor deposit. This gave the experienced pilot additional and precious information about the distance and character of the shore he was approaching, the mud or silt coming up in this particular instance indicating the nearness of a river's mouth (Taylor, 1957: 35).

Embora um pouco longa, a transcrição anterior fornece informações relevantes, apresentando uma descrição detalhada de diversas particularidades relativas ao prumo de sondar, as quais merecem alguns comentários. Em primeiro lugar, a utilização continuada, durante mais de dois milénios, de um artefacto simples, mas bastante útil para garantir uma navegação mais segura. Note-se que o texto refere a sua utilização antes da nossa Era, e que a autora indica que o mesmo ainda se usava na altura em que escreveu o livro, por meados do século xx. Na realidade, o prumo de sondar foi essencial para a determinação da profundidade em zonas de fundos baixos, até ao aparecimento dos sondadores sonoros, o que ocorreu na centúria de Novecentos, ocorrendo então um uso cada vez mais reduzido do prumo. Outra particularidade relevante, da transcrição, é a referência ao uso de um pedaço de sebo, colocado na base do prumo, para determinar o material que existia no fundo, onde se sondava. Esta informação era particularmente útil caso se pretendesse fundear no local, mas poderia também servir para fornecer alguns elementos sobre a posição aproximada do navio, neste caso o lodo indicava que não se estaria muito afastado da foz de um rio, uma vez que o lodo resulta da decomposição de matéria orgânica, geralmente depositada devido ao caudal dos rios.

As técnicas de navegação usadas na Antiguidade mantiveram-se sem grandes alterações durante os primeiros séculos da Idade Média. Conhecem-se alguns textos, os périplos, nos quais se descrevem os percursos que os navegadores deveriam seguir, entre os diferentes locais que frequentavam. A existência desses textos, levou alguns historiadores a admitir a possibilidade de existência, na Antiguidade, de cartas de navegar, embora não se conheça nenhuma carta dessa época.

Método de “rumo e estima” e navegação astronómica

A situação alterou-se com a introdução bússola, ou agulha de marear. A entrada deste instrumento a bordo dos navios veio melhorar significativamente o rigor do rumo, isto é, da direcção seguida pelo navio. A introdução deste instrumento na náutica terá sido um processo que se prolongou no tempo, datando do século XIII as referências concretas à existência de agulhas de marear a bordo. Passou a usar-se então um método conhecido por “rumo e estima” para determinar a posição do navio durante uma viagem. O método tinha este nome porque se baseava no conhecimento da direcção para onde o navio seguia — o rumo — e na distância percorrida durante um certo

intervalo de tempo — a qual era estimada pelo piloto — daí a palavra estima no nome do método.

Além da agulha, o navegador tinha ao seu dispor outras ferramentas. Os portulanos, que seguem na tradição dos périplos, apresentando descrições textuais, contendo informações de rumos e distâncias entre diferentes locais, tendo ainda informação para identificar as regiões costeiras e os portos. A mesma informação, de rumos e distâncias, podia ser apresentada de uma forma gráfica, em cartas náuticas. Uma vez que tanto os portulanos, como as cartas, continham rumos e distâncias, é comum designar estas últimas por cartas-portulano.

Como é que se marcavam as posições nas cartas? Para perceber isso, consultou-se uma obra que serviu como “manual” de referência para os pilotos até ao século XIX, *A Arte de Navegar*, de Manuel Pimentel, cosmógrafo-mor. A primeira edição desta obra ocorreu em 1699, tendo sido reeditada várias vezes no século seguinte, sendo a última em 1819, sendo várias destas edições posteriores à morte do autor. De notar que neste período a navegação conheceu desenvolvimentos significativos, no entanto, o método de “rumo e estima” manteve-se praticamente inalterado, sendo ainda praticado no presente, designando-se hoje por navegação estimada. Segue-se a transcrição, comentada, das palavras do cosmógrafo, tendo-se atualizado a ortografia:

O ponto de fantasia supõe duas coisas sabidas, que são o rumo por onde se navegou, e este se sabe pela Agulha; e as léguas, que se andaram, e estas não tem outra certeza mais que a conjetura, ou fantasia do Piloto (Pimentel, 1746: 71).

Pimentel começa por descrever o método, bastante simples, como se pode verificar. Na época, era comum designar por ponto de fantasia, o ponto assim obtido, uma vez que a estimativa da distância percorrida dependia da prática do piloto. Note-se que na época de Pimentel já existia pelo menos um instrumento, bastante simples, para medir a velocidade, a barquinha holandesa. O próprio cosmógrafo menciona esse instrumento, mas refere que os pilotos portugueses continuavam a preferir estimar a distância percorrida, num determinado período, do que medir a velocidade. Por outro lado, os desenvolvimentos da matemática no século XVII, permitiram calcular analiticamente este ponto de fantasia. No entanto, esse facto não levou ao abandono do registo do ponto na carta, convivendo ambas as formas de determinação da posição. No parágrafo seguinte, Pimentel ensina a marcar o ponto de fantasia na carta náutica, recorrendo para tal a dois compassos:

Sinala-se este ponto na Carta, tomando com um compasso a distância perpendicular, que vai do lugar da partida ao rumo por onde se navegou o mais vizinho: com o outro compasso se tomam as léguas, que, conforme a estimativa do Piloto, poderia ter andado a nau; e pondo um pé deste compasso das léguas no lugar da partida, o outro pé se assenta de modo que ambos distem igualmente do rumo por onde se navegou, o que se faz com a ajuda do primeiro compasso, porque onde se encontrarem as pontas dos dois compassos, um das léguas, outro do rumo, ali será o lugar da nau, conforme a fantasia (Pimentel, 1746: 71).

Para se perceber melhor a explicação, recorreu-se a uma imagem, construída a partir de um recorte da carta de Jorge Aguiar, de 1492, uma das mais antigas cartas-portulano por-

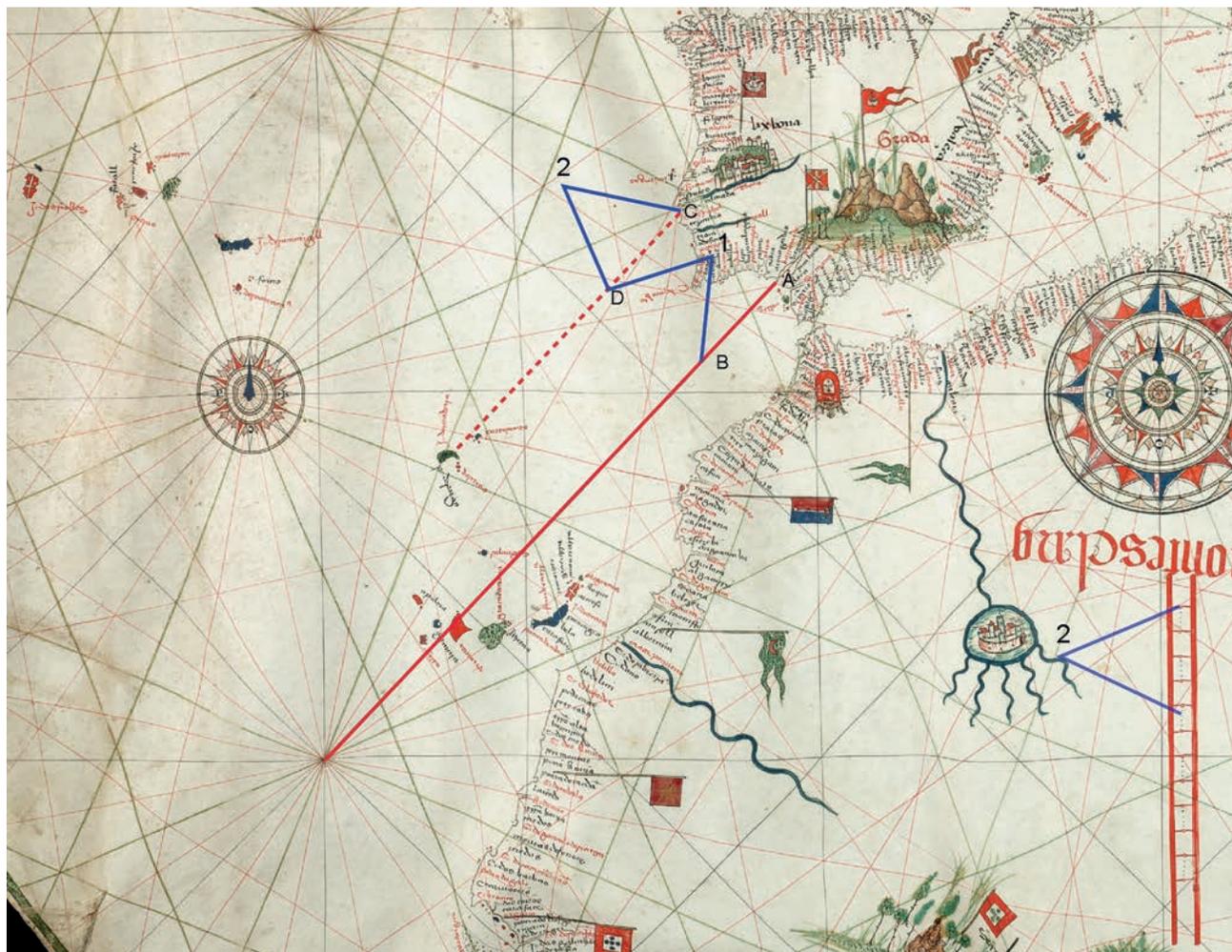


Fig. 1 – Excerto modificado da Carta de Jorge de Aguiar (1492).

tuguesas, que se conhece (Fig. 1). Estas cartas tinham toda a informação necessária para se marcar um ponto por “rumo e estima”. Para o rumo, existia uma “teia” de rumos, que irradiavam de diversos pontos posicionados ao longo da carta, de modo que na vizinhança de qualquer ponto da carta passassem todos os 32 rumos. Todas as cartas tinham uma escala de distâncias, conhecida por tronco das léguas, ou petipé das léguas. Na carta de Jorge Aguiar está representada na figura com aspeto de “escada”, no canto inferior direito da imagem.

Supondo que se pretende navegar de Lisboa para a ilha da Madeira, o rumo a seguir será praticamente para Sudoeste, representado pela linha vermelha, a cheio, que passa pelos pontos A e B. Tendo largado de Lisboa, seguindo esse rumo, quando o piloto quisesse saber a sua posição, procedia do seguinte modo. Abria um compasso (1) desde o ponto de partida até ao rumo, ficando uma ponta no ponto C e outra no ponto A. Mantendo a abertura desse compasso, se deslocasse a ponta que se encontrava sobre o rumo, a outra ia descrever uma paralela a esse rumo, linha vermelha, a traço interrompido. Abria o outro compasso (2), com uma abertura correspondente às léguas que estimava ter percorrido, medidas no tronco de léguas. Mantendo essa abertura, colocava uma ponta deste segundo compasso sobre o ponto de partida e a outra ponta “sobre” a linha paralela ao rumo, na posição em que “encontrava” a ponta do primeiro compasso, isto é, no ponto D, sendo essa a posição estimada do navio. Importa referir que os compassos eram geralmente de pontas secas, isto é, ambas as pontas eram metálicas, sem lápis. Por esse motivo, não era conveniente que as pontas dos compassos traçassem

“sulcos” profundos na superfície das cartas, o que poderia levar à sua degradação. Apesar deste inconveniente, a explicação de Pimentel, sobre a marcação do ponto contém mais um parágrafo, no qual ele explica como é que se pode realizar a marcação do ponto usando apenas um compasso. Nesse caso, começava por se determinar a distância, sendo necessário traçar um arco de círculo com o compasso, usando-se seguidamente o mesmo para definir a paralela ao rumo que iria intercepar o referido arco, sendo essa a posição do navio:

Também se pode neste caso usar de um só compasso; tomando com ele o intervalo das léguas, e pondo uma das pontas sobre o lugar da partida, traçar com a outra hum arco, ou pedaço de círculo para a banda do rumo, por onde se navegou: depois tomando com o mesmo compasso a perpendicular, e mais breve distância até o rumo proposto, conduzir este compasso de modo que uma ponta corra pelo rumo, outra vá tocar no arco descrito, porque onde o tocar, ali será o lugar da nau (Pimentel, 1746: 71).

Este procedimento terá permanecido mais ou menos sem grandes alterações durante alguns séculos, servindo os compassos para medir distâncias e traçar paralelas. Entretanto surgiram réguas de paralelas e esquadros de navegação, que permitem marcar linhas paralelas, deixando os compassos de ser usados para esse efeito.

Conforme se referiu, o método de “rumo e estima” manteve-se até ao presente, pois está sempre disponível, desde que se conheça o rumo e a distância percorrida desde um ponto

anterior, o que acontece praticamente sempre. No entanto, este método, quando usado isoladamente, vai acumulando erros, uma vez que podem existir equívocos na determinação do rumo e da distância. Esses erros eram mais significativos no passado, uma vez que era menor o rigor na determinação dos elementos usados para marcar a posição. Quando os navios faziam viagens nas quais não se afastavam de costa, por períodos longos, como era o caso do Mediterrâneo, onde o método se desenvolveu, esses erros não eram preocupantes, pois conseguia-se determinar a posição com rigor, sempre que se avistava uma costa conhecida. Mas quando os portugueses iniciaram a expansão marítima, no Atlântico, perceberam que os erros acumulados poderiam ser significativos. Para minimizar esse problema, desenvolveram métodos de navegação astronômica, que lhes permitiam determinar a latitude em alto mar. O conhecimento da latitude, designada na época por “altura do polo”, ou simplesmente por “altura”, permitia reduzir significativamente os erros do método de rumo e estima.

Sai fora do enquadramento deste texto, explicar detalhadamente a forma como se aplicavam os diferentes métodos de navegação astronômica, desenvolvidos a partir do século xv. Importa apenas referir que foram introduzidos novos instrumentos, para medição da altura dos astros: astrolábios, quadrantes e balestilhas. Dos dois últimos não se conhecem praticamente nenhuns exemplares do passado, pois eram geralmente feitos de madeira, não tendo sobrevivido em contextos arqueológicos subaquáticos. No que diz respeito aos astrolábios, a situação é diferente, sendo feitos normalmente de latão, sobreviveram bastantes, conhecendo-se hoje mais de uma centena de exemplares, grande parte deles recolhidos em ambientes aquáticos. As cartas náuticas, mantiveram o aspeto geral das cartas-portulano, com a “teia” de 32 rumos, assim como os troncos de léguas. Passaram foi a incluir mais um elemento, um meridiano graduado em latitude, para permitir marcar as posições com este novo elemento. E para essa

marcação recorria-se igualmente aos compassos, designando-se por ponto de esquadria, aquele que se obtinha marcando o rumo e a latitude.

A latitude é geralmente marcada nas cartas de navegação por meio de uma linha horizontal, paralela ao equador, ou seja, orientada segundo o rumo Leste-Oeste. Nestas circunstâncias, usavam-se dois compassos para traçar paralelas: uma paralela ao rumo seguido pelo navio, e outra paralela ao rumo Leste-Oeste:

O ponto de esquadria supõe sabido o rumo por onde se andou, e a altura do Polo observada pelo Sol, ou Estrelas. Isto sabido, põe-se uma ponta de um compasso no porto, ou lugar da partida, e a outra no rumo por onde se andou; e com a ponta de outro compasso se tomam no Meridiano graduado os graus da altura observada, e a outra ponta deste segundo compasso se poem no rumo de Leste Oeste mais vizinho: e correndo os dois compassos, até que se venha ajuntar a ponta, que saiu do lugar donde se partiu, com a ponta que saiu da altura; onde se juntarem estas duas pontas, ali será o lugar do navio (Pimentel, 1746: 72).

Em síntese, neste breve texto procurou-se explicar, muito brevemente, a evolução da navegação no contexto europeu, para se perceber os contextos de utilização e os principais usos dos instrumentos náuticos resgatados no Arade: compassos e prumos de sondar.

Bibliografia

- Pimentel, M. (1746) – *Arte de navegar...* Na Oficina de Francisco da Silva.
Taylor, E. G. R. (1957) – *The Haven-finding Art. A History of Navigation from Odysseus to Captain Cook.* Abelard-Schuman Limited.



Reconstituição do interior do compartimento de um navio reservado aos pilotos. Em segundo plano e fora do compartimento, na amurada, um marinheiro lança uma sonda.

K171

Compasso de cartear

Liga de cobre

Época Moderna (séc. XVI-XVII)

13,6 x 2,7cm 33gr

Praia Grande (Lagoa)

Caetano Rogério

Compasso composto por duas peças encaixadas, de perfil quadrangular, terminando em ponteira. Apresenta uma decoração pontilhada na zona superior.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 23.



G240

Prumo de sondar

Chumbo

Época Moderna / Contemporânea

3,4 x 2,1 x 1,9cm 56gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Prumo de forma tendencialmente cônica, cuja extremidade proximal apresenta uma perfuração central.



G284

Prumo de sondar

Chumbo

Época Moderna / Contemporânea

8,9 x 2,3 x 2,3cm 306gr

Praia da Marina (Portimão)

Frank Reinhardt

Prumo cilíndrico cuja extremidade proximal encontra-se facetada, apresentando uma perfuração central.



K278

Compasso de cartear

Liga de cobre

Época Moderna (séc. XVI-XVII)

14,3 x 3,4cm 22gr

Praia Grande (Lagoa)

Emanuel Soares

Compasso composto por duas peças encaixadas, de perfil quadrangular, terminando em ponteira.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 23.



Y829

Prumo de sondar

Chumbo

Época Moderna / Contemporânea

14,8 x 4,5cm 1480gr

Praia da Rocha (Portimão)

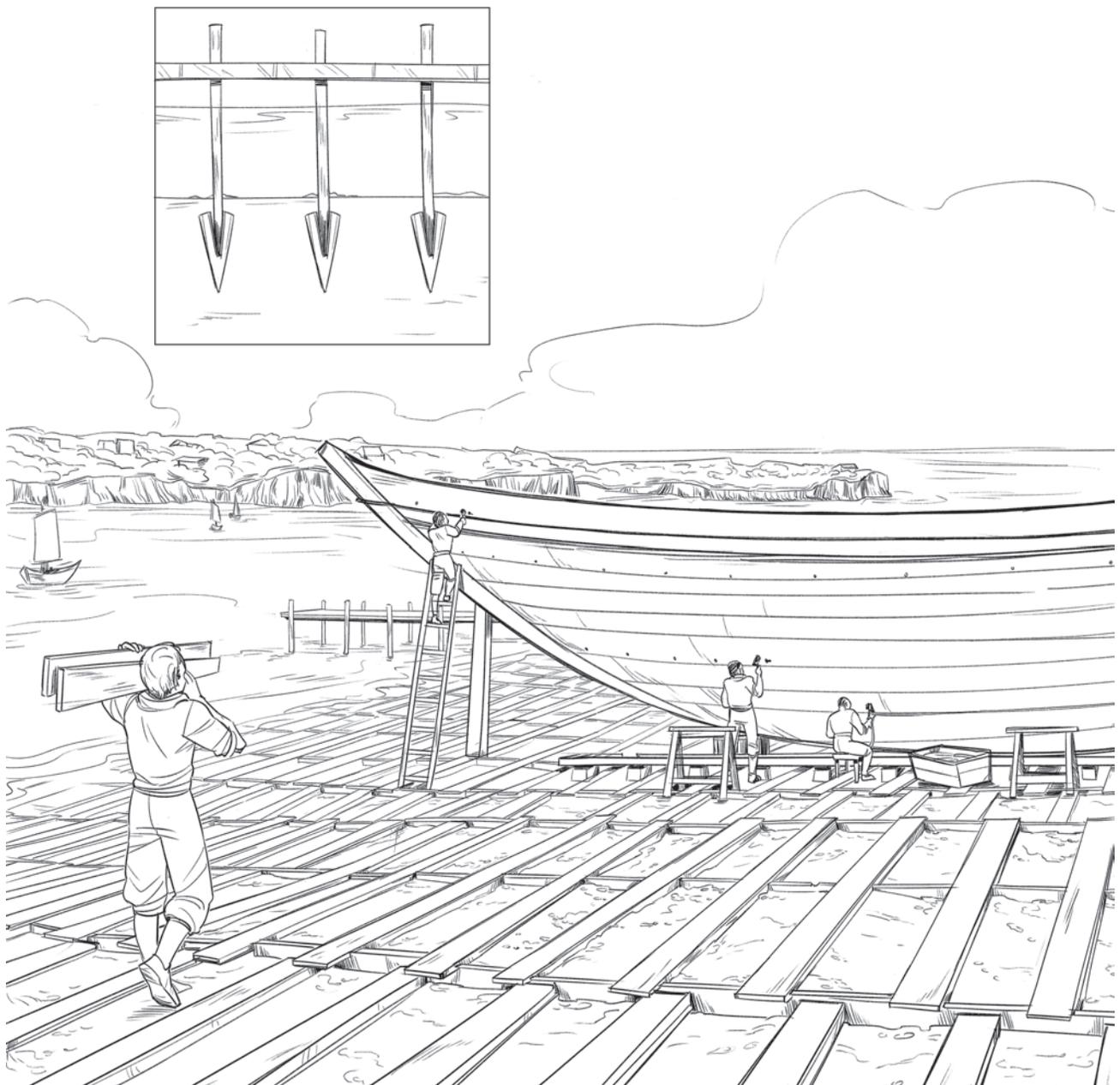
António Costa

Prumo de perfil de tendência quadrangular, cuja extremidade proximal apresenta uma perfuração central.



Navios e embarcações

As embarcações em madeira integravam diversos elementos metálicos. A impermeabilização do casco podia ser feita com cordões de chumbo entre as juntas das tábuas (calafetagem). Pregos e cavilhas asseguravam a fixação das peças de madeira dando robustez e unidade ao navio. Estas ferragens eram também utilizadas na construção de estruturas portuárias, como cais, rampas ou grades de maré nas margens, por sua vez apoiadas em estacaria palafítica.



Reconstituição de um estaleiro de construção naval na margem do Arade. Em cima, pormenor em corte de estacaria palafítica.

G293

Prego

Liga de cobre

Cronologia indeterminada

>9.6cm Ø1.5cm 110gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Vidaúl Martins

Prego de embarcação incompleto na extremidade proximal, sem cabeça e de secção circular. Extremidade distal com ponteira em cunha facetada.

**H177**

Prego

Liga de Cobre

Cronologia indeterminada

>11 x 1,1cm 70gr

Praia da Bota (Portimão)

António Duarte

Prego de embarcação incompleto na extremidade proximal, sem cabeça e de secção quadrangular. Extremidade distal em ponteira.

**K096**

Prego

Liga de cobre e madeira

Cronologia indeterminada

11,1 x 8,7 x 3,2cm 139gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Fragmento de madeira e prego de embarcação em conexão. Prego de secção quadrangular, incompleto na extremidade distal.

**Y765**

Prego

Liga de Cobre

Cronologia indeterminada

17 x 1,65 x 1cm 115gr

Praia dos Careanos (Portimão)

António Costa

Prego de embarcação completo com corpo e cabeça de secção quadrangular. Extremidade distal em ponteira, alargando ligeiramente antes da zona terminal.



K097

Cavilha
Liga de cobre
Cronologia indeterminada
12,3 x 1,9 x 1,3cm 121gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt
Cavilha de perfil circular.



Y793

Cordão de calafetagem
Chumbo
Cronologia indeterminada
9,7 x 0,5-0,7cm 78gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Emanuel Soares
Cordão de chumbo de calafetagem de casco de embarcação, com secção circular irregular.



H250

Cordão de calafetagem
Chumbo
Cronologia indeterminada
3,7 x 2,2 x 0,2cm 9gr
Praia da Angrinha (Lagoa)
Frank Reinhardt
Cordão de chumbo de calafetagem de casco de embarcação, com secção retangular irregular.



Y768

Ponteira de estaca de fundação
Ferro
Cronologia indeterminada
61 x 13,5 x 19cm 7000gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Frank Reinhardt
Ponteira metálica de estaca vertical de fundação de estrutura portuária.



Y846

Cavilha
Liga de cobre
Época Contemporânea
>48,8cm Ø2,8cm 2800gr
Praia do Branquinho (Lagoa)
Rui Franco
Cavilha de embarcação de secção circular. Uma das extremidades poderá corresponder à cabeça da cavilha, com um diâmetro de 4,8cm. A extremidade oposta está incompleta.



C425

Gomil

Estanho

Época Moderna (séc. XVII)

21,5 x 14,7cm 1097gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Manuel Martins

Peça com corpo de forma oval, com a zona do ombro mais larga. O gargalo é destacado e abre para um bico vertedor bastante aberto. O pé é alto com uma base circular. Uma asa vertical de perfil trilobado une o bordo do gargalo à zona do ombro. Este exemplar não tem elementos decorativos que sobressaíam, mas o seu modelo segue padrões do século XVII (Weinstein, 2011: 100-101). Este tipo de objetos servia para servir água ou vinho à mesa, mas também podia ser utilizado no ritual de lavagem das mãos antes da refeição, se acompanhado por uma salva.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dirs.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 197, n.º 231.

Castro, F. (2005) – “Arade River Archaeological Complex: Dredges and Archaeology”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 34.1, 51–61. doi: 10.1111/j.1095-9270.2005.00043.

Weinstein, R. (2011) – *The Archaeology of Pewter Vessels in England 1200-1700: A Study of Form and Usage*. Durham: Durham University [PhD thesis].

**C426**

Prato de pé

Estanho

Época Moderna (séc. XVII)

21 x 12,5 x 21cm 600gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Manuel Martins

Prato de forma circular, com pé alto. O prato tem caldeira e uma pequena aba, que está marcada na superfície interna do bordo com duas linhas incisadas. O pé apresenta um espessamento a meio, de secção circular, e na zona da base notam-se duas caneluras concêntricas. A conjugação do tipo de bordo e do pé deste objeto levam-nos a considerá-lo uma produção do século XVII (Gotelipe-Miller, 1990: 131; Winslow, 2000: 28-31). A sua morfologia, nomeadamente o pé destacado, aponta para uma função relacionada com o serviço à mesa, fazendo por isso sentido entre classes socioeconomicamente privilegiadas.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dirs.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 197, n.º 229.

Gotelipe-Miller, S. (1990) – *Pewter and pewterers from Port Royal, Jamaica: flatware before 1692*. College Station: Texas A&M University. (Tese de mestrado). Disponível em: <https://hdl.handle.net/1969.1/ETD-TAMU-1990-THESIS-G683>.

Winslow, D. (2000) – *Analysis of the holloware pewter from Port Royal, Jamaica*. College Station: Texas A&M University. (Tese de mestrado). Disponível em: <https://hdl.handle.net/1969.1/ETD-TAMU-2000-THESIS-W375>

**Y826**

Colher

Liga de cobre

Época Medieval/ Moderna (séc. XV-XVII)

15,2 x 4,1 x 1,6cm 22gr

Depósito de dragados de Portimão

Frank Reinhardt

Colher com cabeça em forma de “figo”, com cabo de secção losangular, ou em “diamante”, como comumente referido na bibliografia anglo-saxónica (Price, 1908: 7-8). A conjugação destas características aponta para uma produção europeia entre o século XV e a primeira metade do século XVII (Port, 1919; Thaudet, 2014; Wadley, 1985: 40).

Port, C. (1919) – “Some Continental Base Metal Spoons. Part II”. *Connoisseur*, April, 191-197.

Price, F. G. Hilton (1908) – *Old base metal spoons*. London: B. T. Batsford. <https://doi.org/10.5479/sil.411138.39088006830806>

Thaudet, O. (2014) – “Les cuillères”. In Abel, V.; Bouiron M.; Parent, F. (Eds.) – *Fouilles à Marseille. Objets quotidiens Médiévaux et Modernes*. Publications du Centre Camille Jullian, Éditions Errance, 330. <https://doi.org/10.4000/books.pccj.3443>.

Wadley, C. (1985) – *Historical analysis of pewter spoons recovered from the sunken city of Port Royal, Jamaica*. Texas A&M University.



Um porto aberto ao mundo



Portimão – Um porto aberto ao mundo

André Teixeira¹, Joana Bento Torres², Tiago Curado³

Na Idade Média o rio Arade constituiu uma das principais áreas portuárias do Algarve. As atividades marítimas estavam sobretudo centradas na cidade de Silves, então denominada *Xelb*, uma das grandes urbes do *Gharb al-Andalus*. Apesar da escassez de dados arqueológicos, aponta-se para a zona poente desta cidade como o espaço portuário e de construção naval, seguindo afinal uma tradição milenar de navegação neste rio (Gomes, 2011: 349). Dentre os achados arqueológicos coevos na barra do Arade, refira-se um pequeno conjunto de *dirhams* dos séculos IX a XIII (v. Canto, *Las monedas islámicas del río Arade*, nesta publicação), a par de escassos materiais cerâmicos (Fonseca, 2015: 107-108).

Na Baixa Idade Média, já sob domínio da monarquia portuguesa, manteve-se o estímulo à navegação e comércio na região, num quadro em que a posse do Algarve era vista pela Coroa como um elemento indispensável na sua estratégia marítima, já então virada para o oceano a Sul. O troço final do rio Arade foi conquistado por Portugal em 1240, garantindo-se formalmente em 1267 a posse do Algarve face às pretensões castelhanas. Na centúria seguinte, este foi um espaço de atividade da nascente força naval portuguesa, composta por galés destinadas a operar nesta fronteira da Cristandade. A Coroa impulsionou as ligações marítimas, consciente do isolamento desta região face ao resto do país, tanto para o comércio interno como externo. Entre os achados arqueológicos do rio contam-se conjuntos relevantes de numismas castelhanos e ingleses, testemunho de que o porto beneficiava da intensificação das relações entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte, que aqui faziam escala. Neste último caso destaque para o conjunto de seis moedas de Edward III (1327-1378), concentração cronológica que pode indiciar um naufrágio. Está também documentada uma intensa faina pesqueira na foz do Arade. Em termos de geografia portuária no Barlavento, a par de Lagos, Porches ou Albufeira, é a cidade de Silves que se menciona associada ao Arade (Fonseca, 1999a: 116-120; Fonseca, 1999b: 134).

No entanto, durante o século XV Portimão substituiu Silves como principal porto deste curso fluvial, em boa medida pelo seu assoreamento a montante, impedindo a fácil navegação (Magalhães, 1970: 22, 190). Ocupado desde pelo menos a primeira metade desta centúria, só em 1463 foi institucionalizado um aglomerado populacional na foz do Arade. Nos anos seguintes este foi-se autonomizando face a Silves, através da obtenção de prerrogativas por parte da Coroa, sendo elevado a vila em 1470 e constituindo-se como município autónomo (Silva, 2021: 128-131). A velha cidade, da qual foi desanexado o novo concelho, procurou manter a sua posição liderante na região (Iria, 1993), nomeadamente tentando reverter a decisão de transferência da Alfândega para a Vila Nova de Portimão, em

1478, mas sem sucesso (Silva, 2021: 135-137). A prosperidade de Portimão foi rápida, a partir de três atividades económicas interligadas: a agricultura, a pesca e, precisamente, o comércio (Marques e Ventura, 1990: 10-11; Ventura e Marques, 1993: 11-12, 16).

Entre os séculos XIV e XVI, a fruticultura tornou-se a mais relevante atividade económica da região, condicionando toda a vida rural. Transformou-se na base de uma economia de mercado internacional, feita por via marítima, atraindo à região numerosos mercadores estrangeiros. Os figos secos e, em menor escala, outras frutas como as uvas passas ou as amêndoas, além do vinho e do azeite, eram exportados para diversas regiões portuguesas, especialmente para Lisboa. Tinham também muita procura nos mercados do Norte da Europa, como a Flandres ou a Inglaterra, beneficiando das isenções fiscais às exportações algarvias proporcionadas pela Coroa portuguesa. Seguiam igualmente para o Norte de África, mesmo contra as proibições régias, muitas vezes acoberto de atos corsários, que mais não eram que trato ilícito (Fonseca, 1999b: 132-136; Magalhães, 1970: 133-146). Na foz do Arade, nomeadamente na Mexilhoeira Pequena, sintomaticamente designada de Mexilhoeira da Carregação, embarcava-se a produção do território rural circundante. Em 1577, Frei João de São José referia na sua crónica que daqui “se embarca o mais figo do Algarve” (Magalhães, 1970: 189).

As frutas algarvias eram sobretudo trocadas por trigo, que escasseava na região. Esta carência fazia-se sentir no entorno de Portimão. A necessidade era superada através da importação de cereais desde a feitoria da Andaluzia, mas também no Norte de África e Itália, na tradição dos séculos anteriores. O abastecimento provinha igualmente das ilhas atlânticas (Fonseca, 1999b: 132; Magalhães, 1970: 83-85).

Já a criação de gado foi crescente e abundante nos finais da Idade Média, motivando exportação para Lisboa, ou também para a Andaluzia, neste caso de forma ilegal mas intensa, dado que se obtinham aí melhores preços. Apesar da exiguidade do termo de Portimão, a atividade teria algum peso, já que em 1564 foi feito um contrato de compromisso de vizinhança entre este município e o de Silves sobre a circulação de gado. A transumância era comum na região, seguindo o gado no Verão para a serra e descendo no Inverno ao litoral, mas o movimento entre concelhos era generalizado. Em Portimão existiam vários açougues, como o da vila, dos artesãos, ou dos mareantes (Magalhães, 1970: 113-115, 215).

Não menos significativa foi a pesca. O século XVI marcou uma notável expansão da captura de atum e melhoria do processo de salga, com forte impacto nas receitas régias, através da feitoria das almadravas, sediada em Lagos, e no volume de exportação, sobretudo para Lisboa, Espanha e Itália. A foz do

¹ Departamento de História, CHAM – FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; andreteixeira@fcsh.unl.pt

² CHAM – FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; joanabtorres@gmail.com

³ CHAM – FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; portu_gil@hotmail.com

Arade não foi, porém, uma área de armações, que se localizavam no Barlavento entre Sagres e Lagos e entre Carvoeiro e Albufeira (Magalhães, 1970: 149-158). É evidente, contudo, que a barra deste rio era um porto de faina marítima, tanto para o autoconsumo, como para a exportação nacional e internacional, sobretudo para Espanha. No final do século XV já concentrava toda a pesca do rio (Silva, 2021: 202-203). A importância da atividade está patente na extensão que se lhe dedica no foral de Portimão, de 1504 (Marques e Ventura, 1990: 14), ou no facto de se prever aqui uma das quatro lotas algarvias de venda de sardinha no regimento de 1620 (Magalhães, 1993: 206). Já o sal constituía também fonte de riqueza, pela abundância de marinhas na desembocadura do rio junto aos sapais, embora servindo essencialmente as necessidades da região (Magalhães, 1970: 160-163; Ventura e Marques, 1993: 16), com quantitativos bem inferiores a outros centros de salicultura do país. Nas atividades extrativas, destaque para a cortiça, essa sim com presença nos mercados internacionais.

Na atividade comercial dos séculos XV e XVI cabe destacar a forte ligação entre o Algarve e a Andaluzia, seguindo um padrão de relações milenares. A dependência face à região vizinha – que, recorde-se, era então o centro nevrálgico do vasto império espanhol na América e onde existia ampla disponibilidade de moeda para comprar produtos a bom preço – justifica, quase por si só, a evolução económica do Algarve (Magalhães, 1970: 194-206). Assinale-se a este propósito a abundância de achados de moedas castelhanas desta época na foz do Arade (como Y836, Y719 e Y801), com peso esmagador entre as estrangeiras aqui recolhidas. O trato incluía movimentos e produtos autorizados, como os acima referidos, a que poderíamos juntar a aquisição de panos e metais com diversas origens; o seu afluxo a Portimão está bem documentado nos achados arqueológicos de selos alfandegários (v. Silva e Sousa, *O comércio e a fiscalidade dos panos em Portimão: os selos de chumbo*, nesta publicação) e de lingotes metálicos (como K462), respetivamente. Os negócios abarcavam, igualmente, a venda de bens proibidos, como os navios construídos na ribeira de Portimão, o gado, já referido, e toda uma série de bens provenientes do além-mar português.

De facto, a partir do século XV é evidente o protagonismo do Algarve no processo de expansão além-mar. Por um lado, no apoio às praças do Norte de África, quer militar quer de todo o tipo de géneros. Por outro, beneficiando da atividade mercantil mais para Sul, fosse ela a transação de africanos escravizados, fosse o afluxo de açúcar das ilhas e, mais tarde, do Brasil. No primeiro caso, cabe destacar que, se o Algarve foi claramente a região do sul do país com maior volume de escravos no século XVI (eram 8% da população), ombreando na centúria seguinte com o Baixo Alentejo (em torno a 4%), Portimão foi o concelho com maior percentagem de escravos a sul do Tejo naquele primeiro período (eram 15% da população), mantendo depois valores cimeiros (8% e 6%, respetivamente na primeira e segunda metade do século XVII). Os principais portos de entrada de escravos eram também os que tinham maior população escravizada (Fonseca, 2002: 20-26). No que toca ao açúcar, refira-se que o Algarve foi precursor nas tentativas de plantio da cana em espaço nacional. No século XVI, os negociantes algarvios envolveram-se ainda mais no comércio colonial, em zonas cada vez mais distantes do Atlântico, em detrimento dos mercados do Norte da Europa e, depois, do Mediterrâneo (Fonseca, 1999b: 136-137; Magalhães, 1970: 199-203). A situação geográfica, associada à intensa atividade agrícola, pesca e construção naval, estimulou particularmente os mareantes portimonenses a lançar-se no comércio oceânico (Ventura e Marques, 1993: 16).

Deve sublinhar-se, igualmente, a manutenção de uma estreita relação do Algarve com as frotas da América espanhola, que aqui escalavam muitas vezes sob falso pretexto de necessidade de reparações no regresso da longa viagem atlântica (Magalhães, 1970: 205-208). A íntima relação com as então chamadas Índias de Castela está bem patente, igualmente, na partida de muitos portimonenses para aquelas paragens, uma emigração regular ao serviço da Casa da Contratação de Sevilha, mas também clandestina por iniciativa própria, sempre em busca de melhor vida. Entre 1492 e 1538, este foi o quarto porto do país com mais participantes nas viagens e expedições da América espanhola, o segundo do Algarve, posição que manteve genericamente nas décadas seguintes. O destino preferencial era Cartagena de Índias, sendo o trato negreiro o negócio de partida (Ventura e Marques, 1993: 16; Ventura, 2005: 182; Ventura, 2021).

Toda esta fervilhante atividade comercial convergia na barra do Arade, tendo particular expressão na zona ribeirinha de Portimão. Aqui se abria uma das principais portas da vila, a Porta da Ribeira. Localizavam-se nas imediações a Casa da Portagem e a Alfândega, em frente da qual se erguia o respetivo cais. Aqui se tributavam, por um lado, os produtos procedentes ou destinados ao país e todo o peixe comercializado, por outro, o comércio realizado com o estrangeiro, tanto importações como exportações (Marques e Ventura, 1990: 14-15; Ventura e Marques, 1993: 18). Diversos achados arqueológicos testemunham as tarefas de pesagem e medição, omnipresentes num Estado moderno que encarava a fiscalidade de uma forma cada vez mais abrangente e rigorosa, num contexto também de cada vez maior globalização das trocas (F871, W059, Y804, Y805).

Nos séculos XVII e XVIII, assistiu-se a uma redução global da atividade comercial no Algarve, mercê da instabilidade das suas costas pelos ataques corsários, mas também das mutações nos centros mercantis europeus. No caso de Portimão, a baixa deveu-se sobretudo à perda do contrabando das Índias de Castela, incluindo a sua prata, a partir de 1620 (Magalhães, 2012: 259-261; Magalhães, 1993: 108, 259 e 311). De facto, se metade dos achados numismáticos da foz do Arade correspondem a moedas dos séculos XV e XVI, os quantitativos dos dois séculos seguintes não chegam a um quinto do total. São números indiciadores da redução da atividade económica da região, embora devam ser olhados com reservas, dada a permanência em uso de moeda mais antiga nas centúrias mais recentes.

A população algarvia tendeu a reduzir-se e a concentrar-se no espaço rural ao longo de Seiscentos e Setecentos, sendo cada vez mais circunscrito o grupo de mercadores locais, acossados pela Inquisição, que entrou no Algarve e penalizou particularmente Portimão (Magalhães, 1993: 364; Vieira, 2012: 36-43 e ss.). Dependentes da sua própria produção para assegurar a subsistência – circunscrita a escassas parcelas hortícolas em torno da vila –, as gentes enfrentaram a carestia e a fome (Ventura e Marques, 1993: 36). A pesca sofreu também uma crise neste período, servindo cada vez mais para o autoconsumo, embora motivando no entretanto a criação ou consolidação de pequenas povoações marítimas de pescadores, como Ferragudo, ocupada desde o século XVI e elevada a freguesia em 1750 (Magalhães, 1993: 114). A salicultura, também crescentemente inexpressiva nas exportações, colapsou com a destruição das marinhas provocada pelo terramoto de 1755, seguindo-se novo decréscimo da atividade piscatória na vila (Ventura e Marques, 1993: 35 e 37).

Ainda assim, no Barlavento, Portimão resistiu melhor à crise. No primeiro quartel do século XVII, era a terceira alfândega

mais rendosa da região, depois de Faro e Tavira. A partir de meados de Seiscentos acorriam mercadores britânicos, que compravam os bens tradicionais da região e vendiam cereais, tecidos e metais trabalhados (Ventura e Marques, 1993: 36-37). A partir de 1662, passou a fazer-se aqui a feira de São Martinho, atraindo gente do Algarve e do Alentejo. Às frutas e pescado juntou-se no século XVIII o sumagre, planta usada no curtimento de couros (Magalhães, 1993: 227-228 e 271). Também desta época se identificaram selos alfandegários de panos entre os achados arqueológicos da foz do Arade (v. Silva e Sousa, *O comércio e a fiscalidade dos panos em Portimão: os selos de chumbo*, nesta publicação).

Enfim, Portimão acabou por levar a melhor na concorrência comercial com Lagos, em boa medida pelas melhores condições do seu porto e acesso ao interior rural produtivo (Magalhães, 2012: 262). O rio Arade continuava a ser via de escoamento dos produtos tradicionais do grande termo rural de Silves, como os figos, as amêndoas, as passas, a que se juntaram limões e laranjas doces e o sumagre, servindo a ribeira de Boina como trajeto final das madeiras provenientes de Monchique. Aqui continuaram a afluir mercadores britânicos, neerlandeses e franceses, embora Faro fosse ganhando cada vez mais peso (Magalhães, 1993: 267 e 311). Depois do terramoto de 1755, Portimão afirmou-se como principal centro urbano do Barlavento algarvio, chegando a receber efemeramente uma primeira nomeação como cidade.

Bibliografia

Fonseca, C. (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade B*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Fonseca, J. (2002) – *Escravos no sul de Portugal: séculos XVI-XVII*. Lisboa: Vulgata.

Fonseca, L. A. (1999a) – “O Algarve da Reconquista à conjuntura depressiva do século XIV”. In Marques, M. G. M. (Coord.) – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri.

Fonseca, L. A. (1999b) – “A ligação do Algarve aos grandes centros do comércio internacional”. In Marques, M. G. M. (Coord.) – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri.

Gomes, R. V. (2011) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus. A Zona da Arrochela. O Espaço e o Quotidiano*. Trabalhos de Arqueologia, 53, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Iria, A. (1993) – *A liderança de Silves na região do Algarve nos séculos XIV e XV*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5. Câmara Municipal de Silves, 234-244.

Magalhães, J. R. (1970) – *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.

Magalhães, J. R. (1993) – *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.

Magalhães, J. R. (2012) – *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Marques, M. G. M.; Ventura, M. G. M. (1990) – *Foral de Vila Nova de Portimão 1504*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.

Silva, G. M. da (2021) – *As portas do mar oceano: vilas e cidades portuárias algarvias na Idade Média (1249-1521)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ventura, M. G. M. (2005) – “Os portos do algarve na rota das índias ocidentais”. *Arqueologia Medieval*, 9, 181-186.

Ventura, M. G. M. (2021) – *Por este mar adentro: êxitos e fracassos de mareantes e emigrantes algarvios na América Hispânica*. Lisboa: Tinta da China.

Ventura, M. G. M. e Marques, M. G. M. (1993) – *Portimão*. Lisboa: Editorial Presença.

Vieira, C. da C. (2012) – *Uma amarra ao mar e outra à terra. Cristãos-novos no Algarve (1558-1650)*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.



Reconstituição de atividades alfandegárias em Portimão, nomeadamente aferição do peso das moedas, colocação de selos nos fardos de tecidos e carregamento de produtos desembarcados na Ribeira. À esquerda figuram-se produtos importados (rolos de tecido, pães de açúcar, sacas de cereais) e africanos escravizados, à direita bens exportados (talhas de azeite e vinho, caixas de frutos secos e cortiça).

F871

Peso de moeda

Latão

Época Moderna (séc. XVI)

1,5 x 1,5 x 0,2cm 4gr

Praia da Rocha (Portimão)

Frank Reinhardt

Peça de perfil quadrangular e secção retangular, que apresenta motivos em relevo. No anverso representa-se um brasão constituído por um escudo, figurando um leão rampante a sair de um conjunto de três ondas. Devido ao desgaste desta superfície, apenas se conseguem ver com clareza duas letras "M", cada uma a ladear o escudo, e a letra "D", na sua base. Ficam por certificar as três outras letras ou números, no canto superior, e ainda o que parece ser uma grinalda, a envolver todos estes elementos. No reverso está representada uma cruz do Santo Sepulcro envolvida por um epíclóide tretralobado, à volta do qual se surge um cordão de pontos.

No que respeita ao brasão, sabemos que pertenceu à cidade de Middelburgo, na província da Zelândia (Países Baixos), e que as letras M. M. correspondem ao nome do fabricante, Matthys Molckman, que operou na segunda metade do século XVI (Jansen e Zandstra, 2012: 19-20).

Relativamente à insígnia que integra a cruz do Santo Sepulcro podemos encontrar uma representação igual na legenda de uma caixa de pesos de moedas de ouro, feita em Hamburgo, datada de 1587 (Deagan, 2002: 260). Este aspeto confirma-nos a utilização deste tipo de objetos para comprovar o peso de moedas de ouro e prata, neste caso particular de ouro (Crusafont i Sabater, 1999: 22). Estas peças eram geralmente fabricadas em conjuntos que incluíam os pesos de diferentes moedas, nomeadamente estrangeiras, para facilitar as operações cambiais motivadas por trocas comerciais de carácter internacional (Westropp, 1916/1917: 43). Estes conjuntos de pesos de moedas eram produzidos pelos diferentes reinos e demais entidades políticas, ainda que os centros manufatureiros alemães e neerlandeses se tenham destacado também na exportação destes itens (Deagan, 2002: 260-262). De facto, a presença do escudo da Zelândia é prova de que a sua cunhagem seria ali feita.

Apesar de não ser identificada na legenda de Hamburgo a proveniência daquela moeda de ouro, parece-nos que este peso serviria para atestar um numisma de ouro do território atualmente espanhol. Efetivamente, esta insígnia com a cruz do Santo Sepulcro encontra-se de forma sistemática, ainda que mais detalhada nalguns pormenores decorativos, nos reversos da maior parte das moedas de ouro a partir do reinado de Juana I, após 1516. Esta insígnia permaneceu com o mesmo uso até meados do século XVIII, ainda que a partir do reinado de Felipe II, o epíclóide tetralobado passe a ser duplo (Calicó *et al.*, 1994: 99-445); uma alteração que poderá não ter sido suficientemente relevante para motivar uma mudança do desenho do peso de moeda associado.

Calicó, F.; Calicó, X.; Trigo, J. (1994) – *Numismática Española. Catálogo de todas las monedas emitidas desde los reyes católicos a Juan Carlos I (1474 a 1994)*. Barcelona: Gabinete Numismático Calicó, S.L.

Crusafont i Sabater, M. (1999) – *Pesals monetaris de la Corona catalanoaragonesa*. Barcelona: Societat Catalana d'Estudis Numismàtics, Institut d'Estudis Catalans.

Deagan, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume 2: Portable Personal Possessions*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.

Jansen, T.; Zandstra, M. (2012) – *Muntgewichten van het terrein van het voormalige Canisiuscollege aan de Berg en Dalseweg te Nijmegen*. Nijmegen: Auxilia.

Westropp, M. S. D. (1916/1917) – "Notes on Irish Money Weights and Foreign Coin Current in Ireland". In *Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archaeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature*, 33, 43-72.

**W059**

Peso para balança

Latão

Época Medieval/ Moderna (séc. XV-XVIII)

1,3 x 1,3 x 0,4cm 5gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Peça de formato trapezoidal, bastante desgastada nas superfícies. A sua forma, material e peso indicam que serviria como peso para balanças de precisão, fosse para medir ingredientes de composições medicamentosas, ou para aferir o peso de moedas (Deagan, 2002: 264-267). O facto deste peso ter cerca de 5 gr pode indicar que não teria função monetária, já que estes se centravam geralmente nos 3-4 gr (Crusafont i Sabater, 1999: 24)

Crusafont i Sabater, M. (1999) – *Pesals monetaris de la Corona catalanoaragonesa*. Barcelona: Societat Catalana d'Estudis Numismàtics, Institut d'Estudis Catalans.

Deagan, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume 2: Portable Personal Possessions*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.



Y804

Prato de balança de precisão

Liga de Cobre

Cronologia indeterminada

0,1 x 6,8cm 15gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Prato de perfil circular, ligeiramente côncavo, com quatro pequenos orifícios na zona do bordo, para permitir a sua suspensão numa balança fixa ou móvel, ou seja, que se segura pelo eixo dos dois braços. Este elemento permitia ainda que fossem facilmente transportáveis. A sua leveza e tamanho diminutos apontam para uma utilização de precisão, ou seja, em materiais de muito pequena dimensão, como moedas, jóias, contas, ou porções reduzidas de substâncias medicamentosas (Egan, 2010: 322). Assim, este tipo de pratos de balança era comumente utilizado por comerciantes e boticários, por permitir pesar itens de pesos muito baixo, cujas pequenas variações era essencial aferir (Andrés, 1993: 113-115). Estas peças surgem a partir de período romano e mantêm-se com bastantes similitudes técnicas e formais até pelo menos ao século XVI, pelo que a ausência de contexto arqueológico e qualquer marca associada não permite precisar a cronologia.

Egan, G. (2010) – *The Medieval Household. Daily Living c. 1150-c.1450*. London: Boydell Press, Museum of London.

Andrés Turrión, M. L. de (1993) – “Morteros y balanzas”. In Sánchez Sánchez, P.; Bursat Tourón, M. (Coords.) – *El Museu de la Farmacia Hispana*. Madrid: Consejo Social de la Universidad Complutense de Madrid, 74-125.



Y805

Prato de balança de precisão

Liga de Cobre

Época Medieval/ Moderna (séc. XV-XVI)

0,05 x 3,4cm 3,75gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Alfred Gilch

Prato de perfil circular, ligeiramente côncavo, com duas linhas incisadas concêntricas, uma a demarcar o bordo e outra um pouco mais abaixo, na superfície interna. Junto ao bordo tem três pequenos orifícios que permitem a sua suspensão numa balança móvel ou sustentada numa base fixa. Ao centro apresenta uma insígnia real que aponta para que haja envolvimento régio na sua produção ou encomenda, atestando assim a qualidade e precisão que eram exigidas a este tipo de instrumentos (Egan, 2010: 323; Withers & Withers, 1995: 5). Esta insígnia é composta por uma coroa aberta, com folhas de acanto estilizadas na sua parte superior e três “x” no aro

da base, estando rodeada por uma cercadura escrita com caracteres góticos, bastantes largos, mas que se encontra bastante danificada, o que impede a sua leitura. Não obstante, este estilo de letra não deverá ultrapassar o século XVI. Ainda assim, se atendermos aos emblemas numismáticos, notamos que este género de coroa destacada, eventualmente associada à inicial do nome do monarca, começa em moedas portuguesas a partir do reinado de D. Fernando I (Vaz, 1964: 145), mas também nas de outros reinos ibéricos, a partir do século XII. Contudo, estas representações não surgem com o aro da base da coroa representado. Identificámos uma coroa mais semelhante e com o aro da base decorado em contos (*jettons*) franceses da primeira metade do século XV, encontrados em escavações em Winchester (Rigold, 2023: 643, pl. 121). No entanto, só uma investigação mais aturada poderá indicar uma origem de produção e datação mais precisa.

A função destes pequenos pratos de balança era pesar de forma rigorosa as moedas usadas em trocas comerciais significativas, que implicavam muitas vezes o câmbio com moeda estrangeira (Westropp, 1916/1917: 43). Esta necessidade é assinalada, por exemplo, num regimento emitido pelo rei português D. Afonso V, que a 16 de Abril de 1471 ordenou a Miguel Fernandes, ensaiador da moeda em Lisboa, que fosse mediador entre o cambista João de Barde e “o povo”, devendo para isso ter acesso a “muy ligeiras e certas balanças, e verdadeiros e afilados pesos de moedas e grãos” (Lobo, 1903: 375-376). Quase um século mais tarde, no reinado de D. Sebastião sob regência de D. Catarina de Áustria, uma lei régia manifesta esta mesma preocupação, ordenando que existissem balanças e pesos em todas as câmaras do país para assegurar com rigor “a quantidade de metal das peças em circulação” (Puntoni, 2019). Egan, G. (2010) – *The Medieval Household. Daily Living c. 1150-c.1450*. London: Boydell Press, Museum of London.

Lobo, A. de S. S. C. (1903) – *História da Sociedade em Portugal no século XV*, secção I. Lisboa: Imprensa Nacional.

Puntoni, P. (2019) – “Da Libra ao Real: sobre a formação do sistema monetário português (1185-1580)”. *Revista de História (São Paulo)*, 178: a08917. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.141351>.

Rigold, S. E. (2023) – “Jettons and Tokens”. In Biddle, Martin (Ed.) – *The Winchester Mint and Coins and Related Finds from the Excavations of 1961-71*. Oxford: Archaeopress, 641- 651.

Vaz, J. Ferraro (1964) – *Livro das Moedas de Portugal / Book of the Coins of Portugal*, vol. I. Braga: Livraria Cruz.

Westropp, M. S. D. (1916/1917) – “Notes on Irish Money Weights and Foreign Coin Current in Ireland”. In *Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archaeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature*, 33, 43-72.

Withers, P., Withers, B. R. (1995) – *Lions Ships and Angles: Identifying Coin-Weights found in Britain*. Llanfyllin: Galata.



Y811

Recipiente
Chumbo
Cronologia indeterminada
Ø5,4 x 3,5 x 0,3cm 69gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Vidaúl Martins
Pequeno recipiente de forma cilíndrica, apresentando dois orifícios junto ao bordo, que se supõe serem para suspensão.

**Y844**

Lingote
Ferro
Cronologia indeterminada
20,7 x 8,5 x 5,7cm 5100gr
Praia do Branquinho (Lagoa)
Rui Franco
Lingote de ferro de forma retangular

**Y743**

Fecho
Liga de Cobre
Época Medieval/ Moderna (XV-XVI)
4 x 1,85 x 0,5cm 5gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa
Fecho de perfil triangular, com encaixe em barra com forma retangular. Este objeto era fixado pela utilização de pequenos pregos nos três orifícios que apresenta numa das extremidades. O facto de necessitar de três elementos fixadores implica que a superfície onde estaria agarrado tivesse uma espessura e peso consideráveis. À barra encaixaria ou um objeto de metal semelhante com uma pequena extremidade, em forma de círculo ou retângulo, ou um cordão em couro ou linha. A parte superior está decorada com linhas incisadas que partem da extremidade dos orifícios para o centro da peça. Uma peça semelhante foi encontrada no castelo de Castelo Branco, apontando-se para uma utilização ao longo do século XVI como fecho de livro (Boavida, 2011: 14). A barra apresenta pequenos traços oblíquos incisados, uma decoração presente noutros fechos metálicos quatrocentistas e quinhentistas (Pires, 2021: 104) (ver a título de exemplo a peça n.º Y859 deste catálogo).
Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 234-277.
Boavida, C. (2011) – “Artefactos metálicos do castelo de Castelo Branco (Portugal)”. *AÇAFA On Line*, 4. Vila Velha de Rodão: Associação de Estudos do Alto Tejo.
Pires, E. (2021) – “O Quotidiano em Vila Franca de Xira nos Séculos XV e XVI”. *Cira Arqueologia*, 8. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

**L344**

Lingote
Chumbo
Época Moderna/ Contemporânea
10,6 x 5,5 x 1,2cm 560gr
Praia da Marina (Portimão)
Frank Reinhardt
Pequeno lingote de chumbo em forma de placa retangular.



K462

Lingote

Liga de cobre

Época Moderna

Ø24,5/22,5cm 6,8cm 7200gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Lingote hemisférico, com saliência lateral, possivelmente associada ao molde ou manuseamento durante o processo de fundição/moldagem. Lingotes da mesma matéria-prima, diâmetro e peso terão sido recuperados no suposto navio português *Santo Ildefonso*, naufragado em 1527 no recife de l'Étoile / Harandriakan' ny Kintana, em Madagáscar (I.D.S.S. Ltd, 2008: 12; I.D.S.S. Ltd, 2009: 12-13), mas também no naufrágio português *Bom Jesus* de Oranjemund, na Namíbia, naufragado em 1533 (Chirikure e Sinamai, 2015: 120-123). Desde a Idade do Bronze que se transportam por via marítima e fluvial lingotes de diversas ligas metálicas, como carga de valor comercial, mas também como lastro de embarcações.

Chirikure, S.; Sinamai, A. (2015) – "World history from the seabed: Rescuing a Portuguese shipwreck off the coast of Namibia". In *Shipwrecks from around the world*. New Delhi: Delta Book World, 114-130.

I.D.S.S. Ltd. (2008) – *Prospection Archéologique Sous Marine Etoile 2008. Rapport N.º 1*. S.l.: s.n.

I.D.S.S. Ltd. (2009) – *Prospection Archéologique Sous Marine Etoile 2009. Rapport N.º 2*. S.l.: s.n.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – "Projecto IPSIIS". *Xelb*, 5. Silves: Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 7.



Y717

Dinheiro D. Pedro I

Bolhão

Época Medieval (séc. XIV)

Ø1,8 x 0,5cm 0.6gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. P REX PORTVGL – Ao centro do campo, uma pequena cruz ladeada por dois sois e duas luas.

Ver. AL GA RB II – A ocupar todo o campo, intercaladas com as letras da legenda, encontram-se cinco quinas orientadas em forma de cruz.

Gomes, A. (2013) – *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.



W060

Ceitel D. Afonso V

Liga de Cobre

Época Medieval (séc. XV)

Ø2,2 x 0,1cm 2,8gr

Praia Grande (Lagoa)

José de Sousa

Anv. [??] CEPTA DOMIN – Ao centro do campo encontra-se um castelo com três torres e uma muralha sobre três linhas curvas representando o mar.

Ver. R [??] POR]TUGALIE ED – Ao centro do campo encontra-se um escudo português com quatro castelos e cinco quinas sobre uma cruz cujos braços terminam em flor-de-lis.

Gomes, A. (2013) – *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.



K326

Dinheiro D. Dinis

Bolhão

Época Medieval (séc. XII-XIII)

Ø1,8 x 0,5cm 0,5gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Anv. D REX PORTVGL – Ao centro do campo central, uma pequena cruz ladeada por dois sois e duas luas.

Ver. AL GA RB II – A ocupar todo o campo central, intercaladas com as letras da legenda, encontram-se cinco quinas orientadas em forma de cruz.

Gomes, A. (2013) – *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.



Y715

Ceítíl D. Afonso V
 Liga de Cobre
 Época Medieval (séc. XV)
 Ø2,2 x 0,05cm 1,2gr
 Praia do Branquinho (Lagoa)
 Nuno Alves

Anv. [???] C]EPT [A ???] – Ao centro do campo encontra-se um castelo com três torres e uma muralha sobre três linhas curvas representando o mar.

Ver. [???] PORTV]GALIE ED – Ao centro do campo encontra-se um escudo português com quatro castelos e cinco quinas sobre uma cruz cujos braços terminam em flor-de-lis.

Gomes, A. (2013) – *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.


G195

Três reais D. João III
 Liga de cobre
 Época Moderna (séc. XVI)
 Ø2,9 x 0,1cm 3gr
 Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
 José de Sousa

Anv. POR]VGAL EL ALGARB] REX AFFRIC – Ao centro do campo as letras IOIII (Joanes III) coroadas.

Ver. Sem legenda. A ocupar todo o campo encontra-se um escudo de português com sete castelos e cinco quinas. Em redor deste existem algumas linhas decorativas e um bordão pontilhado.

Gomes, A. (2013) – *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.


F866

Cinco reais D. Sebastião
 Liga de Cobre
 Época Moderna (séc. XVI)
 Ø2,9 x 0,1cm 6gr
 Praia da Rocha (Portimão)
 Frank Reinhardt

Anv. SEBAS]TIANVS I D G D ET ALGARBIORVM] – Ao centro encontra-se o escudo português com sete castelos e cinco quinas coroado.

Ver. RE]X SEXTVS DECIMVS] – Ao centro do campo encontra-se um V ladeado por duas estrelas de quatro pontas.

Gomes, A. (2013) – *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.


K334

Tostão D. Sebastião
 Prata
 Época Moderna (séc. XVI)
 Ø2,5 x 0,1cm 7,8gr
 Praia de Alvor (Portimão)
 Frank Reinhardt

Anv. SEBASTIANVS I REX PORTVG]ALIAE ET] – Ao centro encontra-se o escudo português com sete castelos e cinco quinas coroado.

Ver. IN HOC SIGNO VINCES – Ao centro uma Cruz de Cristo ladeada com quatro aneletos.

Gomes, A. (2013) – *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.



Y836

Real D. Isabel de Castela e D. Fernando de Aragão

Prata

Cuenca (?)

Época Medieval/Moderna (séc. XV-XVI)

Ø2,3 x 0,1cm 4,6gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. [FERNANDVS ET HELISAB] – No campo central encontra-se o escudo com os brasões dos diferentes reinos.

Ver. [REX ET REGINA CAST LEGIO ARAGO] – No campo central encontra-se um jugo de bois e cinco flechas atadas.

Francisco Olmos, J. M. de (2004) – “La moneda de Isabel la Católica, un medio de propaganda política”. In *III Jornadas Científicas sobre Documentación en Época de los Reyes Católicos*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 35-118.



Y801

16 Maravedis D. Filipe IV de Espanha

Prata

Madrid

Época Moderna (séc. XVI-XVII)

Ø2,75 x 0,1cm 4,6gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Vidaúl Martins

Anv. PHILIPPVS IIII D G – No campo central encontra-se o busto do monarca dentro de uma orla circular.

Ver. HISP[ANIARVM] REX 1664 – No campo central encontra-se o escudo imperial coroado. À esquerda deste identifica-se um M (Madrid) sobre um Y (inicial do abridor de cunho – Ygnacio de Payna), e à direita o número 16 referente ao valor da moeda.

Segovia Sopo, R. (2017) – “Circulación de moneda falsa del siglo XVII en Los Santos de Maimona (Badajoz). El testimonio de un “vellón” de 16 maravedís de Felipe IV”. In *Los Santos de Maimona en la historia VIII y otros estudios de la Orden de Santiago*. Badajoz: Asociación histórico-cultural Maimona, 97-126.



Y719

Meio Real D. Isabel de Castela e D. Fernando de Aragão

Prata

Sevilha

Época Moderna (séc. XVI)

Ø1,9 x 0,5cm 0,9gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Anv. [REX ET REGINA] CASTELLE] – No campo central encontra-se um jugo de bois decorado e sob este uma estrela de oito pontas à esquerda de um S (Sevilha).

Ver. [FERNA]NDUS ET ELI[SA] – No campo central encontram-se seis flechas atadas.

Francisco Olmos, J. M. de (2004) – “La moneda de Isabel la Católica, un medio de propaganda política”. In *III Jornadas Científicas sobre Documentación en Época de los Reyes Católicos*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 35-118.



O comércio e a fiscalidade dos panos em Portimão: os selos de chumbo

Rodrigo Banha da Silva¹, José de Sousa²

Os selos de chumbo eram constituídos por dois discos ligados por uma charneira, ou por um disco um pouco mais espesso onde se abriam túneis no interior e por onde passava um fio geralmente metálico (um, ou dois, neste caso denominado tipo bula), a que se aplicava um punção metálico em forma de alicate, que os/o amassava, deste modo imprimindo em relevo uma imagem e/ou texto e fixando o selo a um têxtil (peça de tecido ou saco).

O gesto de aplicar um selo é, em si, um ato simbólico, que procura conferir um valor a algo. Ele tem implícita a consideração de múltiplas qualidades que se pretendem transmitir, de forma visual e material, reafirmando-as e reforçando-as, e deste modo comunicando-as ao outro(s) seu(s) destinatário(s). Por esta razão, uma diversidade de objetos partilha esta característica, desde o documento textual ao recipiente de um determinado conteúdo, do corte de tecido à correspondência postal.

A aplicação de selos em chumbo a produtos comercializados constitui um hábito ancestral, embora pouco frequente em datas muito recuadas, conhecendo-se exemplos ocidentais na Proto-História, como em Pech-Maho (França, séc. VI-III a.C.). Nos períodos romano republicano e imperial o hábito parece ter-se expandido, havendo múltiplos exemplos de selos apenas a ânforas, de que merece destaque o importante conjunto de Portimão, depositado no Museu Municipal e no Museu Nacional de Arqueologia (Hidalgo, Bernal e Bustamante, 2016: 233 e fig.17-C). Selos romanos etiquetaram de igual modo produtos medicinais (Idem) e, com especial significado aqui, fardos de lã (Endrei e Egan, 1982: 47) e de outros tecidos, caso dos selos de têxteis recentemente publicados de Mérida, testemunho da atividade de mais de uma dezena de produtores da antiga capital lusitana (Hidalgo, Bernal e Bustamante, 2016).

O hábito de identificar têxteis ou outros produtos com selo de chumbo parece ter-se perdido durante a Antiguidade Tardia, e só no século XIII reapareceria no Norte da Europa (Cherry, 2019: 167), generalizando-se o seu uso pelos inícios do século XIV, mormente em contexto inglês, por força da importância ali assumida pelas manufaturas dos têxteis, pois alimentavam aquela que era a mais importante exportação do reino, o que justificou a instrução régia do controlo produtivo e fiscal mais apertado instaurado por Eduardo I, em 1328 (Endrei e Egan, 1982: 64; Egan, 1994: 2).

O desenvolvimento e a internacionalização do comércio marítimo europeu, ao longo do séculos XIV e XV, a que acresceu o crescimento da procura que adveio do aumento demográfico, impulsionou o fabrico dos mais variados têxteis nos espaços servidos pelo Atlântico Norte, sobretudo na Flandres, Norte de

França, Inglaterra e atual Alemanha, implicando a expansão do hábito de os selar com selo de chumbo, prática extensível a alguns outros bens comercializados, neles se assinalando elementos como a origem, produtor, tipo de pano e sua qualidade, ou atestando o controlo aduaneiro do bem.

A expansão europeia da Época Moderna, ao ter comportado uma vigorosa ampliação da intensidade do comércio e da escala das redes comerciais, agora feita ao nível global, implicou uma correspondente complexificação dos mecanismos financeiros e aduaneiros, sendo a vulgarização do gesto de selar uma das suas manifestações materiais mais visíveis a partir de quinhentos. Os selos de chumbo tornar-se-iam correntes neste e nos dois séculos seguintes, tendo o seu uso sobrevivido até aos nossos dias em determinados contextos.

O aparecimento dos selos em contextos arqueológicos faz-se, todavia, de maneira muito desigual, não se podendo de forma alguma considerar ser um achado vulgar ou dos mais frequentes: a título de exemplo, uma síntese académica recente assinalou apenas 35 exemplares conhecidos para toda a Islândia dos séculos XVI-XVIII (Nielsson, 2021: 87), e mesmo importantes regiões produtoras mostram números discretos, considerando que elas compulsavam os selos de produção e fiscais associados, caso do Museu Nacional da Hungria, que preserva somente 115 exemplares (Mordovin, 2014), ou do Museu Britânico, que conserva pouco mais de 350, incluindo neste número os selos e suas matrizes (Hero, Cowell e Egan, 1994).

Este panorama de escassez explica-se com o fato de os selos perderem a sua função após o desfalecimento e venda para o retalho dos bens marcados, ficando inutilizados, e sendo prática comum a reciclagem do seu chumbo para ser utilizado noutras aplicações mais ou menos quotidianas. Pelas razões expostas pode-se afirmar, com alguma segurança, que a grande maioria dos selos produzidos ao longo dos séculos XIV-XVIII desapareceu, tendo ficado “presos no tempo”.

A coleção do Museu Municipal de Portimão assume, daí, uma importância à escala nacional dada a sua extensão (perto dos 100 exemplares), mostrando, na sua diversidade de origens (neerlandesas, belga, inglesas, germânica, espanhola e portuguesa), como na de cronologias (do século XVI aos inícios do XX), a alta relevância histórica marítima e portuária da região.

O estudo dos selos constitui um domínio muito específico da sigilografia (do termo latino *sigillum*=selo ou punção, logo, estudo dos selos) ou esfragística (do termo grego *sphragistiké*=“arte relativa aos selos”), disciplina cujo desenvolvimento se dá no século XIX, sobretudo em referência aos selos de lacre, cera, metal ou papel ou outros materiais que permitissem

¹ Grupo Arqueologia de Paisagens CHAM-NOVA/FCSH

² Associação Grupo IPSIIS



Selo de Panos, composto por dois discos planos, unidos por uma banda ou charneira e que eram aplicados a uma ponta de tecido, através da pressão de um alicate ou de uma pancada que fixava nos discos os motivos impressos no alicate.



Selo de Panos, composto por dois discos ligados por uma charneira, um deles tinha um ou mais rebites e o outro os furos correspondentes; o selo era dobrado e pressionado sobre o tecido por um alicate cravando o rebite e fixava nos discos os motivos impressos no alicate.



Selos de Panos tubulares compostos por um cilindro oco onde é introduzida uma fiada do tecido sendo apertado com um alicate que o esmaga e fixa os motivos impressos nos cunhos.



Selo de panos composto por dois discos unidos (ou não) por uma banda ou charneira que são ligados por um rebite macho/fêmea, nos reversos dos discos, e que eram aplicados a uma ponta de tecido, através da pressão de um alicate.



Selos de Bula compostos por um disco circular único, atravessado por um túnel em Y, no qual era introduzido um arame. Ao ser pressionado por alicate ou pancada, fixa o chumbo ao cordel e imprime as faces do disco. Este tipo de selo era utilizado em fardos, sacas, e também na selagem de documentos.



Selos de Bula compostos por um disco circular único, atravessado por um túnel em Y, no qual era introduzido um arame. Ao ser pressionado por alicate ou pancada, fixa o chumbo ao cordel e imprime as faces do disco. Este tipo de selo era utilizado em fardos, sacas, e também na selagem de documentos.

Fig. 1 – Tipologia dos selos de chumbo presentes na coleção IPSIS/DETA (autoria de José Sousa).

apor símbolos mediante a aplicação de uma matriz ou punção, sendo útil à história, diplomática, heráldica, genealogia, paleografia, direito e arqueologia, entre outras áreas do saber.

O essencial dos estudos da sigilografia acabou por incidir de sobremaneira no período medieval, e sobre os selos que autenticavam documentação, deixando para um plano declaradamente secundário as restantes espécies, em especial as que correspondiam a elementos mais quotidianos do passado. Daí resultou que certos domínios acabaram por se autonomizar, de que se podem dar os exemplos flagrantes da filatelia, devotada em exclusivo aos selos postais, ou da tesserologia (derivada da *jetonistique* francesa, onde *jeton*=ficha), cujo interesse se restringe a determinados objetos cuja natureza é mais próxima à da numismática ou da medalhística, caso dos portugueses *contos pera contar* medievais e da Época Moderna, ou das cunhagens de prestígio destinadas a premiar súbditos régios neste último período.

Muitos destes saberes acabaram por conhecer um maior fulgor científico até aos meados do século XX, decaindo o seu interesse a partir daí. Foi este o quadro também verificado na sigilografia. Em sentido contrário, porém, e porque todos eles envolviam uma componente colecionista, sigilografia incluída, registaram uma forte evolução até à atualidade, tanto no número de pessoas interessadas, como no de exemplares reunidos. A partir das últimas décadas do século XX, o desenvolvimento da tecnologia dos detetores de metais, e o surto do hobby da pesquisa, facilitou e estimulou também aquelas evoluções. Todavia, e as mais das vezes, deste significativo aumento não resultou um avanço substantivo no conhecimento, antes, e em muitos casos, em percas de informação, nomeadamente no que respeita à proveniência das espécies.

A originalidade à escala nacional do projeto IPSIIS, e da associação que lhe sucedeu, ao ter conseguido congregiar detetoristas, arqueólogos e o Museu de Portimão, com o envolvimento da tutela, permitiu resgatar o conjunto de selos de chumbo originário do Arade e de Alvor, promovendo o importante património cultural que representa e levá-lo ao conhecimento público.

A arqueologia dos selos de chumbo constitui uma área em desenvolvimento em datas mais recentes, havendo a destacar, no panorama internacional, os trabalhos científicos “fundadores” de Geoffrey Egan (1987, 1994, 1995 e 2010). A matéria parece ganhar um crescente de interesse em vários quadrantes geográficos bem diversos, sobretudo no âmbito dos estudos coloniais da América do Norte (Adams, 1987; Baart, 2005; Luckenbach e Cox, 2023; Davis, 2023, entre outros), na Arqueologia Moderna da Europa (Ceballos-Escalera, Gila, 2002; Pinto, 2004; Bankead, 2006; Hittinger, 2008; Rodenburg, 2011; Mordovin, 2014; Elton, 2017; Bedos-Rezak e Symes, 2019; Nielsson, 2021, escolhidos de uma lista bem mais extensa) e na Arqueologia Marítima (Molaug, 1980, 1983 neste caso para cotejar um exemplo pioneiro), por se lhes reconhecer o elevado potencial informativo que encerram quanto à atividade comercial e mercantil da Baixa Idade Média e do período moderno, ao documentarem bens perecíveis (têxteis ou sacas) que de outra forma não nos legaram vestígios.

Para o caso português, a ocorrência de selos de chumbo da Época Moderna em contexto arqueológico foi, na maioria dos casos, dada a conhecer de forma pontual, podendo reperiariarem-se os achados de um selo alfandegário português quinhentista no Povoado Pré-histórico de Leceia, em Oeiras (Cardoso, 2011: 103), de um outro no silo 13 da Rua da Judiaria, em Almada (Rosa, 2019, anexo: 26), de outro alfandegário de Barcelona na escavação do Boqueirão do Duro (Mateus, 2018: 47 e 199), de um alfandegário português do séc. XVII no poço

do Claustro SO do Hospital Real de Todos-Os-Santos (Boavida, 2017: 449), de outro similar, mas do séc. XVI, no Largo do Chariz de Dentro (Silva et al., 2012: 82-83), um outro idêntico no Convento de Sant’Ana (Boavida, 2017: 449, nota 13), 9 selos quinhentistas (e seiscentistas ?) no Campo das Cebolas, nos quais se contavam alfandegários portugueses e de produtores têxteis alemães e um inglês (Simão e Minguez, 2017), isto em referência aos casos de Lisboa, e de um selo alfandegário português do séc. XVI no castelo de Torres Vedras (Luna e Amaro, 2009), de um selo de produtor (inglês ?) no quintal da Casa Grande, em Freixo de Numão (Coixão e Naldinho, 2001: 39-40), de um outro selo alfandegário português do séc. XVI num silo da Rua da Judiaria n.º 1, em Castelo de Vide (Cuesta-Gómez, Prata e Mangusto, 2010:173 e 174, fig.5), um da Alfândega de Faro em Albufeira (Archeofactu) e, por fim, de três selos alfandegários quinhentistas da Alfândega do Funchal, encontrados na escavação de um poço da Casa do Esmeraldo e Largo de Cristóvão Colombo, naquela cidade insular (*Museu A Cidade do Açúcar*, vitrine 67). As bases de dados internacionais reperiariam também os achados de um selo de Jihlava (República Checa), em parte incerta do território português, de um selo de Augsburg (Alemanha), da primeira metade do século XVI, do Algarve, e de um selo setecentista de seda de Nimes (França), encontrado em Cascais (Bagseals). Acrescem, a esta lista, os conjuntos divulgados do Algarve por um dos autores (Sousa, 2016), e aqueles encontrados nas escavações da Casa do Infante, no Porto, que, e neste caso, com os seus 116 exemplares, constituem no momento o conjunto mais amplo conhecido do território português, o que se explica facilmente por o edifício portuense equivaler ao das instalações da Casa da Alfândega da cidade nortenha em funcionamento entre os séculos XIV e o XIX (Fernandes, 2014).

Uma análise ligeira às ocorrências arqueológicas portuguesas, dadas a conhecer antes, permite constatar uma diversidade de situações, mas a ocorrência de selos manifesta-se com expressão prevalente nas áreas mais conectadas com os fluxos comerciais marítimos e/ou os espaços da fiscalidade de Portugal.

Durante o reinado de Dom Manuel, e ao longo do século XVI, a coroa portuguesa desenvolveu e sofisticou a sua infraestrutura fiscal à escala do Reino, com especial atenção aos portos marítimos. Convém relembrar que esta é uma época em que o rei, para além de ser o maior proprietário do país, de onde lhe advêm rendas bastante substanciais, para além de deter exclusivo da emissão de moeda, é, também ele, um mercador, aquele que detém o monopólio do comércio com o Oriente (a partir de 1505), o monopólio de produtos-chave como a pimenta, cravinho, canela ou pau-Brasil, detém exclusivos de exploração, como a da cortiça ou de zonas de pesca do país, entre tantos outros. É o carácter mercantilista do rei que justifica porque o monarca português somente habita o piso superior do Paço Real da Ribeira, em Lisboa, pois os espaços de armazenamento ocupam todo o piso térreo palatino, ou porque se localizou o Paço junto do vasto complexo da Casa da Índia (a mais importante instituição económica da época), ou ainda porque do lado contrário do Terreiro do Paço se construiu depois a *Alfândega Grande*. O rei procurava ser o regulador do comércio do Reino.

Ainda assim, e por mais espantoso que nos possa parecer hoje, a fiscalidade era a principal fonte de receitas da coroa, e de forma por demais destacada: no orçamento de estado de 1526, os impostos sobre o comércio interno e externo, isto é, as sisas, mais as portagens, dízimas e outros impostos cobrados nos portos (alfândegas) *molhados* (marítimos e fluviais) e *secos* (terrestres) representaram 84,5% (!!!) do total das

receitas do Estado Português (Pereira, 1983), e os números são idênticos no orçamento de 1527 (Pereira, 1984, 2003). A despeito de ligeiras oscilações de número patentes nos orçamentos de 1588, 1607, 1618 e 1621, a partir do de 1627 até 1811 (compreendendo pelo menos 10), e mesmo com o ouro do Brasil ou o monopólio do tabaco, o grosso dos rendimentos da coroa portuguesa continuou a assentar no recaudamento fiscal (cf. Hespanha, 2013: sobretudo 129-130).

A estrutura alfandegária portuguesa no período moderno revelou-se, portanto, vital para o bem-estar do Estado. Daí a importância dos seus oficiais, instrumentos, protocolos e gestos nelas praticados, de que fazem parte os selos de chumbo portugueses, exclusivamente alfandegários. O estudo compreensivo destes selos, por um dos autores (JS), permitiu identificar um acervo numeroso, utilizado nas múltiplas aduanas, almoxarifados e alfândegas das várias províncias do Reino, Madeira, Açores, Brasil e Índia (Sousa, 2019).

O processo de selagem fazia-se mediante o uso, pelo oficial aduaneiro, de uma matriz ou punção em forma de alicate (o selo propriamente dito), que imprimia no chumbo a iconografia (escudo real, quinas ou esfera armilar) e/ou o identificador da instituição de controlo (texto e/ou abreviatura).

Não se conhece, no momento, qualquer exemplar de punção/matriz português, decerto fabricado em metal, que era um instrumento fundamental no ato fiscal do período moderno, pois era “dado pelo rei” (na realidade pela administração régia). Na Alfândega da cidade do Porto, o texto do auto de entrega dos selos, em 1542, discrimina dois: *Comuem a saber hum Da Dizima e outro da Sisa, com que se am D aselar hos pannos de varas* [1 vara = 5 palmos=cerca de 1,10 m] e *couados* [3 palmos=0,66 m] *que vierem De fora do Reino De çem reaes para baixo* (ANTT, *Núcleo Antigo*, Livro 110, fl. 247v, transcrito em Fernandes, 2014: p. 73). O estudo das suas impressões (Sousa 2016 e 2019) sugere que nalguns casos o mesmo instrumento terá conhecido uma certa longevidade.

Os circuitos da comercialização dos têxteis era complexo. Por exemplo, a bombazina (um fabrico de seda e lã ou, mais tarde, de algodão e lã), produzida do século XVI ao XVIII no espaço germânico, era exportada para a Inglaterra em quantidade no século XVII, selada com o “B” coroado e a legenda “*Finn Bombasinen der Wesel*”, a despeito da Inglaterra ser à época uma grande produtora têxtil (Cherry, 2018: 183). O comércio de fustão germânico (tecido em algodão, linho, seda ou lã, em cordão), tingido de branco, cinzento ou preto, era dominado por mercadores e sociedades mercantis germânicas setentrionais, que o obtinham nas feiras de Ulm, Nuremberga, Nordlingen e Frankfurt, sendo depois enviado para Antuérpia, onde era depois vendido a mercadores ingleses, espanhóis e portugueses (a contabilidade em 1540 regista a chegada à cidade de 225 fardos de fustão, onde cada fardo equivalia a 45 peças – Bankhead, 2016: 53). Para a importante feitoria portuguesa desta última cidade flamenga se exportaram de Portugal, em 1569-1570, 608.000 réis em moedas, pedrarias e especiarias, e se importaram 740.000 réis de produtos, dos quais 420.000 réis em têxteis (Silva, 1948: 35).

Para além dos tecidos de melhor qualidade também se importaram tecidos mais modestos, como se pode verificar pelo conjunto de selos provenientes das dragagens no rio Arade, identificados com a letra F (“*Faulty Cloths*”=selos com defeito), que selavam tecidos com imperfeições no acabamento; tal pática de mencionar a imperfeição nestes tecidos foi implementada no reinado de Eduardo IV, em meados do século XV (Sousa, 2016).

A produção portuguesa nos séculos XV e XVI era, todavia, muito insuficiente e de baixa qualidade. No reino se produzia

burel (tecido de lã, grosseiro), *bragal* (pano grosseiro usado no fabrico das bragas, calças largas e curtas), *almáfega* (burel branco e grosseiro) e alguma seda. Mas mesmo esta, produzida em Trás-Os-Montes, era alimentada no séc. XV por matéria-prima vinda do Sul Peninsular, vinda de Almeria, Valência e Granada. Os tecidos mais caros, ao alcance de poucos, eram quase todos importados, como os *panos da Flandres* (que incluía parte do N de França, a Bélgica e parte dos Países Baixos), *da Frísia* (região que se estende do NE dos Países Baixos, através da Alemanha até ao SO da Dinamarca), o *estante forte* (de lã, forte), a *biffa*, a *valenciana* (de Valência, Espanha), a *brúgia* (de Bruges), a holandesa (tecido de linho, dos Países Baixos) e a segóvia (de Espanha). O *cendal* (linho, seda ou algodão, fino e transparente) e os *panos viados* (listrados) de seda, com ou sem ouro, eram largamente importados de Lucca (Itália). *Damascos*, *brocatéis* e *veludos* vinham de Espanha, com especial intensidade no séc. XVII (Costa, 2009). As rotas transoceânicas iriam trazer ao Reino, em particular do Oriente, sedas, bordados e outras alfaias têxteis. De igual modo, do Reino sairiam cargas de têxteis selados com destino às possessões ultramarinas, mas também com outros destinos: disso dá prova a geografia do achado de selos alfandegários portugueses, como o do século XVI, verificado nas margens do rio Tamisa, no porto da zona de Greenwich (Londres), os três com a mesma cronologia no Hampshire (U.K.), de um da 2.ª metade do séc. XVII, em Hook (Surrey, U.K.), de um outro do reinado de D. João III, em Itton (Monmouthshire, U.K.) (Finds.org), ou, do outro lado do Atlântico, no Forte de Jamestown, na Virgínia (E.U.A.), estabelecimento colonial inglês ativo entre 1607-1624, onde, entre 300 selos, dois eram portugueses, um da Alfândega do Funchal e o outro da Alfândega de Angra (Davis, 2023). O pouco que conhecemos dos naufrágios portugueses no mundo reforça a imagem de circulação dos bens selados, de que dão exemplo os achados na fragata Santo António de Tanná (Pereira, 2014), naufragada em 1697 nas imediações do Forte de Jesus, em Mombaça (Quênia), ou do Nossa Senhora da Consolação, naufragado em 1608 ao largo da Ilha de Moçambique (Mahumane e Simbine, 2023: 9-10), de onde se recuperaram 49 selos de fabrico e fiscais (Mirabal, 2013).

Os têxteis, com circuitos complexos de circulação, iriam aliás constituir um importante instrumento no comércio português, em particular no escravagista, pois em boa medida as *peças de pano* expedidas para África serviam o tráfico, tendo acabado o vocábulo por se transmitir ao próprio indivíduo escravizado, que passou a ser avaliado em função do seu valor em pano, acabando por mais tarde ele próprio por ser nomeado como *peça* (Lopes e Menz, 2019).

Seja como for, e mesmo considerando as iniciativas protectionistas e de promoção das manufaturas portuguesas, sobretudo no século XVII por iniciativa do Conde de Castelo Melhor, ou no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, a importação para o Reino manteve-se em níveis sempre altos. Todo o litoral, bem servido por portos marítimos, de Valença à foz do Guadiana, facilmente acedia aos panos importados. O achado no Arade e/ou Alvor de selos de chumbo de controlo de produção inglesa (o *alnage*, abolido em 1724) e neerlandesa (de Leyden, Hondschoote e Haarlem), alfandegários franceses (de Marselha), neerlandeses e espanhóis (de Barcelona), de produtores têxteis europeus (ingleses e neerlandeses) é a prova material da intensa comercialização em Época Moderna nas costas de Portimão. O núcleo mais vasto do conjunto é, todavia, composto por selos de *peças de pano* e de saca oriundo das alfândegas portuguesas, nalguns casos identificáveis como de Lisboa, da Casa dos 5 (também de Lisboa) e de Faro:

são, em todo o caso, selos aplicados a peças de pano e sacas importadas após terem sido rececionados nos portos portugueses, como os de Portimão e Alvor, juntando-se assim aos selos que os objetos já ostentavam (conf. Sousa, 2016, para a totalidade do Algarve).

Se é provável que uma parte do significativo conjunto do Museu de Portimão resultou da inutilização dos selos após

o desalfandegamento dos bens, sendo descartados para os cursos de água, não é descabido imaginar que pelo menos alguns deles haviam permanecido imperturbados nos leitos do Arade e Alvor, compondo vestígios de volumes perdidos na trasfega e cargas de naufrágios que as dragagens infelizmente deslocaram... até em boa hora serem resgatados, de modo a poderem ser expostos e apreciados pelo público.

Bibliografia

- ARCHEOFACU – <https://www.archeofactu.pt/pt/trabalhos/Ligas-metalicas-Albufeira-Algarve>
- Adams, D.L. (1987) – *Lead Seals from Fort Michilimackinac, Mackinaw City, Michigan*. Michigan: Western Michigan University (tese de Mestrado). https://scholarworks.wmich.edu/masters_theses/1240
- Baart, J.M. (2005) – “Cloth Seals at Iroquois Sites”. *Northeast Historical Archaeology*, 34-1. <http://digitalcommons.buffalostate.edu/nehavol34/iss1/4>
- BAGSEALS – http://www.bagseals.org/gallery/main.php?g2_itemId=31&g2_page=87
- Bankhead, G. (2016) – *A cultural, scientific and technical study of the Durham lead cloth seal assemblage*. Durham: Durham University (tese de mestrado). Disponível em: <http://etheses.dur.ac.uk/11867/>
- Bedos-Rezak, B.; Symes, C. (Eds.) (2019) – *Seals, Making and Marking Connections across the Medieval World*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Boavida, C. (2017) – “Objectos do quotidiano num poço do Hospital real de Todos-Os-Santos”. In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R.B. (Eds.) – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma Cidade em Escavação*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, 441-457.
- Cardoso, J.L. (2011) – *Arqueologia do Concelho de Oeiras, do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Catálogo. Oeiras: Câmara Municipal.
- Cebbalos-Escalera y Gila, A. (2002) – “El Real Sello de Paños de Segovia (función, tipología y usos de los sellos de paños en España)”. *Espacio, Tiempo y Forma. S.IV, Historia Moderna*, 15. Madrid: UNED, 301-340.
- Cherry, J. (2019) – “The Cloth Seal: A Mark of Quality, Identification, or Taxation?” In Bedos-Rezak, B.; Symes, C. (Eds.) – *Seals, Making and Marking Connections across the Medieval World*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 167-192.
- Coixão, A.S.; Naldinho, S.E. (2001) – “Cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XVIII exumadas na área urbana de Freixo de Numão”. In *Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. Actas das sessões*, vol. I, *Cerâmicas no Quotidiano. Estudos sobre Cerâmicas Arqueológicas e Etnográficas*. Vila Nova de Foz Coa: Parque Arqueológico do Côa, 36-45.
- Costa, M.M.P. (2009) – “Tecidos e Têxteis portugueses do século XVII ao século XVIII”. In *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo. 5ª Secção, Arte e Cultura*. Guimarães: Município de Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e Fundação Martins Sarmento, 154-180.
- Cuesta-Gómez, F.; Prata, S.; Magusto, J. (2010) – “Num buraco no chão vivia... uma história. Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras”. In *Pequenas cidades no tempo. O ambiente e outros temas*. Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide, 151-180.
- Davis, C.M. (2023) – *Clothing a Colony: Lead Seals from Early Jamestown (1607-1630)*. Presented at Society for Historical Archaeology, Lisbon, Portugal. 2023 (tDAR id: 475913). <https://core.tdar.org/document/475913/clothing-a-colony-lead-seals-from-early-jamestown-1607-1630>
- Egan, G. (1987) – *Provenenced Led Cloth Seals*. London: University College, University of London (PhD Thesis).
- ____ (1994) – *Lead Cloth Seals and Related Items in the British Museum*. London: British Museum (col. *British Museum Research Publications, Occasional Paper*, 93).
- ____ (1995) – *Lead Cloth Seals and Related Items in the British Museum*. London: British Museum (col. *British Museum Occasional Paper*, 93).
- ____ (2010) – “Medieval and Later Trade in Textiles between Belgium and England. The Picture from some Finds of Cloth Seals”. In De Groote, K.; Tys, D. e Pieters, M. Pages (Eds.) – *Exchanging Medieval Material Culture: Studies on Archaeology and History presented to Frans Verhaeghe*. Brussels: Fleritånibritánimish Heritage Institute, 55-66.
- Elton, S.F. (2017) – *Cloth Seals: An Illustrated Guide to the Identification of Lead Seals Attached to Cloth*. Oxford: Archaeopress.
- Fernandes, B.D.M.C. (2014) – *Selos de Mercadorias Tardo-Medievais e Modernos das Escavações Arqueológicas da Casa do Infante (Porto)*. Porto: Universidade do Porto (Tese de Mestrado). <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77516/2/33601.pdf>
- FINDS.ORG= <https://finds.org.uk/database/images/image/id/558982/recorder/type/artefacts>
- Hespanha, A.M. (2013) – “As Finanças Portuguesas nos Séculos XVII e XVIII”. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*, 8-2. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 79-132.
- Hidalgo, L.Á.; Bernal Casasola, D.; Bustamante Álvarez, M. (2016) – “Etiquetas comerciales de plomo para textiles en Augusta Emerita”. In Ortiz, J; Alfaro, C.; Turell, L.; Martínez, M.ª J. (Eds.) – *Textiles, Basketry and Dyes in the Ancient Mediterranean World*. Proceedings of the 5th International Symposium on Textiles and Dyes in the Ancient Mediterranean World (Montserrat, 19-22 March, 2014), València: Universitat de València, 221-237.
- Hittinger, D. (2008) – *Tuchplomben: Warenzeichen des späten Mittelalters und der Neuzeit aus dem norddeutschen Küstengebiet*. Aachen: Shaker Verlag (*Mitteilungen der Deutschen Gesellschaft für Archäologie des Mittelalters und der Neuzeit*, 18).
- Endrei, W.; Egan, G. (1982) – “The sealing of cloth in Europe, with special reference to the English evidence”. *Textile History*, 13-1. Routledge, 47-75. <https://doi.org/10.1179/004049682793690913>
- Lopes, G.A.; Menz, M.M. (2019) – “Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII)”. *Revista Brasileira de História*, 39-80. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n80-05>
- Luckenbach, A.; Cox, C.J. (2003) – “17th century lead cloth seals from Anne Arundel County, Maryland”. *Maryland Archaeology*, 39-1/2. Maryland: Archeological Society of Maryland, 17-26.
- Luna, I.; Amaro, C. (2009) – *Castelo de Torres Vedras, Resultado dos Trabalhos Arqueológicos 2003*. S.I. <https://historiasdetorresvedras.files.wordpress.com/2012/08/castelo.pdf>
- Mahumane, C.; Simbine, C. (2023) – “(Re-)interpreting the Artefact Collection of the Nossa Senhora da Consolação Wreck (1608)”. *International Journal of Nautical Archaeology*. Nautical Archaeology Society, Routledge. DOI: 10.1080/10572414.2023.2238229
- Mateus, M.C.P.S. (2018) – *O sítio do Boqueirão do Duro: contributo para o conhecimento da ribeira ocidental de Lisboa entre os séculos XVIII e XX*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- Mirabal, A. (2013) – *The excavation of the Nossa Senhora da Consolação (1608): Ilha de Moçambique, 2005, 2006, 2009, Archaeological report*. Arqueonautas Worldwide, Arqueologia Subaquática, S.A-Património Internacional, SARL.
- Molaug, S. (1980) – “Lasten i Bambelvraket. Svein Molaug, Bård Kolltveit”. In Gunnar Bj. Dahl (Ed.), *Norsk sjøfartsmuseum: årsberetning 1980*. Oslo: Oslo Museet, 173-195.
- Molaug, S. (1983) – “Activités d’Archéologie Subaquatique d’un petit musée norvégien”. *Museum*, 37 (Vol.35-1), *Musées et patrimoine subaquatique*. Paris: Organisation des Nations Unies pour l’éducation, la science et la culture, 57-61.
- Mordovin, M. (2014) – “Late Medieval and Early Modern Cloth Seals in the Collection of the Hungarian National Museum”. *Archaeologiai Értesítő*, 139. Budapest: Hungarian National Museum, 193–237.
- Nielsson, S. (2021) – *Cut from the Cloth. Leaden Cloth Seals in Iceland*. Hugvísindasvið: Universitatis Islandiae (Tese de Mestrado).
- Pereira, J.C. (1983) – “A Receita do Estado Português no ano de 1526. Um Orçamento Desconhecido”. In *Estudos de História de Portugal*, vol. II, *Séculos XVI-XX, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Editorial Estampa, 29-30.
- Pereira, J.C. (1984) – “O orçamento do Estado português no ano de 1527”. In Oliveira Marques, A.H. de (Dir.) – *Nova História de Portugal*, I. Lisboa: Editorial Estampa, 27-65.

- Pereira, J.C. (2003) – “O orçamento do Estado português no ano de 1527”. In *Portugal na Era de Quinhentos*. Cascais: Patrimonia Historica, 157-210.
- Pereira, M.P.M. (2014) – *Organização interna e distribuição da carga a bordo da fragata Santo António de Tanná (1697)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de mestrado).
- Pinto, A.X. (2004) – *Selos de chumbo alfandegários*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Licenciatura em História, var. Arqueologia). Policopiado.
- Rodenburg, N.M. (2011) – *Seal and Deal. Cloth Production and Trade between the Netherlands and Scania during the Late Middle Ages and Early Modern Times*. Lund: Lund University 2011. Master Thesis. <http://www.lunduniversity.lu.se/o.o.i.s?id=24965&postid=1968456>
- Rosa, S.M.P. (2019) – *Os Silos Medievais de Almada. Morfologia e dinâmicas de utilização*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- Simão, I.; Miguez, J. (2017) – “O conjunto de selos de chumbo proveniente do Campo das Cebolas, Lisboa”. Arnaud, J.M.; Martins, A. (Eds.) – *Arqueologia 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1892-1900.
- Silva, R.B.; Miranda, P.; Vieira, V.n.; Vicente, A.m.; Lopes, G.; Nozes, C. (2012) – “Largo do Chafariz de Dentro. Alfama em Época Moderna”. In Teixeira, A.; Bettencourt, J.a. (Coord.) – *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1. Lisboa, Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAç, (col. *ArqueoArte*, 1), 71-84.
- Silva, A.V. (1948) – *O comércio de Portugal com a Europa (1ª metade do século XVI)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de Licenciatura). Policopiado.
- Sousa, J. (2016) – *Selos de chumbo. Os testemunhos dos intercâmbios comerciais e do controlo fiscal no Algarve, do século XV ao século XIX*. Portimão: Associação Projecto Ipsiis. https://www.academia.edu/28665863/Os_Selos_de_Chumbo
- ____ (2019) – *Os selos alfandegários portugueses em chumbo. Séculos XV a XIX*. S/I: Ed. Autor. https://www.academia.edu/39764191/Os_Selos_Alfandeg%C3%A1rios_Portugueses_em_chumbo_S%C3%A9culos_XV_a_XIX

G219

Selo alfandegário de Portugal (exemplo de selo inutilizado)
Chumbo
Época Moderna (séc. XVII-XVIII)
1,7 x 0,85 x 0,4cm 3gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt
Selo inutilizado através de objecto cortante para evitar reaproveitamento fraudulento. Apresenta um formato de tendência rectangular, com a esfera armilar numa das faces. Na face oposta observa-se o escudo de armas português, encimado por uma coroa. Numa das extremidades são visíveis vestígios de fibras de origem vegetal.



G281

Selo alfandegário de Portugal
Chumbo
Época Moderna (meados séc. XVII)
2,05 x 1,4 x 0,45cm 4gr
Praia da Marina (Portimão)
Frank Reinhardt
Selo de pano composto por duas placas de tendência ovalada, unidas por uma charneira. Uma das faces apresenta o escudo de armas português, enquanto a outra, em pior estado de conservação, contém uma esfera armilar. Na zona de contacto entre as duas placas é possível observar a impressão do tecido a que a peça se encontrava sujeita, bem como vestígios de fibras de origem vegetal.



G280

Selo alfandegário de Portugal (exemplo de selo inutilizado)
Chumbo
Época Moderna (séc. XVII-XVIII)
2,1 x 0,8 x 0,4cm 4gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt
Selo inutilizado através de objecto cortante para evitar reaproveitamento fraudulento. Apresenta um formato rectangular, com a esfera armilar numa das faces. Na face oposta observa-se o escudo de armas português.



K444

Selo alfandegário de Portugal
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI ou XVII, D. João III a D. João IV)
Ø1,8 x 0,7cm 13gr
Local desconhecido
José de Sousa
Selo de pano composto por duas placas de tendência circular, unidas por uma charneira. Conserva-se numa das faces o rebite que, durante o processo de cunhagem do selo, atravessaria a perfuração existente na placa oposta, unindo-as e sujeitando a peça ao tecido.



K697

Selo alfandegário de Portugal
 Chumbo
 Época Moderna (séc. XVII-XVIII)
 2,05 x 1,05 x 0,4cm 4.6gr
 Praia dos Careanos (Portimão)
 José de Sousa

Selo de formato rectangular, apresenta numa das faces uma esfera armilar assente numa base. É admissível que o sistema de fixação da peça se situasse na zona sobre a esfera, onde é visível duas pequenas perfurações. Na face oposta observa-se um escudo encimado por uma coroa.
 Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir) (2014) *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 197, n.º 236


L386

Selo alfandegário de Portugal
 Chumbo
 Época Moderna (séc. XVI ou XVII, D. João III a D. João IV)
 2,2 x 2,1 x 0,7cm 13gr
 Praia de Alvor (Portimão)
 José de Sousa

Selo de pano composto por duas placas unidas, de tendência ovalada. Uma das faces apresenta o escudo de armas português, enquanto a outra possui uma esfera armilar.


Y862

Selo alfandegário de Portugal / Alfândega de Faro
 Chumbo
 Época Moderna (1581 a 1598, D. Filipe I)
 3,1 x 2,3 x 0,8cm 16gr
 Depósito de dragados de Portimão
 José Costa

Selo de pano, composto por duas placas de tendência circular, unidas por uma charneira. Uma das faces apresenta o escudo de armas português. Na zona de contacto entre as duas placas é possível observar a impressão do tecido a que a peça se encontrava sujeita.


K448

Selo alfandegário de Portugal / Alfândega de Lisboa
 Chumbo
 Época Contemporânea (1777 a 1834, D. Maria I a D. Miguel I)
 Ø1,4 x 0,3cm 1,3gr
 Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
 José de Sousa

Selo de bula de formato circular. Apresenta dois pequenos entalhes dispostos simetricamente. Numa das faces observa-se o escudo com as armas reais de Portugal, encimado por coroa real e na outra face a esfera armilar.



L347

Selo alfandegário de Portugal / Casa dos Cincos, Lisboa
Chumbo
Época Moderna (1495 a 1557, D. Manuel I a D. João III)
3,3 x 2,2 x 0,9cm 18gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt
Selo de pano, composto por duas placas de tendência circular. Uma das faces apresenta o escudo de armas português, enquanto a face oposta possui uma estrela de oito pontas, rodeada pela inscrição C. D. CINCOS.



K695

Selo alfandegário de Barcelona
Chumbo
Época Moderna/ Contemporânea (séc. XVIII)
2,4 x 1,4 x 0,35cm 3gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa
Selo de pano de formato piriforme, fixo por rebite. Uma das faces apresenta cunhado, de forma descentrada, um losango com uma cruz no seu interior. No reverso destaca-se o rebite, com a figura de uma linha ondulante.
Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 197, n.º 235.



Y772

Selo alfandegário de Portugal / Alfândega de Lisboa
Chumbo
Época Contemporânea (1828 a 1834, D. Miguel I)
Ø1,3 x 0,25cm 2gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt
Selo de bula de formato circular, com dois pequenos entalhes dispostos simetricamente. Numa das faces observa-se o escudo com as armas reais de Portugal, encimado por coroa real e na outra face a esfera armilar.



K443

Selo alfandegário dos Países-Baixos
Chumbo
Época Contemporânea (1880-1900)
Ø2,8 x 0,5cm 22gr
Local desconhecido
José de Sousa
Selo de bula, apresentando numa das faces o escudo dos Países-Baixos, de forma quadrangular, com um leão rampante no seu interior. O escudo encontra-se encimado por uma coroa.



K463

Selo de controlo de qualidade de Leiden, Países Baixos

Chumbo

Época Moderna (sec. XV-XVI)

5,3 x 4,86 x 0,8cm 69,3gr

Local desconhecido

Frank Reinhardt

Selo de pano composto por duas placas circulares, unidas por uma charneira. As duas faces apresentam ao centro o escudo de armas da cidade de Leiden, envolvido por duas linhas peroladas; entre essas linhas, a legenda LEY / DEN, repetida e intercalada por grupos de pérolas.

**K696**

Selo alfandegário de Haarlem, Países-Baixos

Chumbo

Época Moderna (séc. XVII)

2 x 0,9 x 0,3cm 3gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Selo de pano composto por duas placas circulares, ligadas por uma charneira. Uma das faces apresenta cunhado, de forma descentrada, um escudo com estrelas de seis pontas e a cruz de Malta. No reverso, observa-se uma figura ilegível.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dirs.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 197, n.º 234.

**K691**

Selo de controlo de qualidade, Países Baixos

Chumbo

Época Moderna (séc. XVI)

4,5 x 3,4 x 0,2cm 13gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Selo de pano circular que conserva apenas uma das placas, com duas perfurações e parte da charneira. Apresenta uma inscrição disposta de forma radial, parcialmente legível (UUU...TNW), e uma figura indeterminada na zona central.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dirs.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 197, n.º 241.

**K692**

Selo de controlo de qualidade de Hondschoote, Flandres

Chumbo

Época Moderna (séc. XVII)

Ø2,1 x 0,4cm 8gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Selo de pano composto por duas placas circulares unidas por uma banda. A face com duas perfurações apresenta a figura de um grifo rampante, descentrado e envolto numa moldura em relevo, ao qual falta a zona da cabeça. No reverso observa-se um brasão da cidade de Hondschoote, descentrado e incompleto, de forma oval ou boleada, com o escudo dividido em três zonas, ocupadas com flor-de-lis de pequenas dimensões.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dirs.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 197, n.º 238.



Y773

Selo de controlo de qualidade, Inglaterra; Selo de tecidos defeituosos "Faulty cloth seals"

Chumbo

Época Moderna (séc. XV-XVI)

2,4 x 1,75 x 0,8cm 10,7gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Selo de pano composto por duas placas circulares, unidas por uma charneira. A face com o rebite apresenta um cunho, a inicial F num tipo de letra Lombárdica.



Y774

Selo de controlo de qualidade, Inglaterra; Selo de tecidos defeituosos "Faulty cloth seals"

Chumbo

Época Moderna (séc. XV-XVI)

3,5 x 2,1 x 0,6cm 9,9gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Selo de pano composto por duas placas circulares, unidas por uma charneira. A face com o rebite apresenta um cunho, a inicial F num tipo de letra Lombárdica.



Portimão – Duas Matrizes Sigilares

Mário Jorge Barroca¹



Y746

Matriz sigilar de D. Martim Fernandes

Bronze

Época Medieval (séc. XIII-XIV)

2,6 x 2,6cm 10gr

Praia de Alvor (Portimão)

Frank Reinhardt

Matriz sigilar do tipo «quadrado lobado»: ao centro, um campo quadrado preenchido por uma flor de lis e delimitado, na orla, por uma legenda. Em cada face do quadrado encontra-se um semicírculo, enquadrando temas distintos: em cima, uma cruz; à esquerda uma estrela de seis pontas; em baixo um pequeno castelo; à direita, uma lúnula com as pontas voltadas para o centro. Isto significa que um selo utilizando esta matriz apresentaria a estrela de seis pontas à direita e a lúnula à esquerda.

A legenda, na orla do campo quadrado, diz:

+ S . / M A R T I / N F E R / N A N D I / S

Isto é, *S(igilum) Martin Fernandis*.

No reverso, a matriz apresenta o sistema de suspensão: acompanhando o eixo principal do selo, uma pequena peça em relevo, arredondada e perfurada, que servia simultaneamente para a suspensão e para o manuseamento da matriz no momento de impressão.

Do ponto de vista tipológico, o exemplar aparecido na Praia do Alvor é absolutamente idêntico a vários exemplares conhecidos em Portugal: a matriz sigilar de Martim Abarca, que tivemos oportunidade de estudar e divulgar (Barroca e Gradim, 2016: 57-58 e figs. 5-8); várias matrizes sigilares de suspensão estudadas pelo Marquês de Abrantes,

como a de D. Lopo Dias de Azevedo (Távora, 1983: 91, n.º 1), a de Inês Fernandes (Távora, 1983: 94, n.º 5), a de Vasco Esteves (de Portel?) (Távora; 1983: 95, n.º 7), a de Estêvão Esteves (Távora, 1983: 113-114, n.º 33), e a de Gonçalo Pires (Távora, 1983: 124, n.º 53); a matriz sigilar de Vasco Correia (Távora, 1984: 8-10, n.º 3); ou a matriz sigilar de Fernão Eanes, aparecida na igreja de St.ª Maria da Alcáçova do Castelo de Montemor-o-Velho (Lima, 1949: 154-156). Todos estes paralelos ajudam a definir uma cronologia geral para a peça, a qual deverá ser enquadrada entre o último quartel do século XIII e os finais do século XIV, sendo o caso mais tardio o da matriz sigilar de D. Lopo Dias de Azevedo (cf. Barroca e Gradim, 2016: 58-60).

No que concerne à identificação do nomeado nesta matriz, a primeira pessoa que nos ocorre é, naturalmente, D. Martim Fernandes, 6.º Mestre da Ordem Militar de Avis, que em 1238 já estava à frente dos destinos da Ordem (embora eleito há pouco tempo) e ocupou o cargo até 1264. O seu antecessor, Fernão Rodrigues Monteiro, terá falecido em 1237 (Cunha, 1989: 49). Martim Fernandes outorgou a carta de foral de Avis, em 1253 (PMH, Leges, Nova Série, vol. IX/2, Doc. 9; por lapso datado de 1223 nos PMH, Leges, 1.ª Série: 595-596). Ainda era vivo em 8 de novembro de 1263 (LBJP, Doc. 28) e em março de 1264 (DHCE, XIII: 16). Sucedeu-lhe D. Pedro Afonso, já documentado no cargo em 4 de dezembro de 1268 (LBJP, doc. 38).

No entanto, temos motivos para duvidar que esta matriz lhe diga respeito. Com efeito, estamos perante uma heráldica de tipo familiar e os selos conhecidos para os Mestres da Ordem de Avis costumam apresentar, no campo principal, uma

¹ Professor Catedrático da FLUP. Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura Espaço e Memória» (CITCEM) (unidade de I&D 4059 da FCT). DOI institucional: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>.

cruz flordelisada cantonada pelas travas (ou algemas), isto é, as armas da Ordem de Avis. O nome deste nobre – porque certamente estamos a lidar com um membro da Nobreza – é de tal maneira comum que pode, muito provavelmente, estar relacionado com algum homónimo do Mestre de Avis.

Y825

Matriz sigilar

Bronze

Época Medieval/ Moderna (séc. XIV-XV)

Ø2,8 x 1,2cm 13gr

Depósito de dragados de Portimão

Frank Reinhardt

Matriz sigilar circular apresentando, ao centro, cinco escudos dispostos em cruz com os campos carregados por cinco besantes ou quinas. Os três escudetes do eixo central estão alinhados na vertical. Os dois escudetes laterais estão dispostos na horizontal, voltando-se para o centro. Trata-se, portanto, das armas de Portugal, sem a bordadura de castelos. Na orla foi gravada, em incuso, uma legenda de difícil leitura, onde conseguimos ler:

+ S I : R E G I S _ _ A M D O S

As duas letras iniciais, S I, são abreviatura de «SI(gillum)».

Segue-se o usual sinal de separação de palavras, constituído, no caso vertente, por dois pontos sobrepostos. A palavra seguinte parece ser uma única, uma vez que não se detectam novos sinais de separação. Com um regular espaçamento entre as letras, lê-se R E G I S. A erosão que afecta a peça impede que se leia com segurança as duas letras seguintes, que julgamos terem sido um T e um R. Depois lê-se «A M D O S» ou «E M D O S».

Se a nossa interpretação estiver correcta, teríamos «SI(gillum) REGISTRAMOS» ou «REGISTREMOS».

Esta matriz sigilar não pode deixar de recordar o selo da Casa dos Contos de Lisboa, do século XIV, que Saul António Gomes divulgou (Gomes, 2012: 184). Não sendo um selo real (como se poderia pensar, a partir de uma precipitada leitura da presença das armas reais no campo central), ocorre-nos as determinações régias que, a partir dos inícios do século XIV, já com D. Dinis (Gomes, 2012: 152, doc. 11), recomendavam que vários serviços da Coroa tivessem selo para autenticar

os seus documentos. Será esse, cremos, o enquadramento a dar a esta peça. O facto dos escudos laterais ainda estarem voltados para o centro (e não alinhados na vertical) revela que esta peça será anterior à reforma das Armas Reais ordenada por D. João II em 1481 ou em 1482-85 (cf. Seixas, 2019: 32-33). A presença de um M uncial recomenda uma cronologia dentro do século XIV ou na(s) primeira(s) década(s) do século XV. À semelhança da Matriz de Martim Fernandes, também esta matriz sigilar era destinada a suspensão, apresentando, no reverso, apêndice arredondado com perfuração. Tratava-se, por isso, de uma matriz que era transportada, ao pescoço, pelo responsável do serviço que tinha a incumbência de justapor o selo, dando credibilidade ao documento exarado.

Bibliografia

Barroca, Mário Jorge; Gradim, Alexandra (2016) – “A Matriz Sigilar Medieval de Martim Abarca (Tavira)”. *Portvgalia*, Nova Série, vol. XXXVII, Porto, 55-67.

Cunha, Cristina (1989) – *A Ordem Militar de Avis (Das origens a 1329)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DHCE (1998) – *Documentos para a História da Cidade de Évora*. Ed. de Gabriel Pereira, 2.ª ed., cm Prefácio de Humberto Baquero Moreno, Lisboa: INCM.

Gomes, Saul António (2012) – *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*, 2.ª edição, revista e ampliada. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LBJP (2012) – *Livro de Bens de D. João de Portel*, Ed. de Anselmo Braamcamp Freire, Nova edição com Introdução de Hermenegildo Fernandes, Lisboa: Colibri.

Lima, José de (1949) – “Matriz Esfragística Medieval encontrada na Alcaçova de Montemor-o-Velho”, *Terras do Mondego*, n.º 2, Coimbra, 154-156.

PMH, *Leges – Portugaliae Monumenta Historica... Leges et Consuetudines*, 1.ª série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1858-1868.

PMH, *Leges*, Nova Série – *Portugaliae Monumenta Historica... Leges et Consuetudines*, Nova Série, Edição de António Matos Reis, vol. IX/1 e IX/2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2017-2020.

Seixas, Miguel Metelo de (2019) – *Quinas e Castelos. Sinais de Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Távora, D. Luís Gonzaga de Lancastre e (1983) – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.

Távora, D. Luís Gonzaga de Lancastre e (1984) – *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa*. VI. *Três Matrizes Sigilares Medievais*. Lisboa.





Fig. 1 – Imagens invertidas das matrizes sigilares.

Las monedas islámicas del río Arade

Alberto J. Canto García¹

El conjunto de monedas ahora analizado, como definición genérica, pueden dividirse en dos grupos: las acuñadas en al-Andalus y el Norte de África, en un marco cronológico entre el siglo VIII y el XV y las batidas con posterioridad y que pertenecen a otras dinastías del mundo arabo-islámico.

Es evidente que un material numismático, arqueológico, aparecido fuera de contexto y con procedencia muy genéricas permite una aproximación y extracción de información muy limitada; sin embargo, no es menos cierto, que la publicación sistemática de este tipo de materiales encontrados mediante el uso de detectores de metal y bajo autorización o supervisión de los responsables del patrimonio aportan una masa de información que, con el paso del tiempo se convierte en crítica y abre, de forma insospechada, los límites de nuestro conocimiento. Baste recordar el modelo mantenido en el Reino Unido que ha convertido a las islas británicas en el territorio en el que más documentación numismática ha aflorado y ha podido ser estudiada, oscilando de monedas aisladas a conjuntos de docenas de miles de monedas.

En el caso que nos ocupa los testimonios de monedas islámicas, definidas de forma amplia, son bastante reducidos, sólo veinticuatro monedas que, a priori, parecen un número escaso para la gran cantidad de monedas acuñadas en al-Andalus a lo largo de los ocho siglos de presencia islámica.

El criterio que he seguido ha sido el de establecer una catalogación cronológica por los periodos aceptados de la historia de al-Andalus, desde el emirato omeya de Córdoba hasta el reino nazarí de Granada, dejando en una segunda parte las monedas de otros territorios del islam medieval y moderno.

En este planteamiento llama mucho la atención la escasa proporción de monedas entre el siglo VIII y el XI, es decir, de la conquista, el emirato y el califato omeya de Córdoba con el capítulo final de las taifas del siglo XI, previas a la invasión de ellos almorávides. El emirato omeya y, en mayor medida, el califato de Córdoba, representan, en términos monetarios, la puesta en circulación de cientos de miles de monedas anuales. En el registro del que disponemos, sólo aparecen la n.º 1, un dirham de Abd al-Rahman II, de la ceca *al-Andalus*, de comienzos de su reinado, en el año 204/819 y los n.º 2 y 3, un dirham del primer califa de Córdoba, Abd al-Rahman III, acuñado en la ciudad palatina de *Madinat al-Zahra* en el año 346/957, en los años finales de su reinado y un fragmento de dirham de al-Hakam II, su sucesor, acuñado en la misma ceca de *Madinat al-Zahra* y sin fecha legible; en el reverso se puede leer, sobre la leyenda central la palabra "Abd" que es la primera parte del nombre del *sahib al-sikka*, el responsable de la ceca, Abd al-Rahman, quien desempeña sus funciones (y firma en las monedas) entre los años 351-356/962-966; por eso la atribución de la moneda queda en esa franja concreta.

Como se ha indicado es curioso este escaso número de monedas omeyas, pero, asimismo es cierto que cuanto más lejos se encuentra un territorio del núcleo del poder omeya, en el valle del Guadalquivir, menos acto de presencia parece hacer la moneda. Es cierto que algunos hallazgos recientes en tierras lusas nos van proporcionan datos más exactos y el cuidadoso estudio sobre el conjunto de Cerro da Vila supone una completa puesta al día sobre el movimiento de moneda emiral en Portugal y en España (Heidemann, Schierl y Teichner, 2018: 194-195). Lo mismo podría decirse de las monedas califales, un breve testimonio de un siglo de una enorme producción de moneda, pero los argumentos ya esgrimidos para el periodo anterior son, también, válidos en este caso; para unas aproximaciones generales pueden verse (Manzano, Canto, 2020 y Martín, Canto, em prensa) Es posible que, con el paso del tiempo y un mejor conocimiento de los hallazgos locales estas situaciones puedan tener otra lectura distinta. Asimismo, cabe especular sobre la mayor o menor importancia de la navegación en época omeya por las costas atlánticas...

Parece producirse un hiatus con la práctica ausencia de ejemplares de los siglos XI-XII (épocas taifa y almorávide) que resulta muy llamativa; sólo dos ejemplares, dudosos, 4 y 5 podrían corresponder a ejemplares almorávides. Por el contrario, el paso del siglo XII al XIII, con las taifas almorávides y la llegada de los almohades supone un cambio cuantitativo importante en el número de monedas encontradas. Las trece monedas de este periodo suponen más de la mitad del total encontrado y casi el 75% de las andalusíes.

Las piezas de Ahmad ibn Qasi, de Mértola (n.º 6-7) y el fragmento de Sidray b. Wazir posiblemente de Beja (n.º 8), suponen una magnífica muestra de las emisiones islámicas en tierras portuguesas del momento y amplían el repertorio de hallazgos de monedas de estas series.

Como se ha dicho la secuencia almohade es la más abundante y este hecho plantea preguntas interesantes. Los dirhames de esta época son muy abundantes y, en algún caso, con hallazgos que se cuentan por millares de piezas. Es verdad que el pulso marítimo por el control del estrecho empieza a llegar a momentos de gran tensión y resultaría motivador intentar explicar esta abundancia de ejemplares por un incremento de la actividad marítima y portuaria del momento, pero habrá que esperar a más datos a este respecto.

De las diez monedas almohades, tres (n.º 10, 11 y 12) se acuñaron en la ciudad de Fez, en Marruecos, mientras que las otras siete (n.º 9, 13, 14, 15, 16, 17 y 18) no llevan ceca y, por lo tanto, pudieron acuñarse tanto en el Norte de África como en al-Andalus. Como he explicado es curiosa esta alta presencia de ejemplares almohades en la costa atlántica y, sin duda, el poder naval almohade debe tener algo que explicar en este

¹ Profesor Emérito (Univ. Autónoma Madrid).

caso. Más llamativa es la presencia de la pieza del reino de nazarí de Granada, un medio dirham, acuñado en la ciudad de Málaga, en un momento en que en la práctica no existe contacto terrestre entre el reino nazarí y el occidente peninsular y la única vía es la marítima.

Si la serie de al-Andalus es interesante a la par que anómala por la descompensación entre las dinastías representadas por las moneadas los ejemplares no andalusíes representan una sorpresa absoluta por su rareza. La presencia de moneda islámica oriental en al-Andalus es algo extremadamente raro y, hasta la aparición de estos ejemplares de Portimão, su número es muy reducido y limitado a momentos muy concreto; además las tres últimas monedas con cronologías mucho más tardías nos introducen en mundos muy diferentes.

La moneda n.º 20, un precioso dirham de la dinastía selyuquí de Rum, en Anatolia, de Jusraw II, en la ceca de Siwas, en el 640/1242-43, en un estado de conservación bastante bueno, creo que es (en mi humilde conocimiento) el primer ejemplar de esta dinastía hallado en la península Ibérica; su cronología del siglo XIII enlaza con el comienzo del declive de la dinastía almohade, pero sigue siendo una pieza espectacular. Su anverso con la imagen del león pasante a derecha y el sol con rasgos humanos se aleja de las clásicas series epigráfica típicas de la moneda islámica; en las tierras de anatolia son frecuentes, entre las tribus turcas buscar otras soluciones plásticas en las monedas, basadas en tradiciones helenísticas y bizantinas.

La moneda n.º 21, resulta más sorprendente por su lejanía, una moneda de la dinastía safaví de Irán, los grandes rivales de los otomanos y de la dinastía mógola de la India. Se trata de un Abbasí, acuñado (posiblemente) en la ceca de *Isfahan* bajo el reinado de Sulayman I (1079-1105/1668-1693). Esta moneda del siglo XVII podría conducir a un panorama radicalmente distinto en el que las vías de navegación a oriente, abiertas por Vasco de Gama en el reinado de Manuel I, en el siglo XV, pudieran ser las que sirvieran para la llegada a Portugal de estas piezas orientales.

Algun parecido podría ocurrir con las últimas monedas, la n.º 22 y 23, en muy mal estado de conservación, pero que considero son otomanas, dos akçe, la n.º 22 del sultán Selim I (1512-1520) y la n.º 23, ilegible, pero otomana, sin duda.; si la atribución es correcta su llegada habría podido ser tanto a través el mediterráneo como por la vía oriental y la expansión otomana, más allá del mar Rojo, conviviendo con las rutas portuguesas a oriente.

En cualquier caso, las monedas halladas en Portimão, en una búsqueda en zonas de relleno constituyen una muestra más de las posibilidades de rastreos sistemáticos de material numismático; es evidente que la ausencia de estratigrafías y materiales arqueológicos asociados limitan mucho nuestra capacidad de análisis pero, no lo es menos, que aún en estas condiciones suponen un enriquecimiento de nuestro conocimiento de momentos determinados.



Fig. 1 – Monedas islámicas del río Arade.

Catálogo

AL-ANDALUS

Emirado Omeia

n.º 1	Y590	Dirham <i>Al-Andalus</i>	Abd al-Rahman II	204H	Ø2,5 x 0,1cm	Praia dos Careanos	António Costa	Vives, 1893: 177
-------	------	--------------------------	------------------	------	--------------	--------------------	---------------	------------------

Califado omeia

n.º 2	K192	Dirham <i>Madinat al-Zahra</i>	Abd al-Rahman III	346H	Ø2,3 x 0,1cm	Desconhecido	Frank Reinhardt	Vives, 1893: 429
n.º 3	L381	Fragmento de dirham <i>Madinat al-Zahra</i>	Al Hakam II	351-56H	1,2 x 1,3 x 0,1cm 1gr	Praia de Alvor	Luís Fernandes	Vives 1893: tipo 349

Almorávides

n.º 4	a.P.I./0954	Medio quirate Sin ceca	Ilegible		Ø1,1 x 0,1cm 0,5gr	Praia da Rocha	Rui Franco	
n.º 5	a.P.I./0955	Medio quirate Sin ceca	Ilegible		Ø0.9 x 0,1cm 0,4gr	Praia da Rocha	Rui Franco	

Taifas almorávides

n.º 6	W089	Quirate Sin ceca	Ahmad ibn Qasi	1146-1151	Ø1 x 0,1cm 0,45gr	Praia dos Careanos	António Costa	Benito, 2017: Fb7
n.º 7	K194	Quirate Sin ceca	Ahmad ibn Qasi	1146-1151	Ø1 x 0,1cm	Praia dos Careanos	António Costa	Benito, 2017: Fb7
n.º 8	L376	Fragmento quirate (¿Beja?)	Sidray b. Wazir	¿1144?	1,2 x 1,3 x 0,1cm 1gr	Depósito de dragados de Alvor	Luís Fernandes	Benito 2017: Ha2; Hohertz, 2018: 508

Almoades

n.º 9	Y800	Dirham Sin ceca	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,5 x 1,5 x 0,1cm 2gr	Depósito de dragados de Portimão	Frank Reinhardt	Vives, 1893: 2088; Hazard, 1952: 1101; Hohertz, 2018: 578
n.º 10	Y850	Dirham Fez	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,4 x 1,4 x 0,1cm 2gr	Depósito de dragados de Ferragudo	Frank Reinhardt	Vives, 1893: 2107; Hazard, 1952: 1096; Hohertz, 2018: 601a
n.º 11	K193	Dirham Fez	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,3 x 1,3 x 0,1cm	Praia dos Careanos	José de Sousa	Vives, 1893: 2107; Hazard, 1952: 1096; Hohertz, 2018: 601a
n.º 12	a.P.I./0963	Dirham Fez	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,5 x 1,4 x 0,1cm 1,54gr	Praia de Alvor	Rui Franco	Vives, 1893: 2107; Hazard, 1952: 1096; Hohertz, 2018: 601a
n.º 13	a.P.I./0964	Dirham Sin ceca	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,4 x 1,4 x 0,1cm 1,43gr Con una perforación	Praia de Alvor	Rui Franco	Vives, 1893: 2088; Hazard, 1952: 1101; Hohertz, 2018: 578
n.º 14	a.P.I./0965	Dirham Sin ceca	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,5 x 1,4 x 0,1cm 1,46gr Con una perforación	Praia de Alvor	Rui Franco	Vives, 1893: 2088; Hazard, 1952: 1101; Hohertz, 2018: 578
n.º 15	a.P.I./0966	Dirham Sin ceca	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,4 x 1,4 x 0,1cm 1,43gr Com dos perforaciones	Praia de Alvor	Rui Franco	Vives, 1893: 2088; Hazard, 1952: 1101; Hohertz, 2018: 578

n.º 16	a.PI./0967	Dirham Sin ceca	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,5 x 1,5 x 0,1cm 1,3gr Con una perforación	Praia de Alvor	Rui Franco	Vives, 1893: 2088; Hazard, 1952: 1101; Hohertz, 2018: 578
n.º 17	a.PI./0968	Dirham Sin ceca	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,4 x 1,4 x 0,1cm 1,45gr Con una perforación	Praia de Alvor	Rui Franco	Vives, 1893: 2088; Hazard, 1952: 1101; Hohertz, 2018: 578
n.º 18	F864	¿1/2 dirham? Sin ceca	Anónimo	Séc. XII-XIII	1,2 x 1,1 x 0,1cm 0,5gr	Praia do Branquinho	Frank Reinhardt	Hohertz, 2018: A633

Nazaríes de Granada

n.º 19	K186	½ dirham <i>Málaga</i>	Anónimo	Séc. XIV-XV	1,3 x 1,3 x 0,1cm	Praia dos Careanos	José Sousa	Vives, 1893: 2195; Hohertz, 754
--------	------	------------------------	---------	-------------	-------------------	-----------------------	------------	------------------------------------

ORIENTALES

Selyuquíes de Rum

n.º 20	a.PI./0944	Dírham Siwas	Jusraw II	634-644/1237-1246	Ø2,2 x 0,1cm 2,95gr	Praia Grande	Rui Franco	Broome, 2011: 274 DV(iii)b
--------	------------	--------------	-----------	-------------------	------------------------	--------------	------------	-------------------------------

Safavíes (Irán)

n.º 21	a.PI./0950	Abbasí	<i>Isfahan</i> Sulayman I	1079-1105/1668-1693	Ø2,4 x 0,1cm 7,32gr	Praia da Rocha	Rui Franco	Album, 2001: 180
--------	------------	--------	---------------------------	---------------------	------------------------	-------------------	------------	---------------------

Otomanos

n.º 22	a.PI./0953	Akçe	¿ilegible?	Selim I 1512-1520	1,3 x 0,1cm 0,68gr Con una perforación	Praia da Rocha	Rui Franco	Miller, 2024: 282, abbt. 323
n.º 23	a.PI./0952	Akçe	¿ilegible?	Ilegible	Ø1,4 x 0,1cm 0,22gr	Praia da Rocha	Rui Franco	

Oriental sin clasificar

n.º 24	a.PI./0951				Ø2,9 x 0,1cm 5,75gr	Praia da Rocha	Rui Franco	
--------	------------	--	--	--	---------------------	----------------	------------	--

Bibliografía

Album, S. (2001) – *Sylloge of Islamic Coins in the Ashmolean Museum, vol. 9. Iran after the Mongol invasion*. Ashmolean Museum Oxford.

Benito de los Mozos, F. (2017) – “La plata almorávide y post-almorávide. El quirate”. *Manquso*, 7, Madrid-Lorca

Broome, M. (2011) – “A Survey of the Coinage of the Seljuqs of Rum”. In Novak, Vlastimil (ed.) – *Special Publications*, 48. London: Royal Numismatic Society.

Hazard, H. W. (1952) – *The Numismatic History of Late Medieval North Africa*. New York: American Numismatic Society.

Heidemann, S.; Schierl, T.; Teichner, F. (2018) – “Coins from the seaside. An Emiral silver coin hoard from a harbour settlement on the Cerro da Vila (Vilamoura, Algarve, Portugal)”. *Al-Qantara*, XXXIX, 1, 169-224.

Hohertz, H.E. (2018) – *A Catalogue of the Square Islamic Coins of Spain, Portugal and North Africa 1130-1816 A.D.* OMNI.

Manzano, E., Canto, A.J. (2020) – “The Value of Wealth: Coins and Coinage in Iberian Early Medieval Documents”. In Barton, Simon y Portass, R. (Eds.) – *Beyond the Reconquista: Constructing and Representing Social Power in Medieval Iberia, c. 700-1300*, Brill, 169-200.

Martín Escudero, F., Canto García, A. J. (en prensa) – “Monedas, dinero y recursos económicos en el califato andalusí”. Jaén.

Miller, M. (2024) – *Die Münzen des Osmanischen Reiches Band I: Von den Anfängen bis zum Untergang (1299-1922)*, Konstanz.

Vives, A. (1893) – *Monedas de las dinastías árabe-españolas*, Madrid.

Y800

Dirham Almóada

Prata

Época Medieval (séc. XII-XIII)

1,5 x 1,5 x 0,1cm 0,9gr

Depósito de dragados de Portimão

Frank Reinhardt

Anv. Não há divindade senão Deus/ ordem, tudo por Deus/ Não há força senão em Deus.

Ver. Deus é nosso Senhor/Maomé é nosso mensageiro/O Mahdi é nosso Imã

Tipo Vives, 1893:1893; Hazard, 1952:1101; Hohertz, 2018:578.



Y850

Dirham Almóada

Prata

Local de cunhagem – Fas

Época Medieval (séc. XII-XIII)

1,4 x 1,4 x 0,1cm 1,5gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. Não há divindade senão Deus/ ordem, tudo por Deus/ Não há força senão em Deus.

Ver. Deus é nosso Senhor/Maomé é nosso mensageiro/O Mahdi é nosso Imã

Vives, 1893:2107; Hazard, 1952:1096; Hohertz, 2018: 601a.



Una muestra de monedas antiguas recuperadas en los depósitos de dragados del río Arade. Testimonio del tránsito de personas y mercancías¹

Elena Moreno-Pulido², Alicia Arévalo-González²

Entre los materiales recuperados en las playas y depósitos de los dragados del río Arade gracias al Proyecto IPSIIS/DETTA, acometido entre los años 2000-2020, destaca el significativo número de monedas localizadas de distintas épocas. Un rico patrimonio numismático que actualmente forma parte de los fondos del Museu de Portimão y que se exhibe en esta exposición.

La mayoría de las monedas halladas durante los años de recogida de los objetos metálicos depositados tras el devenir de los procesos naturales y antrópicos acaecidos en las orillas del río Arade, mostraban un estado de conservación generalmente malo, circunstancia por otro lado lógica debido al contacto que durante siglos estas monedas tuvieron con el fondo marino o con los salubres y arenosos terrenos de playa donde fueron removidas o recogidas. La fuerte suciedad que arrastraban estas piezas se une a los comunes procesos de corrosión que sufren principalmente las aleaciones de cobre y plomo, no tanto en el caso de la plata, aunque también es perceptible en algunos denarios y, sobre todo, en el único quinario recogido en estas playas, actualmente ilegible.

Ello nos lleva a la circunstancia de que no en todos los casos podemos catalogar con total exactitud las monedas, si bien en la mayoría de los casos alcanzamos a identificar su adscripción cultural, lugar de emisión o la autoridad detrás de la decisión de acuñar cada pieza. En la mayoría de las ocasiones podemos llegar a vislumbrar de forma genérica estos datos, si bien, para otras piezas, sobre todo aquellas más raras, peor conocidas o incluso inéditas, remanará el interrogante sobre su filiación y, por tanto, sobre su interpretación.

Con todo, podemos afirmar que dentro de este numerario se encuentran 143 monedas de época antigua (Fig. 1) que se suman al variado registro recuperado, a lo largo del tiempo, en este entorno acuático (Teichner, 1995 y 1997) y en los diversos yacimientos arqueológicos terrestres (Fig. 2), fundamentalmente *cetariae* (Fabião, 1994), situados a orillas del río Arade (Sousa, 2013). Claro reflejo del trasiego de gentes y mercancías de una extensa red de intercambios comerciales y culturales que a lo largo de la Antigüedad se dieron en esta importante arteria de comunicación marítimo-fluvial que dio acceso al interior del Algarve. Un testimonio, el monetario, que evidencia, en muchos casos mejor que otro material arqueológico, el

tránsito de personas al mostrar en sus leyendas el topónimo del lugar y la autoridad de emisión.

La moneda más antigua es un octavo de *Gadir* datado a finales del siglo III a.C. (Fig. 3) y encontrado en Praia da Bota. Se trata de uno de los pocos materiales provenientes de los dragados del río Arade de esta centuria y se suma al puntual registro arcaico recuperado hasta hoy, representado por un ánfora púnico-ebusitana fechada ca. 430-375 a.C. (Alves *et al*, 2001).

Por el contrario, la moneda más reciente es un *pentanum-mium* de Justiniano de la ceca de Cartago emitido entre 548-549 (Fig. 4), recuperado en Praia da Rocha. Pese a la singularidad del hallazgo, cabe recordar que un *tremis* de imitación de Justino I, de la ceca de Constantinopla y emitido entre 565 y 578, fue encontrado de forma casual en el *ager* de *Balsa* (Cesario, 2005: n.º 8383/3-18; Moreno y Arévalo, 2024). No cabe duda que estos dos numismas son una llamada de atención sobre el comercio bizantino en el Algarve, sobre lo que convendrá indagar.

La horquilla cronológica de ocho siglos que nos marcan ambas piezas nos habla de los distintos momentos de uso de este río, dadas sus excelentes condiciones náuticas y como refugio natural de su ría, así como de la llegada de numerario de distintas procedencias, y de las diversas fluctuaciones en la ocupación de este entorno.

La moneda de época republicana, exponente del tráfico local e inter-regional

De los siglos III al I a.C. esta muestra recoge 21 monedas procedentes de distintos talleres hispanos, del sur de la Galia y de Roma (Fig. 1). De las cercanas ciudades de *Balsa* (Luz de Tavira), *Ossonoba* (Faro) y, probablemente, también de *Salacia* (Alcaçer do Sal) proceden una serie de plomos monetiformes emitidos en fechas difusas del siglo I a.C. (Fig. 5.4). Junto a ellos se han recogido otros plomos anepígrafos con una y dos figuras humanas en el anverso y en el reverso, respectivamente, cuya atribución es incierta. Son piezas inéditas que no portan el topónimo y que muestran una iconografía singular que no encuentra paralelos entre la amonedación local. La gran variedad de cuños plúmbeos conocidos en estas acuñaciones

¹ Resultado del Proyecto TED2021-131704A-I00, financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033 y por la Unión Europea "NextGenerationEU"/PRTR. Parte de la actuación CNS2022-135815, financiada por MCIN/AEI/10.13039/501100011033 y por la Unión Europea «Next Generation EU»/PRTR

² Departamento de Historia, Geografía y Filosofía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Cádiz.

Grupo numismático	Ceca / Emperador	Metal	Fecha de emisión	Número de monedas	Total
Hispanas preimperiales	Gadir	AE	III – I a.C.	6	17
	Balsa	PB	I a.C.	1	
	Ossonoba	PB	I a.C.	3	
	Salacia?	PB	I a.C.	1	
	Incierta	PB	I a.C.	6	
Galas preimperiales	Bajo y medio Rhin	PB	100-49 a.C.	1	3
	Massalia	AE	49-25 a.C.	2	
Roma Republicana	Roma	AR	148-88 a.C.	2	3
		AE	141-92 a.C.	1	
Alto imperio	Tito	AR	79	1	39
	Domiciano	AR	95	1	
	Nerva	AR	96	1	
	Trajano	AE	101-111	2	
		AR	114-117	2	
	Adriano	AE	125-135	3	
		AR	117-138	7	
	Antonino Pío	AE	138-157	7	
		AR	141-152	4	
	Marco Aurelio	AE	167-168	1	
	Septimio Severo	AR	201	1	
	Heliogábalo	AR	218-222	1	
	Alejandro Severo	AE	231-235	1	
	Gordiano III	AE	238-239	1	
AE		244-249	1		
Filipo Árabe	AR	244-247	2		
	AE	25 a.C.-251	3		
Bajo imperio	Treboniano Galo	AR	251	1	81
	Volusiano	AR	251-253	1	
	Salonina	AR	257-258	2	
	Galiano	AR	260-268	2	
	Claudio II	AR	268-270	20	
	Quintilo	AR	270	2	
	Probo	AR	276-282	1	
	Diocleciano	AE	285	1	
	Maximino	AE	310-313	1	
	Constantino I	AE	310-348	14	
	Licinio	AE	313	1	
	Constantino II	AE	314	4	
	Crispo	AE	318	3	
	Constancio II	AE	330-340	13	
	Constante	AE	333-340	1	
	Constancio Galo	AE	350-355	3	
	Magnencio	AE	351-352	1	
	Constantiniana	AE	353-361	5	
	Juliano el Apóstata	AE	355-363	2	
	Teodosiana	AE	378-383	1	
Arcadio	AE	392-395	1		
Indeterminada	AE	297-491	1		
Bizantinas	Justiniano	AE	548-549	1	1

Fig.1 – Moneda hallada durante las prospecciones con detectores de metales del proyecto IPSIIS.

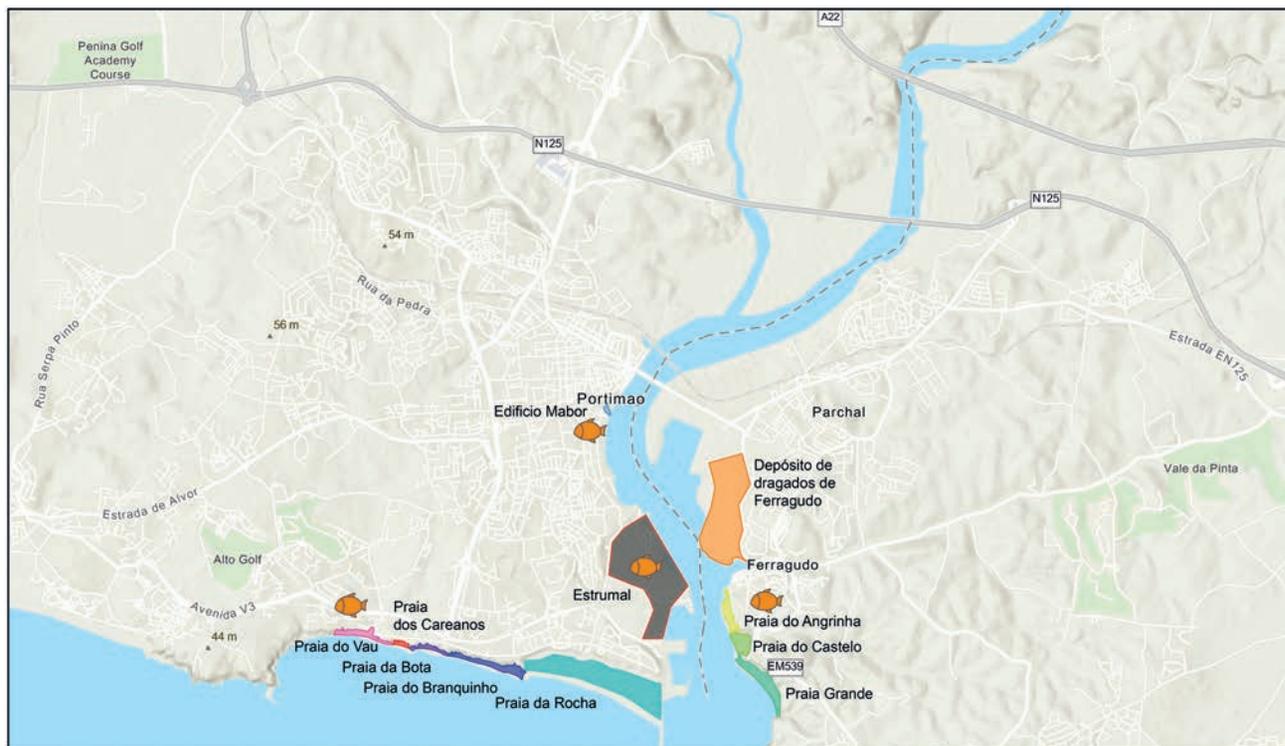


Fig. 2 – Plano mostrando las localizaciones citadas en el texto.

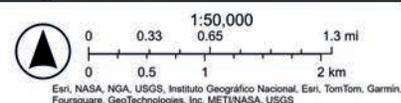


Fig. 3 – Moneda más antigua hallada por el Proyecto IPSIIS. Octavo de Gadir (Alfaro, 1988, Serie III.4.1.3), Praia da Bota. Catálogo n.º 1.

(Varela Gomes, 1981–1983; Faria, 1995; Gomes, 1998), así como su volumen de producción son datos que, unidos a su iconografía de corte mayoritariamente marítimo –delfines, barcas, atunes, tridentes–, parece comprobar su uso sustitutorio del bronce en ambiente portuario, donde era sumamente importante contar con numerario de bajo valor para las transacciones y el trasiego cotidiano en el puerto.

La presencia de numerario de *Gadir* (Fig. 5.1 y 5.2) no resulta extraña en este entorno y se une a los frecuentes hallazgos monetales de esta ceca en las distintas ciudades portuarias del Algarve (Moreno y Arévalo, 2021). Otros materiales cerámicos localizados en diversos yacimientos del Algarve (Viegas, 2009: 457), al igual que el registro anfórico recogido en los dragados del río Arade (Dias Diogo *et al*, 2000: 83), permiten constatar esta relación, ya que la asombrosa cantidad de importaciones procedentes de la bahía gaditana ha sido interpretada como un testimonio más de un comercio de tipo institucional controlado por la “liga gaditana” o bien como parte de un proceso de colonización territorial dirigido desde *Gadir* (Sousa y Arruda, 2010: 972). Al mismo tiempo estos materiales, monedas y cerámicas, constatan el continuo trasiego marítimo y portuario entre las poblaciones del arco atlántico del suroeste peninsular.

A esta llegada de variado numerario hispánico se suma la afluencia de moneda romana republicana portada por itálicos en distintos momentos de los siglos II y I a.C., representada en esta muestra con un denario de *L. Sempronius Pitio* del 148 a. C. (Fig. 5.5) y un quinario anónimo mal conservado del 101-88 a.C. Monedas de plata que pudieron haber sido portadas por las personas que transportaban productos itálicos como ánforas de vino o cerámica de mesa cuyos hallazgos se han constatado en esta zona del Algarve (Dias Diogo *et al*, 2000).

Más llamativa resulta la presencia de dos pequeños bronces massaliotas (Fig. 5.3) y un plomo monetiforme anepígrafo que Maurel (2022) atribuye al área geográfica del bajo y medio valle del Rin, pero que sin duda vino junto al de *Massalia*. Un numerario significativo si tenemos en cuenta la parquedad del registro numismático griego existente en el occidente peninsular. Estas singulares piezas se unen a los hallazgos recuperados en contexto arqueológico procedentes de tres ciudades portuarias hispanas, como son *Gades*, *Baelo Claudia* y *Carteia*. Datos que ponen sobre el tapete la clara presencia de población de procedencia massaliota en esta área costera



Fig. 4 – Moneda antigua más reciente hallada por el Proyecto IPSIIS. Pentanummium de Justiniano (DOC 1 Justinianus 306.1), Praia da Rocha. Catálogo n.º 142.

del mediodía peninsular incluso en momentos avanzados del siglo I a.C. (Arévalo, 2022: 201-206). Su arribada parece dibujar una ruta marítima que, partiendo de este importante enclave del Mediterráneo, alcanzaba el Atlántico, tocando distintos puertos hispanos, llegando incluso a la costa del Algarve.

La moneda entre inicios del siglo I y mediados del III d.C. Continuidad y vigor del puerto e instalaciones antiguas de Portimão en época alto imperial.

La muestra de monedas alto imperiales identificadas entre las recogidas en los años del proyecto IPSIIS/DETDA comienza con denarios de Tito, Domiciano (Fig. 6.1), Nerva (Fig. 7), Trajano (Fig 6.2) y Adriano (Fig 6.3), para continuar principalmente con denarios y/o sestercios de Antonino Pío (Fig. 6.4), Marco Aurelio, Septimio Severo, Heliogábalo, Alejandro Severo, Gordiano III (Fig. 6.5) y Filipo Árabe, mostrando una fuerte continuidad en el uso en el tiempo de las instalaciones litorales del río Arade durante los siglos I y II d.C. (Fig. 1).

En concreto, el encuadre cronológico de las piezas alto imperiales va desde el año 79, con Domiciano al frente del Imperio, al 247 d.C. durante el reinado de Filipo Árabe (Fig.1). Ello no quiere decir que la etapa más temprana del imperio no esté representada monetariamente entre los hallazgos del entorno del río Arade, solamente nos pone en alerta sobre la parcialidad de la información que ahora presentamos. Pues sabemos por la bibliografía (Teichner 1997; Sousa 2013) y por las piezas conservadas en el Museo de Portimão que hemos tenido el placer de estudiar *in situ*³, que la moneda julio claudia está representada por 14 ejemplares que se reparten en caudal acuñado por Augusto, Tiberio, Calígula, Claudio y Nerón. Muestran una fuerte continuidad cronológica en la pérdida de moneda en la zona y por tanto en el tránsito cotidiano y habitual de personas por las distintas instalaciones ubicadas a orillas del río.

Si bien es cierto que el total del circulante alto imperial estudiado en la zona no es muy abundante en relación al bajo imperial, hay que tener presente que su porcentaje es muy similar al encontrado en otras ciudades imperiales cuya masa monetaria perdida conocemos, como es el caso de *Baelo* (Bost *et al.*, 1987) o *Conímbriga* (Pereira *et al.*, 1974), donde queda

claro que el número de monedas presentes en época alto imperial palidece en relación al bajo imperial, si bien aumenta exponencialmente respecto al republicano en una evolución creciente lógicamente animada por el avance y asentamiento de la economía monetaria durante los albores del imperio.

Resulta además interesante poner en relación el número de piezas alto imperiales halladas en Arade con aquellas que hemos estudiado en la ciudad vecina de *Balsa*, donde, teniendo en cuenta que entonces calculábamos todas las monedas halladas en la ciudad y su territorio, y no solo el entorno del río o la costa, ofrecíamos un total de 342 monedas alto imperiales (Moreno y Arévalo, 2024). En comparación al total de 110 recogidas sólo en los alrededores del Arade y teniendo en cuenta que no parece que estemos estrictamente en ámbito urbano, el número de piezas recuperadas en este entorno es bastante considerable, al contrario de lo que hasta ahora se había afirmado (Teichner, 1997: 3), ya que nosotras contamos con datos más completos que los que se conocían en el siglo pasado.

Llama la atención que de las 38 piezas altoimperiales recogidas por el proyecto ocho sean denarios desde Tito a Filipo Árabe (Fig. 1 y Figs. 7-9), una proporción bastante alta que se alza incluso mayor si tenemos en cuenta la noticia que de las 111 monedas alto imperiales que en total se encontraron en estas playas, 40 eran denarios de los siglos I-II a los que además pudieran sumarse algunas decenas de piezas de plata que desgraciadamente nunca han podido estudiarse por pertenecer a colecciones particulares (Sousa, 2013: 3). Es fundamental tener presente que la pérdida de una moneda fuerte como es el denario siempre es menor que la de otras especies en bronce, ya que, lógicamente, los usuarios suelen empeñar mayores esfuerzos en recuperar estas piezas que otras. Por consiguiente, el porcentaje elevado de denarios en la zona indica cuanto menos un fluido tráfico del circulante monetario entre sus habitantes y por ello un interés por Roma en abastecer de metal amonedado la región.

Además, también al contrario de afirmaciones anteriores a este estudio (Teichner, 1997: 3) están presentes en la muestra que ahora analizamos los grandes bronce del siglo III d.C., que parecieron continuar utilizándose hasta final de este mismo siglo (Ruivo, 2008: 314). Contamos para los emperadores



Fig. 5 – Selección de monedas de época romano republicana. 1. Cuarto de Gadir (Alfaro, 1988, Serie IV.2.1), Praia dos Careanos. Catálogo n.º 2; 2. Unidad de Gadir (Alfaro, 1988, Serie VI.A.1), Praia Grande Catálogo n.º 4; 3. Divisor de Massalia (Maurel 1062), Praia da Bota. Catálogo n.º 9; 4. Plomo de Ossonoba (Gomes OSS 10.01), Praia da Bota. Catálogo n.º 11; 5. Denario de L. Sempronius Pitio (RRC 216/1), Praia do Branquinho. Catálogo n.º 21.

³ Agradecemos especialmente la hospitalidad, el buen saber hacer y el trato cercano y siempre disponible de Vera Teixeira de Freitas, sin la cual este trabajo no habría sido posible.



Fig. 6 – Selección de monedas de época alto imperial. 1. Denario de Domiciano (RIC II² Domitian 772). Catálogo n.º 24; 2. Denario de Trajano (RIC II Trajan 355), Depósito de Dragados de Ferragudo. Catálogo n.º 28; 3. Denario de Adriano (RIC II² Hadrian 516), Depósito de Dragados de Ferragudo. Catálogo n.º 32; 4. Sesterce de Antonino Pío (RIC III Antoninus Pius 717B), Depósito de Dragados de Ferragudo. Catálogo n.º 45; 5. Sesterce de Alejandro Severo (RIC IV Severus Alexander 648d), Praia da Bota. Catálogo n.º 54.

Alejandro Severo, Gordiano III (Fig. 6.5) y Filipo Arábigo, con sendos sesteracios -moneda que equivalía a una cuarta parte de un denario- que ya circulaban en la zona al menos durante los reinados de Adriano, Antonino Pío (Fig. 6.4) y Marco Aurelio, demostrando la fluidez del uso del sesterceio y su continuidad más allá de este periodo en esta región. Durante esta época es conocido que el sesterceio prevalece sobre el resto de nominales, no obstante, se había diferenciado entre una mayor presencia de ases en las ciudades portuarias frente al dominio del sesterceio en las ciudades del interior y áreas rurales (Arias, 2007:51). No obstante, y, por el contrario, en el caso de Portimão parece que el número de sesteracios recuperados a orillas del río es mayor que el de los ases.

El movimiento de especies monetarias de elevado valor fiduciario e intrínseco en la región, como son el denario y el sesterceio puede estar en relación con el fluido tráfico comercial de recipientes anfóricos por vía marítima constatados en la dinámica mercantil del río Arade. En estos momentos parecen llegar con fluidez ánforas de tipo Dressel 1, principal exportador de vino itálico, Ramón T-7433 de producción del Estrecho y distribuida por toda la fachada atlántica, Haltern 70, producida en el valle del Guadalquivir, Dressel 7-11 fabricada en la Bética y principalmente en la Bahía Gaditana, para el transporte de las salazones, ánforas lusitanas antiguas u ovoides lusitanas, fabricadas en el Tajo y el Sado, también para transportar pescado, entre otras (Avelino, 2015; Pimentel, 2015). El número de fragmentos anfóricos de época altoimperial es el segundo mayor de entre los registros antiguos del río Arade, lo que coincide, lógicamente, con el número de monedas, que es también en proporción el segundo más importante de los tres grandes periodos cronológicos con los que se caracteriza habitualmente esta etapa histórica. Todo ello refleja durante los siglos I y II d.C. un activo y dinámico punto de comercio y redistribución de diferentes productos esenciales, como el vino, aceite y el pescado, que caracterizaron la economía imperial y que iban acompañados, sin duda, de monedas para facilitar su intercambio.

Sin embargo, a partir de época severina parece atestiguar una desaceleración de la economía que puede ponerse en relación con las dificultades que sufría en estos momentos la industria conservera del Tajo y el Sado (Fabião, 2004: 404; Ruivo, 2008: 314), ello explicaría la menor presencia de monetario en

estos momentos, que se reduce significativamente respecto a los valores de los emperadores antoninos (Fig.1).

El circulante de los últimos siglos del imperio romano en Occidente, desde la anarquía militar en el siglo III hasta la *renovatio imperii* a finales del siglo VI.

Las monedas bajo imperiales recuperadas por el proyecto IPSIIS/DETTA van desde Treboniano Galo, en el 251 d.C., hasta la etapa teodosiana, en el año 383 (Fig. 1). De los 81 ejemplares, 29 son antoninianos, una moneda iniciada en época de Caracalla para suplir la inflación que había sufrido el denario pero que, en este periodo, por continuos procesos de devaluación, ha quedado relegada a una aleación de cobre ligeramente bañada en plata y distinguida de su antecesora solo por la efigie radiada del emperador. Los restantes 52 *nummi* son monedas de bronce del siglo IV cuya denominación real desconocemos por falta de información en las fuentes. Con todo, al igual que en el periodo anterior, debemos tener presente que ahora estamos analizando una parte del total de monedas encontradas en el litoral del Arade y que hemos podido contabilizar en un total de 626 monedas.

Como sucede en otras zonas del imperio como las vecinas *Balsa*, *Baelo* o *Conímbriga*, la mayoría de las monedas recuperadas en la región corresponden a época bajo imperial, superando en este caso el doble de monedas recuperadas por el proyecto de estos siglos en comparación con la etapa precedente.

Además, hay que remarcar el hecho de que entre la muestra de piezas que ahora trabajamos no hay prácticamente ruptura cronológica. Para el siglo III, encontramos incluso representados varios emperadores cuyos efímeros reinados podrían haber justificado su ausencia, como es el caso de Treboniano Galo, Volusiano, Quintilo o Probo (Fig.10.1) y que pueden completarse en el total con figuras como Hostiliano, Emiliano o Tétrico II, hasta representar a Diocleciano (Fig. 10.4) en un ejemplar previo al Edicto Máximo y a la reforma monetaria que se pondrá en marcha a inicios del siglo IV d.C.

Cronológicamente se considera la segunda mitad del siglo III d.C., imbricada en la etapa bélica de la anarquía militar y de continuas guerras por el poder y cambios sucesivos en la cabeza visible del imperio, el inicio del periodo bajo imperial.



Fig. 7 – Denario de Nerva, RIC II Nerva 4, Depósito de Dragados de Ferragudo. Catálogo n.º 26.



Fig. 8 – Denario de Sabina, RIC II², Part 3, Hadrian 2501, Depósito de Dragados de Ferragudo. Catálogo n.º 36.



Fig. 9 – Denario de Faustina la Mayor, RIC III Antoninus Pius 350Aa, Depósito de Dragados de Ferragudo. Catálogo n.º 42.

En términos económicos y monetarios, el siglo III suele identificarse con periodos alternos de inestabilidad, invasiones y crisis en general que se acentúan en época de Galieno y culminan en la reforma monetaria de Diocleciano. De hecho, la gravedad de la crisis monetaria fue uno de los factores decisivos en esta inestabilidad, que se percibe tanto en la fuerte devaluación que sufrieron el antoniniano y el denario, como en la drástica reducción del conjunto del circulante. En concreto se personifica en la retirada de la circulación del denario para su fundición y transformación en antoninianos, que sufrirían sucesivamente la reducción de su peso y de su contenido de plata para obtener rápidamente efectivo para la financiación de las interminables campañas militares en el *limes* germánico y oriental (Ruivo, 2008: 314).

De hecho, el antoniniano está bien representado en la muestra -con 29 ejemplares de los 81 presentados aquí-, pese a que fue utilizado en un periodo más corto que el resto de *nummi* que aquí estudiamos. Además, a este número de antoninianos habría que sumar el bien conocido conjunto de 19 antoninianos de Galieno, conocidos como Portimão 2 (Teichner, 1995; Ruivo, 2008), que podrían haber formado parte de un conjunto de tres centenas de ejemplares de Galieno (Fig. 10.2) recogidos todos en la misma localización, pero de los que sólo tenemos noticias por la bibliografía (Sousa, 2013: 3 y 8). Por otra parte, según Teichner (1995:283), la falta de hallazgos de Póstumo entre los

antoninianos del conjunto de Portimão 2 podría deberse a una retirada de circulación de los mismos a partir del reinado de Galieno, lo que explicaría su ausencia pese al corto reinado de este emperador en estos lares.

De hecho, la mayoría de los antoninianos recogidos por el proyecto llevan retratados en anverso a Claudio II, incluyendo los pertenecientes a la serie póstuma del emperador, que, aunque son menos frecuentes en este conjunto, suelen ser los más habituales en la circulación en la península ibérica en este periodo, como sucede en *Baelo* (Bost et al., 1987) o São Cucufate (Alarçao et al., 1990), entre otras ciudades. Una posible explicación a este fenómeno es que Hispania perteneciera a Póstumo y fuera posteriormente reconquistada por Claudio II, lo que aclararía la preferencia en atesorar numerario de Claudio mejor que el de otro emperador, además de su mayor afluencia a estas tierras (Teichner, 1997; Ruivo, 2008). Como ejemplo significativo de este atesoramiento y preferencia del numerario de Claudio II en toda Hispania, traemos de nuevo a colación el colindante ejemplo de la ciudad de *Balsa*, donde pareció ocultarse un tesoro de más de 300 antoninianos de este emperador, aunque nosotras solo hemos podido cuantificar fehacientemente 222 de estos antoninianos en el propio entorno urbano de *Balsa* (Moreno y Arévalo, 2021 y 2024).

En palabras de Ruivo (2008:314), podría suponerse que la inyección de este efectivo en canales locales esté vinculado tanto a la actividad comercial como a inversiones estatales, particularmente en infraestructura vial. Además de las monedas oficiales emitidas por las cecas de Roma y de Milán pueden distinguirse imitaciones o barbarizaciones locales, propias también de esta zona extremo occidental, ya que gran parte de la circulación monetaria del período pre-constantiniano pareció estar constituida por estas imitaciones que copiaban principalmente las emisiones de los años 270-274. Hay que tener en cuenta también los duros embates de la piratería que asolarían las costas del sur hispano y norte mauretano, que se conocen durante estos años del siglo III d.C. y que en el caso de Arade podrían también haberse dado y que podrían explicar una menor afluencia de monetario respecto a lo esperado para esta etapa.

Sin embargo, y pese a todo, a partir de la segunda mitad del siglo III y sobre todo en el siglo IV puede observarse la reactivación de la economía salazonera lusitana, que en la costa algarvia puede constatarse en la actividad de los hornos Martinhal, Quinta do Lago, S. João da Venda o Torre de Ares (Fabião, 1994: 248-250; 2004). Gracias a la industria conservera se reavivará el acceso a la moneda menuda utilizada cotidianamente para los intercambios o por el suministro institucional annonario entre centros portuarios béticos, italianos y lusitanos (Ruivo 2004: 314 ss.) entre los que parece destacar el *Portus Magnus* que se consolida en el río Arade.

Esta reactivación económica parece tener reflejo inmediato en la afluencia de moneda llegada a las costas del Arade. Si bien la información que presentamos aquí es sumamente parcial, el monetario representado indica claramente una continuidad del flujo de moneda (Fig. 1), desde la reforma y Tetrarquía de Diocleciano (Fig. 10.4) y con especial atención al periodo constantiniano, identificado por el reinado de Constantino I y sus hijos y familiares cercanos, de los que tenemos, en total, 46 *nummi* de las 81 monedas bajo imperiales, lo que supone más de la mitad de la muestra estudiada aquí. Además, hay que tener presente que, según Sousa (2013: 3) fueron halladas en estas costas más de tres mil ejemplares de Constantino I (Fig. 10.5) y su familia de los que solo conservamos información irrefutable de una pequeña parte. Esta continuidad se mantiene hasta época teodosiana, pues si bien entre las piezas recuperadas por el

proyecto IPSIS no se identifica ningún ejemplar valentiniano, entre el total estudiado sí que hemos podido reconocer numerario de Graciano, Valente y Valentiniano II.

Existe un variado elenco de representaciones de reverso entre las piezas constantinianas, con alusiones al Sol, el Genio, Júpiter, Victoria, Votos, puerta de la ciudad e incluso la celebración de Crispo como príncipe de la juventud. Esta diversidad de tipos contrasta con la identificada por Teichner en 1997, quien comentaba que los tipos con reverso de jinete caído eran los más comunes en el total de Arade. Una vez más, nos pone sobre aviso de la parcialidad de la información con la que contamos y no debemos de perder de vista la totalidad del conjunto antes de llevar a cabo apreciaciones sobre su composición.

En cuanto a los lugares de emisión de las monedas del siglo IV, hay que tener presente que en muchas ocasiones no hemos sido capaces de leer la marca del taller, dado el general mal estado de conservación de las piezas. No obstante, se identifican con una, dos o tres piezas los talleres de *Alexandria*, *Antioquía*, *Aquilea*, *Cícico*, *Constantinopla*, *Heraclea*, *Londinium*, *Lugdunum*, *Sisak*, *Thessalonica*, *Ticinum* y *Treveros*. Los talleres de los que más moneda tenemos constatada, son Roma, con un total de cuatro piezas de este conjunto y *Arelate*, con cinco. Pese a la fragmentación de la información se adivina un abastecimiento monetario principalmente llegado desde las cecas occidentales, si bien también hay presencia oriental

y un destacado vacío de la ceca norte africana de *Cartago*, que suele tener un especial protagonismo en el aprovisionamiento monetario de las provincias sur occidentales en estos momentos, relacionado con el suministro de ánforas contenedoras de salazones. Con todo, estos datos no hacen sino dibujar un perfil que deberá ser detallado con el estudio en profundidad de todos los datos monetarios de los que disponemos en la actualidad. De hecho, la concentración de hallazgos monetarios del Bajo Imperio halla su equivalente en los hallazgos de *terra sigillata* y sobre todo de ánforas de pescado de origen lusitano y norteafricano, que corresponden al 56% de los ejemplares estudiados para el río Arade (Viegas, 2009: 563).

A partir del siglo V el flujo de aprovisionamiento monetario en el occidente romano se corta de forma más o menos brusca, lo cual es perceptible en todo el Algarve (Moreno y Arévalo, 2021, 2024). Sin embargo, los preciosos aunque puntuales testimonios de la llegada de moneda bizantina a estas costas, en forma de monedas de Justiniano y Justino halladas en los entornos de Balsa y del río Arade permiten atisbar cómo la *renovatio imperii* llegó a estas costas, cuanto más dibujando un nuevo *limes* de la provincia *Spania* mayor del que hasta ahora conocemos, y cuanto menos perfilando que los intercambios de personas y mercancías en las ciudades costeras del Algarve con la cabeza del imperio romano, ahora bizantino, se mantienen más allá del siglo IV.

Catálogo

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
1*4	1.35	15	10	Gadir	1/8 de unidad	-237<->-206		Cabeza de Melqart, cubierta con piel de león, a izquierda	<i>aleph</i> Atún a izquierda	Praia da Bota Zona A	Alfaro, serie III – 4.1.3 Machado <i>et alii</i> , 2005: 5, 3; Sousa, 2013 ^a : 14, RA 001; Sousa, 2013b: 4, ARA001
2*	1.91	15	3	Gadir	1/4 de unidad	-237<->-206		Cabeza de Helios-Sol, de frente	<i>aleph</i> Atún a izquierda	Praia dos Careanos	Alfaro, serie IV – 2.1 Machado <i>et alii</i> , 2005: 6, 4; Sousa, 2013 ^a : 34, 002, Sousa, 2013b: 4, ARA002
3*	14.62	26	12	Gadir	Unidad	II-I a.C.		Cabeza de Melqart-Heracles, cubierta con piel de león, con clava sobre el hombro izquierdo, a izquierda.	<i>m'pl'gdr, 'aleph</i> Dos atunes, a izquierda. Creciente con un punto central, en la izquierda.	Praia dos Careanos	Alfaro, serie VI – A.1 Alves <i>et alii</i> , 2002: 84, 175; Sousa, 2013 ^a : 14, RA 006, Sousa, 2013b: 4, ARA004
4	12.47	25.84	6	Gadir	Unidad	II-I a.C.		Cabeza de Melqart-Heracles, cubierta con piel de león, con clava sobre el hombro izquierdo, a izquierda.	<i>m'pl'gdr, 'aleph</i> Dos atunes, a izquierda. Creciente con un punto central, en la izquierda.	Praia Grande	Alfaro, serie VI – A.1 Freitas <i>et alii</i> , 2021
5	11.33	26	6	Gadir	Unidad	II-I a.C.		Cabeza de Melqart-Heracles, cubierta con piel de león, con clava sobre el hombro izquierdo, a izquierda.	<i>m'pl'gdr, 'aleph</i> Dos atunes, a izquierda. Creciente con un punto central, en la izquierda.	Praia da Rocha	Alfaro, serie VI – A.1 Alves <i>et alii</i> , 2003; Sousa, 2013a: 14; Sousa, 2013b: 4, ARA004
6	9.52	25	6	Gadir	Unidad	II-I a.C.		Cabeza de Melqart-Heracles, cubierta con piel de león, con clava sobre el hombro izquierdo, a izquierda.	<i>m'pl'gdr, 'aleph</i> Dos atunes, a izquierda. Creciente con un punto central, en la izquierda.	Praia da Bota Zona A	Alfaro, serie VI – A.1 Alves <i>et alii</i> , 2003: 7, 2

⁴ Las monedas ilustradas se señalan con un asterisco (*).

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
7	7.14	18	12	Valle del Rin	Divisor PB	-100 <-> -49		Gorgona de frente	Swastika con cuatro rayos curvados y punto central	Estrumal	Maurel 1210 Machado <i>et alii</i> , 2007: 14; Sousa, 2013b: 5, ARA014
8	2.11	10	12	Massalia	Divisor AE	-49 <-> -25		Cabeza con casco de Minerva, derecha.	MA Pájaro a derecha	Praia da Bota Zona A	Maurel 1080 Machado <i>et alii</i> , 2005: 5, 1; Sousa, 2013 ^a : 14, RA 015; Sousa, 2013a: 5, ARA013
9*	1.79	13	12	Massalia	Divisor AE	-49 <-> -25		M Cabeza con casco de Minerva, derecha.	AF Caduceo alado en posición vertical	Praia da Bota Zona A	Maurel 1062 Machado y Sousa, 2005: 5, 2; Sousa, 2013a: 14, 42; Sousa, 2013b: 5, ARA012
10	1.23	10	12	Balsa	Divisor PB	I a.C.		[BALS] Barca con mástil?	Atún?	Praia do Castelo	Inclasificable Alves <i>et alii</i> , 2002: 16, 10; Sousa, 2013 ^a : 14, RA 010; Sousa, 2013b: 5, ARA010
11*	4.88	17	12	Ossonoba	Divisor PB	I a.C.		Delfín a izquierda	OSSO Leyenda en cruz	Praia da Bota	Gomes OSS 10.01 Alves <i>et alii</i> , 2004: 1
12	2.46	15	9	Ossonoba	Divisor PB	I a.C.		Barca con remos a derecha	OSSO Atún a izquierda. Debajo topónimo	Praia do Castelo	Gomes OSS 05.06 Alves <i>et alii</i> , 2002: 14, 5
13	2	17	12	Ossonoba	Divisor PB	I a.C.		Atún a derecha. Encima puntos	OSO Barca.	Praia dos Careanos	Gomes OSS 02.03 Freitas y Soares, 2015: 002
14	0.67	11	12	Salacia?	Divisor PB	I a.C.		Cruz con cuatro puntos en cada esquina	¿Palma?	Praia da Bota	Inédito Alves <i>et alii</i> , 2004: 26
15				Ceca hispana	Divisor PB	I a.C.		Figura de frente	Frustró	Praia da Bota	Inédito Alves <i>et alii</i> , 2004: 2
16	1.28	13	1	Ceca hispana	Divisor PB	I a.C.		Figura de frente	Dos figuras de frente	Praia do Castelo	Inédito Alves <i>et alii</i> , 2004: 2 Sousa, 2013a:14
17	1.14	10	12	Ceca hispana	Divisor PB	I a.C.		Figura de frente	Dos figuras de frente	Praia do Castelo	Inédito Alves <i>et alii</i> , 2002: 15, 8; Sousa, 2013a: 34, 009; Sousa, 2013b: 4, ARA007
18	0.85	12	12	Ceca hispana	Divisor PB	I a.C.		Figura de frente	Dos figuras de frente	Praia do Castelo	Inédito Alves <i>et alii</i> , 2002: 7, 15; Sousa, 2013a: 14, RA 012; Sousa, 2013b: 5, ARA009
19	0.83	10	9	Ceca hispana	Divisor PB	I a.C.		Figura de frente	Dos figuras de frente	Praia do Castelo	Inédito Alves <i>et alii</i> , 2002: 15, 9; Sousa, 2013a: 14, RA 011; Sousa, 2013b: 5, ARA011

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
20	0.32	6	-	Ceca hispana	Divisor PB	I a.C.		Figura de frente	Dos figuras de frente	Praia do Castelo	Inédito Alves et alii, 2002; Sousa, 2013a y b
21*	2.79	17	6	Roma	Denario	-148	Semp. Pitio	PITIO Cabeza con casco de Roma, derecha. Borde de puntos.	L-SEMP Dioscuros galopando a derecha. Gráfica	Praia do Branquinho	RRC 216/1 Teichner, 1997: 141, 1; Alves et alii, 2002: 84, 174; Sousa, 2013a: 14, RA 004; Sousa, 2013b: 4, ARA006
22	1.64	16	12	Desconocida	Quinario	-101 <-> -88		Cabeza de Júpiter, laureada, a la derecha	Victoria, a derecha, coronando trofeo. Gráfica.	Praia do Angrinha	Inclasificable Alves et alii, 2004: 31; Sousa, 2013a: 14, RA 003
23	2.86	18	6	Roma	Denario	79	Tito	IMP TITVS CAES VESPASIAN AVG P M Cabeza de Tito, laureada, a la izquierda	TR P VIII IMP XIII COS VII P P Cautivo masculino arrodillado frente a trofeo	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC II, Part 1 ² Titus 31 Alves et alii, 2002: 16, 12; Sousa, 2013a: 14, 42
24*	3.12	17	6	Roma	Denario	95	Domiciano	IMP CAES DOMIT AVG GERM P M TR P XIII Cabeza de Domiciano, laureada, derecha.	IMP XXII COS XVII CENS P P P Minerva en pie a izquierda, sosteniendo un rayo y una lanza; escudo al costado	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC II, Part 1 ² Domitian 772 Machado et alii, 2010; Sousa, 2013a: RA020
25*	3.32	16	6	Roma	Denario	96	Nerva	IMP NERVA CAES AVG PM TR P COS II P P Cabeza de Nerva, laureada, derecha.	FORTVNA AVGVST Fortuna, en pie a izquierda, portando timón en la mano derecha y cornucopia en la izquierda	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC II Nerva 4 Sousa, 2013a: 14, RA 024
26*	9.05	26	6	Roma	Dupondio	101 <-> 102	Trajano	IMP CAES NERVA TRAIAN AVG GERM P M Cabeza de Trajano, radiada, a la derecha	TR POT COS IIII P P S C Abundancia sentada a izquierda en una silla con cuernos de la abundancia cruzados, cetro en mano derecha	Praia da Rocha	RIC II Trajan 428 Alves et alii, 2003: 8, 4; Sousa, 2013a: 15, RA 032
27	19.57	35	6	Roma	Sestercio	103 <-> 111	Trajano	IMP CAES NERVAE TRAIANO AVG GER DAC P M TR P COS V P P Busto de Trajano, laureado, drapeado sobre hombro izquierdo, a la derecha	S P Q R OPTIMO PRINCIPI S C en corona de roble	Praia da Rocha	RIC II Trajan 476 ^a Alves et alii, 2002: 17, 13; Sousa, 2013a:15, RA 031
28*	3.05	17	7	Roma	Denario	114 <-> 117	Trajano	IMP CAES NER TRAIANO OPTIMO AVG GER DAC Busto de Trajano, laureado, drapeado, derecha	P M TR P COS VI P P S P Q R Virtus, con casco, en traje militar, de pie a la derecha, con el pie izquierdo apoyado en el casco, sosteniendo una lanza vertical invertida en la mano derecha y un <i>parazonium</i> en la izquierda	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC II Trajan 355 Machado et alii, 2010; Sousa, 2013a: 15, RA 029
29	-	18	-	Roma	Denario	114 <-> 117	Trajano	IMP CAES NER TRAIAN OPTIM AVG GERM DAC Busto de Trajano, laureado, drapeado, derecha	PARTHICO P M TR P COS VI P P S P Q R PRO VID Providencia, vestida, de pie a izquierda, apuntando con la mano derecha a globo y sosteniendo cetro vertical con la izquierda, con el codo izquierdo apoyado en columna	Praia da Rocha	RIC II Trajan 361 Alves et alii, 2003: 8, 5

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
30	3.21	18	6	Roma	Denario	120 <-> 121	Adriano	IMP CAESAR TRAIAN HADRIANVS AVG Busto de Adriano, laureado, drapeado, derecha, visto de frente	P M TR P COS III Aequitas-Moneta en pie a izquierda, portando balanza y cornucopia	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC II, Part 3 ² Hadrian 389 <i>Alves et alii</i> , 2002: 17, 14; Sousa, 2013a: 15, RA 043
31		30		Roma	Denario	120 <-> 121	Adriano	IMP CAESAR TRAIAN HADRIANVS AVG Busto de Adriano, laureado, drapeado, derecha, visto de frente	P M TR P COS III // LIBERAL AVG / III Adriano sentado a izquierda en plataforma dirigiéndose a un ciudadano	Praia da Rocha	RIC II, Part 3 ² Hadrian 318 <i>Alves et alii</i> , 2003: 8, 6
32*	2.95	20	6	Roma	Denario	121 <-> 123	Adriano	IMP CAESAR TRAIAN HADRIANVS AVG Cabeza de Adriano, laureada, derecha	P M TR P COS III Minerva Promachus, peleando a derecha, sosteniendo lanza y escudo	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC II, Part 3 ² Hadrian 516 <i>Machado et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 15, RA033
33	.	22	.	Roma	As	125 <-> 127	Adriano	HADRIANVS AVGVSTVS Cabeza de Adriano, laureada, derecha	COS III // S C Minerva avanzando a derecha, empuñando lanza y escudo.	Praia da Rocha	RIC II, Part 3 ² Hadrian 815 <i>Alves et alii</i> , 2003: 10, 10
34	.	30	.	Roma	Denario	128 <-> 129	Adriano	HADRIANVS AVGVSTVS P P Cabeza de Adriano, laureada, derecha	COS III // • Virtus sentada a izquierda sobre coraza y escudo, sosteniendo parazonio y lanza	Praia da Rocha	RIC II, Part 3 ² Hadrian 923 <i>Alves et alii</i> , 2003: 9, 7
35	9.63	32	6	Roma	Sestercio	129 <-> 130	Adriano	HADRIANVS AVGVSTVS, Busto de Adriano, drapeado, a la derecha, visto desde atrás o de lado	FELICITATI / AVG P P // COS III // S C Barco, izquierda	Praia da Bota	RIC II, Part 3 ² Hadrian 1172 <i>Alves et alii</i> , 2004: 3; Sousa, 2013a: 15, RA 045
36*	15.15	30	6	Roma	Sestercio	133 <-> 135	Adriano	SABINA AVGVSTA HADRIANI AVG P P Busto de Sabina, diademada, vestida de stephane con el pelo recogido, drapeada, derecha	IVNONI REGINAE // S C Juno en pie a izquierda portando patera y cetro	Praia do Castelo	RIC II, Part 3 ² Hadrian 2554 <i>Alves et alii</i> , 2002: 18, 15; Sousa, 2013a: 15, RA 052
37	3.21	17	6	Roma	Denario	137 <-> 138	Adriano	HADRIANVS AVG COS III P P Cabeza de Adriano, derecha	ROMA AETERNAE Roma sentada a izquierda, sosteniendo paladio y lanza; descansando en una silla, escudo	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC II, Part 3 ² Hadrian 2342 <i>Alves et alii</i> , 2003: 9, 9; Sousa, 2013a: 15, RA 038
38	3.21	17	6	Roma	Denario	137 <-> 138	Adriano	HADRIANVS AVG COS III P P Cabeza de Adriano, laureada, derecha	ANNOVA AVG Modius con espigas de trigo y generalmente una amapola	Praia da Rocha	RIC II, Part 3 ² Hadrian 2316 <i>Machado y Sousa</i> , 2005: 6, 5; Sousa, 2013a: 15, RA 050
39				Ceca imperial	Denario	117 <-> 138	Adriano	[...] Cabeza de Adriano a derecha	[...] Figura femenina	Praia da Rocha	Inclasificable <i>Alves et alii</i> , 2003: 9, 8
40				Roma	As	138 <-> 141	Antonino Pío	[...] Cabeza de Faustina I a derecha	[...] Frustró	Praia da Rocha	Inclasificable <i>Alves et alii</i> , 2003: 11, 13

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
41	26.2	32	12	Roma	Sestercio	141	Antonino Pío	DIVA FAVSTINA Busto de Faustina I, a derecha, cabello elaboradamente ondulado y enrollado en bandas sobre la cabeza y recogido en la parte posterior y apilado en un moño redondo en la parte superior.	AVGVSTA S C Pietas velada a izquierda sosteniendo caja y elevando mano sobre altar encendido	Praia dos Careanos	RIC III Antoninus Pius 1127 Machado <i>et alii</i> , 2010: 18
42*	2.49	18	6	Roma	Denario	141	Antonino Pío	DIVA AVG FAVSTINA Busto de Faustina I, drapado, a la derecha con cabello elaboradamente ondulado y enrollado en la parte superior	AETERNITAS Providencia, vestida, de pie a izquierda, sosteniendo globo terráqueo en la mano derecha extendida y cetro vertical en la izquierda	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC III Antoninus Pius 350Aa Machado <i>et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 16, RA 059
43	1.98	15.37	12	Roma	Denario	141	Antonino Pío	DIVA FAVSTINA Busto de Faustina I, drapado, a la derecha, con el cabello elaboradamente ondulado en varios bucles alrededor de la cabeza y recogido y enrollado en la parte superior.	AVGVSTA Juno, de pie a derecha, sosteniendo cetro y bajando la mano izquierda	Praia da Rocha	RIC III Antoninus Pius 364 Alves <i>et alii</i> , 2003: 11, 14
44	-	18	-	Roma	Denario	141	Antonino Pío	DIVA FAVSTINA Busto de Faustina I, drapado, a la derecha, con el cabello ondulado en varios bucles alrededor de la cabeza y recogido y enroscado en la parte superior	AETERNITAS Aeternitas, de pie a izquierda, sosteniendo fénix y levantando el pliegue de la falda	Praia da Rocha	RIC III Antoninus Pius 347 Alves <i>et alii</i> , 2003: 11, 15
45*	25.11	33	12	Roma	Sestercio	143 <> 144	Antonino Pío	ANTONINVS AVG PIVS P P TR P COS III Busto de Antonino Pío, laureado, drapado a derecha	IMPERATOR II S C Victoria, alada, volando hacia la derecha, sosteniendo trofeo, apuntando hacia arriba a la derecha, con ambas manos	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC III Antoninus Pius 717B Machado <i>et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 16, RA 056
46	12.06	26	1	Roma	As	145 <> 161	Antonino Pío	FAVSTINAE AVG PII AVG FIL Busto de Faustina II, a derecha, pelo en líneas horizontales con tirabuzones por delante y recogido en un moño en la parte posterior de la cabeza	[...] Figura femenina	Praia do Angrinha	RIC III Antoninus Pius 1401A Alves <i>et alii</i> , 2004: 6
47	11.36	28.64	12	Roma	Dupondio	145 <> 161	Antonino Pío	[...] Cabeza de Faustina II a derecha	[...] Frustrado	Praia dos Careanos	Inclasificable Freitas y Soares, 2020
48	2.88	17	6	Roma	Denario	151 <> 152	Antonino Pío	ANTONINVS AVG PIVS P P TR P XV Cabeza de Antonino Pío, laureado, derecha	COS IIII Fortuna, de pie a derecha, sosteniendo timón en posición vertical sobre un globo terráqueo en la mano derecha y una cornucopiae en la izquierda	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC III Antoninus Pius 205 Machado <i>et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 15, 056
49	23.51	30	5	Roma	Sestercio	155 <> 156	Antonino Pío	ANTONINVS AVG PIVS P P IMP II Cabeza de Antonino Pío, laureado, derecha	TR POT XIX COS IIII S C Providencia, de pie a izquierda, señalando con la mano derecha gran globo terráqueo y sosteniendo cetro	Praia da Rocha	RIC III Antoninus Pius 946 Alves <i>et alii</i> , 2002: 001; Sousa, 2013a: 16, RA 057

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
50	13.66	28	6	Roma	Sestercio	156 <> 157	Antonino Pío	ANTONINVS AVG PIVS P P IMP II Cabeza de Antonino Pío, laureado, derecha	TR POT XX COS IIII S C Roma, con casco, drapeada y sentada, a izquierda sobre coraza, sosteniendo globo terráqueo y lanza vertical: tres escudos a derecha de coraza	Praia da Rocha	RIC III Antoninus Pius 963 <i>Alves et alii</i> , 2003: 10, 11; Sousa, 2013a: 16, RA 058
51	7.47	20	7	Roma	As	167 <> 168	M. Aurelio	M ANTONINVS AVG ARM PARTH MAX Cabeza de Marco Aurelio, laureado, derecha	TR P XXII IMP IIII COS III S C Minerva, con casco, dra- peada, de pie a izquierda, sosteniendo búho en mano derecha y apoyando mano izquierda en el escudo; lanza apoyada en brazo izquierdo	Praia da Rocha	RIC III Marcus Aurelius 953 <i>Alves et alii</i> , 2003: 10, 12; Sousa, 2013a: 16, RA 064
52	3.06	17	6	Roma	Denario	201	Septimio Severo	SEVERVS PIVS AVG Cabeza de Septimio Severo, laureada, derecha	PART MAX P M TR P VIII Dos cautivos, con gorro puntiagudo, sentados en actitud de luto espalda con espalda. En medio, trofeo.	Praia dos Careanos	RIC IV Septimius Severus 176 <i>Alves et alii</i> , 2002: 19, 17; Sousa, 2013a: 16, RA 066
53	4.63	23	6	Roma	Antoniniano	218 <> 222	Heliogábalo	IMP CAES M AVR ANTO- NINVS AVG Busto de Heliogábalo, radiado, drapeado, con coraza, derecha	VICTOR ANTONINI AVG Victoria, alada, drapeada, avanzando hacia la dere- cha, sosteniendo corona en la mano derecha exten- dida y palma inclinada sobre el hombro izquierdo en la mano izquierda.	Praia do Angrinha	RIC IV Elagabalus 155f <i>Alves et alii</i> , 2002: 19, 18; Sousa, 2013a: 16, RA 067
54*	25.6	32	12	Roma	Sestercio	231 <> 235	Alejandro Severo	IMP ALEXANDER PIVS AVG Busto de Severo Alejan- dro, laureado, drapeado y con coraza, derecha	SPES PVBLICA // S C Spes, drapeada, cami- nando hacia la izquierda, sosteniendo una flor en la mano derecha y levan- tando la falda con la mano izquierda	Praia da Bota Zona B	RIC IV Severus Alexander 648d <i>Alves et alii</i> , 2003: 12, 016
55	23.79	31	12	Roma	Sestercio	238 <> 239	Gordiano III	IMP CAES M ANT GOR- DIANVS AVG Busto de Gordiano III, laureado, drapeado, acor- razado, a la derecha	FIDES MILITVM // S C Fides, drapeada, de pie al frente, cabeza izquierda, sosteniendo estandarte vertical en la mano dere- cha y cetro transversal en la mano izquierda.	Praia dos Careanos	RIC IV Gordian III 254a <i>Machado et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 16, 42
56	4.7	25	1	Roma	Antoniniano	244 <> 247	Filipo el Árabe	IMP M IVL PHILIPPVS AVG Busto de Filipo el Árabe, radiado, drapeado, acora- zado, derecha	PAX AETERN Pax, drapeada, corriendo a izquierda, sosteniendo una rama y una lanza transversal	Praia do Angrinha	RIC IV Philip I 41 <i>Alves et alii</i> , 2002: 20, 20; Sousa, 2013a: 16, RA 073
57	2.3	21	12	Roma	Antoniniano	244 <> 247	Filipo el Árabe	IMP M IVL PHILIPPVS AVG Busto de Filipo el Árabe, radiado, drapeado, acora- zado, derecha	LIBERALITAS AVG Liberalitas, drapeada, de pie a izquierda, sos- teniendo un ábaco en la mano derecha y cornucop- ia en la mano izquierda	Praia da Bota Zona A	RIC IV Philip I 37A <i>Alves et alii</i> , 2002: 19, 19; Sousa, 2013a: 36, RA 074
58	16.57	30	12	Roma	Sestercio	244 <> 249	Filipo el Árabe	IMP M IVL PHILIPPVS AVG Busto de Felipe el Árabe, laureado, drapeado, acorazado, derecha	SALVS AVG S C Salus, drapeada, de pie a la izquierda, alimentando a una serpiente enrollada alrededor del altar con la mano derecha y soste- niendo un cetro vertical en la mano izquierda.	Praia da Bota	RIC IV Philip I 187a <i>Alves et alii</i> , 2004: 4; Sousa, 2013a: 16, RA 072

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
59	13.54	33	.	Desconocida	AE	I-II d.C.	Ilegible	Frustró	Frustró	Praia do Angrinha	Inclasificable Machado <i>et alii</i> , 2010: 001
60	4.42	26	.	Desconocida	AE	I-II d.C.	Ilegible	Frustró	Frustró	Praia do Angrinha	Inclasificable Alves <i>et alii</i> , 2004: 32
61	5.83	26.13	.	Desconocida	AE	I-II d.C.	Ilegible	Frustró	Frustró	Depósito de Dragados de Ferragudo	Inclasificable Freitas y Soares, 2020
62	1.11	17	7	Desconocida	Antoniniano	251 <-> 253	Treboniano	[...] Cabeza de Treboniano Galo, radiado, derecha	[...] Frustró	Praia dos Careanos	Inclasificable Freitas y Soares, 2015: 0062
63	14.29	29	1	Roma	As	251 <-> 253	Volusiano	IMP CAE C VIB VOLV-SIANO AVG Busto de Volusiano, laureado, drapeado, con coraza, derecha	IVNONI MARTIALI S C Templo redondo tetrástilo, en el que está sentada Juno, de frente; a su lado, pavo real	Praia do Castelo	RIC IV Volusian 252 Alves <i>et alii</i> , 2002: 20, 21; Sousa, 2013a: 16, RA 077
64	1.46	18	12	Roma	Antoniniano	257 <-> 258	Valeriano, Galieno	SALONINA AVG Busto de Salonina, diademado, drapeado, en media luna, derecha	IVNO REGINA Juno, drapeada, de pie a la izquierda, sosteniendo una pátera en la mano derecha y un cetro en la mano izquierda	Praia da Bota Zona A	RIC V Salonina 29 Alves <i>et alii</i> , 2003: 13, 19
65*	3.14	20	6	Mediolanum	Antoniniano	260 <-> 268	Galieno	GALLIENVS AVG Cabeza de Galieno, radiado, derecha	PIETAS AVG Pietas, drapeada, de pie junto al altar, con las manos levantadas y extendidas	Praia da Bota Zona A	RIC V Gallienus 507 Alves <i>et alii</i> , 2002: 20, 22
66	0.83	18	6	Roma	Antoniniano	260 <-> 268	Galieno	CORNELIA SALONINA AVG Busto de Salonina, diademado, drapeado, derecha	PVDICITIA S C Pudicitia, drapeada, de pie a la izquierda, levantando el velo con la mano derecha y sosteniendo cetro en la mano izquierda	Praia da Bota	RIC V Salonina (2) 51 Alves <i>et alii</i> , 2004: 5
67	1.3	20	12	Desconocida	Antoniniano	260 <-> 268	Galieno	[...] Cabeza de Galieno, radiado, derecha	[...] Frustró	Praia da Rocha	Inclasificable Alves <i>et alii</i> , 2003: 12, 18
68	3.6	17	6	Sisak	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP CLAVDIVS AVG Busto de Claudio Gótico, radiado, drapeado, a la derecha	PAX AVG Pax, vestida, de pie a izquierda, con rama de olivo en la mano derecha y cetro en la mano izquierda	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 186 Alves <i>et alii</i> , 2002: 22, 26; Sousa, 2013a: 18, RA 132
69	2.86	19	6	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP C CLAVDIVS AVG Busto de Claudio Gótico, radiado, drapeado, a la derecha	GENIVS AVG Genius, con polos, desnudo excepto por la capa sobre los hombros, de pie a izquierda del altar, sosteniendo pátera en la mano derecha y cornucopia en la mano izquierda	Praia da Bota Zona A	RIC V Claudius Gothicus 45 Alves <i>et alii</i> , 2002: 21, 23; Sousa, 2013a: 18, RA 131

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
70*	2.56	19	11	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP CLAVDIVS AVG Busto de Claudius Gothicus, radiado, drapeado, a la derecha	IOVI VICTORI Júpiter, de pie a la izquierda, sosteniendo rayo en la mano derecha y cetro en la mano izquierda	Praia da Bota Zona B	RIC V Claudius Gothicus 55 Alves <i>et alii</i> , 2002: 22, 28; Sousa, 2013a: 18, 42
71	2.48	18	6	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP CLAVDIVS AVG Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	GENIVS AVG Genius, vistiendo polos, desnudo excepto por capa sobre los hombros, de pie a izquierda, sosteniendo patera en mano derecha y cuerno de la abundancia en mano izquierda	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 47 Alves <i>et alii</i> , 2002: 23, 31; Sousa, 2013a: 18, RA 135
72	2.48	24	12	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP C CLAVDIVS AVG Busto de Claudio Gótico, laureado, con coraza, derecha	AETERNITAS AVG Sol, radiado, de pie a la izquierda, levantando la mano derecha y sosteniendo el globo en la mano izquierda	Praia da Bota Zona C	RIC V Claudius Gothicus 115 Machado y Sousa, 2005: 6, 6; Sousa, 2013a: 37, 42
73	2.21	17	6	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP C CLAVDIVS AVG Busto de Claudio Gótico, radiado, drapeado, a la derecha	AEQVITAS AVG Aequitas, vestida, de pie a izquierda, con balanza en la mano derecha y cuerno de la abundancia en mano izquierda	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 14 Alves <i>et alii</i> , 2002: 23, 30; Sousa, 2013a: 18, RA 134
74	2.09	18	7	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP C CLAVDIVS AVG Busto de Claudio Gótico, radiado, drapeado, a la derecha	AEQVITAS AVG Aequitas, vestida, de pie a izquierda, con balanza en la mano derecha y cuerno de la abundancia en la mano izquierda	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 14 Alves <i>et alii</i> , 2002: 23, 29; Sousa, 2013a: 37, RA 133
75	2.02	18	6	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP CLAVDIVS AVG Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	VIRTVS AVG Soldado, con casco, vestido militar, de pie a izquierda, sosteniendo una rama en la mano derecha y una lanza en la mano izquierda; a sus pies, escudo	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 110 Alves <i>et alii</i> , 2002: 24, 32; Sousa, 2013a: 18, RA 136
76	1.93	18	1	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP CLAVDIVS AVG Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	VIRTVS AVG Soldado, casco, con atuendo militar, de pie a izquierda, apoyado en escudo y sosteniendo lanza	Praia da Rocha	RIC V Claudius Gothicus 111 Alves <i>et alii</i> , 2002: 21, 24; Sousa, 2013a: 18, RA 130
77	1.79	20	12	Roma	Antoniniano	268 <-> 270	Claudio II	IMP C CLAVDIVS AVG Busto de Claudio Gótico, radiado, drapeado, a la derecha	MARS VLTOR Marte, caminando a derecha, sosteniendo lanza en mano derecha y un trofeo en mano izquierda.	Praia da Bota Zona A	RIC V Claudius Gothicus 66 Alves <i>et alii</i> , 2003: 13, 21; Sousa, 2013a: 18, RA 138
78	2.14	17	12	Desconocida	Antoniniano	269 <-> 270	Claudio II	[...] Cabeza de Claudio Gótico, radiado, drapeado, a la derecha	[...] Figura femenina	Praia do Angrinha	Inclasificable Alves <i>et alii</i> , 2002: 22, 27; Sousa, 2013a: 18, RA 137
79	2.77	18	6	Roma	Antoniniano	post. 270	Quintilo?	DIVO CLAVDIO Busto de Claudio Gótico, radiado, drapeado, a la derecha	CONSECRATIO Águila, mirando a la izquierda	Praia da Bota Zona A	RIC V Claudius Gothicus 267a Alves <i>et alii</i> , 2003: 12, 17

Una muestra de monedas antiguas recuperadas en los depósitos de dragados del río Arade

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
80	2.13	19	12	Roma	AE3	post. 270	Quintilo?	DIVO CLAVDIO Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	CONSECRATIO Águila, mirando a la izquierda	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 267a Alves et alii, 2002: 24, 32; Sousa, 2013a: 19, RA 173
81	2.19	19	1	Roma	Antoniniano	post. 270	Quintilo?	IMP CLAVDIVS AVG Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	CONSECRATIO Altar	Praia da Bota Zona A	RIC V Claudius Gothicus 259 Alves et alii, 2002: 21, 25; Sousa, 2013a: 19, RA 168,
82	1.27	13	10	Roma	Antoniniano	post. 270	Quintilo?	IMP CLAVDIVS AVG Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	CONSECRATIO Altar	Praia da Bota Zona A	RIC V Claudius Gothicus 259 Alves et alii, 2003: 14, 22; Sousa, 2013a: 19, RA 169
83	0.95	11	12	Roma	Antoniniano	post. 270	Quintilo?	IMP CLAVDIVS AVG Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	CONSECRATIO Altar	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 259 Alves et alii, 2004: 23; Sousa, 2013a: 19, RA 170
84	0.72	9.16	0	Roma	Antoniniano	post. 270	Quintilo?	IMP CLAVDIVS AVG Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	CONSECRATIO Altar	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 259 Freitas y Soares, 2016
85	3.02	17	9	Roma	Antoniniano	post. 270	Quintilo?	DIVO CLAVDIO Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	CONSECRATIO Altar	Praia do Angrinha	RIC V Claudius Gothicus 262 Alves et alii, 2002: 25, 35; Sousa, 2013a: 19, RA 172
86	1.93	17	12	Roma	Antoniniano	post. 270	Quintilo?	DIVO CLAVDIO Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	CONSECRATIO Altar	Praia da Bota	RIC V Claudius Gothicus 262 Alves et alii, 2004: 6
87	-	-	-	Roma	Antoniniano	post. 270	Quintilo?	DIVO CLAVDIO Cabeza de Claudio Gótico, radiado, derecha	CONSECRATIO Altar	Praia da Bota	RIC V Claudius Gothicus 262 Alves et alii, 2004: 7
88	2.09	20	6	Mediolanum	Antoniniano	270	Quintilo	IMP QVINTILLVS AVG Busto de Quintilo, radiado, drapeado, derecha	CONC EXERC Concordia, drapeada, de pie a la izquierda, sosteniendo estandarte en mano derecha y cornuco- pia en mano izquierda.	Praia da Rocha	RIC V Quintillus 45 Alves et alii, 2003: 13, 20; Sousa, 2013a: 19, RA 175
89	1.76	18	6	Roma	Antoniniano	270	Quintilo	IMP C M AVR CL QVIN- TILLVS AVG Busto de Quintilo, radiado, drapeado, derecha	PAX AVGVSTI Pax, de pie a izquierda, con rama de olivo en la mano derecha y cetro en la mano izquierda	Praia da Bota Zona B	RIC V Quintillus 26 Sousa, 2013 ^a : 19, RA 174, Alves et alii, 2002: 22, 27
90*	3.23	25	12	Ticinum	Antoniniano	276 <-> 282	Probo	IMP C PROBVS P F AVG Busto de Probo, radiado, drapeado, derecha	CONCORD MILIT Probo, de pie a la derecha, estrechando su mano con Concordia, de pie a la izquierda	Praia dos Careanos	RIC V Probus 333 Machado et alii, 2010; Sousa, 2013a: 20, RA 182

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
91*	2.79	21	6	Antioquia	Antoniniano	285	Diocleciano	IMP C C VAL DIOCLE- TIANVS P F AVG Busto de Diocleciano, radiado, drapeado, a derecha, o busto de Diocleciano, radiado, drapeado, acorazado, a derecha	IOV ET HERCV CONSER AVGG Júpiter, de pie a la derecha, sosteniendo globo en mano derecha y cetro en mano izquierda. Hércules, de pie a la izquierda, soste- niendo la Victoria en mano derecha y maza y piel de león en mano izquierda	Praia dos Careanos	RIC V Diocletian 323 Machado <i>et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 20, RA 186,
92	3.96	24	12	Tréveris	AE2	310 <-> 313	Constantino I	IMP MAXIMINVS P F AVG Busto de Maximino Daia, laureado, acorazado, izquierda	GENIO – POP ROM Genius, torreado, desnudo, de pie a izquierda, sosteniendo pátera en mano derecha y cuerno de la abundancia en mano izquierda	Praia dos Careanos	RIC VI Treveri 845a Alves <i>et alii</i> , 2003: 18, 34
93	2.72	22	11	Roma	AE2	312 <-> 313	Constantino I	IMP CONSTANTINVS P F AVG Busto de Constantino I, laureado, drapeado, acorazado, derecha	SOLI INVIC-TO COMITI Sol, clámide colgando detrás, de pie a la izquierda, levantando la mano derecha y soste- niendo el globo terráqueo en la mano izquierda	Praia do Angrinha	RIC VI Rome 323a Alves <i>et alii</i> , 2002: 27, 42
94	1.16	14	12	Desconocida	AE3 AE2	312 <-> 348	Constantino I	[...] Busto de Constantino I, laureado, drapeado, derecha	[...] Frustró	Praia dos Careanos	Inclasificable Freitas y Soares, 2015: 0246
95	2.6	20	6	Sisak	AE3	313	Licinio	IMP LIC LICINIVS P F AVG Cabeza de Licinio, lau- reada, derecha	IOVI CON-SERVATORI Júpiter, clámide colgando del hombro izquierdo, de pie al frente, cabeza a izquierda, sosteniendo rayo en la mano derecha y apoyado en el cetro con la mano izquierda; a la izquierda a sus pies, águila	Praia do Angrinha	RIC VI Siscia 229a Alves <i>et alii</i> , 2002: 27, 41
96	-	26	-	Ticinum	AE2 AE3	314	Constantino I	IMP LICINIVS P F AVG Cabeza de Licinio, lau- reada, derecha	SOLI INV-IC-TO COMITI Sol, radiado, clámide sobre hombro izquierdo, de pie a la izquierda, levantando mano derecha y soste- niendo globo terráqueo en mano izquierda	Praia da Rocha	RIC VII Ticinum 17 Alves <i>et alii</i> , 2003: 14, 23
97	3.12	20	1	Tréveros	AE2 AE3	317	Constantino I	FL IVL CRISPVS NOB CAES Busto de Crispo, laureado, drapeado, acorazado, derecha	CLARITAS REIPUBLICAE Sol, radiado, clámide extendida, de pie a la dere- cha, cabeza a la izquierda, levantando mano derecha y sosteniendo globo terrá- queo en mano izquierda.	Praia da Bota Zona A	RIC VII Treveri 146 Alves <i>et alii</i> , 2003: 17, 33
98	2.95	19	7	Londinium	AE2 AE3	318	Constantino I	CRISPVS NOB CAES Busto de Crispo, laureado, drapeado, acorazado, derecha	PRINCIPI IV-VENTVTIS Crispo, con casco, dra- peado, con coraza, de pie a derecha, apoyado en lanza vertical invertida en mano derecha y descansando mano izquierda en escudo	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC VII Londinium 135 Machado <i>et alii</i> , 2011: 5; Sousa, 2013a: 25, RA 340

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
99	2.48	18	12	Sisak	AE2 AE3	318	Constantino I	IMP CONSTANTINVS P F AVG Busto de Constantino I, laureado, con casco y coraza, derecha	Dos Victorias, aladas, drapeadas, una frente a la otra, sosteniendo un escudo con la inscripción VOT/PR sostenido por altar	Praia da Bota	RIC VII Siscia 47 <i>Alves et alii</i> , 2004: 9
100	2.85	22	6	Arelate	AE2 AE3	318 <-> 319	Constantino I	IMP CONSTANTINVS P F AVG Busto de Constantino I, laureado, drapeado, acorazado, derecha	SOLI INVICTO COMITI Sol, radiado, clámide sobre el hombro izquierdo, de pie a izquierda, levantando mano derecha y soste- niendo globo terráqueo en mano izquierda	Praia do Angrinha	RIC VII Arelate 180 <i>Alves et alii</i> , 2002: 26, 39; Sousa, 2013a: 22, RA 239
101	2.32	20	6	Arelate	AE2 AE3	318 <-> 319	Constantino I	IMP CONSTANTINVS P F AVG Busto de Constantino I, laureado, drapeado, acorazado, derecha	SOLI INVICTO COMITI Sol, radiado, clámide sobre el hombro izquierdo, de pie a la izquierda, levantando la mano derecha y soste- niendo el globo terráqueo en la mano izquierda	Praia do Angrinha	RIC VII Arelate 180 <i>Alves et alii</i> , 2002: 26, 40
102	1.9	15	6	Desconocida	AE3	318 <-> 320	Constantino I	[...] CONSTANTINVS [...] Busto de Constantino I, diademado, acorazado y con <i>paludamentum</i>	VICTORIAE LAETAE PRINC PERP Dos Victorias, aladas, dra- peadas, una frente a otra, sosteniendo un escudo con la inscripción VOT/PR sostenido por una columna	Praia do Angrinha	Inclasificable <i>Alves et alii</i> , 2002: 27, 43
103*	2.65	19	12	Thessalonica	AE2 AE3	320	Constantino I	CONSTAN-TINVS AVG Cabeza de Constantino I, laureado, derecha	D N CONSTANTINI MAX AVG VOT/XX dentro de una corona de laurel	Praia dos Careanos	RIC VII Thessalonica 101 <i>Machado et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 20, RA 196
104	2.27	18	6	Ticinum	AE2 AE3	320	Constantino I	CONSTAN-TINVS AVG Cabeza de Constantino I, laureado, derecha	D N CONSTANTINI MAX AVG VOT/XX dentro de una corona de laurel	Praia da Rocha	RIC VII Ticinum 130 <i>Alves et alii</i> , 2003: 15, 26
105	2.77	19.01	12	Thessalonica	AE2 AE3	324	Constantino I	CONSTANTINVS IVN NOB C Busto de Constantino II, laureado, drapeado, acorazado, izquierda	CAESARVM NOSTRORVM VOT/X dentro de una corona de laurel	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC VII Thessalonica 128 Freitas y Soares, 2020
106	2.91	19	11	Arelate	AE2 AE3	324 <-> 325	Constantino I	FL IVL CRISPVS NOB CAES Busto de Crispo, laureado, drapeado, acorazado, derecha	PROVIDEN-TIAE CAESS Puerta de campaña con dos torreones, sin puertas, con diferente número de capas de piedra; estrella arriba	Praia dos Careanos	RIC VII Arelate 266 <i>Machado et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 24, RA 336
107	2.95	20	11	Cícico	AE2 AE3	325 <-> 326	Constantino I	CONSTANTINVS IVN NOB C Busto de Constantino II, laureado, drapeado, acorazado, izquierda	PROVIDEN-TIAE CAESS Puerta de campaña con dos torreones, sin puertas, con diferente número de capas de piedra; estrella arriba	Praia dos Careanos	RIC VII Cyzicus 37 <i>Machado et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 24, RA 323
108	2.51	19	6	Cícico	AE2 AE3	325 <-> 326	Constantino I	CONSTAN-TINVS AVG Cabeza de Constantino I, laureado, derecha	PROVIDEN-TIAE AVGG Puerta de campaña con dos torreones, sin puertas, con diferente número de capas de piedra; estrella arriba	Praia do Angrinha	RIC VII Cyzicus 34 <i>Alves et alii</i> , 2002: 26, 38

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
109	0.77	16	1	Desconocida	AE3	317 <-> 347	Constantinoll	[...]NVS [...] Busto de Constantino II, diademado, drapeado, derecha	[...] Frustró	Praia do Angrinha	Inclasificable <i>Alves et alii</i> , 2004: 35
110	2.09	19	12	Arelate	AE2 AE3	330 <-> 331	Constantino II	CONSTANTINVS IVN NOB C Busto de Constantino II, laureado, acorazado, derecha	GLOR-IA EXERC-ITVS Dos soldados, con casco, vestidos, con coraza, de pie uno frente al otro, cada uno con una lanza en la mano exterior y apoyando la mano interior en el escudo; entre ellos, dos estandartes	Praia dos Careanos	RIC VII Arelate 346 <i>Machado et alii</i> , 2010
111	1.3	20	12	Heraclea	AE2 AE3	330 <-> 333	Constantino I	CONSTAN-TINOPOLI Busto de Constanti- nopolis, laureado, con casco, vestido con manto imperial, a la izquierda, con lanza invertida en la mano derecha	Victoria, alada, drapeada, de pie a la izquierda en la proa, sosteniendo una lanza en la mano derecha y un escudo en la mano izquierda	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC VII Heraclea 120 <i>Alves et alii</i> , 2003: 15, 25; <i>Sousa</i> , 2013a: 23, RA 279,
112	2.51	17	12	Desconocida	AE3	330 <-> 340	Constancio II	[...]TIVS PF AVG Busto de Constancio II laureado, drapeado y acorazado	[GLORIA EXERCITVS] Dos soldados frente a frente sosteniendo un estandarte	Praia da Bota Zona A	Inclasificable <i>Alves et alii</i> , 2003: 16, 28
113	1.48	16	11	Desconocida	AE3	330 <-> 340	Constantiniana	[...] Busto laureado, drapeado y acorazado	[GLORIA EXERCITVS] Dos soldados frente a frente sosteniendo un estandarte	Praia Grande	Inclasificable <i>Machado et alii</i> , 2012: 004
114	0.84	14	12	Desconocida	AE3	330 <-> 340	Constantiniana	[...] Busto laureado, drapeado y acorazado	[GLORIA EXERCITVS] Dos soldados frente a frente sosteniendo un estandarte	Praia da Rocha	Inclasificable <i>Alves et alii</i> , 2003: 19, 39
115	1.72	18	12	Constantinopla	AE2 AE3	333 <-> 335	Constantino I	VRBS – ROMA Busto de Roma, con casco, vestida con manto imperial, a la izquierda	Loba, de pie a izquierda, amamantando gemelos; arriba, dos estrellas	Portimao	RIC VII Constantinople 85 <i>Alves et alii</i> , 2004: 7
116	1.53	18	11	Desconocida	AE3	333 <-> 340	Constante	[...]NS [...] Busto laureado, drapeado y acorazado	[GLORIA EXERCITVS] Dos soldados frente a frente sosteniendo un estandarte	Praia do Angrinha	Inclasificable <i>Machado et alii</i> , 2006: 9, 8
117	2.07	17	6	Roma	AE2 AE3	335 <-> 336	Constantino I	VRBS – ROMA Busto de Roma, con casco, vestida con manto imperial, a la izquierda	Loba, de pie a izquierda, amamantando gemelos; arriba, dos estrellas	Praia da Rocha	RIC VII Rome 370 <i>Alves et alii</i> , 2003: 14, 24; <i>Sousa</i> , 2013a: 22, RA 266
118	1.97	18	6	Arelate	AE2 AE3	337	Constantino I	CONSTAN-TINOPOLIS Busto de Constanti- nopolis, laureado, con casco, vestido con manto imperial, a la izquierda, con lanza invertida en la mano derecha	Victoria, alada, cubierta, de pie a la izquierda en la proa, sosteniendo un cetro largo en la mano derecha y apoyando la mano izquierda en el escudo	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC VII Arelate 416 <i>Alves et alii</i> , 2003: 15, 27; <i>Sousa</i> , 2013a: 23, RA 278,

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
119	1.72	13	6	Heraclea	AE3	347 <-> 348	Constantino I	DV CONSTANTI-NVS PT AVGG Busto de Constantino I, velado, drapeado y con coraza, derecha	VN – MR Constantino I, velado, drapeado, de pie a derecha, levantando la mano izquierda	Praia da Bota	RIC VIII Heraclea 53 Alves et alii, 2004: 9
120	-	16	-	Constantinopla	AE3	347 <-> 348	Constancio II	D N CONSTAN-TIVS P F AVG Cabeza de Constancio II, diadema con rosetas, derecha	VOT/XX/MVLT/XXX dentro de una corona	Praia da Bota Zona A	RIC VIII Constantino 69 Alves et alii, 2002: 25, 36
121	2.37	18	3	Aquilea	Gran AE2	348 <-> 350	Constante	D N CONSTAN-TIVS P F AVG Busto de Constancio II, diadema de perlas, drapeado, coraza, derecha; A detrás del busto	FEL TEMP RE-PARATIO Soldado, con casco, drapeado, con coraza, avanzando hacia la izquierda, lanceando a jinete caído con la mano derecha y usando un escudo en el brazo izquierdo; escudo en el suelo a la derecha; Jinete con gorro puntiagudo, sentado a la derecha, levantando ambas manos.	Praia do Angrinha	RIC VIII Aquileia 113 Alves et alii, 2002: 29, 47; Sousa, 2013a: 31, RA 548
122	1.74	16	6	Desconocida	AE3	348 <-> 361	Constancio II	DN CONSTANTIVS PF AVG Busto de Constancio II con diadema de perlas, coraza y <i>paludamentum</i> a derecha.	FEL TEMP – REPARATIO Soldado atacando a un caballero con el brazo levantado	Praia da Bota Zona A	Inclasificable Alves et alii, 2002: 28, 46; Sousa, 2013a: 31, RA 547
123	-	22	-	Desconocida	AE3	348 <-> 361	Constancio II	DN CONSTANTIVS PF AVG Busto de Constancio II con diadema de perlas, coraza y <i>paludamentum</i> a derecha.	FEL TEMP – REPARATIO Soldado atacando a un caballero con el brazo levantado	Praia da Rocha	Inclasificable Alves et alii, 2003: 17, 32
124	3.14	18	9	Desconocida	AE3 AE2	350 <-> 355	Constancio II	[...] Busto de Constancio Galo, acorazado a derecha	[FEL TEMP – REPARATIO] Soldado atacando a un caballero con el brazo levantado	Praia da Rocha	Inclasificable Alves et alii, 2003: 17, 31; Sousa, 2013a: 32, RA 584
125	2.09	17	3	Desconocida	AE3 AE2	350 <-> 355	Constancio II	[...] Busto de Constancio Galo acorazado a derecha	[FEL TEMP – REPARATIO] Emperador sobre barca	Praia da Rocha	Inclasificable Alves et alii, 2003: 18, 36; Sousa, 2013a: 32, RA 582
126	1.3	19	12	Desconocida	AE3 AE2	350 <-> 355	Constancio II	[...] Busto de Constancio Galo acorazado a derecha	[FEL TEMP – REPARATIO] Frustró	Praia da Rocha	Inclasificable Alves et alii, 2003: 18, 35; Sousa, 2013a: 32, RA 583
127	3.28	23	12	Roma	Gran AE2	351 <-> 352	Magnencio	D N MAGNEN-TIVS P F AVG Busto de Magnencio, con la cabeza descubierta, drapeado y con coraza, derecha; B detrás del busto	VICT DD NN AVG ET CAES Dos Victorias aladas, drapeadas, de pie una frente a la otra, sosteniendo entre ellas una corona con la inscripción VOT/V/MVLT/X	Praia da Bota	RIC VIII Rome 214 Alves et alii, 2004: 10; Sousa, 2013a: 41, 613

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
128	6.12	25	3	Alexandria	AE2 reducido	351 <-> 355	Constancio II	D N CONSTAN-TIVS P F AVG Busto de Constancio II, laureado, con diadema de rosetas, drapeado, acorazado, derecha; Δ detrás del busto	FEL TEMP RE-PARATIO Soldado, con casco, drapeado, con coraza, avanzando hacia la izquierda, lanceando al jinete caído con la mano derecha y usando un escudo en el brazo izquierdo; escudo en el suelo a la derecha; Jinete con gorro, frente al soldado, extendiendo el brazo izquierdo.	Praia do Angrinha	RIC VIII Alexandria 76 <i>Alves et alii</i> , 2004: 34
129	2.07	16	3	Heraclea	AE2	351 <-> 355	Constancio II	D N CONSTAN-TIVS P F AVG Busto de Constancio II, diadema de perlas, drapeado, coraza, derecha	FEL TEMP RE-PARATIO Soldado con yelmo, drapeado con coraza, avanzando a izquierda, lanzando a un jinete caído con la mano derecha y un escudo en el brazo izquierdo; escudo en el suelo a la derecha; jinete diademado, mirando al soldado, extendiendo el brazo izquierdo	Praia do Angrinha	RIC VIII Heraclea 82 <i>Alves et alii</i> , 2004: 33
130	1.93	20	11	Roma	AE2 reducido	352 <-> 355	Constancio II	D N CONSTAN-TIVS P F AVG Busto de Constancio II, laureado, con diadema de roseta, drapeado, acorazado, a la derecha	FEL TEMP RE-PARATIO Soldado, con casco, drapeado, coraza, avanzando a la izquierda, lanzando al jinete caído con la mano derecha y con escudo en el brazo izquierdo; escudo en el suelo a la derecha; jinete con una gorra puntiaguda, cayendo hacia adelante, agarrando el cuello del caballo	Praia do Angrinha	RIC VIII Rome 267 <i>Alves et alii</i> , 2002: 28, 44
131	1.98	15.37	12	Desconocida	AE4	353 <-> 361	Constancio II	[...] Busto de Constancio II, acorazado a derecha	[FEL TEMP – REPARATIO] Soldado atacando a un caballero con el brazo levantado	Praia da Bota	Inclasificable <i>Freitas y Soares</i> , 2015: 0118
132	1.7	18	12	Desconocida	AE4	353 <-> 361	Constancio II	[...] Busto de Constancio II, acorazado a derecha	[FEL TEMP – REPARATIO] Soldado atacando a un caballero con el brazo levantado	Praia da Bota Zona A	Inclasificable <i>Freitas et alii</i> , 2021
133	2.16	16	2	Desconocida	AE3	353 <-> 361	Constantiniana	[...] Busto acorazado a derecha	[FEL TEMP – REPARATIO] Soldado atacando a un caballero con el brazo levantado	Estrumal	Inclasificable <i>Alves et alii</i> , 2003: 16, 29
134	1.99	18	9	Arelate	AE3	355 <-> 360	Constancio II	D N CONSTAN-TIVS P F AVG Busto de Constancio II, diadema de perlas, drapeado, coraza, derecha	FEL TEMP – REPARATIO Soldado, con casco, drapeado, acorazado, avanzando a izquierda, lanceando a jinete caído con la mano derecha y con escudo en el brazo izquierdo; escudo en el suelo a la derecha; jinete con una gorra puntiaguda, volviéndose hacia el soldado, extendiendo el brazo derecho	Praia da Rocha	RIC VIII Arelate 266 <i>Alves et alii</i> , 2003: 16, 30

N.º	g	mm	Eje	Ceca	Valor	Fecha	Autoridad	Anverso	Reverso	Lugar	Ref. / Bibliografía
135	1.86	17	12	Sisak	AE3	355 <-> 361	Constancio II	D N CONSTAN-TIVS P F AVG Busto de Constancio II, diadema de perlas, drapeado, coraza, derecha	FEL TEMP – REPARATIO Soldado, con casco, drapeado, con coraza, avanzando hacia la izquierda, lanzando al jinete caído con la mano derecha y usando un escudo en el brazo izquierdo; escudo en el suelo a la derecha; jinete frente a soldado, con gorro puntiagudo; extendiendo el brazo izquierdo	Praia do Castelo	RIC VIII Siscia 369 Alves <i>et alii</i> , 2002: 29, 48; Sousa, 2013a: 41, RA 546
136	1.78	14.23	9	Lugdunum	AE3	355 <-> 360	Constancio II	IMP IVLIANVS Busto de Juliano, con la cabeza descubierta, drapeado, con coraza, a la derecha	FEL TEMP – REPARATIO Soldado, con casco, drapeado, con coraza, avanzando hacia la izquierda, lanzando al jinete caído con la mano derecha y usando un escudo en el brazo izquierdo; escudo en el suelo a la derecha; Jinete con gorro puntiagudo, volviéndose hacia el soldado, extendiendo el brazo izquierdo.	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC VIII Lugdunum 195 Freita y Soares, 2015
137	1.37	17	6	Desconocida	AE3	355 <-> 363	Constancio II	IMP IVLIANVS Busto de Juliano, con la cabeza descubierta, drapeado, con coraza, a la derecha	[SPES] REIPVBLICAE Juliano, con casco, drapeado, con coraza, de pie a la derecha, sosteniendo globo terráqueo en mano derecha y lanza en mano izquierda	Praia da Rocha	Inclasificable Alves <i>et alii</i> , 2003: 19, 37; Sousa, 2013a: 31, RA 574
138	4.97	20	12	Desconocida	AE3	353 <-> 361	Constantiniana	[...] Busto diademado y acorazado a derecha	[FEL TEMP – REPARATIO] Soldado atacando a un caballero con el brazo levantado	Praia dos Careanos	Inclasificable Freitas y Soares, 2015: 0063
139	2.18	17.53	6	Desconocida	AE4	353 <-> 361	Constantiniana	[...] Busto diademado y acorazado a derecha	[FEL TEMP – REPARATIO] Soldado atacando a un caballero con el brazo levantado	Depósito de Dragados de Ferragudo	Inclasificable Freitas <i>et alii</i> , 2021
140	4.68	21	12	Arelate	AE2	378 <-> 383	Valentiniana	[...] Busto diademado y acorazado a derecha	REPARATIO-REIPVB Aequitas, vestida, de pie a izquierda, con balanza en la mano derecha y cuerno de la abundancia en la mano izquierda	Praia da Bota	Inclasificable Freitas y Soares, 2015, 213
141	4.74	22	6	Alexandria	AE2	392 <-> 395	Teodosio I	D N ARCADIVS P F AVG Busto de Arcadio, coronado con roseta, drapeado y con coraza, a la derecha	GLORIA-ROMANORVM Emperador, cabeza a la derecha, de pie mirando hacia adelante, sosteniendo un estandarte y un globo terráqueo	Depósito de Dragados de Ferragudo	RIC IX Alexandria 21C Machado <i>et alii</i> , 2010; Sousa, 2013a: 33, RA 620
142	-	18	-	Desconocida	Divisor AE	297 <-> 491	Illegible	Frustró	Frustró	Praia da Rocha	Inclasificable Alves <i>et alii</i> , 2003: 20, 40
143*	1.79	14	6	Cartago	Pentannumium	548 <-> 549	Justiniano	DN IVSTINI-ANVS PP AC Busto de Justiniano a la derecha	VICTORIAAC // Ε //	Praia da Rocha	DOC 1 Justinianus 306.1 Machado <i>et alii</i> , 2005: 7, 7; Sousa, 2013a: 33, RA 621

Bibliografia

- Alarção, J.; Étienne, R. y Mayet, F. (1990) – *Les villas romaines de Sao Cucufate (Portugal)*, Paris.
- Alfaro, C. (1988). *Las monedas de Gadir-Gades*, Madrid.
- Alves, F.; Diogo, A. y Cardoso, J. (2001) – “Considerações sobre os dois grandes cepos de âncora em chumbo com alma de madeira, do séc. V-IV a.C., provenientes do ancoradouro natural da ilha Berlenga (Peniche, Portugal) e sobre os achados de âncoras de tipo púnico em águas portuguesas”. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente Peninsular (Actas do Colóquio Internacional, Universidade Aberta, 27-28 de Outubro de 2000)*, Lisboa, 239-260.
- Alves, F.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Soares, E.; Martins, V.; Caetano, R.; Costa, A.; Reinhardt, F.; Pral, R.; Rosário, E.; Martins, M.; Kerstin, H. (2002) – *Relatório final dos trabalhos efectuados em 2000-2001 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos Concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Alves, F.; Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Soares, E.; Martins, V.; Caetano, R.; Costa, A.; Reinhardt, F.; Pral, R.; Rosário, E.; Martins, M.; Kerstin, H.; Geipel, P.; Hoehle, D.; Duarte, A.; Gilsh, A. (2003) – *Relatório final dos trabalhos efectuados em 2002 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos Concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Alves, F.; Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Soares, E.; Martins, M.; Caetano, R.; Costa, A.; Reinhardt, F.; Pral, R.; Rosário, E.; Kerstin, H.; Martins, V.; Geipel, P.; Hoehle, D.; Duarte, A.; Gilsh, A. (2004) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2003 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Arévalo González, A. (2022) – La moneda griega en Andalucía Occidental. In Aquilué, X.; Ripollés Alegre, P.P. (Eds.) – *La Moneda grega a Ibèria: seqües i circulació monetària: in memoriam Paloma Cabrera Bonet*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre Iberia Graeca, 199-215.
- Arias Ferrer, L. (2007) – *La circulación monetaria en la Hispania del siglo II d. C. Historia y evolución de la Península Ibérica a través de la documentación numismática*, Tesis doctoral de la Universidad de Alicante, Alicante.
- Avelino, A.F.G. (2015) – *Achados arqueológicos subaquáticos no Algarve: As atividades comerciais entre a Idade do Ferro e Período Romano*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia – Especialização em Teoria e Métodos da Arqueologia, Faro.
- Bost, J.P.; Chaves, F.; Depeyrot, G. (1987) – *Belo IV. Les Monnaies*, Madrid.
- Cesário, A.V. (2005) – *Moedas de Balsa*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- Dias Diogo, A.M.; Cardoso, J.P. y Reiner, F. (2000) – “Um Conjunto de Ânforas Recuperadas nos Dragados da Foz do Rio Arade, Algarve”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 3. N.º 2.
- DOC = Bellinger, A.F. (1992) – *Catalogue of the Byzantine coins in the Dumbarton Oaks collection and in the Whittemore collection. Volume 1, Anastasius I to Maurice (491-601)*, Washington.
- Fabião, C. (1994) – “Garum da Lusitânia Rural? Alguns Comentários sobre o povoamento romano do Algarve”. In Gorges, J-G.; Salinas de Frias (Eds.) – *Les Campagnes de la Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*. Madrid-Salamanca; Casa de Velásquez (Collection de la Casa de Velásquez, 47), 227-252.
- Fabião, C. (2004) – “Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”. In *FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfarenos y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*, BAR i.s. 1266, Oxford, 379-410.
- Faria, A.M. de (1995) – “Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português”. In García-Bellido, M.ª P.; Centeno, R.M.S. (Eds.) – *La Moneda Hispánica. Ciudad y Territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*. Madrid: CSIC, 143-154.
- Freitas, V.T.; Soares, I. (2015) – *DETD 2014. Prospecção com detectores de metais nos depósitos de Dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Portimão: Museu de Portimão.
- ____ (2016) – *DETD 2015-16. Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Portimão: Museu de Portimão.
- ____ (2020) – *DETD 2018-019. Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Portimão: Museu de Portimão.
- ____ (2021) – *DETD 2020. Prospecção com detectores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor. Relatório Final*. Portimão: Museu de Portimão.
- Gomes, A. (1998) – *Moedas do território português antes da fundação da nacionalidade (hispano-romanas)*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.
- Gomes, R.M.; Gomes, M.M. (1981-1983) – “Novas Moedas Hispânicas de Balsa e Ossonoba”. *Nvmmvs*, 2ª Serie IV, V y VI, 155-182.
- Machado, C.A.; Sousa, J. (2005) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2004 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Machado, A.; Sousa, J. (2006) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2005 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Reinhardt, F.; Soares, E.; Martins, V.; Martins, M.; Duarte, A.; Alves, N.; Ferreira, R.; Costa, A.; Rosário, E.; Vicente, J.; Sousa, P. de; Geipel, P.; Mangas, F.; Mendes, H.; Hoehle, D.; Gilch, A.; Neves, F. (2007) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2006 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Reinhardt, F.; Soares, E.; Martins, V.; Martins, M.; Duarte, A.; Alves, N.; Ferreira, R.; Costa, A.; Rosário, E.; Vicente, J.; Sousa, P. de; Geipel, P.; Mangas, F.; Mendes, H.; Franco, R.; Gilch, A. (2010) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2009 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Machado, A.; Sousa, J.; Viegas, P.; Cardoso, E.; Reinhardt, F.; Soares, E.; Martins, V.; Martins, M.; Duarte, A.; Alves, N.; Ferreira, R.; Costa, A.; Rosário, E.; Vicente, J.; Sousa, P.; Geipel, P.; Mangas, F.; Mendes, H.; Franco, R.; Gilch, A. (2011) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2010 no âmbito do IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Machado, A.; Sousa, J. (2012) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 2011 no âmbito do Projecto IPSIIS – Projecto de Prospecção em zonas de praia dos concelhos de Portimão e Lagoa*, Portimão.
- Maurel, G. (2022) – *Corpus des monnaies de Marseille: Provence, Languedoc oriental, vallée du Rhône (525-20 avant J-C)*. Paris: Editions Monnaies d'Antan.
- Moreno-Pulido, E. y Arévalo González, A. (2021) – “La moneda como reflejo del movimiento de personas y mercancías en las ciudades portuarias de Myrtilis, Balsa y Ossonoba y sus territoria”. In Campos Carrasco, J.M.; Bermejo Meléndez, J. (Eds.) – *Del Atlántico al Tirreno. Puertos hispanos e itálicos*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 249-330.
- ____ (2024) – “De mão em mão, a moeda de Balsa”. In *Balsa, Cidade Romana*. Tavira, 65-73.
- Pereira, I.; Bost, J.; Hienard, J. (1974) – *Fouilles de Conimbriga III. Les Monnaies*, Paris.
- Fonseca, C. P., (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade V*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia (versão corrigida e melhorada após sua defesa), Lisboa.
- RIC I = Sutherland, The Roman Imperial Coinage. Vol I. Augustus to Nero, London, 2018.
- RIC II = H. Mattingly y E. Sydenham, *The Roman Imperial Coinage. Vol. II. Vespasian to Hadrian*, London 1926.
- RIC II² Part I = Carradice, I.A., Buttrely, T.V., *Roman Imperial Coinage II.1: Vespasian to Domitian*, London 2008.
- RIC II² Part III = Abdy, R.A., *Roman Imperial Coinage II.3: From AD 117 to AD 138 – Hadrian*, London 2019.
- RIC III = H. Mattingly y E. Sydenham, *The Roman Imperial Coinage. Vol. III. Antoninus Pius to Commodus*, London 1930.
- RIC IV = H. Mattingly y E. Sydenham, *The Roman Imperial Coinage. Vol. IV. Pertinax to Uranian Antoninus*, London 1968.
- RIC IX = J.W.E. Pearce, *The Roman Imperial Coinage. Vol. IX. Valentinian I to Theodosius I*, London 1951.
- RIC Va = P. H. Webb, *The Roman Imperial Coinage. Vol. V. Part. I. Valerian to Florian*, London, 1927.
- RIC Vb = P.H. Webb, *The Roman Imperial Coinage. Vol. V. Part. II. Probus to Amandus*, London 1933.
- RIC VII = P. M. Bruun, *The Roman Imperial Coinage. Vol. VII. Constantine and Licinius*. A.D. 313-317, London 1966.
- RIC VIII = J.P.C. Kent, *The Roman Imperial Coinage. Vol. VIII. The family of Constantine I. A.D. 337-364*, London 1981.
- RRC = M. Crawford, *Roman Republican Coinage*, London 1974.
- Sousa, J. (2013) – *Circulação monetária na Antiguidade no estuário do rio Arade*. Associação projeto IPSIIS.
- Sousa, E. ; Arruda, M. (2010) – “A gaditanização do Algarve”. *Mainake*, XXXII, 951-974.
- Viegas, C. (2009) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade (Estudos & memórias, 3).
- Teichner, F. (1995) – “Un hallazgo de monedas en el “mare externum”. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de Arqueología*, 55, 281-288.
- Teichner, F. (1997) – “Note sur le fonds numismatique romain de Foz do Rio Arade (Portimão, Portugal)”. *Conimbriga*, 36, 123-160.

Y714

Antoniniano
Cobre prateado
Roma
268-270 d.C.
Ø1,8cm 2,13gr
eixo 12 h

Praia da Angrinha (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. DIVO CLAVDIO. Cabeça de Cláudio Gótico, radiado, à direita

Ver. CONSECRATIO. Águia, olhando para a esquerda

RIC V *Claudius Gothicus* 267a



K330

Follis
Liga de cobre
Tréveros
309-313 d.C.
Ø2,4cm 3,96gr
eixo 12 h

Praia dos Careanos (Portimão)

António Costa

Anv. IMP MAXIMINVS P F AVG. Busto de Maximino Daia, laureado, couraçado, à esquerda.

Ver. GENIO – POP ROM // T// PTR. Génio, torreão, nu, drapeado, de pé à esquerda, segurando uma patera na mão direita e um chifre de fartura na mão esquerda.

RIC VI *Treveri* 845a



Y756

Follis de Constantino I

Liga de cobre

Arelate

307-337 d.C.

Ø1,8cm 1,27gr

eixo 6 h

Depósito de dragados Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. CONSTAN-TINOPOLIS. Busto de Constantinópolis, laureado, usando capacete, vestido com manto imperial, à esquerda, com uma lança invertida na mão direita.

Ver. // PCONST. Victoria, alada, coberta, na proa de pé a esquerda, sustendo um cetro comprido na mão direita e apoiando a mão esquerda no escudo.

RIC VII *Arelate* 416



K676

AE2/AE3

Liga de cobre

Londinium

318 d.C.

Ø1,9cm 2,95gr

eixo 7 h

Depósito de Dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. CRISPVS NOB CAES. Busto de *Crispus*, laureado, drapeado, couraçado, à direita.

Ver. PRINCIPI IV-VENTVTIS // PLN. *Crispus*, de capacete, drapeado, com couraça, de pé à direita, apoiando-se numa lança vertical invertida na mão direita e apoiando a mão esquerda sobre um escudo.

RIC VII *Londinium* 135



K679

AE2/AE3

Liga de cobre

Cícico

325-326 d.C.

Ø1,9cm 2.51gr

eixo 6 h

Praia da Angrinha (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. CONSTAN-TINVS AVG. Cabeça de Constantino I, laureado, à direita.

Ver. PROVIDEN-TIAE AVGG // SMKε. Portão de campo com dois torreões, sem portas, com sete camadas de pedra; estrela para cima.

RIC VII Cyzicus 34



Y789

Follis de Constantino I

Liga de cobre

333-335 d.C.

Ø1,8cm 1,72gr

eixo 12 h

Portimão

José de Sousa

Anv. VRBS – ROMA. Busto de Roma, usando capacete, vestido com manto imperial, à esquerda

Ver. //•CONSe• Loba, de pé à esquerda, amamentando gémeos;

Acima, duas estrelas

RIC VII Constantinople 85



Y754

Follis de Constantino I

Liga de cobre

Heraclea

330-333 d.C.

Ø2cm 1,3gr

eixo 12 h

Depósito de dragados Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. CONSTAN-TINOPOLI. Busto de *Constantinopolis*, laureado, usando capacete, vestido com manto imperial, à esquerda, com uma lança invertida na mão direita.

Ver. // •SMHF. Vitória, alada, drapeada, de pé à esquerda na proa, segurando uma lança na mão direita e um escudo na mão esquerda.

RIC VII Heraclea 120



K429

AE2

Liga de cobre

Alexandria

392-395 d.C.

Ø2,2cm 4.74gr

eixo 6 h

Depósito de Dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Anv. D N ARCADIVS P F AVG. Busto de Arcádio, coroado com rosetas, drapeado e com couraça, à direita.

Ver. GLORIA-ROMANORVM // ALEB. Imperador, de cabeça para a direita, de pé virado para a frente, segurando uma bandeira e um globo.

RIC IX Alexandria 21C



Etiquetas de chumbo do rio Arade: Evidências da atividade comercial em época romana

Vera Teixeira de Freitas¹, Carlos Fabião²

1. Introdução

Portimão, uma fundação tardo-medieval localizada na costa sul do Algarve, no sudoeste da Península Ibérica, na antiga província romana da Lusitânia (Fig. 1) é frequentemente relacionada com um certo *Portus Hannibalis*, uma cidade mencionada pelo geógrafo *Pomponius Mela* (meados do século I d.C.) na sua *Corografia* (III.7). Na envolvente de Portimão são conhecidas, desde finais do século XIX, algumas fábricas romanas de salga de peixe (*cetariae*) (Veiga, 1905) e outras foram escavadas recentemente no centro histórico desta cidade, nomeadamente o complexo de preparação de preparados piscícolas registado no Edifício Mabor, na zona ribeirinha, cuja época de construção é de momento difícil de precisar, mas que comprovadamente se manteve em

laboração até à Antiguidade Tardia (Botelho, 2014-15)³. Numa outra recente intervenção arqueológica no centro histórico foi possível identificar uma cremação de época romana, de tipo *bustum*, enquadrável entre finais do século I e meados do século II, o que nos indicia que esta zona, localizada numa área muito próxima de contextos de margem e encharcados, terá cumprido a função de necrópole (Freitas *et al.*, no prelo). Os trabalhos arqueológicos na Casa da N. Sr.^a da Conceição comprovaram que a ocupação romana, datada a partir de meados do século I, mantendo-se em continuidade até fim do século II/ século III, não se cingia à zona ribeirinha, estando também presente na colina onde, em época tardo-medieval, se desenvolveu a ocupação de Vila Nova de Portimão (Freitas, 2017)⁴.

A presença destas ocupações e de vários outros sítios romanos na área, sugere fortemente que o estuário do rio



Fig. 1 – Localização do estuário do Arade (Portimão) e localização aproximada da Zona Ossa-Morena e da Faixa Piritosa Ibérica no sudoeste da Península Ibérica (fonte do mapa: Freeworldmaps.net, adaptado; segundo Gomes, *et. al.*, 2023).

¹ Museu de Portimão/CMP; vera.freitas@cm-portimao.pt

² Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; cfabiao@edu.ulisboa.pt

³ A publicação deste sítio encontra-se em fase de preparação, inserida numa edição do Museu de Portimão/CMP relativa às recentes intervenções arqueológicas no centro histórico de Portimão, prevista para o final de 2024.

⁴ A investigação produzida irá ser apresentada na edição referida anteriormente.

Arade desempenhou um papel importante nas antigas trocas culturais e comerciais entre as regiões do Mediterrâneo e do Atlântico (Teichner, 1995, 1997; Tavares da Silva *et al.*, 1987; Diogo *et al.*, 2000; Fonseca, 2015; Fonseca *et al.*, 2018). Para além disso, o rio Arade foi também um caminho relevante para aceder ao rico interior onde também se conhecem vários sítios antigos, nomeadamente o Cerro da Rocha Branca, Silves, ou a pequena ilha, Ilhéu do Rosário, com ampla diacronia de ocupação, desde a Idade do Ferro até à Antiguidade Tardia (Gomes, Beirão, 1986; Gomes, 1993; Arruda, 2002: 53-56). Assim, correspondendo ou não ao local desse *Portus Hannibal*, parece seguro que Portimão teve certamente instalações portuárias durante a Antiguidade Tardia, desenvolvendo uma importante atividade comercial, evidenciada por numerosos achados arqueológicos subaquáticos descobertos durante os modernos trabalhos de dragagem. A coleção de artefactos romanos do Museu de Portimão, recolhida durante os trabalhos de dragagem moderna, inclui fragmentos de ânforas de várias proveniências do império romano, incluindo da *Africa Proconsularis*, muito utilizadas no transporte de produtos da pesca, e artefactos metálicos diversos, destacando-se neste estudo as etiquetas comerciais de chumbo.

As etiquetas de chumbo romanas recolhidas no rio Arade foram apresentadas e publicadas pela primeira vez no âmbito de uma exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, dedicada à exploração dos recursos naturais na época romana (Alarcão, 1997: 68) e novamente apresentadas numa outra exposição sobre achados arqueológicos subaquáticos no mesmo Museu (Carvalho, Fernandes, 2014: 166-167). Mais recentemente efetuou-se um estudo de caracterização tipológica dos artefactos de chumbo, associada a análises elementares e isotópicas de Pb realizadas por técnicas analíticas de precisão Q-ICPMS e MC-ICPMS, respetivamente. Com base nos dados históricos e tipológicos, e combinando concentrações de elementos vestigiais e menores com rácios isotópicos de Pb, foi possível identificar fontes prováveis de chumbo e estabelecer rotas comerciais de produtos transportados em ânforas durante a Antiguidade tardia (Gomes *et al.*, 2023).

As etiquetas de chumbo com finalidade comercial são conhecidas em ambientes romanos atlântico-mediterrâneos (Hidalgo *et al.*, 2016: 232), sendo que a escassez deste tipo de peças nos registos arqueológicos estará muito provavelmente relacionada com o habitual reaproveitamento deste metal. Provenientes das dragagens do rio Arade e posteriormente depositadas nas praias envolventes, conhecem-se 18 etiquetas que originalmente se encontrariam anilhadas nas asas de ânforas e outras quatro relacionadas com o comércio de têxteis. Relativamente às primeiras, destacamos o achado de 11 destes exemplares na Praia dos Careanos (Portimão), circunstância que poderá evidenciar estarmos perante um depósito de dragados associado a um eventual naufrágio. Os restantes exemplares provêm do depósito de dragados de Ferragudo, em Lagoa (quatro exemplares), da Praia Grande, em Ferragudo – Lagoa (três exemplares) e uma peça de proveniência desconhecida, procedente de recolhas anteriores ao início da Associação Ipsiis. As etiquetas que podemos relacionar com a transação de têxteis são em número mais reduzido, apenas quatro exemplares, três destes provenientes da Praia Grande, em Ferragudo – Lagoa e uma da Praia dos Careanos (Portimão).

2. Etiquetas de ânforas

Os produtos armazenados em ânforas ou a sua proveniência podiam por vezes ser identificados a partir de etiquetas de chumbo fixadas numa das suas asas (Lequément, 1975; Slim

et al., 2007, Bonifay, 2021). Como refere Lequément (1975), estas etiquetas de chumbo encontram-se fortemente associadas às ânforas africanas, como evidenciado no naufrágio romano de Annaba, sendo que a placa de chumbo do naufrágio de Pampelonne encontrada dentro de uma ânfora era provavelmente apenas um peso de rede de pesca (Lequément, 1976). As etiquetas de chumbo estudadas por Lequément no naufrágio de Anaba apresentavam algumas inscrições com a menção de *officina* ou *ex officina*, enquanto outras ostentavam apenas motivos iconográficos sem qualquer inscrição epigráfica (Lequément, 1975).

A palavra latina *officina* tem, de facto, alguma polissemia, pois tanto pode ser utilizada para designar olarias, caso das marcas da *Sigillata* Hispânica ou também das marcas das lucernas romanas africanas (Bonifay, 2004: 77), como para unidades de produção de molhos de peixe, conforme se pode verificar no conhecido mosaico da casa de *Aulus Umbricius Scaurus* em Pompeia (Etienne, Mayet, 1998). No caso das etiquetas de chumbo, a hipótese de relacionar estas *officinae* com fábricas de produtos salgados de peixe (*cetariae*), como defende Lequément (Lequément, 1975), parece mais plausível, uma vez que estas são objetos amovíveis, ou seja, mais relacionáveis com a produção e distribuição de conteúdos do que com a produção de ânforas. Os vários motivos presentes – tridentes ou folhas de palma – permitem a associação a estes produtores, complementando a informação das marcas das ânforas (alusivas a olarias e oleiros). A representação do tridente em algumas destas etiquetas, também presente nas recolhidas em Portmán, perto de Cartagena, na costa espanhola (Quevedo, Fernández-Díaz, 2020), reforçou a ideia de alguma relação com a pesca e, portanto, com produtos salgados de peixe.

As etiquetas deste tipo recolhidas nas areias dragadas do rio Arade apresentam dimensões que oscilam entre os 10 e os 12.9cm de comprimento (maioritariamente possuem c. de 10,5cm), os 3.1 e 6.7cm de largura (a maioria entre 4 e 5cm) e um peso de 199 a 40gr, sendo que a maioria pesa c. de 80gr. Neste conjunto particular de artefactos, a maioria das etiquetas apresenta vestígios de dobragem, que sugerem que teriam sido, em algum momento, enroladas transversalmente em torno de uma superfície cilíndrica, como a asa de uma ânfora.

Os motivos iconográficos encontram-se sempre representados numa só face, sendo que oito dos exemplares apresentam uma folha de palma (K165, K187; K189, K451, K452, K682 e K686), cinco possuem um tridente (2000-01/125, K188, K681, K687 e Y767) e num exemplar encontra-se representado um peixe (K168). A caracterização química, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, de cinco exemplares (K187, K451, K188, K687, K168), permitiu estabelecer a proveniência do metal na *Africa Proconsularis* (Tunísia) (Gomes *et al.*, 2023). Verifica-se ainda que dois exemplares apresentam uma perfuração (K684 e K189), fruto de uma reutilização, provavelmente como pesos.

A única etiqueta com uma inscrição epigráfica de duas linhas (K683), infelizmente de difícil leitura devido ao estado de conservação da peça, apresenta um possível motivo iconográfico esbatido, sugerindo a presença da folha de palma, através de um traço horizontal entre as duas linhas inscritas, e ainda alguns traços semicirculares à esquerda. Esta peça apresenta alguma semelhança com uma etiqueta epigráfica já conhecida, a da *Officina Libertorum*, com uma inscrição de duas linhas envolvendo uma folha de palma com coroa de louros (Lequément, 1975: 674, Fig. 7). Não foi possível averiguar a proveniência do metal, pelo que desconhecemos se a sua

origem é coincidente com as demais etiquetas que apresentam os motivos iconográficos mais comuns.

Destacamos dois exemplares (K166, K685) tanto pela sua distinta iconografia, sexifólios inscritos em círculos, como pela atribuição de proveniência de um destes (K685) da costa portuguesa, Catalunha, França e/ou Grã-Bretanha (Gomes *et al.*, 2023).

Regista-se a semelhança de dimensões e motivos iconográficos das etiquetas de chumbo agora apresentadas com as encontradas no naufrágio de Annaba e na *villa* de Portmán (Quevedo, Fernández-Díaz, 2020). As etiquetas do naufrágio de Annaba mostram uma iconografia que indica uma atividade específica relacionada com fábricas de processamento de peixe. Este facto é evidenciado pela representação de um tridente, um símbolo habitual do deus Neptuno, frequentemente representado na arte romana, em particular nos mosaicos do Norte de África (Lequément, 1975; Quevedo, Fernández-Díaz, 2020). Na Isla del Fraile (Águilas – Múrcia, Espanha), foi também encontrada uma ânfora tardo-africana rotulada com um grafito em forma de palma, contendo molhos de peixe e na *villa* romana de Portmán foram encontradas duas etiquetas de chumbo com a representação de um tridente, associadas a uma elevada proporção de recipientes de cerâmica africana (Quevedo, Fernández-Díaz, 2020).

Os motivos representados, pela sua variedade, sugerem diferentes origens oficiais, podendo pensar-se que esta variabilidade tem como objetivo indicar essas diferentes proveniências. Lamentavelmente, boa parte das etiquetas são anepígrafas, como as da *villa* de Portmán, mas não deixam de exibir motivos iconográficos, como tridentes (Quevedo, Fernández-Díaz, 2020). Os exemplares de Portmán apresentam tridentes de morfologia distinta da das etiquetas do Arade, pelo que não sabemos se provêm da mesma *officina*, sendo o tridente o símbolo identificador, ou se estas distintas morfologias pretendem distinguir outras tantas *officinae*.

Parece claro que o uso deste tipo de etiquetas era maioritariamente um hábito romano-africano, pouco frequente e com um lapso temporal curto, como sugerido por Lequément (1975), apesar de alguns comentários diferentes de Quevedo e Fernández Díaz na sua recente publicação de etiquetas de Portmán (Quevedo, Fernández-Díaz, 2020). Em termos cronológicos, as etiquetas de chumbo de Portimão não acrescentam muito a esta questão, uma vez que se trata de artefactos sem contexto preciso; em termos da sua provável origem, a análise pode ter interesse, mesmo tendo em conta a possível reciclagem do metal, como também foi apontado por Quevedo e Fernández Díaz.

Na sequência dos trabalhos de dragagem do rio Arade foram também recolhidos fragmentos de ânforas de diferentes tipologias, o que sugere a existência de naufrágios romanos ou, pelo menos, de um comércio intenso no estuário do rio Arade desde o século II a.C. até ao século V d.C. Todos estes achados denunciam uma atividade de navegação frequente, transportando ânforas provenientes de variadas paragens, mas também as produzidas no Algarve, nomeadamente as destinadas ao envasamento de alimentos à base de peixe (Tavares da Silva *et al.*, 1987; Diogo *et al.*, 2000). Assumindo-se que estas etiquetas se encontrariam anilhadas a asas de ânforas africanas, salienta-se que, provenientes de recolhas do rio Arade, encontram-se depositadas no Museu de Portimão mais de 150 exemplares de ânforas africanas, maioritariamente fundos do tipo Africana Grande IIA-IID, bem como exemplares de Africana I, Africana IIA, IIC, IID e IIIA-C (Bonifay, 2004: 107-122).

A este respeito, parece importante referir que não muito longe de Portimão, nas *villae* romanas de Montemar (Freitas,

Almeida, no prelo) e Vale da Arrancada (Fabião *et al.*, 2016; Viegas, 2019) foram recolhidas abundantes cerâmicas do Norte de África, datadas do século II d.C. até à primeira metade do século VI d.C.

3. Etiquetas relacionadas com transações de têxteis

As etiquetas que se encontram relacionadas com transações comerciais de têxteis distinguem-se das anteriormente apresentadas, designadamente pela sua menor dimensão, a ausência de iconografia, o seu modo de aplicação ao produto transacionado, bem como a presença de inscrições numerais. Estas pequenas *tesserae* são raras nos registos arqueológicos, pois, enquanto desperdício de transações comerciais, são frequentemente alvo de reciclagem.

O conjunto proveniente das areias dragadas do rio Arade é constituído por quatro exemplares de finas placas retangulares de chumbo, cujas dimensões oscilam entre os 3.2 e 5cm de comprimento, os 1.6 e 2cm de largura e um peso de 3 a 10,5gr. Encontram-se bem recortadas, tendo sido efetuado uma pequena perfuração circular junto de um dos seus lados, destinada a passar um fio ou arame para sujeitar a mercadoria a identificar/quantificar, que estaria envolta em sacos, fardos ou caixas. A este respeito importa destacar que num exemplar presente em Oberwinterthur ainda se conservava os restos de um fio de metal na perfuração de uma etiqueta (Frei-Stolba, 1984: 133, n.º 15).

As inscrições presentes terão sido gravadas com recurso a um punção/estilete, sendo que em alguns exemplares são visíveis sulcos deixados por este instrumento, demonstrando que a gravação foi realizada com o metal não totalmente arrefecido. Duas destas peças apresentam inscrições nas duas faces (K280 e K282) e nas restantes estas encontram-se apenas numa das faces (K281 e W073), denotando-se uma variabilidade entre o tipo de traço efetuado, mais fino e superficial (K280, W073) ou mais marcado e profundo (K 281 e K282).

As inscrições presentes nestas etiquetas, que por vezes resultam de difícil leitura, correspondem a numerais, que indicariam dados como o peso, quantidade ou preço da mercadoria selada ou do serviço efetuado (Radman-Livaja, 2010: 112-114; Radman-Livaja, 2011: 182; Hidalgo *et al.*, 2016: 235). Outros exemplares recolhidos em *Augusta Emerita* contêm inscrições relacionadas com o carácter das mercadorias ou com os seus proprietários (Hidalgo *et al.*, 2016: 223).

Pensa-se que este tipo de etiqueta esteja associado a têxteis e se enquadre num período cronológico muito específico, durante o Principado de Tibério (14 – 37 d.C.) ou pouco antes (Hidalgo *et al.*, 2016: 222). Num estudo sobre uma coleção semelhante recuperados num centro arqueológico romano de olaria de Ancoradouro, perto da costa (Peniche – Estremadura Portuguesa), os autores sugerem que tais artefactos seriam também etiquetas de ânforas, com uma cronologia do século II ou início do século III d.C. (Cardoso *et al.*, 2018). Contudo, apesar do seu contexto de recolha, a sua forma, dimensão e tipo de inscrição, apenas numerais, sugere outro uso que não a rotulagem de ânforas.

Ao único exemplar neste conjunto (K282) sujeito a análises elementares e isotópicas de Pb, no sentido de determinar a proveniência do metal, foi atribuída uma origem na zona de Ossa-Morena (Gomes *et al.*, 2023: 171). Considerando que, no final da República, o distrito mineiro da Sierra Morena constituía uma importante fonte de chumbo e de prata (Domergue, 2008; Domergue *et al.*, 2012, 2016), será interessante averiguar uma eventual coerência relativamente à origem deste tipo de peças recolhidas em outros sítios peninsulares.

4. Conclusão

A expansão romana no século II a.C. deu continuidade a uma atividade de procura de depósitos de minério ricos em chumbo, prata, cobre, estanho e ouro. Sendo a Península Ibérica uma importante região metalífera, naturalmente, intensificou-se a exploração destes recursos e o seu transporte por via marítima (Edmondson, 1989; Domergue, Rico, 2014).

Como consequência do processo de copelação aplicado na metalurgia da prata, o chumbo foi utilizado em larga escala e tornou-se de grande importância económica, não só para produzir o metal prateado, mas também para o fabrico de armas de chumbo (balas de funda), tubos de água e materiais de construção naval. A galena argêntea da região de Cartagena-Mazarrón foi a principal fonte de chumbo e prata, tendo sido largamente explorada durante a época da República Romana e no final deste período, o distrito mineiro da Sierra Morena tornou-se também uma importante fonte de chumbo e prata (Domergue, 2008; Domergue *et al.*, 2012, 2016). Mais tarde, durante o Principado, a Faixa Piritosa Ibérica foi intensamente explorada para produzir prata e cobre (Delgado Domínguez, 2006).

Durante os séculos II e III d.C., os depósitos de minério no Norte de África, nomeadamente da atual Tunísia, tornaram-se áreas mineiras muito importantes, existindo evidências de comércio de metais entre a Península Ibérica e esta região (Fenn *et al.*, 2009; Skaggs *et al.*, 2012).

No que diz respeito aos bens comercializados, os lingotes de chumbo eram transportados juntamente com ânforas contendo géneros alimentícios distintos, como foi registado em numerosos naufrágios e achados arqueológicos subaquáticos em contextos marítimos e fluviais ao longo do Mar Mediterrâneo e também ao longo da costa atlântica da província da Lusitânia (Parker, 1992; Trincherini *et al.*, 2001; Domergue, Rico, 2014; Bombico, 2015; Quevedo, Bombico, 2016; Domergue *et al.*, 2016; Bode *et al.*, 2021). Na Península Ibérica, são conhecidos exemplos de ricos produtores de vinho na província de Tarraconensis (Cervantes, 2020), enquanto o vale do Guadalquivir, localizado na província romana de Baetica, se tornou um importante fornecedor de azeite (Blázquez Martínez, 1980; Blázquez Martínez, Remesal Rodríguez, 1983). Na província da Lusitânia, na região do Algarve, foram registados vários fornos para o fabrico de ânforas, que estão intimamente relacionados com fábricas locais de transformação de peixe, nomeadamente relacionadas com a produção de *garum* (um molho de peixe) e peixe salgado. Também o desenvolvimento da exploração do sal associado às atividades piscatórias permitiu fazer da transformação do peixe uma das indústrias mais importantes para toda a Lusitânia durante a Antiguidade Tardia (Fabião, 2009; Bombico, 2015; Bernardes, Viegas, 2016). A partir do século III, as províncias romanas norte-africanas tornaram-se importantes fornecedores de vinho, azeite e produtos da pesca, como atestam os numerosos achados de ânforas africanas encontradas tanto em naufrágios como em sítios interiores, por vezes juntamente com ânforas lusitanas (Parker, 1992; Bonifay, 2004; Slim *et al.*, 2007; Bombico, 2016).

A este respeito, importa salientar que o conjunto das placas romanas de chumbo para etiquetagem de ânforas, depositadas no Museu de Portimão, apresentam semelhanças, em termos tipológicos e nos motivos representados em relevo, a outras conhecidas (Lequément, 1975; Quevedo, Fernández Díaz, 2020). De igual forma, as assinaturas isotópicas de Pb de seis etiquetas de ânforas correspondem ao campo isotópico dos minérios de chumbo do Norte de África (Gomes *et al.*, 2023). Este resultado reforça o paralelismo que o registo arqueológico

oferece em relação a outros exemplos conhecidos deste tipo de etiquetas, ou seja, todas estas se encontram associadas a ânforas do Norte de África, sendo que provavelmente a maior parte estaria relacionada com o transporte de produtos piscícolas desta proveniência.

Um grupo distinto de etiquetas apresentam inscrições incisas geralmente associadas à transação de produtos têxteis (Hidalgo *et al.*, 2016). O facto de a assinatura isotópica de Pb de uma destas apontar para a Zona de Ossa Morena, indicia um comércio de produtos têxteis no interior da Península Ibérica, em que os rios certamente desempenharam um papel relevante no abastecimento destes bens.

Os conjuntos agora apresentados indicam a relevância do rio Arade enquanto importante eixo de distribuição de produtos manufacturados, inserindo-se numa rede comercial de distribuição de bens que ligava a fachada marítima algarvia às regiões interiores, demonstrando a total integração desta região da Lusitânia na economia do Império romano.

Por último, importa destacar a existência de alguns exemplos de placas de chumbo sem motivos decorativos e, por isso, de cronologia desconhecida, interpretadas como pesos de redes de pesca, bastante semelhantes a outros artefactos pertencentes a coleções romanas do Algarve (Tavares da Silva *et al.*, 1992).

5. Bibliografia

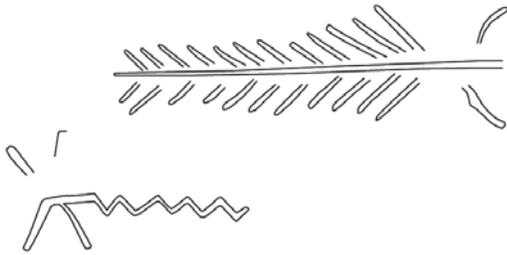
- Alarcão, A. (Dir.) (1997) – *Portugal Romano: A Exploração dos Recursos Naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Arruda, A.M. (2002) – *Fenícios em Portugal: fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Barcelona: Laboratorio de Arqueologia de la Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueologia Mediterránea; 5-6).
- Bernardes, J.P.; Viegas, C. (2016) – “Roman Amphora Production in the Algarve (Southern Portugal)”. In Pinto, I.V.; Almeida, R.R.; Martin, A. (Eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, Archaeopress Series, 81-92.
- Blázquez Martínez, J. M. (Dir.) (1980) – “Producción y comercio del aceite en la antigüedad”. *Primer Congreso Internacional (Madrid, 1978)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Blázquez Martínez, J. M.; Remesal Rodríguez, J. (Dir.) (1983) – “Producción y comercio del aceite en la antigüedad”. *Segundo Congreso Internacional (Sevilla, 1982)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Bode, M.; Hanel, N.; Rothenhöfer, P. (2021) – “Roman lead ingots from Macedonia – the Augustan shipwreck of Comacchio (prov. Ferrara, Italy) and the reinterpretation of its lead ingots’ provenance deduced from lead isotope analysis”. *Archaeol Anthro Sci*, 13:163 <http://doi.org/10.1007/s12520-021-01430-0>
- Bombico, S. (2015) – “Salted Fish Industry in Roman Lusitania: Trade Memories between Oceanus and Mare Nostrum”. In Barata, F. T.; Rocha, J.M. (Eds.) – *Proceedings of 1st International Conference of the UNESCO, Heritages and Memories from the Sea, 14-16 January 2015, Évora, Portugal*, 19–39.
- Bombico, S. (2016) – “Lusitanian Amphorae on Western Mediterranean Shipwrecks: Fragments of Economic History”. In Pinto, I.V.; Almeida, R.R.; Martin, A. (eds) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, Archaeopress Series, 445-460.
- Bonifay, M. (2004) – *Etudes sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. Oxford: BAR International Series, 130.
- Bonifay, M. (2021) – “African amphora contents: an update.” In Bernal-Casasola, D.; Bonifay, M.; Pecci, A.; Leitch, V. (Eds.) – *Roman Amphora Contents: Reflecting on the Maritime Trade of Foodstuffs in Antiquity (In honour of Miguel Beltrán Lloris) Proceedings of the Roman Amphora Contents International Interactive Conference (RACIIC) (Cadiz, 5-7 October 2015)*, 17, Archaeopress, 281-298.
- Botelho, P. (2014-15) – *Gaveto Rua Santa Isabel – Praça Visconde Bivar (Edifício Mabor) Portimão. Intervenção Arqueológica de Minimização de Impacto. Nota Técnica 1 a 5*. AES Arqueologia, Lda.
- Cardoso, G.; Encarnação, J.; Fontes, T.; Santos, R. (2018) – “Etiquetas de chumbo romanas, em Peniche (*Conventus Scallabitanus*)”. *Ficheiro Epigráfico*, 176.

- Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dirs.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Cervantes, Y.P. (2020) – “Wine making in the Iberian Peninsula during the Roman period: archaeology, archaeobotany and biochemical analysis”. In Brun JP, Garnier N, Olcese G (Eds.) – *Making wine in Western-Mediterranean/production and the trade of amphorae: some new data from Italy*, Panel 3.5, Archaeology and Economy in the Ancient World 9 (Heidelberg, Propylaeum 2020), 73-87. <https://doi.org/10.11588/propylaeum.640>
- Delgado Domínguez, A. (2006) – *Catálogo del Museo Minero de Rio Tinto*. Fundación Rio Tinto, Sevilla.
- Diogo, A.M.D.; Cardoso, J.P.; Reiner, F. (2000) – “Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3, 81-118.
- Domergue, C. (2008) – *Les Mines Antiques – La production des métaux aux époques grecque et romaine*. Collection dirigée par Gérard Nicolini, Antiqua, ePicard.
- Domergue, C.; Rico, C. (2014) – “L’approvisionnement en métaux de l’Occident méditerranéen à la fin de la République et sous le Haut-Empire. Flux, routes, organisation”. In Woytek, B. (Ed.) – *Infrastructure and Distribution in Ancient Economies, Proceedings of a conference held at the Austrian Academy of Sciences*, Vienna, 28-31 Oct 2014, 193-252.
- Domergue, C.; Quarati, P.; Nesta, A.; Obejero, G.; Trincherini, P.R. (2012) – “Les isotopes du plomb et l’identification des lingots de plomb romains des mines de Sierra Morena. Questions de méthode: l’exemple des lingotes de l’épave Cabrera 4”. *Pallas*, 90, 243-256. <http://doi.org/10.4000/pallas.989>
- Domergue, C.; Di Vacri, M.L.; Fernández Izquierdo, A.; Ferrante, M.; Nesta, A.; Nisi, S.; Quarati, P.; Rico, C.; Trincherini, P.R. (2016) – “Les lingotes de plomb hispano-romains de Q. Virieus”. *Quad. Preh. Arq. Cast.* 34, 177-196.
- Edmondson, J.C. (1989) – “Mining in the Later Roman Empire and beyond: Continuity or Disruption?”. *The Journal of Roman Studies*, 79, 84-102. <https://doi.org/10.2307/301182>
- Etienne, R.; Mayet, F. (1998) – “Le garum à Pompéi. Production et commerce”. In *Revue des Études Anciennes*. Tome 100, n° 1-2. Centenaire de la revue. 199-215. DOI: <https://doi.org/10.3406/rea.1998.4726>
- Fabião, C. (2009) – “Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, Câmara Municipal Oeiras, 555-594.
- Fabião, C.; Viegas, C.; Freitas, V. T. (2016) – “The Lusitanian Amphorae from the Roman Villa of Vale da Arrancada (Portimão, Algarve, Portugal)”. In Pinto, I.V.; Almeida, R.R.; Martin, A. (Eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, Archaeopress Series, 257-269.
- Fenn, T.R.; Killick, D.J.; Chesley, J.; Magnavita, S.; Ruiz, J. (2009) – “Contacts between West Africa and Roman North Africa: archaeometalurgical results from Kissi, Northeastern Burkina Faso”. In Koté, L.; Breunig, P.; Idé, O.A.; Magnavita, S. (Eds.) – *Crossroads/Carrefour Sahel. Cultural and technological developments in first millenium BC/AD West Africa, Africa magna*. Verlag, Frankfurt am Main, 119-146.
- Fonseca, C. (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do Arade B*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Fonseca, C.; Bettencourt, J.; Almeida, R.; Freitas, V.T., Silva, R.B. (2018) – “Ânforas béticas de um sítio de fundeadoiro e de naufrágio: o caso do Arade B (Portimão, Portugal)”. *Ex Baetica Amphorae*. 17-20 dezembro 2018, Universidade de Sevilla.
- Frei-Stolba (1984) – “Die Bleietiketten von Oberwinterthur-Vitudurum”, *ArchS*, 7, 127-138.
- Freitas, V. T. (2017) – *Intervenção Arqueológica na Casa da N. Sr.ª da Conceição 2015-016*. Gaveto da R. Bispo D. F. Coutinho, R. Dr. Ernesto Cabrita e R. Manuel Lobo, Portimão. Relatório Final. Museu de Portimão.
- Freitas, V.T.; Gonçalves, D.; Tereso, J.; Vaz, F. (no prelo) – “Evidências da ocupação romana no centro de Portimão: o contexto funerário do Jardim 1.º de Dezembro”. *XI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Loulé, 21-23 de Outubro de 2021).
- Freitas, V.T.; Almeida, R. (no prelo) – “Montemar (Praia da Rocha, Portimão). Uma villa romana entre o mar e o rio Arade”. *10.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves, 10-13 Novembro 2022.
- Gomes, M. V. (1993) – “O estabelecimento Fenício-Púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)”. *Estudos Orientais*, IV, 73-107.
- Gomes, M. V.; Beirão, C. M. (1986) – “O Cerro da Rocha Branca (Silves) – resultados preliminares de três campanhas de escavações”. *Actas do IV Congresso do Algarve*. Vol. I, 77-83.
- Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15: 171.
- Hidalgo, L.A.; Bustamante, M.; Bernal, D. (2016) – “Etiquetas comerciales de plomo para textiles en Avgvsta Emerita”. In Ortiz, J.; Alfaro, C.; Turell, L.; Martínez, M.ª J. (Eds.) – *Textiles, Basketry and Dyes in the Ancient Mediterranean World*. Proceedings of the 5th International Symposium on Textiles and Dyes in the Ancient Mediterranean World (Montserrat, 19-22 March, 2014), València: Universitat de València, 221-237.
- Lequément, R. (1975) – «Étiquettes de plomb sur les amphores d’Afrique». In *Mélanges de l’École française de Rome*. Antiquité, tome 87 (2), 667-680.
- Lequément, R. (1976) – «Une épave du Bas-Empire dans la Baie de Pampelonne (presqu’île de Saint Tropez)». *Revue archéologique de Narbonnaise*, IX, 177-188.
- Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb 5*, Câmara Municipal de Silves, 238, fig.10.
- Parker, A. J. (1992) – *Ancient Shipwrecks of the Mediterranean and the Roman Provinces*. Oxford: BAR International Series, 580.
- Quevedo, A.; Fernández-Díaz, A.F. (2020) – “Lead labelling on Roman Amphoras. A Short-lived Fashion?”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 49.2, 238-248.
- Quevedo, A.; Bombico, S. (2016) – “Lusitanian amphora in Carthago Nova (Cartagena, Spain): Distribution and Research Questions. In Pinto, I.V.; Almeida, R.R.; Martin, A. (Eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, Archaeopress Series, 311-322.
- Radman-Livaja, I. (2010) – *Les plombs inscrits de Siscia*, Paris.
- Radman-Livaja, I. (2011) – “Le rôle des étiquettes de plomb dans le travail du textile à Siscia”. In C. Alfaro, J. P. Brun, Ph. Borgard, and R. Pierobon Benoit (Eds.) – *Textiles y tintes en la ciudad antigua* (Nápoles, 13 al 15 de noviembre, 2008), Purpureae Vestes III, Valencia and Naples, 181-196.
- Skaggs, S.; Norman, N.; Garrison, E.; Coleman, D.; Bouhlel, S. (2012) – “Local mining or lead importation in the Roman province of Africa Pro consularis? Lead isotope analysis of curse tablets from Roman Carthage, Tunisia”. *J Archaeol Sci* 39:970-983. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2011.11.015>
- Slim, L.; Bonifay, M.; Piton, J.; Sternberg, M. (2007) – “An example of fish salteries in Africa Proconsularis: the officinae of Neapolis (Nabeul, Tunisia)”. In *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005, BAR, Oxford 2007, 21-44.
- Tavares da Silva, C.; Coelho-Soares, A.; Soares, J. (1987) – “Nota sobre o material anfórico da foz do rio Arade (Portimão)”. *Setúbal Arqueológica*, VIII, 203-221.
- Tavares da Silva, C.; Soares, J.; Coelho-Soares, A. (1992) – “Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89”. *Setúbal Arqueológica*, IX-X, 335-374.
- Teichner, F. (1995) – “Un hallazgo de monedas romanas en el «Mare Externum»”. *Bolletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, 35, 281-288.
- Teichner, F. (1997) – “Note sur le fonds numismatique romain de foz do Rio Arade (Portimão, Portugal)”. *Conimbriga*, 36, 123-160.
- Trincherini, P.R.; Barbem, P.; Quarati, P.; Domergue, C.; Long, L. (2001) – “Where do the lead ingots of the Saintes-maries-de-la-mer wreck come from? Archaeology compared with physics”. *Archaeometry*, 43, 393-406. <https://doi.org/10.1111/1475-4754.00023>
- Veiga, S.P.M.E (1905) – “Antiguidades monumentaes do Algarve”. *O Archeólogo Português*, X, 6-14.
- Viegas, C. (2019) – “A terra sigillata de uma villa algarvia: o caso do Vale da Arrancada (Portimão)”. In Coll Conesa, J. (Ed.) – *OPERA FICTILES. Estudios transversales sobre cerámicas antiguas de la península ibérica*. IV Congreso Internacional de la SECAH – EX OFFICINA HISPANA. Valencia, del 26 al 28 de Abril de 2017. Tomo II. Madrid: Ediciones La Ergástula, 293-312.

K165

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
12,9 x 6,7 x 0,3cm 199gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa

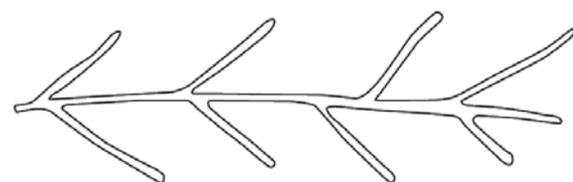
Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de uma folha de palma e motivo ziguezagueante; reverso não decorado. Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K187

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
10,6 x 3,8 x 0,2cm 65gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt

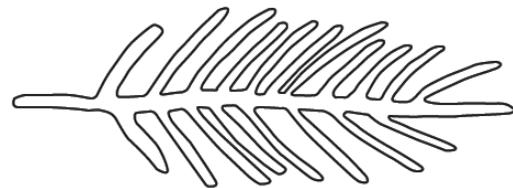
Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de folha de palma; reverso não decorado. A caracterização química desta peça, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, permitiu estabelecer a proveniência do metal na *África Proconsularis* (Tunísia). Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K189

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
8 x 4,5 x 0,3cm 67gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Vidaúl Martins

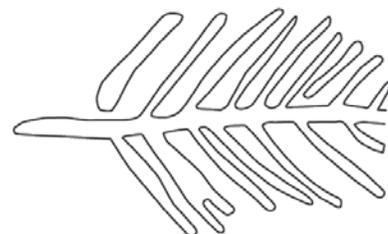
Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de folha de palma; reverso não decorado. Apresenta uma perfuração numa das extremidades, fruto de uma reutilização da peça, eventualmente como peso.



K451

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
7,55 x 5,1 x 0,15cm 87gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt

Fragmento de etiqueta retangular com a representação em alto relevo de folha de palma; reverso não decorado. A caracterização química desta peça, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, permitiu estabelecer a proveniência do metal na *África Proconsularis* (Tunísia). Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K452

Etiqueta para asa de ânfora

Chumbo

Época Romana | Antiguidade Tardia

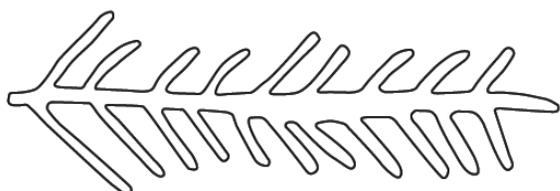
8,9 x 2,8 x 0,1cm 40gr

Desconhecido

José de Sousa;

Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de folha de palma; reverso não decorado.

Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K682

Etiqueta para asa de ânfora

Chumbo

Época Romana | Antiguidade Tardia

9,4 x 5,7 x 0,2cm 107gr

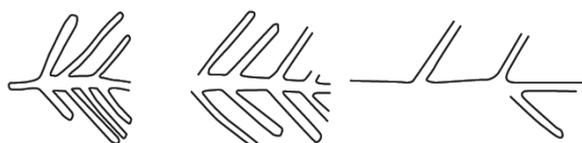
Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de folha de palma; reverso não decorado.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 166, n.º 17.

Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K686

Etiqueta para asa de ânfora

Chumbo

Época Romana | Antiguidade Tardia

6,4 x 3,1 x 0,15cm 25,8gr

Praia dos Careanos (Portimão)

Frank Reinhardt

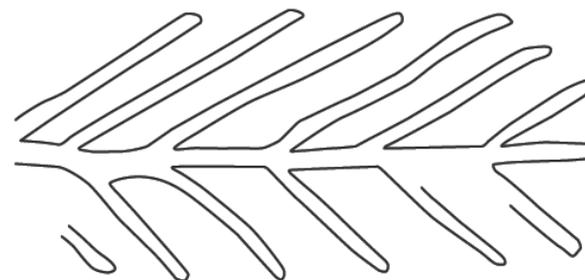
Fragmento de etiqueta retangular com a representação em alto relevo de folha de palma; reverso não decorado.

A caracterização química desta peça, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, permitiu estabelecer a proveniência do metal na *África Proconsularis* (Tunísia).

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 166, n.º 15.

Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.

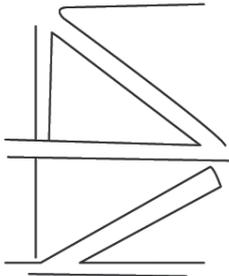
Gomes et al., 2023.



K684

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
4,1 x 3,2 x 0,2cm 22gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa

Fragmento de etiqueta retangular com a representação em alto relevo de folha de palma ou tridente; reverso não decorado. Apresenta uma perfuração na sua zona central, fruto de uma reutilização da peça, eventualmente como peso.
Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dirs.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 166, n.º14.
Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



2000-01/125

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
10 x 5,3cm 102gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
José de Sousa

Etiqueta retangular com a representação em alto-relevo de um tridente; reverso não decorado. Encontra-se depositada no CNANS.



K188

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
11,6 x 4,2 x 0,1cm 83gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa

Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de tridente; reverso não decorado.
A caracterização química desta peça, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, permitiu estabelecer a proveniência do metal na *Africa Proconsularis* (Tunísia).
Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K681

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
10,5 x 4,7 x 0,15cm 82gr
Praia Grande (Lagoa)
Frank Reinhardt

Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de tridente; reverso não decorado.
Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dirs.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 166, n.º 18.
Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K687

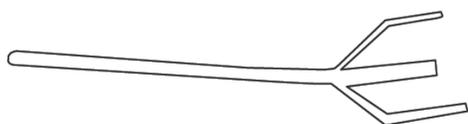
Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
9,5 x 4,9 x 0,15cm 87gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Emanuel Soares

Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de tridente, com os espigões laterais em ângulo; reverso não decorado.

A caracterização química desta peça, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, permitiu estabelecer a proveniência do metal na *África Proconsularis* (Tunísia).

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 166, n.º 19.

Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



Y767

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
9,2 x 5,3 x 0,15cm 76gr
Praia Grande (Lagoa)
Frank Reinhardt

Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de tridente; reverso não decorado.



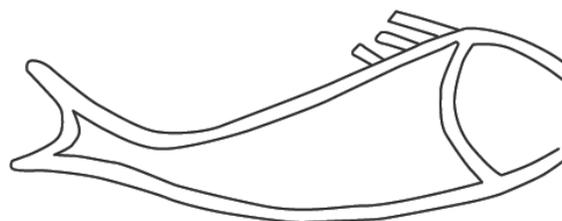
K168

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
8,6 x 4,2 x 0,2cm 64gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa

Fragmento de etiqueta retangular com a representação em alto relevo de um peixe com barbatana dorsal e caudal; reverso não decorado.

A caracterização química desta peça, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, permitiu estabelecer a proveniência do metal na *África Proconsularis* (Tunísia).

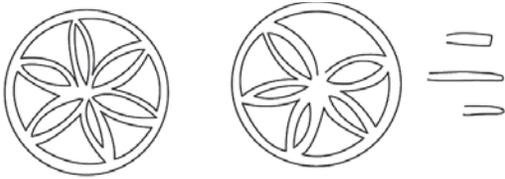
Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K166

Etiqueta para asa de ânfora
 Chumbo
 Época Romana | Antiguidade Tardia
 10,5 x 5,2 x 0,2cm 93gr
 Praia dos Careanos (Portimão)
 José de Sousa

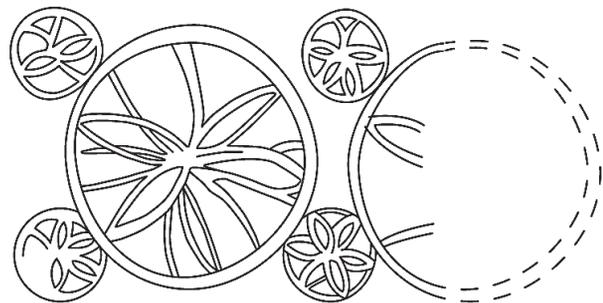
Etiqueta retangular com a representação em alto relevo de dois sexifólios inscritos em círculos, seguidos de três traços horizontais paralelos; reverso não decorado.
 Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K685

Etiqueta para asa de ânfora
 Chumbo
 Época Romana | Antiguidade Tardia
 7,3 x 5,2 x 0,25cm 81gr
 Praia dos Careanos (Portimão)
 Emanuel Soares

Fragmento de etiqueta retangular com a representação em alto relevo de dois sexifólios inscritos em círculos, rodeados por outros quatro de menores dimensões; reverso não decorado.
 A caracterização química desta peça, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, permitiu estabelecer a proveniência do metal na costa portuguesa e/ou Catalunha, França, Grã-Bretanha.
 Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 166, n.º 21.
 Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K683

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
10,1 x 6 x 0,2cm 85gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa

Etiqueta retangular com inscrição epigráfica, sendo que o estado de conservação da peça dificulta a sua leitura; apresenta um possível motivo iconográfico esbatido, sugerindo a presença da folha de palma, através de um traço horizontal entre as duas linhas inscritas, e ainda alguns traços semicirculares à esquerda, que poderão corresponder à estilização de uma coroa de louros; reverso não decorado.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 166, n.º 20.



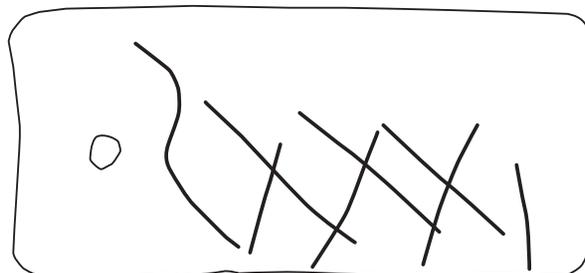
∨ ^ ∨ ∩ 2

—
JIV

W073

Etiqueta
Chumbo
Época Romana
4,2 x 2 x 0,1cm 10,5gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa

Placa retangular com os limites bem recortados e pequeno orifício de apreensão (2mm) de forma circular realizado ainda com o metal não totalmente arrefecido, centrado junto de um dos lados. Apresenta numa das suas faces uma inscrição numeral: [?]XXXI. Os traços inscritos apresentam rebordo, indicando a realização da inscrição ainda com o metal não totalmente arrefecido.

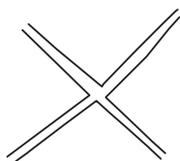


H190

Etiqueta para asa de ânfora
Chumbo
Época Romana | Antiguidade Tardia
3,9 x 3,3 x 0,15cm 24gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Emanuel Soares

Fragmento de etiqueta retangular com a representação em alto relevo de um X; reverso não decorado.

Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – "An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)". *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 2.



K280

Etiqueta

Chumbo

Época Romana

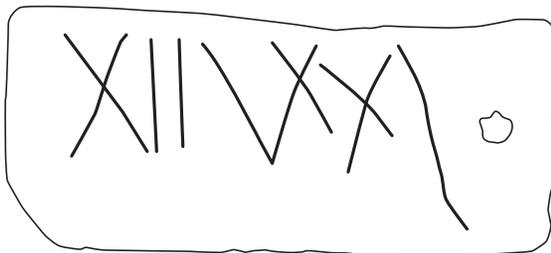
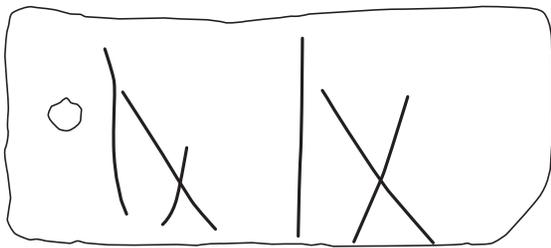
4,6 x 2 x 0,1cm 7gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Placa retangular com os limites bem recortados e pequeno orifício de prensão de forma circular (3mm) realizado ainda com o metal não totalmente arrefecido, centrado junto de um dos lados. Apresenta nas duas faces inscrições numerais; no anverso lê-se IX I X, no reverso a inscrição é de difícil interpretação: XIIVXXI. Os traços inscritos apresentam rebordo, indicando a realização da inscrição ainda com o metal não totalmente arrefecido.

Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 3.


K281

Etiqueta

Chumbo

Época Romana

5,1 x 1,9 x 0,1cm 5gr

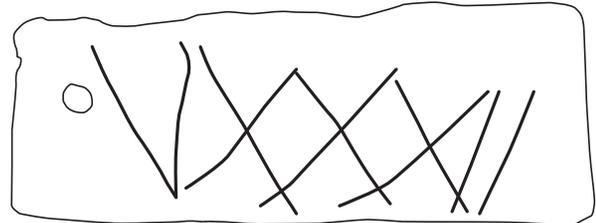
Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Placa retangular com os limites bem recortados, à exceção do topo que se apresenta irregular, e pequeno orifício de prensão de forma circular (2mm) realizado ainda com o metal não totalmente arrefecido, ligeiramente descentrado junto de um dos lados. Apresenta numa das suas faces uma inscrição numeral: VXXXII,

Os traços inscritos apresentam rebordo, indicando a realização da inscrição ainda com o metal não totalmente arrefecido.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 166, n.º 16.



K282

Etiqueta

Chumbo

Época Romana

3,2 x 1,6 x 0,5cm 3gr

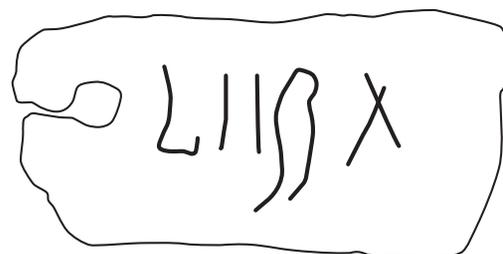
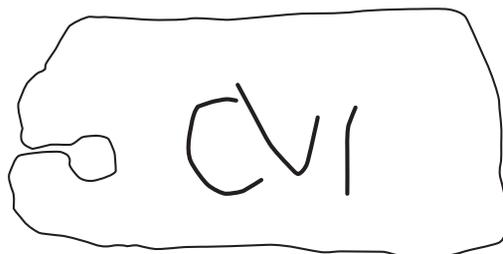
Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Placa retangular com os limites bem recortados, exceto no lado com a perfuração devido ao seu estado fragmentário, e pequeno orifício de prensão de forma circular (3mm) realizado ainda com o metal não totalmente arrefecido e ligeiramente descentrado junto de um dos lados. É visível uma fratura desde o orifício e o limite mais próximo. Apresenta nas duas faces inscrições bem marcadas; no anverso lê-se CVI, e no reverso LII SS X. Os traços inscritos apresentam rebordo, indicando a realização da inscrição ainda com o metal não totalmente arrefecido.

A caracterização química desta peça, nomeadamente a análise dos isótopos do chumbo, permitiu estabelecer a proveniência do metal na Península Ibérica, mais concretamente na zona de Ossa-Morena.

Gomes, S.S.; Valério, P.; Freitas, V.T.; Fabião, C.; Soares, A.M.; Araujo, M.F. (2023) – “An insight from the sea: provenance studies on Roman lead artefacts from the Arade River, Portimão (Portugal)”. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 15, Fig. 3.



Comércio portuário em época romana

Carlos Pereira¹

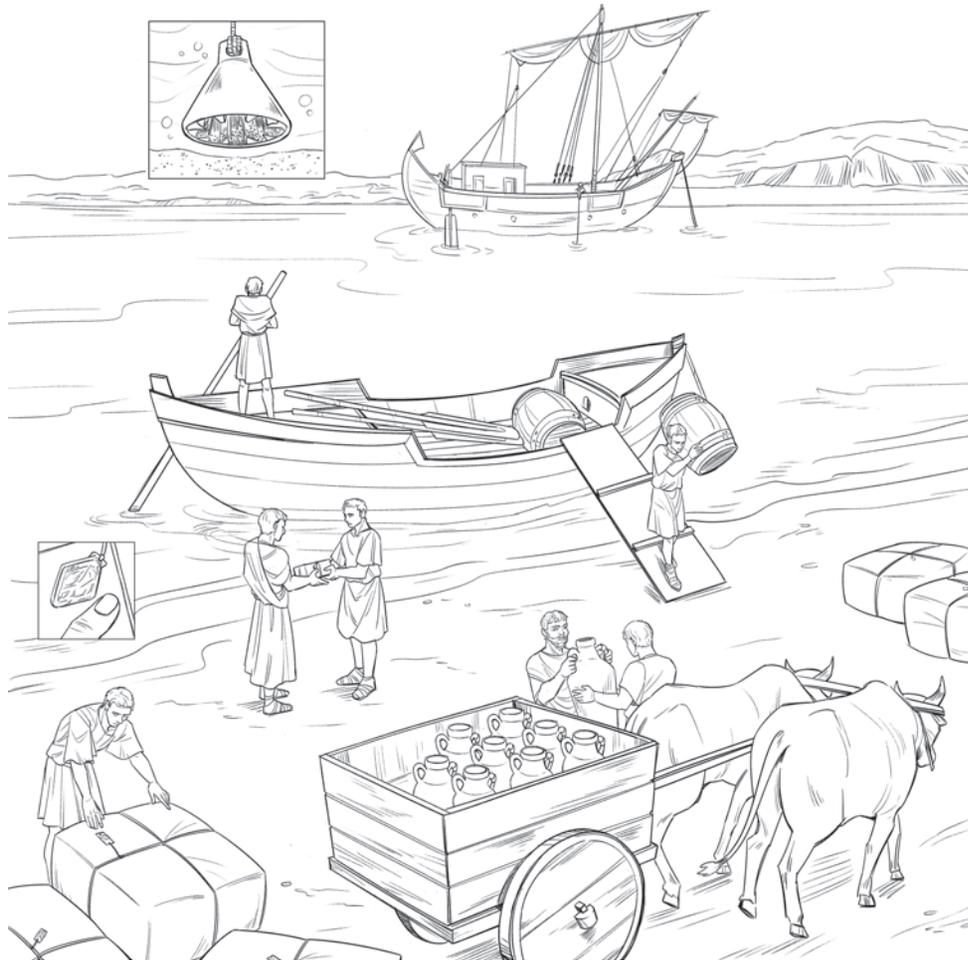
O comércio na Época romana foi a base de uma economia sólida que permitiu a expansão de um vasto Império. Comerciava-se todo o tipo de bens, desde alimentos vegetais e animais, têxteis, joalharia, mobiliário e mármore. Estes circularam abundantemente dentro do Império, entre as várias províncias, tendo inclusive alcançado outras geografias mais distantes, como foi o caso da África ou da Ásia.

A actividade comercial durante o Império Romano estava sustentada pela existência abundante de numerário (moedas) e de sistemas de crédito que garantiam as transacções. No entanto, outros factores foram essenciais para o desenvolvimento das actividades comerciais, como é o caso de uma ampla rede de vias terrestres, fluviais e marítimas. Neste âmbito ganham particular relevância os portos, uma vez que o transporte por mar e rios era mais rentável.

A abundante recolha de artefactos romanos no leito do rio Arade e os diversos testemunhos de ocupações romanas nas suas margens demonstram que terá existido uma intensa

actividade portuária na foz deste rio. Com efeito, as fontes literárias antigas referem a existência de portos marítimos para a região algarvia, situação que tem permitido a sugestão de que o de Portimão se corresponda com o porto denominado *Portus Hannibalis*.

Com independência do seu nome na Antiguidade, seguramente que o porto romano de Portimão estava vocacionado para receber embarcações de pequeno e médio porte oriundas, as segundas, das mais variadas regiões costeiras do Mediterrâneo. Embora saibamos que a região do Algarve manteve uma estreita relação comercial com a província da Bética, genericamente correspondente ao Sul de Espanha, as evidências arqueológicas da região atestam igualmente a importação de produtos da Itália, da costa ocidental e do Sul da França, do Norte de África e, em menor quantidade, da Grécia. Mas os portos não eram unicamente a porta de entrada e saída de bens e produtos. Por eles também circularam pessoas, ideias e modas que se generalizaram por todo o Império romano.



Reconstituição de uma operação de transbordo de mercadorias (destaque para as ânforas rotuladas com etiquetas de chumbo aplicadas nas asas ou os selos utilizados no comércio de têxteis e outras embalagens) de uma embarcação para um batel e posterior desembarque na margem do rio Arade. Em cima, pormenor do uso da sonda náutica.

¹ Univ. Complutense de Madrid

Y802

Selo com sinete

Chumbo

Época Romana

1,8 x 1,5 x 0,5cm 4gr

Depósito de dragados de Portimão

Frank Reinhardt

Selo romano com calque da Deusa *Providentia* ou *Aequitas*.

Os selos romanos realizados com chumbo foram frequentes durante o alto-império, utilizados para selar embalagens de objectos e mercadorias. Outras matérias foram utilizadas para lacrar os envios a realizar, como é o caso da cera ou da cerâmica.

A tipologia do selo delata geralmente o volume e a técnica utilizada para selar a embalagem enviada. Neste caso concreto parece evidente que o selo foi aplicado sobre atilhos de pequena dimensão, correspondentes às extremidades das amarras da embalagem ou do saco. Pela dimensão do selo é improvável que fosse de grande dimensão. Embora se conheçam bem as caixas de selo utilizadas para selar correspondência, não se descarta aqui essa possibilidade.

O selo era realizado com o metal em estado líquido ou semilíquido, vertido para um receptáculo onde previamente se colocavam os extremos do atilho, sendo depois marcado com sinetes de ferro ou de cobre/bronze. Esta peça conserva o relevo do sinete, podendo tratar-se de uma representação da *Providentia* ou da *Aequitas*. A figura é nítida e vê-se claramente que porta uma cornucópia na mão esquerda, mas é difícil identificar o atributo que conserva na mão direita.

**Y817**

Selo

Chumbo

Época Romana

1,5 x 1 x 0,2cm 2gr

Praia do Branquinho (Lagoa)

Nuno Alves

Selo em forma de losango, de chumbo, conservando as rebarbas em redor da peça, detalhe que indica que foi realizado em molde. A forma deste selo é pouco frequente. Está marcado nas duas faces, conservando-se numa delas uma ave de difícil identificação da espécie, e na outra o que parecem ser três figuras estilizadas ou objectos na vertical.

**Y803**

Selo com sinete

Chumbo

Época Romana

1,4 x 1,3 x 0,55cm 2gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Selo romano com calque do Deus Hércules. É visível que na mão esquerda segura na pele de leão, não sendo nítido o atributo que tem na mão direita, eventualmente segurando a clava.

Neste caso, é possível ver com relativo detalhe os orifícios onde estavam as extremidades do atilho, conservando ainda restos orgânicos.



K157

Sonda náutica

Chumbo

Época Romana

Ø14,5 x 17,5cm 4843gr

Praia dos Careanos (Portimão)

Rui Franco

A sonda apresenta uma forma campanular, sendo encimada por um botão de prensão achatado e com uma perfuração, que se encontra dobrado lateralmente, o arganém onde passaria o cabo para suspensão. O contorno da base é irregular devido às acções mecânicas a que esteve sujeito. O seu interior vazado possui cinco nervuras salientes, desenvolvendo-se radialmente a partir da face interna da bordadura, e em cada zona entre estas encontra-se uma protuberância de tendência circular. Estes elementos facilitavam a fixação de uma substância resinosa ou sebo e que permitia a agregação de uma amostra do leito do rio.



Entre o início do 3.º e o final do 2.º milénio a.n.e.: Intercâmbio portuário no Calcolítico e na Idade do Bronze

Rui Parreira¹

A envolvente territorial da Baía de Lagos configura um vasto anfiteatro natural aberto a sul ao mar, abrigado a norte e noroeste pelas serranias de Monchique e de Espinhaço de Cão, e drenado de norte para sul, entre as serranias e a baía, pelas bacias hidrográficas das ribeiras de Bensafrim (que desemboca junto a Lagos), da Torre, Farelo, Arão e Odiáxere (que desembocam na Ria de Alvor) e do Rio Arade, cujo tramo final recebe as subsidiárias Ribeira de Odelouca e Ribeira de Boina (e desagua no lado oriental da baía, junto a Portimão).

Há 6500 anos, em consequência do máximo alcançado pela progressiva subida das águas do mar entre o 10.º e o 5.º milénio anterior à nossa era (seguidamente abreviado para a.n.e.), os estuários destes cursos de água formaram rias que penetravam terra adentro (cf. p. ex. Arteaga *et al.*, 1987; Hoffmann, 1987; Kunst e Trindade, 1990; Arteaga e Hoffmann, 1999). As áreas estuarinas apresentavam-se como angras recuadas e as rias constituíam importantes áreas de aprovisionamento de recursos alimentares e vias de comunicação e de transporte de bens e de gentes. O Rio Arade (atrás do Guadiana, ainda hoje o curso de água mais caudaloso de todo o Algarve) constituiu assim, ao longo de toda a pré-história pós-glaciária, uma via de comunicação de enorme importância entre as terras do interior e a orla litoral.

Entre a serra e o mar, o troço navegável da bacia fluvial do rio Arade, até Silves, e o seu *hinterland* foram parcialmente cartografados e publicados em diversos estudos, que consistem, sobretudo, num elenco de sítios e na atribuição cultural e cronológica com base na tipologia dos achados e estruturas e seus paralelos do Algarve, do Alentejo e da Andaluzia.

No quadro de um projeto de estudo geoarqueológico da bacia do Arade entre a foz e Silves, desenvolvido no final da década de 1980 numa parceria entre o Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, o então Serviço Regional de Arqueologia do Sul e o Instituto de Geociências da Universidade de Kiel (sob a direção científica de, respetivamente, Michael Kunst, Rui Parreira e Gerd Hoffmann), procedeu-se à localização cartográfica de cerca de centena e meia de sítios arqueológicos a partir da bibliografia e encontrados em prospeção seletiva, bem como a sondagens manuais com extração de tarolos para registo das sequências sedimentares holocénicas. Por circunstâncias várias, e tal como num outro projeto coetâneo de estudo geoarqueológico do baixo Guadiana (Kunst, 1990) as amostras sedimentares obtidas não puderam ser analisadas

em laboratório, inviabilizando que se alcançassem os objetivos finais do projeto. Mas, na continuidade desse projeto, Elena Morán pôde examinar os dados resultantes da cartografia dos sítios arqueológicos e propor à Tutela um novo projeto de investigação, apresentando em 2001 os traços gerais do povoamento antigo em torno da bacia fluvial do baixo Arade e a sua transformação desde o 6.º milénio a.n.e. (Morán, 2003).

Entre o início do 3.º e o final do 2.º milénio a.n.e., o Algarve integrava um complexo civilizacional que abrangia todo o arco atlântico-mediterrânico da Península Ibérica. Os vestígios arqueológicos dão sinal de uma organização social complexa, em que alguns indivíduos se destacavam, controlando a produção e a circulação de produtos. Alguns materiais, pouco comuns, transitavam a longas distâncias mercê de uma vasta rede de intercâmbio suprarregional, por via marítima e fluvial – marfim, âmbar, minerais, rochas raras... – sendo trocados por produtos locais – como os lingotes de cobre – e usados no fabrico de ferramentas, mas também de adornos corporais e armas, com que alguns indivíduos se exibiam socialmente.

No 3.º milénio a.n.e., o controlo do território, a organização do trabalho e a repartição dos proveitos eram controlados a partir de extensos assentamentos (que chegam a alcançar dezenas de hectares) (Arteaga, 2000; Nocete, 2001; Nocete *et al.* 2005; Kunst, 2021). A afirmação hegemónica destes centros de poder sobre um território subordinado, com comunidades estabelecidas em diversos núcleos habitacionais de menor dimensão e mais especializados no aproveitamento e exploração de recursos específicos, inaugura uma forma primitiva de estado.

Na envolvente da Baía de Lagos, em que se integram as terras do baixo Arade, identifica-se no 3.º milénio a.n.e. uma entidade política que dominava todo o território (Morán, 2018). As elites estabelecidas no centro de poder em Alcalar controlavam a produção agrícola, pastoril e mariscadora-pesqueira, a atividade minero-metalúrgica – que se manifesta agora pela primeira vez – e a circulação e uso de matérias e objetos. Essas elites promoviam-se através do consumo de produtos de uso restrito e da manipulação de objetos litúrgicos e de imagens portáteis, como o betilo cilíndrico [Y823], produto ideológico relativamente frequente nos contextos calcolíticos do Sul peninsular (Bueno e Soler, 2021).

¹ GAMP

Bibliografia

Arteaga, O. (2000) – “El proceso histórico en el territorio argárico de Fuente Álamo: la ruptura del paradigma del sudeste desde la perspectiva atlántica-mediterránea del Extremo Occidente”. In SCHUBART, H. et al., (Eds.) – *Fuente Álamo: Las excavaciones arqueológicas 1977-1991 en el poblado de la Edad del Bronce*. Sevilla: Junta de Andalucía, 117-143.

Arteaga, O.; Hoffmann, G. (1999) – “Dialéctica del proceso natural y sociohistórico en las costas mediterráneas de Andalucía”. *Revista Atlántico-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, Cádiz, 2, 13-121.

Arteaga, O.; Hoffmann, G.; Schubart, H.; Schulz, H. D. (1987) – Investigaciones geológicas y arqueológicas sobre los cambios de la línea costera en el litoral de la Andalucía Mediterránea. *Anuario Arqueológico De Andalucía*, Sevilla, II [1985], 117-121.

Bueno Ramírez, P.; Soler Díaz, J. A., (Eds.) (2021) – *Ídolos. Olhares Milenares: O Estado da Arte em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional.

Hoffmann, G. (1987) – *Holozänstratigraphie und Küstenlinienverlagerung an der andalusischen Mittelmeerküste*. Bremen [Berichte aus dem Fachbereich Geowissenschaften der Universität Bremen, 2].

Kunst, M. (1990) – “Sizandro and Guadiana Rivers: A comparison as example of the interdependence between the development of settlement and the natural environment”. In GAMITO, T. J., (Ed.) – *Arqueología Hoje, I, Etno-Arqueología*. Faro: Universidade do Algarve, 118-131.

Kunst, M. (2021) – “The Chalcolithic of the Iberian Peninsula: Investigation without Cultures? Fortifications, Complexity, Social Evolution and the State. Some Notes on the History and the Current State of Research. In Kunst, M.; Steiniger, D., (Eds.) – *Settlement Structures and Metallurgy: The Relations between Italy and the Iberian Peninsula in the Early Chalcolithic. Papers of an International Conference held in Rome, Museo Nazionale Romano – Palazzo Massimo, 6-7 October 2011*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag/DAInst [Palilia, 33], 121-168.

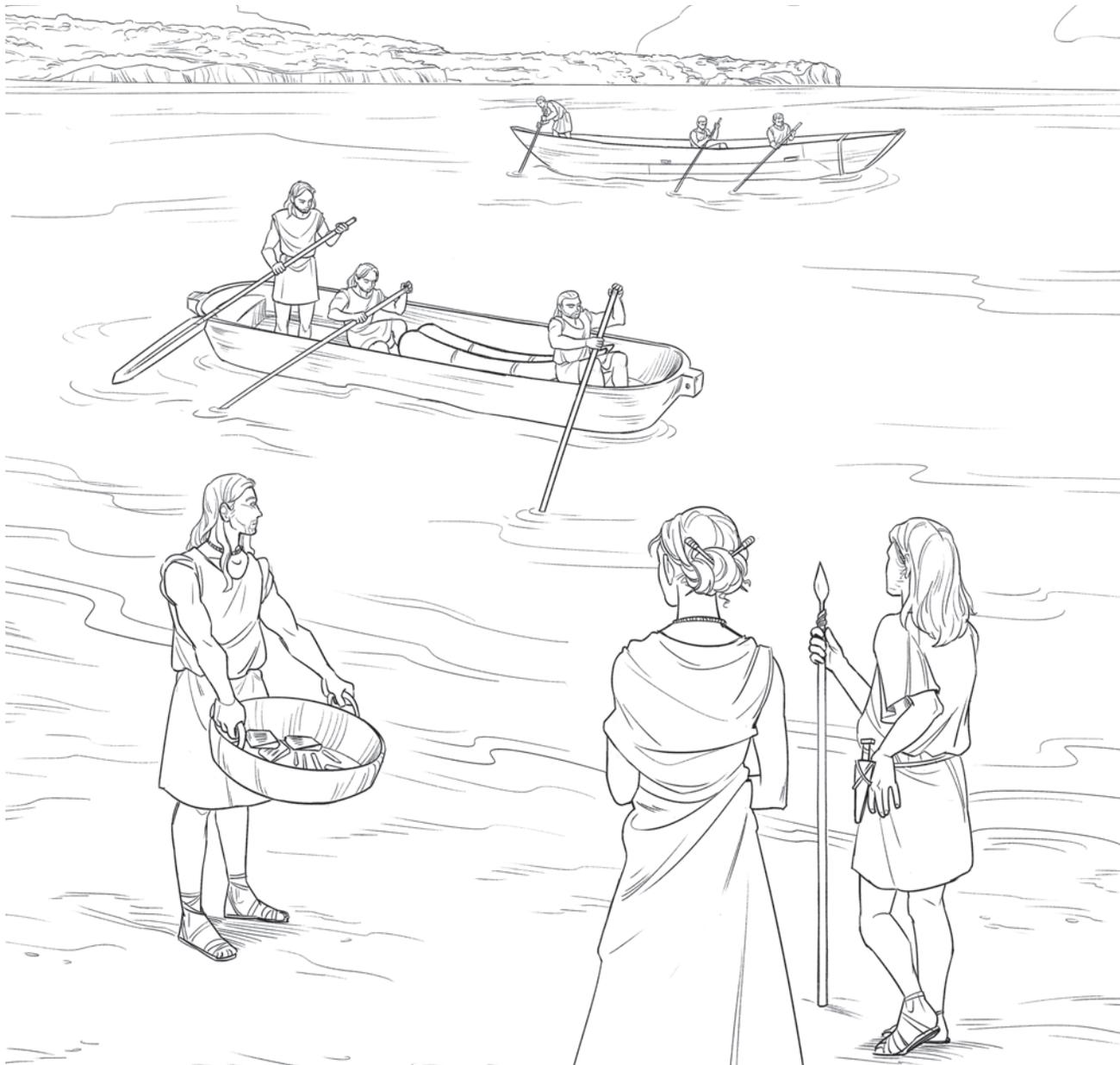
Kunst, M.; Trindade, L. (1990) – “Zur Besiedlung des Sizandrotals: Ergebnisse aus der Küstenforschung”. *Madrider Mitteilungen*, Mainz, 31, 34-82.

Morán, E. (2003) – “Projecto Arade: Balanço dos resultados e perspectivas de trabalho”. *Xelb*, 4, Câmara Municipal de Silves, 325-333.

Morán Hernández, M. E. (2018) – *El asentamiento prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal): La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el Tercer milenio a.n.e*. Lisboa: Uniarq/FLUL [Estudos & Memórias, 12]

Nocete, F. (2001) – *Tercer milenio antes de nuestra era: Relaciones y contradicciones centro/periferia en el Valle del Guadalquivir*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.

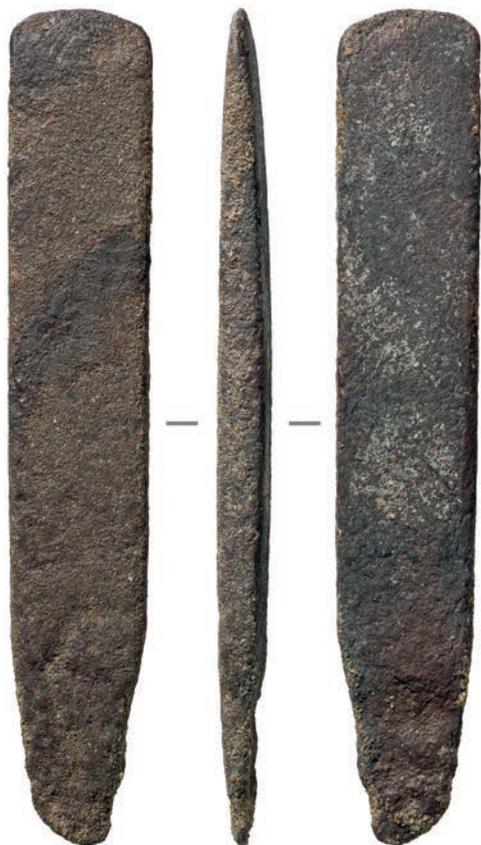
Nocete, F.; Sáez, R.; Nieto, J. M.; Cruz, R.; Cabrero, R.; Alex, E.; Bayona, M. R. (2005) – “Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millennium B.C.: an expression of a core/periphery framework”. *Journal of Anthropological Archaeology*, 24, 62-81.



Reconstituição do intercambio comercial de marfim, âmbar e minerais provenientes, por via marítima e fluvial, de longas distâncias, por produtos locais, como os lingotes de cobre.

K446

Goiva / Lingote
Liga de cobre
Calcolítico (III milénio a.C.)
13,6 x 2,3 x 0,8cm 149gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Frank Reinhardt
Goiva de base cobre, de secção retangular, bordos retilíneos paralelos e gume convexo.



Y775

Cinzel
Liga de Cobre
Calcolítico final / Bronze pleno (III / II milénio a.C.)
10,5 x 0,7 x 0,7cm 30gr
Praia Grande (Lagoa)
Frank Reinhardt
Cinzel alongado, com secção quadrangular mais espessa na parte central, bordos retilíneos paralelos, flancos ligeiramente curvados e gume convexo
Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig.5.



Y822

Goiva / Lingote
Liga de cobre
Calcolítico (III milénio a.C.)
7,9 x 0,8 x 0,4cm 12gr
Praia dos Careanos (Portimão)
António Costa
Goiva de base cobre, de secção retangular, bordos retilíneos paralelos e gume convexo.



Y834

Machado
Liga de Cobre
Calcolítico (III milénio a.C.)
10,6 x 4,8 x 2,6cm 264gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Rui Franco
Machado plano de cobre, de forma trapezoidal, com bordos retilíneos divergentes e gume convexo.



Y823

Betilo cilíndrico

Calcário

Calcolítico (III milénio a.C.)

Ø4,7 x 6,9cm 220gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

José de Sousa

Fragmento de betilo cilíndrico, liso, em calcário marmoreado.



Defender e vigiar o porto



Guerra e fortificação na foz do Arade nas épocas medieval e moderna

André Teixeira¹, Joana Bento Torres², Cristóvão Fonseca³

O rio Arade na Idade Média: entre muçulmanos e cristãos

Durante o domínio islâmico no território atualmente português, o grande aglomerado urbano do Barlavento algarvio era Silves, denominada *Xelb*. Situada na margem direita do rio Arade, a cerca de 12 km da foz, possuía um imponente sistema defensivo. Este incluía as muralhas da alcáçova e da medina, mas também cercas em torno dos dois arrabaldes ocidental e oriental, a que se terá juntado uma outra em época tardia, alargando este último recinto, a par da couraça, que conectava ao rio (Gomes, 2011: 324-331; Gonçalves, 2013).

Já o dispositivo fortificado da foz do rio era muito escasso. A defesa da região assentava nas frotas muçulmanas, em desenvolvimento a partir do século XI e com arsenal em Silves (Picard, 1997: 32, 68, 143; Picard, 2001: 11-13). Destaque, contudo, para a fortificação do aglomerado populacional de Estômbar, que controlava não apenas o curso do Arade, mas também o espaço portuário da Mexilhoeira da Carregaçom (Gomes, 2002: 118). Mais modestos e excêntricos eram os pequenos castelos (*husun*) de Belinho e de Alvor. O primeiro, situado junto à ribeira de Boina mas com grande alcance visual, controlaria a circulação através do espaço hoje denominado Porto de Lagos, sendo também local de refúgio para a população agrícola circundante (Gomes, 2002: 122). Noutra interpretação, seria uma “residência aristocrática, inspirada na arquitetura militar”, hipótese menos consistente, dada a robustez dos muros perimetrais, a escassez de estruturas interiores registadas e de espólio condicente com aquele estatuto social (Gomes e Gomes, 2013). Já o segundo protegia o pequeno núcleo piscatório da foz das ribeiras de Arão, Farelo e Alvor, bem como a circulação neste complexo fluvial (Gomes, 2002: 130).

Não se conhecem grandes eventos bélicos no rio Arade durante o domínio de dinastias islâmicas na região. A exceção é o combate ocorrido no ano de 966, quando uma frota normanda atacou o Algarve, levando à intervenção da esquadra do califado omíada de Córdova, saída de Sevilha. O embate ocorreu no “rio de Silves”, sem que se conheçam mais pormenores ou quaisquer achados com ele relacionados (Lirola, 1993: 257-261).

A partir do século XII, o Algarve passou a sofrer a ação das frotas cristãs (Guerreiro, 2001: 39). Em 1189, deu-se a conquista de Silves por forças portuguesas, comandadas pelo próprio monarca D. Sancho I, apoiadas por cruzados que se dirigiam para a Palestina. Um primeiro acometimento

naval levou à conquista do castelo de Alvor, seguindo-se nova incursão semanas depois, com cerco e tomada da cidade. Nesta ocasião a frota entrou “no porto de Silves”, fundeando “não longe do mar”, possivelmente junto ao ilhéu do Rosário, seguindo a partir daí em batéis (Lopes e Matos, 1999: 184, 186, 234). Terá sido escoltada nas margens pela cavalaria portuguesa (Henriques, 2010: 33). Deste episódio retém-se, por um lado, a importância do castelo de Alvor na defesa marítima do território. Por outro, que a cidade de Silves mantinha função portuária, pois embora o transbordo para batéis dos atacantes sugira constrangimentos à navegação, a verdade é que estes queimaram galés e naus inimigas que estavam atracadas junto às muralhas da cidade (Lopes e Matos, 1999: 192), pelo que embarcações de maior porte poderiam fazer o trajeto, mesmo que com dificuldade. Por fim, mostra-se que as frotas serviam então sobretudo como meio de transporte, evitando também reabastecimentos aos sitiados, não se constituindo propriamente como uma força de combate (Duarte, 2003: 328).

A conquista de Silves levou ao domínio português no Barlavento algarvio, com a ocupação de várias fortificações da região (Henriques, 2010: 43-44), incluindo, portanto, o próprio rio Arade. Foi, contudo, efémero. Em 1190, as forças muçulmanas almóadas tentaram recuperar a cidade, conseguindo-o no ano seguinte, fazendo uso da sua potente frota. O período de domínio desta dinastia parece, aliás, ter sido de grande fulgor das atividades marítimas na região, com grande dinamismo do porto e do comércio, beneficiando da instalação de elites ricas e poderosas (Picard, 1997: 78, 90-91).

A integração definitiva do Arade em território português foi mais tardia. Em 1238, através de uma incursão terrestre desde o Alentejo, a hoste da Ordem de Santiago conquistou os castelos de Estômbar e Alvor, fustigando a partir deles o território de Silves. Não há notícias de qualquer ação naval. O poder islâmico logrou, porém, permutar aquelas praças pela de Cacela, recuperando assim o rico território em torno do Arade. No entanto, em 1240 a cidade acabou por cair às mãos dos cavaleiros de Santiago, mais uma vez sem qualquer meio naval assinalável na contenda. Pelo contrário, nove anos depois, aquando da queda dos últimos redutos marítimos do Algarve muçulmano, a frota portuguesa teve efetivamente um papel relevante (Henriques, 2010: 65-66, 71-74).

A conquista cristã do Algarve não implicou uma revisão do paradigma militar do Arade. O essencial da estrutura defensiva continuou a centrar-se em Silves. De facto, se o Barlavento algarvio terá sido excluído da gigantesca campanha de obras em fortificações do reinado de D. Dinis – concentrada

¹ Departamento de História, CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa, andreteixeira@fcsch.unl.pt

² CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa; joanabtorres@gmail.com

³ CHAM – FCSH, Univ. NOVA de Lisboa; cristovao Fonseca@fcsch.unl.pt

na fronteira terrestre –, este castelo recebeu obras de melhoramento e atualização tecnológica no século XIV (Monteiro, 1999: 136; Barroca, 2003: 118-119). Data também desta época a criação da marinha de guerra portuguesa. No início do século XIV, as suas galés já atuavam entre o Algarve e o Norte de África, procurando afastar das suas fronteiras a navegação muçulmana e interferir nos mares do Estreito de Gibraltar (Guerreiro, 2001: 40). A ação naval portuguesa incrementou-se muito na segunda metade de Trezentos, nomeadamente nas lutas contra Castela, embora nem sempre com grandes resultados (Duarte, 2003: 326-346). Veio a alcançá-los em 1415, com a conquista de Ceuta, dando início à presença portuguesa no Norte de África.

Naturalmente que os achados arqueológicos desta época na foz do rio Arade são escassos. Trata-se de um espaço que era usado para a navegação de forma mais ou menos intensa, mas o assentamento na costa era muito esparso. Ainda assim, destaque-se a descoberta de elementos de armamento defensivo e ofensivo baixo-medievais, porventura arrojados ao rio inadvertidamente, ou resultado de algum recontro militar de que não temos relato escrito. São disso exemplo um fragmento de cota de malha (C243), ou uma espada de guardas retas, como discoide e lâmina larga atribuída aos séculos XIII-XIV, eventualmente atingindo a centúria seguinte (v. Fonseca *et al.*, *Navegar, fundear e naufragar no rio Arade*, nesta publicação: Fig.6; Fonseca, 2015: 114-119). Avulta, porém, a ausência de projéteis de arco ou de besta, o armamento mais comum à época.

A protecção da barra do Arade: fundação de Portimão

O sistema defensivo da foz do Arade alterou-se profundamente no último quartel do século XV, já que a fundação de Vila Nova de Portimão implicou a imediata construção de uma cerca urbana. Esta constituiu-se não apenas como um momento de viragem no dispositivo defensivo da foz do rio, mas como uma profunda transformação na visão da Coroa portuguesa para o povoamento do Algarve e do sistema de navegação no chamado golfo ibero-marroquino (na conceção de Vanney e Ménanteau, 2004).

Com efeito, várias razões nos levam a afirmar que a criação da vila em 1470 revela um projeto prioritário do final do reinado de D. Afonso V, que teve perfeita continuidade nos soberanos que lhe sucederam. A consolidação de um núcleo urbano na foz do Arade, com características que assegurassem a defesa desta importante posição, foi claramente um objectivo perseguido no Portugal da viragem do século XV para o XVI, fosse pela urgência de controlo da foz deste rio, fosse por uma aposta na redefinição do sistema portuário algarvio, como se veio a verificar ao longo da época moderna.

Assim, em primeiro lugar, parece-nos que esta afirmação de Portimão como núcleo urbano está intimamente ligada ao apogeu da expansão portuguesa no Norte de África. Recorde-se que, em 1471, o rei D. Afonso V alcançou uma das maiores vitórias portuguesas em Marrocos, ao conquistar Arzila e forçar a entrega de Tânger. Na sequência, o rei de Fez, abraços com uma profunda crise interna, assinou um tratado de paz com o soberano português, reconhecendo-lhe os direitos sobre as cidades conquistadas e seus termos, desistindo de dominar a parte setentrional do território, pelo menos a prazo. Na sequência, D. Afonso V assumiu um novo título, o de rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além-mar em África; ou seja, além do Algarve português, este monarca assumiu-se como rei da parte mais a norte de Marrocos, denominada

justamente como *Gharb* (Teixeira, no prelo). Era, pois, um projeto de domínio das duas franjas do golfo ibero-marroquino, para o qual era imperioso assegurar bons portos que permitissem fácil circulação.

Como nota, registre-se que a armada que transportou o monarca vitorioso a Portugal desta expedição ao Norte de África fez escala “no porto da cidade de Silves”, antes de seguir por mar para Lisboa (Pina, 1902: 67-68). Não é claro se o cronista se refere à própria cidade de Silves, ou ao seu porto, querendo neste caso mencionar a barra do Arade. O que é certo é que D. Afonso V passou por aqui, sendo tentador pensar que terá observado, juntamente com os membros da Corte que com ele seguiam, a configuração estratégica da foz deste rio e a total desproteção face a possíveis ataques.

De facto, em segundo lugar, é importante referir que, na segunda metade do século XV, foram instituídas apenas quatro vilas em todo o país, sendo uma delas precisamente Vila Nova de Portimão, em 1470 (Dias, 1996: 180). É, pois, clara a prioridade de urbanização deste espaço. Aliás, procurando acelerar o processo de povoamento, D. Afonso V criou aqui, em 1478, um couto de homiziados, mecanismo pelo qual a Coroa perdoava crimes cometidos aos indivíduos que aceitassem fixar-se num determinado local, geralmente espaços que se pretendia povoar, nomeadamente para assegurar a integridade territorial do país. Na carta de criação do couto de Portimão, a chancelaria régia registou que o seu fito, tal como o de criação da própria vila, era a defesa do Algarve, assinalando a ameaça que pairava sobre os seus habitantes de ataque de navios inimigos, face à ausência de fortificações (Moreno, 1986: 93, 125). Além da foz do Arade, este expediente foi então apenas utilizado no Algarve nas vilas fronteiriças com a Andaluzia (Silva, 2021: 193).

A necessidade de estimular o povoamento e, conseqüentemente, a fortificação das zonas costeiras foi indubitavelmente uma preocupação dos monarcas portugueses. A separação de Alvor do termo de Silves, em 1495, também visou alcançar aqueles objetivos, mas é significativo que na carta de concessão se tenha evocado, precisamente, a experiência bem-sucedida décadas antes em Portimão (Dias, 1996: 173-174). Não ficam dúvidas, pois, da urgência que terá sido colocada pela Coroa no controlo da barra do Arade nestes últimos decénios do século XV.

Realmente, em terceiro lugar, cabe destacar que a construção da cerca urbana de Portimão foi quase simultânea à criação da vila. Se em 1463 D. Afonso V deu autorização para a constituição de uma povoação neste lugar, denominada então São Lourenço da Barrosa – sintomaticamente com a obrigação de se construírem aí casas no prazo de dois anos, sinal daquele ensejo povoador –, entre 1467 e 1475 fundou-se Vila Nova de Portimão, separada da jurisdição de Silves. A prioridade conferida à construção da cerca deduz-se também da ordem régia, de 1474, para que todos os fogos existentes nas 20 léguas em torno da Vila Nova pagassem uma importância para custear as suas obras, abrangendo assim todo o Algarve naquele esforço. Esta determinação causou protestos de vários concelhos algarvios, logo em 1475, evocando as suas próprias necessidades de reparação de antigas fortificações para se eximirem daquela obrigação. Contudo, D. Afonso V manteve a sua decisão, certamente crente que a construção do sistema defensivo da barra do Arade era imprescindível e urgente. Não sabemos o ritmo de construção da fortificação, mas é certo que em 1475 e 1477 ainda se faziam obras, considerando-se que estas já estavam atrasadas (Iria, 1993: 51-52; Silva, 2021: 181). As notícias de obras em períodos posteriores são meras reparações

(Magalhães, 2008: 193), pelo que a estrutura terá sido terminada naquela década do século XV com a configuração que manteve ao longo dos séculos.

Por fim, um último argumento que demonstra a exceção da criação de Portimão reside na própria configuração da sua muralha. Embora muito ocultada, conhece-se hoje o traçado da cerca, quer por achados aquando da reabilitação de edifícios, quer pela cartografia antiga. De planta sensivelmente triangular e com uma face bordejando o rio, tinha um perímetro de 1100 metros e abrangia uma área de 6,5 hectares. Abriam-se nela três portas principais: a da Ribeira, a Este, confinante com o rio e que foi inicialmente a mais importante, onde se fixaram as gentes do mar; a da Serra, a Norte, conectada com o interior do território; e a de São João, apontada à foz, a Sul, para onde se direccionou especialmente o futuro desenvolvimento urbano. A muralha tinha cerca de 1,6 metros de espessura e 5-6 metros de altura, sendo erguida com alvenaria variada e assentando na rocha. Regista-se a introdução do sistema de dentes de serra, permitindo vigilância total das cortinas e a anulação de pontos mortos (Carrapiço *et al.*, 1974: 18-21; Ventura e Marques, 1993: 11-12), além do uso da artilharia.

Este último aspeto foi, efetivamente, o mais inovador, podendo dizer-se que o sistema de dente de serra foi experimentado pela primeira vez em Portugal, em contexto urbano, na cerca de Portimão. Geralmente assume-se que a modernização da arquitetura militar portuguesa, no sentido de a adaptar à profunda transformação da arte da guerra decorrente da crescente utilização de artilharia, ocorreu no reinado de D. João II. Contudo, sabemos hoje que as primeiras experiências ocorreram ainda sob D. Afonso V, não apenas nas iniciativas privadas dos condes de Ourém e da Feira e do infante D. Henrique nos respetivos castelos e na fortaleza de Sagres, mas também em construções estatais, sejam elas os pequenos fortins da raia alentejana, ou as cercas urbanas de Évora (cerca nova, concluída na década de 1440) e de Portimão (da década de 1470). Nesta última deteta-se “uma inovação pré-abaluartada de origem oficial: o sistema de dente de serra, cujas reentrâncias em ângulo reto permitiam cobrir o troço de muro adjacente com tiro flanqueante de besta ou de artilharia ligeira” (Moreira, 1989: 94-99). Vários indícios patenteiam o ensejo modernizador de D. Afonso V, pela referência à adoção de dispositivos para disparo de artilharia nas fortificações, sobretudo na derradeira década do seu reinado (Cid, 2007: 99-100). Em suma, a cerca de Portimão – ainda que mal conhecida – ocupa um lugar singular na história da arquitetura militar portuguesa.

Quanto aos achados arqueológicos provenientes do leito do rio, contam-se elementos associados a um punhal de difícil contextualização (H243, Y833), elementos de cinto não necessariamente associados a contexto militar, embora sendo essa a utilização mais provável (Y859, L384), e diversos tipos de projéteis de artilharia, que tanto podem corresponder a esta cronologia como a épocas mais recentes (v. Lopes, *Os projéteis de artilharia da época moderna*, nesta publicação). No entanto, seguramente coevos dos primeiros tempos da Vila Nova são as duas câmaras de peças de artilharia (Y842, Y843), cuja tipologia aponta para os primeiros modelos com lata difusão em Portugal, tanto em contexto naval, como nos dispositivos introduzidos nas fortificações, de que Portimão é exemplo inaugural.

De referir, por último, a precoce instalação em Ferragudo de uma aldeia de pescadores e mariscadores, que aparentemente desde 1502-1538 terá sido cercada por uma pequena cortina (Callixto, 1991: 195), fosse ela uma muralha, ou uma

simples paliçada. Em todo o caso, fica claro o fito de estimular o povoamento da foz do Arade, transferindo para aqui o dispositivo de defesa do rio, porto seguro para a navegação no Algarve e águas limítrofes.

As guerras da Idade Moderna e os novos paradigmas defensivos

A forte alteração do panorama militar da região, sobretudo a partir de meados do século XVI, pôs em causa o dispositivo defensivo erguido quase um século antes. Às ações de corso magrebina e francesas vieram juntar-se as incursões britânicas, com maior prejuízo no território algarvio. Destacam-se os assaltos e destruições infligidos em Sagres e Faro, respetivamente em 1587 e 1596, comandados por Francis Drake e Robert Devereux, conde de Essex. O corso berberesco, sempre ativo ao longo de Quinhentos, recrudescer no século XVII a partir da cidade de Salé, particularmente na conjuntura de 1639-1640 (Magalhães, 1993: 77-102; Guerreiro, 2001: 43-49). Neste quadro, o pensamento estratégico militar português que dominou entre 1580 e 1640, durante a União Dinástica Ibérica, receava sobretudo o perigo do mar. A defesa assentou, pois, na proteção da costa, especialmente do Algarve, zona de passagem das frotas da América. Incluiu tropa permanente e fortificações (Hespanha, 2004: 32).

De facto, a partir de meados do século XVI já está organizada a defesa das praias algarvias com gente a pé e a cavalo, para fazer face aos ataques da pirataria e corso (Magalhães, 1970: 25-26). Esta estrutura de ordenanças, que terá sido relevante para frustrar o ataque turco a Porches-o-Velho em 1559 e que levou à distribuição de armas às populações mais vulneráveis, como as gentes do mar (Guerreiro, 2001: 46, 51), foi generalizada formalmente em todo o Reino em 1570, envolvendo, portanto, o alistamento da população masculina nas tarefas de defesa. Contudo, desde 1618 passou a existir também tropa paga em zonas mais sensíveis do sul do país, na crença de que as forças profissionais eram mais ajustadas aos teatros de guerra; em 1630 constavam efetivos em Portimão, como também em Tavira, Faro, Albufeira, Lagos e Sagres (Hespanha, 2004: 173).

Quanto aos meios navais, na primeira metade do século XVI competia à armada do Estreito de Gibraltar vigiar as águas entre o Algarve e o Norte de África, na tradição da ação da marinha portuguesa dos séculos precedentes. A partir de 1552, porém, a situação alterou-se. Na sequência do abandono de várias praças portuguesas em Marrocos, o rei D. João III acordou com Carlos V que a patrulha das águas do Estreito passaria para a alçada de Castela, competindo ao soberano português manter uma força naval no sul do país. A armada da costa do reino do Algarve incluiria quatro navios estacionados em Lagos e dois em Portimão (Godinho, 2003), sinal da relevância militar destes portos nas frotas providas do Atlântico colonial ibérico (v. Teixeira *et al.*, *Portimão- Um porto aberto ao mundo*, nesta publicação). Em todo o caso, o sistema defensivo seguia os pressupostos de controlo da região através de meios navais, sem grandes investimentos em construções terrestres.

Com efeito, no que toca às fortificações, deve sublinhar-se que nas primeiras décadas houve uma inação global por parte das autoridades. A avaliação feita em 1617-1621 por Alexandre Massai – engenheiro militar italiano ao serviço dos Habsburgos, que já então fora responsável por construções militares em Lisboa e costa do Alentejo – espelhava uma situação preocupante, pelo desajuste das estruturas militares e seu deficiente municionamento (Guerreiro, 2001: 51). O engenheiro dedicou especial atenção a Portimão, sendo claro que



Fig. 1 – Vila Nova de Portimão, por Alexandre Massai (1607-1617). In “Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do Rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Cadaval, n.º 29, fl. 39.



Fig. 2 – Traça da Vila Nova de Portimão, por Alexandre Massai (1621). Arquivo do Museu de Lisboa, Códice Vieira da Silva, fls. n.º 32-33 (adaptado).

via como urgente a sua defesa. De facto, muito embora tivesse sido, entretanto, agregado um baluarte à cerca da vila para disparo da artilharia, este não tinha capacidade para defender a barra, dada a grande distância (Guedes, 1988: 121-129, 212-213).

O paradigma defensivo deste tipo de aglomerados urbanos em estuários evoluiu consideravelmente. A proteção consistia agora na criação de linhas de detenção na própria desembocadura do rio, em vez dos próprios limites urbanos. O exemplo mais precoce em Portugal é o da cidade de Lisboa, com uma primeira tentativa de implantação de uma linha defensiva na Caparica-Belém, entre finais do século XV e inícios da centúria seguinte, e a sua concretização em São Julião – Bugio, na segunda metade de Quinhentos (Cid, 2007). Na verdade, se a costa do Barlavento é genericamente mais protegida de assaltos face à de Sotavento (Guerreiro, 2001: 37-38), a topografia da barra do Arade era particularmente favorável à implantação de um dispositivo defensivo deste tipo, já que a existência de falésias nas áreas costeiras que ladeavam a foz dificultava qualquer acometimento massivo a Portimão a partir de um desembarque num ponto das redondezas; apenas a entrada no rio permitiria o assalto à Vila Nova. Esta circunstância foi apontada pelo referido Alexandre Massai, que sublinhou a estreiteza da barra, facilmente defensável com artilharia, integrada numa “costa brava” (Guedes, 1988: 122).

Neste quadro, pode dizer-se que, na sequência do citado relatório, foi dada clara prioridade à proteção da embocadura do Arade. A sua fortificação ocorreu ainda sob domínio filipino, sendo por isso das primeiras da região à época, na sequência da de Sagres, antecedendo grande parte do esforço construtivo, que acabou por ocorrer já após a Restauração de 1640 (Coutinho, 1999: 263-266; Coutinho, 2001: 70-71). Os novos desafios militares tornavam premente a proteção da barra do Arade, com um custo também relativamente limitado face a outras possíveis obras no Algarve (Guedes, 1988: 145).

Primeiro ergueu-se a fortaleza de Santa Catarina, na margem direita do rio, sobre a arriba que confina com a Praia da Rocha, em 1631-1633, embora as obras tenham prosseguido até depois de 1640. Dava-se prioridade à fortificação do lado da barra mais próximo e facilmente comunicável com Portimão e implantada em local mais proeminente, como defendera Alexandre Massai no citado relatório uma década antes (Guedes, 1988: 123-124). De forma trapezoidal, tinha dois meios baluartes virados a terra (a noroeste) e uma bateria para o mar (a sul), tendo a ermida de Santa Catarina preexistente sido desmontada e transferida para o interior da nova fortificação. Há notícias de várias reparações, nomeadamente na sequência de

cataclismos naturais, sem, contudo, alterar a sua configuração na Idade Moderna (Magalhães, 2008: 183-188; Galamba, 2022: 74-99).

Logo na sequência, em 1643-1644, já no contexto da Guerra da Restauração e como uma das primeiras obras algarvias da nova dinastia, construiu-se o forte de São João da Barra, na margem esquerda, entre a Praia Grande e a da Angrinha, junto a Ferragudo. A este novo forte ficou cometido o registo das embarcações que frequentavam o porto, dada a sua maior proximidade ao canal de navegação. Era um quadrilátero com dois meios-baluartes apontados a terra, a Este, e uma bateria para o lado do rio, a Oeste. As obras prolongaram-se nos anos seguintes, com a construção de uma plataforma baixa, virada a Sul, para o mar, cerca de 1654 (Callixto, 1991: 111-114, 127, 142; Magalhães, 2008: 111-116).

As duas fortificações, quase fronteiras na barra do rio, separadas por pouco mais de 650 metros e rapidamente municiadas com artilharia, controlariam a entrada no rio através do cruzamento de fogos, seguindo aquele paradigma de frente abaluartada primeiramente implantado em Lisboa. Vários relatos mostram que as estruturas militares estiveram quase sempre apetrechadas com artilharia ao longo da época moderna (Callixto, 1991). Entre os achados recuperados no âmbito deste projeto não se contam projéteis relacionados com estas grossas bocas de fogo, mas antes com armas ligeiras, que também existiam nestas fortificações para embates corpo a corpo (v. Lopes, nesta publicação). Evidentemente que estes também podem pertencer a embarcações, onde igual tipo de objetos foi recuperado em contextos de naufrágio no rio, a par de numerosas peças de artilharia (v. Fonseca *et al.*, *Navegar, fundear e naufragar no rio Arade*, nesta publicação). O mesmo se poderá dizer da indumentária militar identificada, sejam elementos de cinto (Y831, Y832), seja uma espada (Y782), passíveis de utilização em terra ou no mar.

Em todo o caso, a eficácia do sistema defensivo parece ter sido efetiva, independentemente de não estarem registados grandes ataques a este rio. É paradigmática a justificação para o triunfo de Portimão na concorrência comercial com Lagos nos séculos XVII e XVIII: “Que aí, no sossego do rio, melhor se conseguem embarcar os frutos que chegam do interior” (Magalhães, 2012: 262). A segurança do complexo portuário do Arade, com uma configuração geográfica favorável e um sistema militar adequado, constituíram manifesta vantagem para o desenvolvimento da Vila Nova.

Nos séculos seguintes não consta que o dispositivo defensivo da foz do Arade tenha sido posto à prova. Boa parte das guerras travadas pelos portugueses não tiveram o Algarve



Fig. 3 – Fortaleza de S. João da Barra de Portimão. In José de Sande Vasconcelos (1788) – *Mappa da configuração de todas as praças fortalezas e baterias do reino do Algarve*. Biblioteca Nacional de Portugal, CA-8-R.

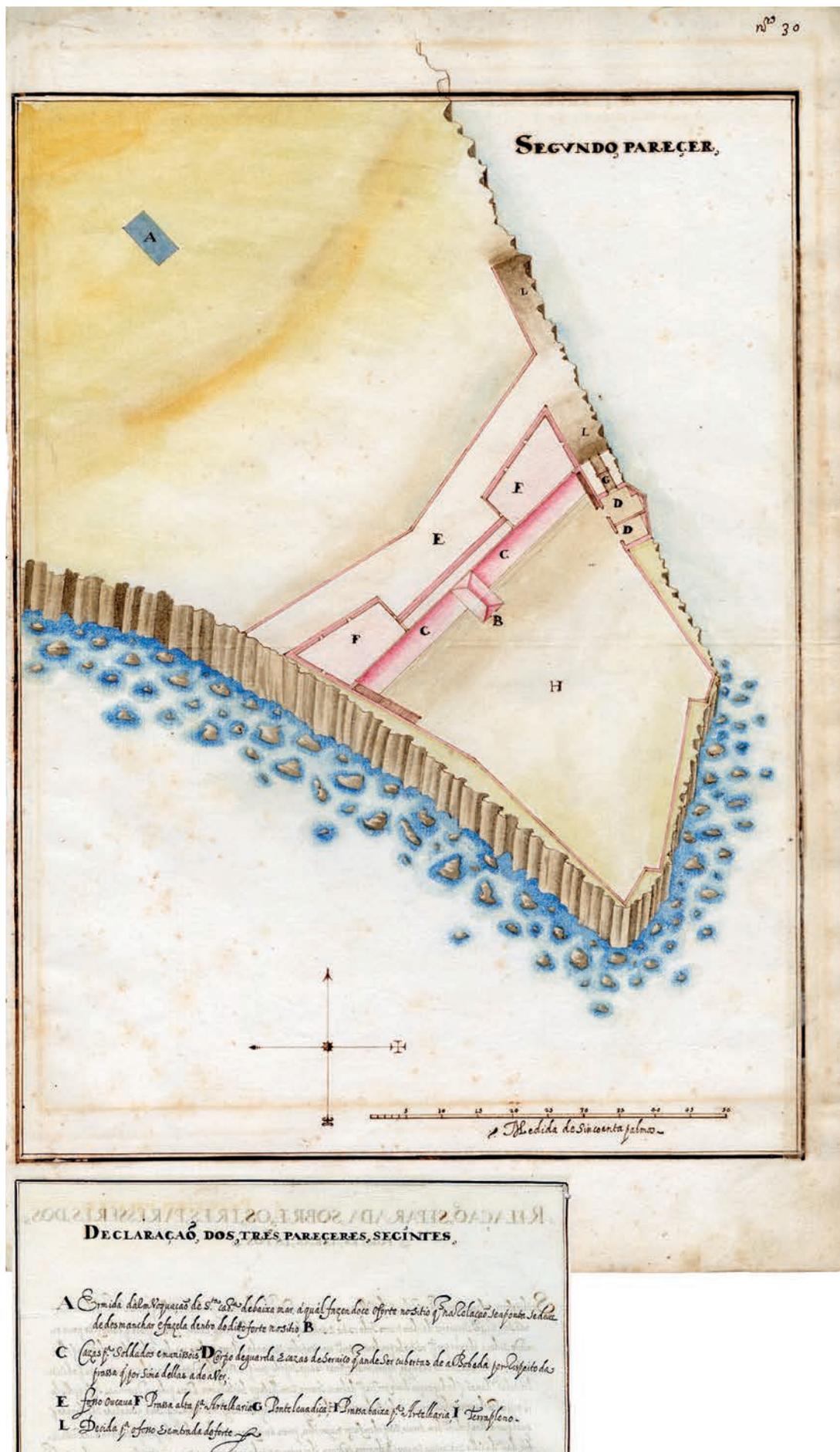
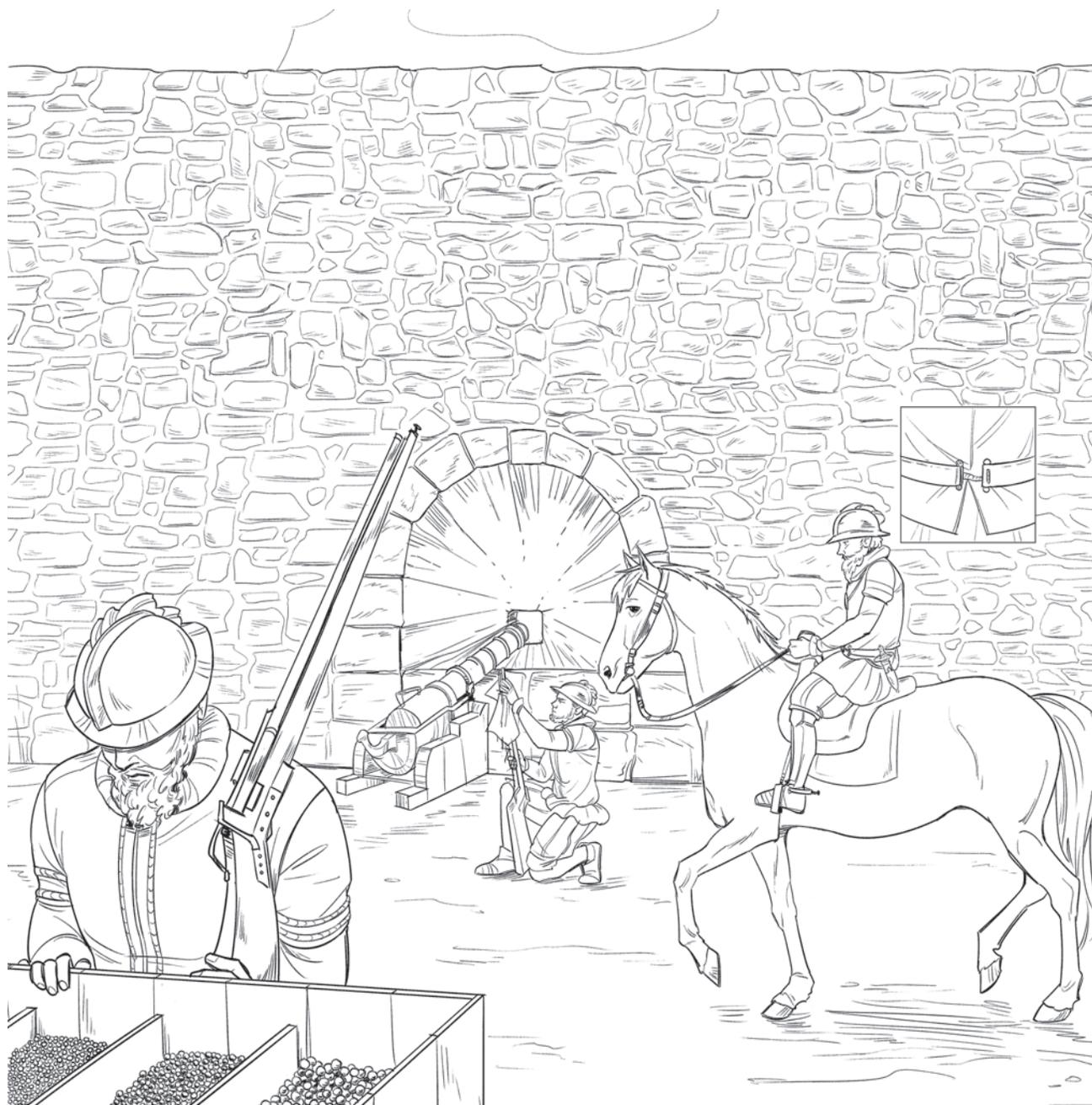


Fig. 4 – Planta do segundo parecer para a construção da Fortaleza de Santa Catarina, por Alexandre Massai (1621). Arquivo do Museu de Lisboa, Códice Vieira da Silva, fl. n.º 28v (adaptado).

como palco. O curso berberesco reduziu-se, sem, contudo, permitir tranquilizar a população costeira da região (Guerreiro, 2001: 49-50, 54-57). Ainda assim, ficaram registados recontros nesta costa de armadas de potências europeias desavindas, como as francesas e britânica, por exemplo em 1693 ou em 1759 ao largo de Lagos. A proximidade de Portugal à Inglaterra promoveu a passagem e permanência das esquadras britânicas, principalmente em épocas de guerra. A este fenómeno se deve o achado no Arade de um botão de uniforme da *Royal Artillery*, do período particularmente conflituoso da Guerra Peninsular (Y785). A guerra civil portuguesa de 1832-1834 levou ao rearmamento das fortificações da foz do Arade (Callixto, 1991: 143-150), mas nas décadas seguintes estas perderam a função militar. Um novo contexto tecnológico e político dispensava as antigas fortalezas e formas de combate.

Bibliografia

- Barroca, M. J. (2003) – “Arquitectura militar”. In *Nova História Militar de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 95-121.
- Callixto, C. (1991) – *Castelos e Fortificações Marítimas do Concelho de Lagoa*. Faro: Algarve em Foco.
- Carrapiço, F. J.; Palhinha, J. A.; Brázio, J. M. (1974) – *As muralhas de Portimão: subsídios para o estudo da história local*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.
- Cid, P. A. I. (2007) – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri & Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Coutinho, V. (1999) – “As fortalezas da costa algarvia durante o período das economias-mundo centradas em Amesterdão e em Londres”. In Marques, M. da G. M. (Coord.) – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 263-268.
- Coutinho, V. (2001) – “Sistema defensivo do litoral algarvio. Do período islâmico ao século XVIII”. In Coutinho, V (Coord.) – *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve: do Período Islâmico ao Século XVIII*. Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 63-73.
- Dias, J. J. A. (1996) – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Duarte, L. M. (2003) – “A marinha de guerra portuguesa”. In *Nova História Militar de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 290-346.
- Fonseca, C. P. (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade B*. Dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Galamba, B. R. (2022) – *A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão) – História, Arqueologia e Arquitetura nas Estratégias Defensivas da Costa Algarvia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Godinho, R. L. (2003) – “A Armada do estreito de Gibraltar no século XVI”. In Domingues, F. C.; Matos, J. S. de (Eds.) – *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 117-137.
- Gomes, M. V.; Gomes, R. V. (2013) – “Castelo Belinho – Uma residência fortificada almóada”. In Fernandes, I. C. (Coord.) – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Lisboa: Edições Colibri e Campo Arqueológico de Mértola, Vol. 1, 141-152.
- Gomes, R. V. (2002) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 23).
- Gomes, R. V. (2011) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 53).
- Gonçalves, M. J. (2013) – “O sistema defensivo islâmico de Silves: novos dados sobre a muralha da Almedina e algumas problemáticas em torno da muralha do Arrabalde”. In Fernandes, I. C. (Coord.) – *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Lisboa: Edições Colibri e Campo Arqueológico de Mértola, Vol. 1, 413-426.
- Guedes, L. da C. (1988) – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massaii (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Guerreiro, L. R. (2001) – “Depredações, combates e capturas na costa do Algarve”. In Coutinho, V (Coord.) – *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve: do Período Islâmico ao Século XVIII*. Portimão: Instituto de Cultura Ibero Atlântica, 37-62.
- Henriques, A. C. (2010) – *A conquista do Algarve 1189-1249, o segundo Reino*. Lisboa: Tribuna da História.
- Hespanha, A. M. (2004) – “Introdução” e “A administração militar”. In *Nova História Militar de Portugal*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 9-33 e 169-175.
- Iria, A. (1993) – *A liderança de Silves na região do Algarve nos séculos XIV e XV*. Silves: Câmara Municipal de Silves.
- Lirola Delgado, J. (1993) – *El poder naval de Al-Andalus en la época del Califato Omeya*. Granada: Universidad de Granada, Instituto de Estudios Almerienses.
- Lopes, J. B. da S.; Matos, M. C. de (Eds.) (1999) – *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*. Lisboa & Silves: Távola Redonda & Câmara Municipal de Silves.
- Magalhães, J. R. (1970) – *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Magalhães, J. R. (1993) – *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Magalhães, J. R. (2012) – *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Magalhães, N. (2008) – *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas: as muralhas como património histórico*. Faro: Letras Várias.
- Monteiro, J. G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa & Coimbra: Edições Colibri & Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Moreira, R. (1989) – “A arquitectura manuelina”. In *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Moreno, H. B. (1986) – *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença.
- Picard, C. (1997) – *La mer et les musulmans d'Occident au Moyen Age, VIIIe-XIIIe siècle*. Paris: Presse Universitaire de France.
- Picard, C. (2001) – “Do Algarve muçulmano ao Algarve português”. In Coutinho, V (Coord.) – *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve: do Período Islâmico ao Século XVIII*. Portimão: Instituto de Cultura Ibero Atlântica, 9-19.
- Pina, R. de (1902) – *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, vol. III. Lisboa: [s.n.].
- Silva, G. M. da (2021) – *As portas do mar oceano: vilas e cidades portuárias algarvias na Idade Média (1249-1521)*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Teixeira, A. (no prelo) – “1471 – Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além-mar em África”. In Franco, J. E.; Braga, P. Drumond (Coords.) – *História Global da Monarquia Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Globais – Universidade Aberta.
- Vanney, J.-R.; Ménanteau, L. (2004) – *Géographie du golfe ibéro-marocain*. Lisboa e Madrid: Instituto Hidrográfico e Casa de Velásquez.
- Ventura, M. G. M.; Marques, M. G. M. (1993) – *Portimão*. Lisboa: Editorial Presença.



Reconstituição da defesa da cerca de Portimão no final do século XV ou início do século XVI, quando despontava a utilização de artilharia, incluindo peças como berços e falcões instalados em bombardeiras, ou armas ligeiras como arcabuzes e mosquetes de utilização individual.

C423

Cota de malha

Liga de cobre

Época Medieval/Moderna (séc. XII-XVI)

23 x 5,5 x 0,3cm 14gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Manuel Martins

Fragmentos de cota de malha para protecção do corpo dos guerreiros. Eram compostas por elos metálicos formados por arame em espiral cortado e unido por rebite. Os elos eram interligados unindo uma peça a outras quatro. Formavam peças maleáveis, mas bastante pesadas, podendo servir para protecção da cabeça (cervilheiras ou almofres), do corpo (lorigas, túnicas com ou sem mangas até aos joelhos, ou lorigões, que desciam até à cintura), das mãos (manoplas), das pernas (brafoneiras) e dos pés (sabatas ou balugas), usando-se mais tardiamente peças deste tipo para protecção dos cavalos (loriga de cavalo). A generalização destas protecções de corpo relaciona-se com a evolução da arte da guerra, privilegiando-se a cavalaria pesada e o confronto directo entre combatentes. O seu uso está documentado no território peninsular a partir de meados do século XI, registando-se achados arqueológicos algarvios na área urbana de Faro (séc. XII-XIII), ou no castelo de Silves (séc. XIII). A partir do século XIV foi sendo substituída por protecções mais robustas, como as couraças ou brigandines, mas continuou a ser utilizada, nomeadamente em complemento de outras peças, sobretudo durante a Idade Média (Barroca, 2000: 41-43, 56-58; Barroca e Monteiro, 2000: 258-269; Monteiro, 2003).

Barroca, M. J. (2000) – “Armamento medieval português: Notas sobre a evolução do equipamento medieval das forças cristãs”. In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (Coord.) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 37-76.

Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (Coord.) (2000) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

Monteiro, J. G. (2003) – “Castelos e armamento”. In *Nova História Militar de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 164-191.

**H243**

Ponteira de bainha de espada ou punhal

Liga de cobre

Época Medieval/Moderna (séc. XV-XVI)

6,3 x 2 x 0,7cm 16gr

Praia da Angrinha (Lagoa)

Frank Reinhardt

Peça de secção subrectangular, com extremidade de perfil oval, para o encaixe da lâmina, terminando com uma saliência maciça, em forma de bolbo. Na extremidade superior sobressai um elemento decorativo vegetalista geométrico. Este objecto estaria preso a uma bainha de couro. As suas características parecem apontar para uma cronologia em torno do século XVI. Torres i Gros, Jaume (2019) – “Les guaspes de cinturó islàmiques i cristianes trobades al terme de Bellpuig i entorns”. *Quaderns de El Pregoner d’Urgell*, 32, 83-94. Beltrán de Heredia, Julia; Miró, Núria (2013) – La indumentària i l’ornament personal des de l’arqueologia. In *Indumentària. Barcelona 1700*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 189-231.

**Y833**

Guarda de punhal

Liga de Cobre

Época Medieval/Moderna

2,4 x 1 x 5cm 7,3gr

Praia dos Careanos (Portimão)

Emanuel Soares

Guarda de punhal que protegia o punho da lâmina. De forma oval, tem decoração incisa, marcada radialmente em oito partes. Na Baixa Idade Média faziam parte do armamento ofensivo, sendo usados para perfurar o corpo dos inimigos nos interstícios das suas protecções de corpo. Tem paralelo numa peça inteira detectada em contexto do século XV em Silves (Barroca e Monteiro, 2000: 320, 341).

Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (Coord.) (2000) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.



Y842

Câmara ou servidor de peça de artilharia de retrocarga

Ferro

Época Medieval / Moderna (séc. XV-XVI)

16,5 x 17 x 10cm 6000gr

Local desconhecido

Vidaúl Martins

Câmara de ferro forjado maciça de perfil circular. Pertencia a uma peça de artilharia de retrocarga, ou seja, em que o carregamento se fazia pela parte anterior, permitindo assim uma menor exposição do artilheiro face às peças de antecarga, carregadas pela boca. Neste caso a boca-de-fogo tinha câmara móvel, sendo carregada previamente e depois ajustada e travada no tubo. Este sistema permitia maior cadência de tiro, mas acarretava o risco de fuga de gases pela rectaguarda. Pode ter sido utilizada num falcão ou num berço, as peças de artilharia mais comuns nos inícios da expansão portuguesa, sendo usadas tanto em terra como embarcadas (Rubim, 2000: 232-233; Barroca e Monteiro, 2000: 420-424).

Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (Coord.) (2000) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

Rubim, N. J. V. (2000) – “O Armamento Pirobalístico (até finais do séc. XV-inícios do séc. XVI)”. In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (Coord.) (2000) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 223-243.

Rubim, N. J. V. (2000) – “O Armamento Pirobalístico (até finais do séc. XV-inícios do séc. XVI)”. In Barroca, M. J.; Monteiro, J. G. (Coord.) (2000) – *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 223-243.



Y843

Câmara ou servidor de peça de artilharia de retrocarga

Ferro

Época Medieval/Moderna (séc. XV-XVI)

18 x 16 x 10cm 5500gr

Local desconhecido

Vidaúl Martins

Câmara de ferro forjado maciça de perfil circular, semelhante à peça Y842.



Y859

Fecho de cinto

Liga de Cobre

Época Medieval / Moderna (séc. XV-XVI)

4,7 x 4,2 x 1cm 19gr

Depósito de dragados de Portimão

José Costa

Fecho de cinto, também designado por “passador em T” pela sua forma característica. O perfil das suas extremidades é globular (González, 2022: 192) e apresenta-se decorado com linhas oblíquas na superfície, que estariam visíveis quando usado. Esta peça deveria articular-se com uma outra mais simples, como o exemplar n.º L384 deste catálogo, ainda que com a mesma decoração do presente objecto. Uma peça com o mesmo modelo foi detectada na necrópole da Igreja dos Mártires de Silves, num enterramento datado dos finais do XIV a inícios do XV (Casimiro *et al.*, 2008: 250-251).

Barroca, M. (1989) – “Sobre a cronologia dos «Passadores em T»”. *Arqueologia*, n.º 19, 147-152.

Casimiro, T. M.; Chanoca, C.; Vieira, A. I. (2008) – “Silves Polis 2004-2006: duas necrópoles medievais cristãs”. *Xelb*, 8:1, Câmara Municipal de Silves, 243-253.

González García, C. (2022) – “Hebillas y Pasadores en T. Definición, tipología y contexto desde la Raya salmantina (Gallegos de Argañán)”. *SAGVNTVM Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 54, 185-206.



L384

Fecho de cinto

Liga de Cobre

Época Medieval / Moderna (séc. XV-XVI)

4,6 x 1,1 x 1,1cm 14gr

Praia da Torralta, Alvor (Portimão)

Luís Fernandes

Peça que se articulava com o designado “passador em T”, como o exemplar Y859 deste catálogo. A sua haste tem um perfil cilíndrico, terminando ambas as extremidades numa forma globular (González, 2022: 192).

Barroca, M. (1989) – “Sobre a cronologia dos «Passadores em T»”. *Arqueologia*, n.º 19, 147-152.

González García, C. (2022) – “Hebillas y Pasadores en T. Definición, tipología y contexto desde la Raya salmantina (Gallegos de Argañán)”. *SAGVNTVM Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 54, 185-206.



Y831

Fecho de cinto
Liga de cobre
Época Moderna (séc. XVI)
4,2 x 1,8 x 1,1cm 6,5gr
Praia de Alvor (Portimão)
Frank Reinhardt

Peça colocada na extremidade de um cinto estreito, que se fixava com um pequeno prego numa das suas extremidades. Na extremidade oposta tem uma argola, onde encaixava uma outra peça em forma de gancho, com decoração semelhante (veja-se a título de exemplo a peça n.º Y832 deste catálogo). A sua decoração segue um estilo "ao romano", com representações de grotescos, muito presentes na arte do século XVI (Policarpo, 1996: 34-41).

Este tipo de fechos era usado para sustentar as armas que se tinham de transportar sobre a roupa ou armadura, e o seu encaixe em gancho permitia facilmente retirar as armas, sempre que não fosse necessário transportá-las. Objectos semelhantes surgem em contextos arqueológicos do século XVI (Deagan, 2002: 192; Redman, 1986: 206-208) e são representados em inúmeros retratos de nobres, ainda que os materiais pareçam ser aqui de melhor qualidade.

Deagan, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume 2: Portable Personal Possessions*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.

Policarpo, I. P. de L. (1996) – *Gregório Lopes e a "ut pictura architectura": os fundos arquitectónicos na pintura do Renascimento português*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Tese de mestrado).

Redman, C. L. (1986) – *Qsar es-Seghir. An archaeological view of Medieval Life*. Orlando: Academic Press.

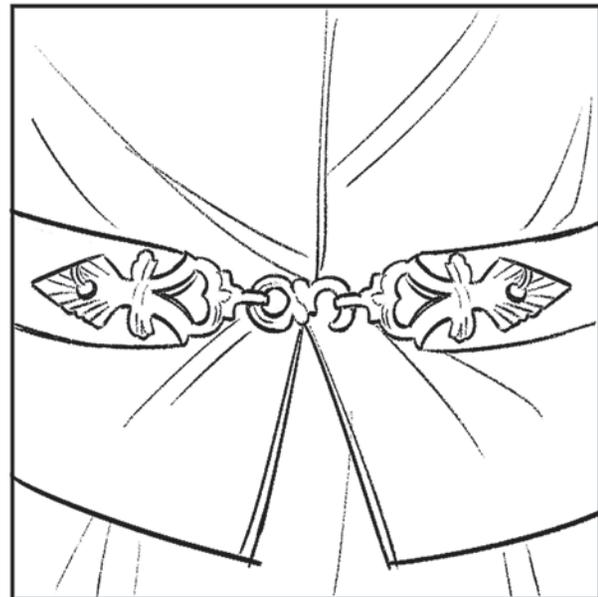
**Y832**

Fecho de cinto
Liga de cobre
Época Moderna (séc. XVI-XVII)
5,1 x 1,9 x 0,5cm 7,27gr
Praia de Alvor (Portimão)
Frank Reinhardt

Peça que se aplicava na extremidade de um cinto estreito, através do orifício que tem numa das extremidades, onde se colocava um pequeno prego. Na extremidade oposta teria um gancho, aqui fracturado, que encaixaria numa outra peça, com decoração semelhante, mas cuja extremidade teria uma argola. Este tipo de fechos era comum para sustentar as armas que se tinham de transportar sobre a roupa ou armadura. O uso de um fecho de cinto de encaixe em gancho permitia facilmente retirar as armas, sempre que não fosse necessário transportá-las junto ao corpo.

Este objecto tem uma forma bastante recortada, com decoração incisa na superfície visível da sua extremidade triangular. Este tipo de peças surge em inúmeros contextos do século XVI até meados do século XVII (Deagan, 2002: 192) e é sobejamente representado em retratos de nobres, ainda que os materiais pareçam ser aqui de melhor qualidade.

Deagan, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume 2: Portable Personal Possessions*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.



Y782

Espora

Liga de cobre

Época Moderna / Contemporânea (séc. XVII-XIX)

10,1 x 6,5 x 1cm 33gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Dieter Hoehlnle

Espora com aro curvo de perfil em U e secção em D, tendo nas extremidades rebites em formato de botão para fixação das correias; o espeto curto tem secção circular e ranhura na exterminada, onde encaixaria uma roldana, que não se conservou. Nesta época elas não servem apenas os militares, mas qualquer cavaleiro. Este tipo de espora foi documentado arqueologicamente em Lisboa (Vieira, 2022), mas trata-se de um tipo com largo uso na Europa e nas suas colónias americanas (Rivers-Cofield, 2011).

Rivers-Cofield, S. (2011) – “A Guide to Spurs of Maryland and Delaware ca. 1635-1820”. *Northeast Historical Archaeology*, vol. 40, 43-71.

Vieira, V. N. (2022) – “Uma Vida de Armas: evidências militares em metal dos séculos XVIII-XIX na Rua de São Lázaro, Lisboa”. *Al-madam*, 2ª série, n.º 25, 77-83.



Y785

Botão de uniforme da Artilharia Real Britânica (*Royal Artillery*)

Liga de cobre, possivelmente latão

Época Moderna/ Contemporânea (último quartel séc. XVIII-1ª década séc. XIX)

Ø2,45 x 0,7cm 2,9gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Dieter Hoehlnle

Botão de forma circular, ligeiramente côncavo na superfície interna. Na superfície externa, destaca-se um escudo em baixo-relevo, decorado com linhas paralelas incisas sobre as quais se apresentam em relevo três peças de artilharia com seus respectivos reparos sobrepostos; encimando o escudo estão três projéteis, separados entre si por quatro conjuntos de cinco pirâmides cada. A cronologia associada a este botão remete para o período da guerra peninsular, em que o exército britânico e as suas unidades de artilharia tiveram um papel incontornável (Borges, 2010).

IOW-577AFE A Post Medieval button. Disponível em: <https://finds.org.uk/database/artefacts/record/id/1107292> [Acedido a: 29/03/2024]

Hinks, S. (1988) – *A structural and functional analysis of eighteen century buttons*. Jamestown: College of William & Mary-Arts & Sciences [Master dissertation]. DOI: <https://dx.doi.org/doi:10.21220/s2-p512-7653> 59-60, 88.

Borges, J. V. (2010) – Artilharia e artilheiros portugueses na Guerra Peninsular. *Revista de Artilharia*, n.ºs 1019-1021, 259-284.



Os projéteis de artilharia da época moderna

Gonçalo C. Lopes¹

Os trabalhos de prospeção da DETDA, efetuados com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor, permitiram recuperar numerosos artefactos, de diferentes tipos. Um dos bens arqueológicos mais representados nas recuperações foram os projéteis de armas de fogo ligeiras. Tratam-se de 24 projéteis de pequena dimensão, cujos diâmetros variam ligeiramente, formando 3 grupos. No grupo mais representativo, com 19 exemplares, o diâmetro dos projéteis oscila entre 1,3 e 1,8 cm. Existe depois outro grupo com três projéteis de diâmetros entre 2,8 e 3,9 cm e, por fim, outro com dois de 5 a 5,3 cm. Quanto ao seu peso, os projéteis do primeiro grupo pesam entre 12 e 31 gr; os do segundo grupo entre 104 e 173 gr; os do terceiro grupo cerca de 430 gr. Em 23 casos, a matéria-prima utilizada foi o chumbo e há apenas um caso que corresponde a uma pedra. Os projéteis recolhidos, tendo em conta as suas características, devem corresponder a calibres de armas de fogo ligeiras, como arcabuzes, mosquetes, espingardas e, os maiores, talvez de bacamartes. Ou seja, os projéteis desta coleção correspondem, grosso modo, às armas mais comuns entre os séculos XV e XVIII.

Assim, este interessante conjunto remete-nos para um período necessariamente posterior ao século XIV, altura em que surgem os primeiros engenhos pirobalísticos, isto é, armas de fogo, já que a propulsão é a pólvora. De facto, até cerca de meados do século XIV, a arte da guerra assentava na designada neurobalística, ou seja, engenhos cuja propulsão é feita mediante a força gerada pela tensão ou torção de cordas (Costa, 2014: 5). Exemplos de dispositivos neurobalísticos são o arco e flecha, a funda ou a besta (Barroca, 2003: 139-143). Esta mudança na arte da guerra ficou conhecida como “Revolução militar” (Roberts, 1956). Não se sabe ao certo quando surgiram as primeiras armas de fogo. Na Europa, a primeira referência à utilização de armas de pirobalística surgiu em 1324, tendo sido utilizada em batalhas a partir da Guerra dos Cem Anos. Contudo, até atingirem alguma fiabilidade e eficácia, a pirobalística conviveu com a neurobalística (Beffeyte, 2008; Costa, 2014: 56).

As primeiras armas pirobalísticas coletivas foram os “trons” ou bombardas (Monteiro, 2003: 183-187). Quanto às armas de fogo mais pequenas, ou portáteis, a primeira terá sido o arcabuz. Há quem defenda até que o arcabuz foi a primeira arma de fogo portátil, manejada por um só homem (Leitão e Lopes, 1990: 53). Terá tido origem na segunda metade do século XV, no Sacro Império-Romano-Germânico, nomeadamente no atual território da Alemanha. Era uma arma com um cano longo (cerca de 1 m) e um calibre pequeno (cerca de 1,5 cm). Os projéteis lançados pelo arcabuz eram normalmente em chumbo, embora também lançassem, por vezes, pelouros de pedra ou

barro. Pesava cerca de 5 kg, tinha a culatra fechada e carregava-se pela boca. Devido ao seu peso, tinha a particularidade de apoiar-se num suporte, que permitia várias posições de disparo, normalmente até 150 m de distância. Era uma arma não muito precisa, mas robusta e de produção simples e barata, pelo que foi utilizada pelo menos entre os séculos XV e XVII (Bluteau, 1789, I: 107; Duarte, 2003: 370-371).

O mosquete é a evolução do arcabuz, pelo que é mais preciso (Arnold, 2001: 75-78; Couto, 2008: 3). Não se sabe bem qual a sua origem, mas terá surgido no final do século XV ou início do século XVI, possivelmente em França ou em Itália. Em traços gerais é mais comprida (cerca de 1,5 m), reforçada e, conseqüentemente, pesada, pelo que era apoiada numa forquilha quando estava a fazer fogo (Leitão e Lopes, 1990: 364). A culatra estava integrada e, a partir do século XVII, o cano passou a acoplar uma baioneta – uma espécie de punhal que funcionava na ponta do cano, permitindo que fosse usada como uma lança, ou até na luta corpo a corpo (Brayley, 2004: 9-10). Os calibres eram esféricos e em chumbo ou outro metal fundido, mas também podiam ser pedras. O processo de disparo era algo lento, mas eficiente e o alcance máximo era de cerca de 90 a 100 m, pelo menos nos séculos XV e XVI (Bluteau, 1789, I: 99; Couto, 2008: 3). Ao longo da época moderna, o termo mosquete foi usado indiscriminadamente, passando a designar de forma genérica vários tipos de “armas de ombro” (Chase, 2003: 61). Talvez por isso, a sua utilização tenha continuado no século XIX.

O bacamarte era uma arma de fogo de cano curto e largo, normalmente em liga de cobre, cuja coronha era reforçada (Bluteau, 1789, I: 156). Eram armas que não possuíam propriamente um padrão, variando muito em calibre, peso e comprimento. Contudo, tipicamente, os canos não ultrapassavam os 60 cm de comprimento. Na extremidade, o cano terminava em sino, existindo duas interpretações para tal. Por um lado, permitia a utilização de projéteis de maior dimensão (cerca de 3 a 5 cm), ou espalhar uma carga de 20 a 40 projéteis, com cerca de 1 a 1,5 cm, de uma só vez. Por outro, facilitava o seu carregamento nas enxárcias e gáveas, durante os combates. Esta capacidade de lançar sobre o inimigo, a muito curta distância, numerosos projéteis com grande dispersão, fez com que fosse uma arma muito usada nas abordagens entre navios (Leitão e Lopes, 1990: 73). Aliás, o diâmetro do cano fazia com que, em determinadas situações de combate, fossem utilizados outro tipo de “munições de ocasião”, isto é, o que estivesse disponível e coubesse no cano (ferro, madeira, areia, cascalho). Em todo o caso, os calibres mais usados eram esferas em chumbo, outro metal fundido, ou pedras. Era uma arma muito pesada, havendo exemplares com 15 kg, que impossibilitavam o disparo a partir do ombro do atirador. Talvez por isso, tenham

¹ CEAACP, Universidade do Algarve / gnlopes@ualg.pt

existido os “bacamartes de amurada”, que eram apoiados num espigão, sobre a amurada dos navios, de onde eram feitos os disparos durante as abordagens. Surgiu no início do século XVII e manteve-se em voga no século XVIII (Chisholm, 1911: 33).

Como visto anteriormente, para cada um dos casos existe uma janela cronológica mais provável de utilização, sendo certo que terão coexistido em alguns momentos. Do ponto de vista arqueológico, e como o contexto primário em que estavam é desconhecido – conhecendo-se apenas o secundário, onde foram encontrados pelo projeto DETDA – é difícil apontar uma cronologia. Todavia, a comparação com exemplares conhecidos de outros contextos nacionais e internacionais, permite algumas deduções. Por exemplo, os projéteis de menor diâmetro encontram paralelos em calibres de arcabuzes – como os identificados nos naufrágios Molasses Reef (Ilhas Turcas e Caicos, início do século XVI) (Keith e Simmons, 1985: 422), Emannuel Point (Flórida, EUA, meados do século XVI) (Smith et al., 1998: 150-151) – mas sobretudo de mosquetes – como os provenientes do *La Belle* (Matagorda Bay, Texas, EUA, 1684) (Keith, 2017: 466-475), do *Dartmouth* (Sound of Mull, Escócia, 1690) (McBride, 1976: 198), do *Santo António de Taná* (Mombaça, Quênia, 1697) (Darroch, 1986: 71-72) ou do *Prinsessan Hedvig Sophia* (Baía de Kiel, Alemanha, 1715) (Auer, 2010: 60-64). A nível internacional, o naufrágio Deltebre I (Deltebre, Tarragona, 1813), ocorrido no âmbito das Guerras Napoleónicas, possui dezenas de milhares de projéteis de chumbo, sendo uma das maiores coleções do mundo (Geli e Ciarlo, 2024). Curiosamente, os projéteis aqui em análise são idênticos a uma grande coleção, com quase 400 exemplares, recuperada do sítio de naufrágio de Ponta do Altar B – inícios do século XVII, imediatamente à saída do porto de Portimão (Bettencourt et al., 2008: 349-351) – e que devem corresponder a calibres de arcabuz e mosquete. O *Gran Principessa di Toscana* (Cabo Raso, Cascais, 1696) (Cardoso, 2012: 10-14) é apenas mais um sítio de naufrágio onde foram registados vários projéteis de arcabuz e/ou mosquete.

Já os projéteis maiores possuem paralelos com calibres identificados como pertencendo a bacamartes, como por exemplo em *Batavia* (Beacon Island, Austrália, 1629) (Green, 1989: 68-69), no *Santo Cristo de Castello* (Cornualha, Inglaterra, 1667) (McBride et al., 1975: 248), novamente no *Dartmouth* (Sound of Mull, Escócia, 1690) (McBride, 1976: 198) ou no *Die Frau Metta Catharina von Flensburg* (Plymouth Sound, Inglaterra, 1786) (Skelton, 2010: 255).

Em suma, a questão cronológica é difícil de abordar de forma objetiva. Por um lado, os projéteis recolhidos estão desprovidos do seu contexto primário, que ajudaria na sua interpretação e atribuição cronológica mais precisa. Por outro, não possuem características marcantes que, por si só, isto é, analisando-os individualmente, permitam a sua filiação tipológica e cronológica. Ainda assim, e como já apontado anteriormente, os projéteis recolhidos pelo projeto DETDA deverão pertencer a armas de fogo ligeiras, como arcabuzes, mosquetes e bacamartes, que terão sido utilizadas, grosso modo, entre o final do século XV e o início do século XIX, mas sobretudo nos séculos XVI e XVIII.

Bibliografia

Arnold, T. F. (2001) – *Renaissance at War*. London: Cassel & Co.

Auer, J. (2010) – *Prinsessan Hedvig Sophia. Fieldwork Report 2010*. Esbjerg: Syddansk Universitet Marinarkæologi. https://issuu.com/maritimearchaeology.dk/docs/hedvig_sophia_2010 [Consulta: 03/08/2024].

Barroca, M. (2003) – “Da reconquista a D. Dinis”. In *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 22-161.

Beffeys, R. (2008) – *Les machines de guerre au Moyen Age*. Rennes: Editions Ouest-France.

Bettencourt, J.; Caleja, P.; Carvalho, P. (2008) – “Novos dados sobre o sítio Ponta do Altar (Lagoa) um naufrágio da primeira metade do século XVII na embocadura do Rio Arade.” *Xelb*, 8. Câmara Municipal de Silves, 333-350.

Bluteau, R. (1789) – *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*. <https://purl.pt/13969>. [Consulta: 04/02/2024].

Brayley, M. (2004) – *Bayonets: An Illustrated History*. Pynes Hill: David & Charles.

Cardoso, J. P. (2012) – *Sobre os destroços da Gran Principessa di Toscana, naufragada em 1696 nas imediações do Cabo Raso*. Cascais: Junta de Freguesia de Cascais.

Chase, K. (2003) – *Firearms: A Global History to 1700*. Cambridge: Cambridge University Press.

Chisholm, H. (1911) – “Blunderbuss”. In *Encyclopædia Britannica*. Vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press.

Costa, B. P. L. (2014) – *Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/77867> [Consulta: 03/02/2024].

Couto, B. A. (2008) – *A influência do mosquete na arte militar*. Lisboa: Academia Militar. <http://hdl.handle.net/10400.26/6964> [Consulta: 08/02/2024].

Darroch, A. (1986) – *The visionary shadow: a description and analysis of the armaments aboard the Santo Antonio de Tanna*. College Station: Texas A&M University. <https://hdl.handle.net/1969.1/ETD-TAMU-1986-THESIS-D225> [Consulta: 08/02/2024].

Duarte, L. M. (2003) – “1449-1495: O Triunfo da Pólvora”. In *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 347-391.

Geli, R. M.; Ciarlo, N. (2024) – “On Defining the Identity of Vessels: an Interim Report and Critical Approach to the Deltebre I (1813) Site, Spain.” *International Journal of Historical Archaeology*, 28.1. <https://doi.org/10.1007/s10761-024-00728-8>

Green, J. (1989) – “The loss of the Verenidge Oostindische Compagnie retourschip Batavia, Western Australia 1629. An excavation report and catalogue of artefacts”. *British Archaeological Reports*, International series. Oxford: B.A.R.

Keith, D.; Simmons, J. (1985) – “Analysis of Hull Remains, Ballast, and Artifact Distribution of a 16th-Century Shipwreck, Molasses Reef, British West Indies”. *Journal of Field Archaeology*, Vol. 12, nº4, Boston: Boston University, 411-424.

Keith, D. (2017) – “Artillery”. In *La Belle, the archaeology of a seventeenth-century ship of the New World Colonization*. College Station: Texas A&M University Press, 353-372.

Leitão, H.; Lopes, J. V. (1990) – *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

McBride, P.; Larn, R.; Davis, R. (1975) – “A mid-17th century merchant ship found near Mullion Cove 3rd interim report on the Santo Cristo de Castello, 1667”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 4.2. College Station: Texas A&M University Press, 237-252.

McBride, P. (1976) – “The Dartmouth, a British frigate wrecked off Mull, 1690. The guns”. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 5. College Station: Texas A&M University Press, 189-200.

Monteiro, J. G. (2003) – “De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449): Os desafios da maturidade”. In *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 164-287.

Roberts, M. (1956) – *The Military Revolution, 1560-1660: An Inaugural Lecture Delivered Before the Queen's University of Belfast*. Belfast: M. Boyd.

Skelton, I. (2010) – *Die Frau Metta Catharina von Flensburg: a Danish brigantine wrecked in 1786 in Plymouth Sound, England*. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 39.2. College Station: Texas A&M University Press, 235-257.

Smith, R; Bratten, J. Cozzi, J.; Plaskett, K. (1998) – *The Emmanuel Point ship: Archaeological Investigations, 1997-1998*. Florida: University of West Florida/ archaeology Institute.

G206

Projétil de arcabuz ou mosquete
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI-XVIII)
Ø1,4cm 16gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa
Projétil de forma esférica, feito a molde.



H183

Projétil de arcabuz ou mosquete
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI-XVIII)
Ø1,3cm 13gr
Praia da Bota (Portimão)
António Duarte
Projétil de forma esférica, feito a molde.



G265

Projétil de arcabuz ou mosquete
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI-XVIII)
Ø1,7cm 31gr
Depósito de dragados de Portimão
José de Sousa
Projétil de forma esférica, feito a molde.



H203

Projétil de arcabuz ou mosquete
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI-XVIII)
Ø1,8cm 29gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa
Projétil de forma esférica, feito a molde



G266

Projétil de arcabuz ou mosquete
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI-XVIII)
Ø1,3cm 12gr
Depósito de dragados de Portimão
José de Sousa
Projétil de forma esférica, feito a molde.



H204

Projétil de arcabuz ou mosquete
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI-XVIII)
Ø1,5cm 21gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa
Projétil de forma esférica, feito a molde



G277

Projétil de arcabuz ou mosquete
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI-XVIII)
Ø1,7cm 20gr
Depósito de dragados de Portimão
Frank Reinhardt
Projétil de forma esférica, feito a molde.



H205

Projétil de arcabuz ou mosquete
Chumbo
Época Moderna (séc. XVI-XVIII)
Ø1,4cm 14gr
Praia dos Careanos (Portimão)
José de Sousa
Projétil de forma esférica, feito a molde



H218

Projétil de mosquete

Chumbo

Época Moderna (séc. XVI-XVIII)

Ø2,8cm 104gr

Praia da Marina (Portimão)

Frank Reinhardt

Projétil de forma esférica, feito a molde.

**Y821**

Projétil de mosquete ou bacamarte

Chumbo

Época Moderna (séc. XVI-XVIII)

Ø3,9cm 191gr

Praia Grande (Lagoa)

Dieter Hohlne

Projétil de forma esférica, feito a molde.

**L363**

Projétil de mosquete ou bacamarte

Chumbo

Época Moderna (séc. XVI-XVIII)

Ø5,3cm 430gr

Praia dos Careanos (Portimão)

Frank Reinhardt

Projétil de forma esférica, feito a molde.

**Y828**

Projétil de mosquete ou bacamarte

Chumbo

Época Moderna (séc. XVI-XVIII)

Ø5cm 340gr

Praia da Rocha (Portimão)

Frank Reinhardt

Projétil de forma esférica, feito a molde.



Defesa litoral na Antiguidade

Carlos Pereira¹

O comércio portuário, exposto a saques e ataques de pirataria, dependia de uma protecção legislativa e militar que garantia o cumprimento das transacções e minimizava os riscos. Seguramente que as transacções que se operavam durante a Antiguidade representavam frequentes riscos de segurança. Este perigo deveria ser maior no caso de portos marítimos, mais expostos a saques e ataques de pirataria. Apesar disso, o porto era entendido como um local no qual as embarcações e os produtos podiam circular com relativa segurança, garantida pela existência de estruturas próprias, como seria o caso dos portos artificiais, ou pela presença de corpos de policiamento.

Igualmente relevante para a segurança da circulação de embarcações, pessoas e produtos na Antiguidade foi a existência de uma legislação concreta, que era uma garantia da salvaguarda dos interesses públicos e privados, a qual foi fomentada pela preocupação dos governantes romanos e da oligarquia. Estas medidas, que pretendiam minimizar os riscos comerciais, são mais uma evidência da importância do comércio marítimo. Esta preocupação legal com a segurança das embarcações, do seu conteúdo e dos ocupantes está directamente relacionada com o entendimento do mar como um meio desconhecido e perigoso.

Todavia, as medidas tomadas para proteger a circulação marítima e portuária não se limitaram unicamente à legislação.

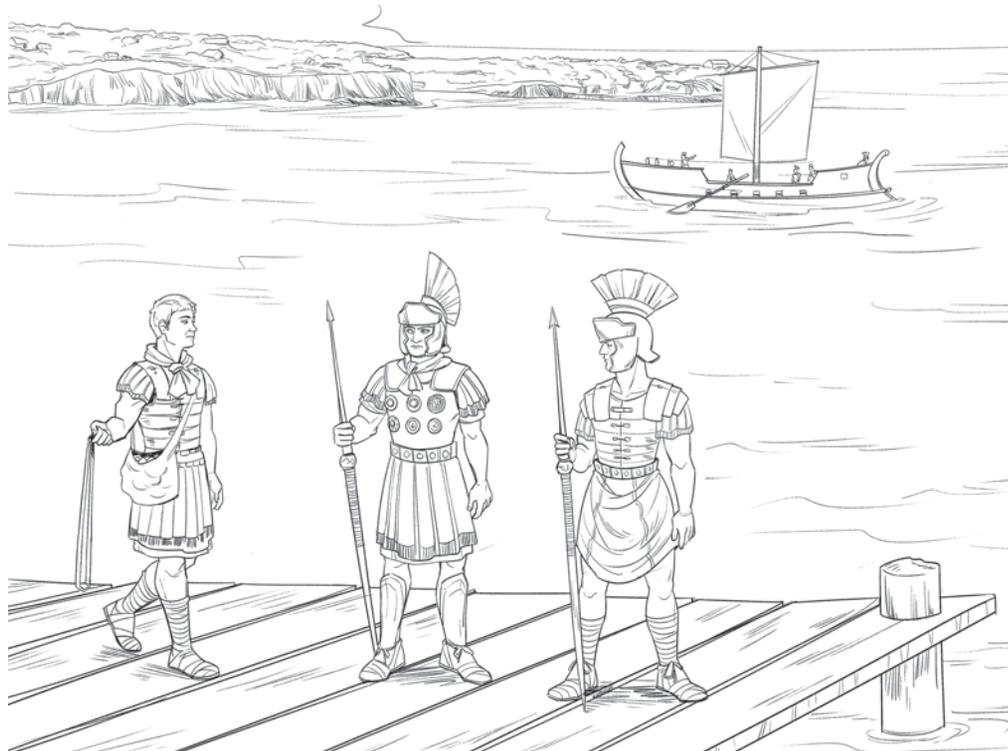
Também o exército desempenhou um papel relevante na segurança litoral e, conseqüentemente, das transacções comerciais. Com efeito, conhecemos a existência de sistemas defensivos litorais organizados por guarnições militares estrategicamente implantadas que pretendiam defender as costas e os portos. Esta defesa litoral, contudo, podia estar também destinada a uma defesa de eventuais incursões vindas do interior.

Por outro lado, a circulação de embarcações nos portos não se limitou unicamente ao transporte de bens e de produtos. Também os barcos de guerra circularam de forma recorrente, mobilizando exércitos e policiando o mar, atracando nas costas sempre que era necessário abastecer.

Embora seja bastante difícil associar evidências concretas a uma presença militar nos portos da Hispânia, a recolha de alguns exemplares de balas de funda na foz do rio Arade permite, pelo menos, averiguar a presença de militares na região. Apesar disso, durante o período Alto-Imperial o Mediterrâneo permitiu uma circulação relativamente segura, tendo-se reduzido a marinha a acções de patrulha e também de transporte.

Bibliografia

Völling, T. (1990) – “Funditores im römischen Heer”. *Saalburg Jahrbuch*, 45, 24-58.



Reconstituição da presença de militares nas margens do rio Arade, destacando-se a presença de projéteis de funda e de uma *phalera* na armadura de um legionário.

¹ Universidad Complutense de Madrid
carlossp@ucom.es / ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4116-3602>

L349

Projétil de funda (*Glans plumbea*)

Chumbo

Época Romana

5,2 x 1,3 x 1,2cm 44gr

Praia da Marina (Portimão)

Frank Reinhardt

Projétil de funda de chumbo, vulgarmente conhecida por *glans plumbea*.

Apresenta uma forma bicónica alongada, com as pontas arredondadas, bem como uma linha longitudinal sobrelevada com um círculo sobreposto na zona central, também em relevo. Parece corresponder ao tipo 2a de Völling. Seguramente fabricada mediante fundição, conserva as rebarbas resultantes da união dos dois moldes.

Não é habitual a morfologia destes elementos ser tão delgada, mas ainda assim alguns raros exemplares podem ser mais alongados.

**Y731**

Projétil de funda (*Glans plumbea*)

Chumbo

Época Romana

3,9 x 1,8cm 51gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Projétil (*glans plumbea*) de morfologia oblonga, parecendo corresponder ao tipo 1c de Völling¹. Seguramente fabricada mediante fundição, ostenta uma superfície irregular que parece ter sido finalizada por martelagem.

**W058**

Projétil de funda (*Glans plumbea*)

Chumbo

Época Romana

3,5 x 1,7 x 1,7cm 50gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Projétil de funda de chumbo, vulgarmente conhecida por *glans plumbea*.

**K688**

Condecoração militar (*Phalera*)

Liga de cobre

Época Romana

Ø4,5 x 0,3cm 30gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Phalera circular, plana e com três pinos de fixação. Está decorada com uma cabeça de leão, na qual é bem visível a juba, envolvida por uma coroa vegetal, talvez de loureiro. Estes elementos decorativos podiam ser utilizados nas armaduras de legionários ou nos arneses de cavalos. Também tinham como função fixar peças metálicas, no caso das armaduras, ou correias, no caso dos arneses. Foram particularmente frequentes durante o alto-império.

Carvalho, A.; Fernandes, M. A. (Dir.) (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 197, n.º 22.

**Y730**

Projétil de funda (*Glans plumbea*)

Chumbo

Época Romana

5 x 1,7cm 81gr

Praia Grande (Lagoa)

Caetano Rogério

Projétil de funda de chumbo, vulgarmente conhecida por *glans plumbea*.



Vida quotidiana nas zonas ribeirinhas



A vida quotidiana em Portimão nos séculos XV-XVIII

Joana Bento Torres¹, André Teixeira²

São ainda escassos os estudos sobre a população de Portimão na Baixa Idade Média e na Idade Moderna, tanto de cariz arqueológico, como histórico. Assim, os trabalhos no âmbito do projeto «DETTA – Prospeção com detetores de metais nos depósitos de dragados do rio Arade e da ria de Alvor» permitem apenas uma aproximação à temática. As investigações documentais sobre aspetos gerais da história do Algarve são, naturalmente, um quadro contextual imprescindível.

Os dados relativos aos quantitativos populacionais são raros e imprecisos, baseando-se na contabilização de fogos, ou seja, o número de casas (Dias, 1996: 71). Sabemos que no numeramento geral do país de 1527-1532, o recente e reduzido concelho de Portimão estava longe de atingir os quantitativos populacionais de antigos e extensos municípios algarvios, como o seu vizinho Silves, de que fora desanexado. Aparentemente o termo de Vila Nova de Portimão não ultrapassaria muito, a Norte, a zona da Companheira, excluindo o Arge ou a Penina; estava limitado a Este pelo rio Arade e pela ribeira de Boina, tendo a Sul o mar; a Oeste estendia-se até as imediações de Alvor (Marques e Ventura, 1990: 12-13; Silva, 2021: 131). Era uma área assaz diminuta. Contudo, considerando apenas o número de fogos existentes nos núcleos urbanos, Portimão, com 634 casas, era apenas suplantado por Tavira, Lagos e Faro, respetivamente com 1567, 1310 e 873 fogos, superando as antigas urbes de Loulé e Silves, esta sua antiga sede administrativa e já em franco despovoamento (Magalhães, 1970: 34; Dias, 1996: 546).

Ao longo do século XVI o crescimento de Vila Nova de Portimão foi exponencial, registando-se em 1591 um total de 920 fogos. A mancha urbana já então extravasara claramente a muralha da vila em várias direcções, sobretudo para Oeste, ao longo das atuais Rua Direita e Praça da República, conforme o testemunho de 1617-1621 do engenheiro militar Alexandre Massai (Guedes, 1988: 122); este refere expressamente que a vila tinha “muitos arrabaldes fora do cerco”, desenhando-os numa das suas peças cartográficas (v. fig. 2 em Teixeira et al. – *Guerra e fortificação na foz do Arade nas épocas medieval e moderna*). Os quarteirões criados nesta expansão quinhentista estão ainda bem plasmados no atual tecido urbano, como a respetiva carta de Património Cultural da autarquia reconhece. Contudo, a crise económica e as epidemias sentidas neste período, mencionadas noutro capítulo deste livro (v. Teixeira et al. – *Um porto aberto ao mundo*), bem como as perseguições da Inquisição, que referiremos adiante, levaram a uma considerável perda populacional da vila ao longo do século XVII: em 1631 caiu para 700 fogos, em 1672 para 532 e em 1717 para 467. Houve depois uma pequena recuperação

durante o século XVIII, mas muito lenta, para 522 fogos em 1758, para 532 em 1776 e, por fim, para 658 fogos em 1798, já não se atingindo, porém, os valores de finais do século XVI (Magalhães, 1993: 42-76, 108 e quadro II).

A população era bastante heterogénea. Aos povoadores que ali se instalaram ao longo do século XV, naturalmente muitos outros aqui afluíram ao longo de Quinhentos. Conhecemos mal este movimento migratório interno, mas temos alguma informação sobre a sua diversidade. Sabemos, por exemplo, que, à semelhança do que se passava nos principais aglomerados urbanos do Algarve, existia em Portimão uma judiaria no final do século XV, aparentemente ocupando apenas uma rua (Magalhães, 1970: 28; Silva, 2021: 387). Esta comunidade, obrigada a converter-se ao Cristianismo a partir de 1496, esteve na base de um pujante grupo de cristãos-novos moradores na vila durante o século XVI, muito embora esteja documentada igualmente a fixação em Portimão de cristãos-novos com origem noutras partes do país. Residiam essencialmente junto à Porta da Ribeira, mas também próximo dos demais acessos à vila, como a Porta de São João e as ruas vizinhas – a Rua de São João e a sugestiva Rua do Peru (Vieira, 2012: 170-175), talvez uma evocação das relações económicas íntimas entre a Vila Nova e este vice-reino da Coroa de Castela.

Sobre estes cristãos-novos se abateram, porém, as perseguições e condenações da Inquisição a partir de 1558, entrada no Algarve precisamente a partir de Vila Nova de Portimão. Embora esta região tenha representado apenas um décimo dos penitenciados do Sul e cerca de 3,7% do total de condenações do país, o seu peso nesta vila foi muito expressivo e atingiu um sector da população particularmente dinâmico economicamente. Entre 1584 e 1604 foram 60% do total de condenados do Algarve, 99 pessoas, sobretudo mercadores, mas também diferentes artesãos e até profissionais ligados à saúde. Contaram-se ainda muitas mulheres, esposas de comerciantes com interesses na América espanhola, mas igualmente no Brasil e em outros espaços atlânticos, como Cabo Verde ou São Tomé. Noutros casos foram aprisionadas famílias inteiras da vila. Na verdade, além dos encarcerados, a Inquisição levou à fuga de muitos moradores, alguns dos quais bastante endinheirados, nomeadamente para aqueles espaços além-mar e para o Norte da Europa. Portimão foi a localidade com mais fugas registadas em toda a região. Deste processo resultou a deslocalização de atividades económicas e a saída de capital. No período de 1635 a 1640 a percentagem de condenados em Portimão já foi muito menor, possivelmente porque o primeiro embate reduziu muito o número de cristãos-novos, estando a vila já em plena

¹ CHAM – FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; joanaborres@gmail.com

² Departamento de História, CHAM – FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; andreteixeira@fcsch.unl.pt

decadência (Magalhães, 1993: 363-381; Vieira, 2012: 36, 86-90, 121, 152-153, 177-187, 197, 235).

A par dos nacionais, Portimão teve sempre uma comunidade de forasteiros. Estão, aliás, documentados alguns conflitos decorrentes desta convivência, já que parte destes saíam a terra armados, provocando desacatos (Ventura e Marques, 1993: 18). O desenvolvimento mercantil de Portimão levou, porém, à fixação de comerciantes estrangeiros desde a fundação da vila, nomeadamente oriundos do reino de Castela, sobretudo da sua zona meridional, dadas as intensas relações económicas (Silva, 2021: 192). Esta presença ampliou-se durante o século XVI, incluindo também gente das regiões atlânticas europeias com interesses no comércio ibérico. Estes mantiveram-se aqui mesmo com as perseguições inquisitoriais, já que estavam fora da alçada do Santo Ofício como não-católicos, apropriando-se paulatinamente do comércio e das manufaturas. A decadência destas atividades económicas em Portimão foi, porém, tornando esta comunidade residual, cada vez mais em Faro (Magalhães, 1993: 381-389).

Outros afluxos populacionais foram mais circunstanciais, como a fixação de casais oriundos de Tânger em 1662, após a cedência desta cidade norte-africana à Grã-Bretanha por Portugal. Do total de 497 casais, equivalente a 1667 pessoas, fixaram-se 77 casais em Vila Nova de Portimão e Alvor, totalizando 253 pessoas, compensando de alguma forma os recrutados nos anos anteriores para as campanhas militares no Alentejo da Guerra da Restauração (Magalhães, 1993: 94, 124). A chegada de gente do Norte de África era uma realidade que vinha da centúria anterior, incluindo alguns cristãos-novos, mas tinha então um carácter pontual (Vieira, 2012: 42, 88).

Numericamente mais expressivo foi o afluxo de populações escravizadas ao Algarve, com origem essencialmente na costa ocidental africana. Embora longe de constituir o essencial da mão-de-obra, desempenhavam inúmeras tarefas em espaço urbano e rural (Magalhães, 1970: 32). No caso da Vila Nova a sua presença registou-se pelo menos desde finais do século XV (Silva, 2021: 194), constando no foral de 1504 como um bem transacionável com apartado próprio (Marques e Ventura, 1990: 49-50). Na centúria seguinte, Portimão foi o concelho do sul do país com maior percentagem de pessoas escravizadas, cerca de 15%, reduzindo-se o seu peso para 8% e 6%, respectivamente na primeira e segunda metade do século XVII (Fonseca, 2002: 20-26). A relevância desta comunidade levou à criação de uma confraria de Nossa Senhora do Rosário, à semelhança do que sucedeu noutros pontos do país, neste caso erigida na matriz da vila, a igreja de Nossa Senhora da Conceição. A partir de 1679, passaram a existir duas confrarias com aquela mesma evocação, uma “dos homens brancos”, outra “dos homens pretos”, adstritas a capelas em lados opostos daquele templo (Fonseca, 2002: 220; Ventura e Marques, 1993: 22-24).

Relativamente às ocupações da população portimonense, os dados são escassos. O levantamento das actividades profissionais no Algarve baixo-medieval indica-nos um precoce estabelecimento em Portimão de lavradores (primeira referência de 1456), tanoeiros (em 1485), calafates e carpinteiros (em 1496) e grande quantidade de pescadores (já em 1486), demonstrando a complementaridade da vida marítima e rural neste espaço desde a sua fundação (Silva, 2021: 198-208). Aliás, não se pode dizer que as cidades algarvias da época moderna tivessem uma vida cidadina, já que estavam “implicadas na rede de relações agrárias, no cultivo de frutas e cereais, na criação de gado”, relacionando-se boa parte do artesanato com atividades produtivas e extrativas,

nomeadamente a pesca e navegação. Nota-se também uma escassa especialização profissional (Magalhães, 1993: 103). Desde o início que os habitantes de Portimão beneficiaram do direito de aproveitar os terrenos incultos do vizinho concelho de Silves, uma forma de compensar a escassez do seu termo (Silva, 2021: 130). Efetivamente, o foral da vila refere expressamente que os seus moradores detinham “herdades”, “quintas” e “casais” fora do seu termo (Marques e Ventura, 1990: 42). A agropecuária era também por isso uma das suas principais atividades.

Ainda assim, parece evidente que a economia de Portimão foi, desde o início, “comandada pelo sector dos ofícios do mar e do rio, desde a produção de sal à pesca” (Silva, 2021: 203). Os pescadores do Algarve, incluindo os desta vila, foram particularmente privilegiados pela Coroa. Estavam, por exemplo, isentos de impostos sobre fio, aparelhos (massame, poleame e velame) e outros materiais importados necessários à sua faina. Estavam também escusados de serviços variados, incluindo militares, e beneficiavam de inúmeras garantias, como a de manterem os seus filhos e filhas em suas casas se estes aqui quisessem viver. O dinamismo dos pescadores algarvios levou-os a fundarem as suas confrarias, gestoras de bolsas de dinheiro que auxiliavam os seus membros em caso de dificuldade. No caso de Portimão, a confraria do Corpo Santo, anexa à igreja do mesmo nome, também chamada justamente “do Compromisso Marítimo” e erguida pelos pescadores locais, está documentada desde inícios do século XVI (Lapa, 1959: 39-51; Silva, 2021: 227-230). Entre as funções do Compromisso estava a assistência médica aos pescadores, ou o auxílio em caso de doença, pobreza ou velhice (Lapa, 1959: 30-31). Esta agremiação era privilegiada com parte dos impostos régios cobrados sobre as pescarias (Marques e Ventura, 1990: 40).

A intensa faina pesqueira animava particularmente a Ribeira, nomeadamente uma zona específica onde se deveria descarregar todo o peixe, à exceção daquele que era usado para consumo dos pescadores. Dos achados arqueológicos deste projeto, registam-se chumbadas de pesca (Y854), além de inúmeros anzóis de cronologia indeterminada. À Ribeira afluíam, igualmente, os produtos trazidos por mar obrigados ao pagamento de direitos de portagem, que deviam ser descarregados na praia, entre padrões fincados no solo que serviam como “marcas da portagem”, a fim de se proceder à respetiva tributação (Marques e Ventura, 1990: 39, 71). A Ribeira era, pois, um espaço de grande azáfama, constituindo a sua porta o limite fiscal mais importante da vila, um espaço particularmente vigiado. O mesmo não sucedia com as embarcações oriundas do rio a montante, que poderiam descarregar em qualquer parte da praia, ou os bens transportados por terra, que podiam ingressar na vila por qualquer porta da cerca. Nestes casos, se fossem oriundos do termo de Portimão ou dos vizinhos concelhos de Silves, Lagos e Alvor – entre os quais existia na prática total liberdade de comércio – não teriam de sinalizar a sua chegada junto da portagem, podendo entrar a qualquer hora. Se viessem de outras partes do país, ou davam conta da sua chegada, ou descarregavam as mercadorias na praça da vila, à porta da casa da portagem ou nas fangas, casas destinadas à venda dos cereais; podiam ainda permanecer com a sua carga numa estalagem da vila se chegassem de noite, mas neste caso tinham de declará-la junto de duas testemunhas (Marques e Ventura, 1990: 71-73). Estas disposições do foral eram muito detalhadas, dado o desejo de controlo do comércio e sua tributação por parte da Coroa, condicionando o uso dos espaços em Vila Nova de Portimão.

Enfim, muitas outras atividades ligadas à faina marítima estão documentadas. Não se referindo a existência de taracenas nesta Ribeira, parece que a construção e reparação naval ocorria em área aberta, também na praia diante da respetiva porta (Silva, 2021: 408). A venda de “naus ou navios, caravelas ou barcas” era um item especificado no foral da vila, prevendo-se também isenções fiscais para toda a operação de assistência a embarcações que demandassem este porto, fosse a aquisição de aprestos para reparações, fosse a compra de bens alimentares para provimento das tripulações (Marques e Ventura, 1990: 54-55). Já os mercadores “eram autorizados a cortar carqueja, giesta, feitos, raízes e murta para fazerem camas nos seus barcos” (Silva, 2021: 130). Era um cenário de grande bulício que animava a orla de Portimão, marcando toda a vida das populações ribeirinhas do estuário do Arade.

Entre as atividades extrativas que ocupavam os seus habitantes destaque para o sal, já explorado no início do século XVI em zona contígua à Vila Nova, existindo aí uma “casa do sal”, onde o produto era armazenado e vendido (Silva, 2021: 55, 330). A salicultura era praticada na orla fluvial em zona imediatamente a Sul da vila muralhada, aparentemente em torno da atual Avenida D. Afonso Henriques, segundo o desenho de Alexandre Massai (v. fig. 1 e 2 em Teixeira *et al.* – *Guerra e fortificação na foz do Arade nas épocas medieval e moderna*). Os marnotos trabalhavam também no sapal a Norte da cerca, junto da atual ponte ferroviária, onde ainda hoje se notam os seus vestígios (Ventura e Marques, 1993: 16-17).

A pedra calcária era aproveitada para o fabrico de cal, entre Portimão e Estômbar (Magalhães, 1970: 181-183), beneficiando de isenção de impostos (Marques e Ventura, 1990: 35). Ela abundaria sobretudo na margem esquerda do Arade, em território sob jurisdição de Silves, conforme testemunho de inícios do século XVII (Guedes, 1988: 129), o que não quer dizer que não ocupasse os habitantes da Vila Nova. Na realidade, muito embora as duas orlas da foz do rio pertencessem a municípios distintos, desde 1466 existia uma barca de passagem conectando as duas margens (Ventura e Marques, 1993: 16). Era, pois, um espaço único em termos económicos, num quotidiano diário de grande proximidade.

Nas margens do estuário estão também identificados vários moinhos movidos pela oscilação da maré, em épocas baixo-medieval e moderna. Na margem esquerda, pelo menos três em Estômbar, um na Mexilhoeira da Carregação e outro no esteiro de Ferragudo, nos séculos XV-XVI. Na margem direita, pelo menos dois na ribeira de Boina, um do século XIII, outro do século XV, um no esteiro da Companheira, do século XV, e outro em frente a Vila Nova de Portimão, do século XVI. Seguiu-se uma tendência nacional de incremento deste tipo de estruturas nesta época, sobretudo em estuários de rios junto de localidades com dinamismo portuário, a fim de satisfazer a maior necessidade de farinha por parte de uma população e atividade económica em crescendo (Silveira, 2010). Do labor ancestral destes moleiros restam ainda hoje vestígios arqueológicos e etnográficos (Ventura e Marques, 1993: 16).

Cedo também se implantaram artesãos em Vila Nova de Portimão, como os sapateiros (desde 1484) (Silva, 2021: 199), ou os correiros, cuja presença é sugerida pelo achado arqueológico de uma guarda de palma de mão (H223), usada na transformação dos couros em sapatos, cintos, bolsas e tantos outros objetos. A partir do século XVIII estes beneficiaram do cultivo extensivo do sumagre em torno de Portimão, chegando a propor-se, em 1774, a instalação de uma fábrica para curtir peles de gado bovino e caprino (Magalhães, 1993:

227). Também a descoberta de uma agulha curva (G193) poderia estar associada a estes trabalhos de couro, a partir do século XVIII igualmente ao labor dos estofadores. Já a olaria parece ter sido limitada aqui ao fabrico de telhas e tijolos, adquirindo-se fora todas as demais louças domésticas, segundo o seu foral (Marques e Ventura, 1990: 58-59), faltando-nos neste caso os preciosos dados arqueológicos.

Destaque para a presença de profissionais relacionados com a saúde – barbeiro (desde 1500), físico (em 1500 ou 1513), cirurgião (desde 1513) e boticário (desde pelo menos 1540), uma realidade que também derivará da necessidade de prestar apoio aos navegantes (Braga, 1994: 63-64; Silva, 2021: 198, 201). Neste contexto, não é de estranhar o achado de um “almofariz de botica” (K461), que podia ser utilizado numa qualquer botica daquela comunidade ou de uma embarcação que por ali passasse; com as suas mezinhas, constituíam uma base importante dos cuidados de saúde à época (Braga, 1994: 61).

Por último, é bem conhecida uma casa de mancebia criada em 1517 em Portimão, eventualmente a primeira da vila, instituída a pedido do seu donatário, o conde de Vila Nova, e erguida em terreno cedido pelo monarca, “por bem e honestidade de boa vizinhança dos moradores”. Esta localizava-se junto à muralha “para nela se recolherem as mancebas solteiras e se afastarem de conversarem com as mulheres casadas que vivem em sua honra” (Lapa, 1959: 15-16). A prostituição era uma prática moralmente condenada, mas socialmente aceite.

Na Idade Moderna, muitas das atividades quotidianas tinham uma dimensão doméstica, praticando-se dentro ou à porta das casas, em busca de espaços mais iluminados. Marcadores de massas de bolos, e possivelmente pães, também designados “chavões”, (Y733), revelam o hábito de os cozer com cuidados estéticos acrescidos, especialmente em ocasiões festivas (Pires, 1908; Vasconcellos, 1915: 204; Correia, 1916: 23, 25). Fusos, dedais e agulhas testemunham o trabalho têxtil, ainda que a uma escala local. O fuso (Y725) era usado na fiação do linho ou da lã para produção de novelos de fio, que se poderiam usar na roupa do corpo e da casa. Já os dedais (Y819, Y726) protegiam os dedos daqueles que com as suas agulhas tratavam de coser a roupa, fosse para a confeccionar ou para a remendar. Um pouco diferente dos dedais convencionais surge ainda o “dedal de alfaiate” (Y807), com a mesma função dos anteriores, mas numa zona intermédia dos dedos, que facilitaria a realização de certo tipo de pontos. Estas tarefas, quando realizadas em contexto doméstico e não laboral, eram essencialmente femininas, sendo aprendidas desde cedo em casa ou dentro da rede de familiares ou vizinhas (Vieira, 2012: 234).

Outro aspecto do quotidiano revelado pela arqueologia é o do vestuário da população da Vila Nova em época moderna, muito embora apenas se conservem os acessórios metálicos. Alguns dos objectos mais comuns são as fivelas, que aqui são de pequena a média dimensão. As mais pequenas (Y779) serviam geralmente para sapatos ou cintos mais estreitos, usados para sustentar adereços junto ao corpo, ou para as rédeas ou cabeçadas de cavalos. As médias (G294, W056, Y830) aplicavam-se em couro mais largo, fosse em cintos, fosse em pequenas tiras cosidas a peças de roupa. Os materiais e os detalhes decorativos destas fivelas indiciam por vezes o estrato social de quem as usava. De facto, no caso das peças em ligas de cobre, ora com mais quantidade de estanho no caso do bronze, ora de zinco no caso do latão, remetem para pessoas com algum poder monetário, mas que não seriam necessariamente da nobreza. Os estratos mais

elevados deste grupo usariam metais ditos mais nobres, como o ouro ou a prata.

A mesma lógica se aplica aos botões (H260, Y783), elementos para fixação em tecido, cuja decoração indicia a sua utilização em vestuário, uma vez que se nota uma preocupação estética. Estes objetos, tal como os anéis (L360, L368, L370, Y806), eram usados por homens e mulheres na Idade Moderna, ainda que haja mudanças de estilo e gosto ao longo dos séculos. De notar, uma vez mais, que, face à inexistência de dados sobre o local de produção destas peças, estas tanto podiam ter sido utilizadas pela população ribeirinha de Portimão – tendo acabado, por algum infortúnio ou por rejeição, no fundo do rio –, como por mareantes embarcados – resultando neste caso de naufrágio ou também de descarte. O quotidiano de uma comunidade ribeirinha ou de população embarcada não era substancialmente distinto, pelo menos no que se refere a estes aspetos mais básicos da vida.

Outro exemplo disso é a questão da alimentação. Neste caso, cumpre assinalar que a estes achados faltam os objetos mais comumente utilizados na preparação e consumo de alimentos em épocas passadas, as vasilhas de barro. O metal – desde logo o ferro, mas mais ainda as ligas de cobre e estanho – era muito mais valioso que a cerâmica em épocas medieval e moderna, pelo que o seu uso era circunscrito a recipientes muito particulares ou objetos de grandes dimensões, geralmente apenas existentes em contextos sociais mais elevados. Assim, não é de estranhar a presença de pratos (C426³), talheres (G207), gomis (C425⁴) ou outro tipo de jarros (G269) de estanho à mesa dos mais abastados, ou panelas e tachos (F662), dos mais variados tamanhos a laborar nas suas cozinhas. Note-se que as panelas metálicas de grandes dimensões usavam-se também em cozinhas que serviam grandes quantidades de pessoas, como palácios e conventos, mas também tripulações e regimentos militares. O facto de serem refundidos em caso de desgaste confere-lhes grande invisibilidade na generalidade do registo arqueológico, ao contrário das cerâmicas.

Algumas peças permitem-nos ainda perceber como o ócio era vivenciado nesta época. Um forninho de cachimbo em estanho (Y745) testemunha a presença do tabaco no quotidiano de Setecentos. A prática de fumar tabaco começou a generalizar-se na sociedade europeia do século XVII, com produções crescentes de cachimbos em cerâmica na Grã-Bretanha, nos Países Baixos, em França e na Alemanha (Hissa e Lima, 2017: 232-239), sendo menos comuns os de metal, até pelo custo associado ao material (Hume, 1991: 302-304).

Muitas outras ocupações não deixaram vestígios, tanto na documentação, como nos achados pontuais do projeto «DETDA». Só a continuidade da investigação arqueológica na cidade de Portimão – um repositório de informação imenso, escondido no rio, mas também muito no seu subsolo – poderá dar novas informações substanciais sobre o quotidiano desta população em épocas passadas. Afinal, são muitas as histórias que o rio, mas também a terra, nos traz...

Bibliografia

- Braga, I. M. R. M. D. (1994) – “A Saúde Pública e os seus agentes em Portugal: o caso dos boticários (1521-1557)”. *Asclepio*, 46: 2, 59-77.
- Correia, V. (1916) – “«Pintadeiras» ou «Chavões» Alentejanos”. *Terra Portuguesa*, 1, 23-29.
- Dias, J. J. A. (1996) – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Fonseca, J. (2002) – *Escravos no sul de Portugal: séculos XVI-XVII*. Lisboa: Vulgata.
- Guedes, L. da C. (1988) – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massai (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Hissa, S. de B. V.; Lima, T. A. (2017) – “Cachimbos europeus de cerâmica branca, séculos XVI ao XIX: parâmetros básicos para análise arqueológica”. *Anais do Museu Paulista*, 25: 2, 225-268. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0209>.
- Hume, I. N. (1991) – *A Guide to Artifacts of Colonial America*. New York: Vintage Books.
- Lapa, A. (1959) – *Portimão: Cidade Duas Vezes e o Compromisso dos seus Pescadores*. Lisboa: s.n.
- Magalhães, J. R. (1970) – *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Magalhães, J. R. (1993) – *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Marques, M. G. M.; Ventura, M. G. M. (1990) – *Foral de Vila Nova de Portimão 1504*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.
- Pires, T. (1908) – “Indústria pastoril alentejana: os chavões”. *Revista Lusitana*, XI, 77-78.
- Silva, G. M. da (2021) – *As portas do mar oceano: vilas e cidades portuárias algarvias na Idade Média (1249-1521)*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silveira, A. C. (2010) – “A edificação de moinhos de maré no salgado algarvio entre os séculos XIII e XVI”. *Xelb 10*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 587-611.
- Vasconcellos, J. L. de (1915) – *Historia do Museu Etnológico português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Ventura, M. G. M.; Marques, M. G. M. (1993) – *Portimão*. Lisboa: Editorial Presença.
- Vieira, C. da C. (2012) – *Uma amarra ao mar e outra à terra. Cristãos-novos no Algarve (1558-1650)*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³ V. ficha de catálogo nesta publicação, em *Navio e embarcações*.

⁴ V. ficha de catálogo nesta publicação, em *Navio e embarcações*.



Reconstituição das várias atividades desenvolvidas quotidianamente numa rua de Vila Nova de Portimão. À esquerda duas mulheres cosem e fiam os têxteis, um homem trabalha o couro, uma mulher e criança marcam os bolos cozidos no forno e um boticário prepara as suas mezinhas. À direita, entre os vários transeuntes que seguem para a porta ribeirinha da muralha, está um marinheiro fumando cachimbo.

G193

Aguilha

Liga de cobre

Época Medieval / Moderna (séc. XV-XVII)

13,6 x 0,4 x 0,3cm 7gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

José de Sousa

Aguilha longa de secção circular, com um orifício circular numa das extremidades, apresentando-se aqui achatada e com secção de tendência quadrangular. Aparenta uma ligeira curvatura na outra extremidade pontiaguda, o que poderia ser propositado. De facto, este tipo de agulhas, curvas ou direitas, era geralmente usado por pessoas que trabalhavam couros ou estofadores (Beaudry, 2006: 47, 57).

Beaudry, M. (2006) – *Findings. The Material Culture of Needlework and Sewing*. New Haven & London: Yale University Press.

**Y725**

Fuso

Liga de cobre

Época Medieval / Moderna (séc. XII-XVI)

15,5 x 0,5cm 5,9gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Peça de secção circular, aumentando substancialmente de diâmetro na extremidade onde se fixava o cossoiro. Nesta extremidade a peça apresenta-se oca, onde teria um pequeno encabamento em osso ou madeira. Esta zona está decorada com sete bandas paralelas de pequenos traços oblíquos incisos. Este tipo de fusos surge em contextos medievais e modernos, na Península Ibérica (Fareira, 2014: 33), nas ilhas Atlânticas (Sousa, 2011: 486-487), ou no Norte de África sob dominação portuguesa (Redman & Boone, 1979: 73), desde o século XII ao século XVI.

Fareira, L. (2014) – *Estudo dos "Outros Materiais" provenientes do Museu Nacional de Machado de Castro*. Dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Redman, C. L.; Boone, J. (1979) – "Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer): a 15th and 16th century Portuguese colony in North Africa". *Stvdia*, 41-42, 5-74.

Sousa, É. (2011) – *Ilhas de arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*, vol. 1. Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



Y726

Dedal

Liga de Cobre

Época Moderna (séc. XVI-XVII)

1,9 x 1,7cm 3,7gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

José de Sousa

Dedal com perfil cónico, de secção circular. Apresenta linhas de punções concêntricas na superfície externa, notando-se duas caneluras a delimitar a parte superior da peça. Na base apresenta duas bandas com decoração: a superior parece constituir-se de vários "x" em relevo consecutivos, a inferior aparenta ter vários triângulos consecutivos feitos a pontilhado. Tem paralelo com os dedais do século XVI de Alcácer Ceguer, vila ocupada pelos portugueses no Norte de África (Redman, 1986: 207-208), de Puerto Real, colónia americana espanhola no actual Haiti (Deagan, 2002: 201-202), e de Coimbra, neste caso em níveis de finais desta centúria (Fareleira, 2014: 26-28), notando-se semelhanças com as produções quinhentistas e seiscentistas de Nuremberga (Read, 2018: 41-42).

Deagan, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume 2: Portable Personal Possessions*. Washington & London: Smithsonian Institution Press.

Fareleira, L. (2014) – *Estudo dos "Outros Materiais" provenientes do Museu Nacional de Machado de Castro*. Dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Read, B. (2018) – *Metal Sewing-Thimbles Found in Britain*.

Oxford: Archeopress.

Redman, C. L. (1986) – *Qsar es-Seghir. An archaeological view of Medieval Life*. Orlando: Academic Press.



Y819

Dedal

Liga de Cobre

Época Medieval (séc. XII- XV)

Ø2,2 x 3,15cm 13,7gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Vidaúil Martins

Dedal de forma cónica e secção circular. Apresenta punções na superfície externa, praticamente desde a base e à excepção do topo. A zona superior é pontiaguda, notando-se linhas onduladas incisivas, que partem do seu centro até à zona do início das punções. Este tipo de dedais seria de influência islâmica, surgindo desde o século XII e generalizando-se a sua produção na Europa a partir do século XIV. Não se estranha por isso o seu surgimento em contextos ibéricos e norte-africanos quatrocentistas (Read, 2018: 21; McConnell, 1990: 14).

Read, B. (2018) – *Metal Sewing-Thimbles Found in Britain*.

Oxford: Archeopress.

McConnell, B. (1990) – *A collector's guide to thimbles*. London: Wellfleet Books



Y807

Dedal de alfaiate

Liga de Cobre

Época Moderna (séc. XVII-XVIII)

Ø2,1 x 1,3cm 7gr

Praia da Bota (Portimão)

Paulo Viegas

Dedal de perfil circular, com cinco linhas de reenâncias hexagonais paralelas e concêntricas na superfície externa, feitas com recurso a recartilhagem. Esta técnica só surge a partir do século XVII (Deagan, 2002: 200) e a presença do espessamento dos bordos aponta para uma produção entre os séculos XVII e XVIII (Read, 2018: 17-20). Era usado a meio do dedo, em vez da extremidade, para facilitar a costura de certo tipo de pontos. Read, B. (2018) – *Metal Sewing-Thimbles Found in Britain*. Oxford: Archeopress.

Deagan, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume 2: Portable Personal Possessions*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.



H223

Guarda de palma de mão

Chumbo

Época Moderna/ Contemporânea

6,4 x 4,4 x 0,3cm 58gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Placa em chumbo bastante danificada, com uma depressão circular na área central. Peças de características semelhantes, com uma forma oval, uma face convexa e a restante de tendência aplanada, têm sido interpretadas como guardas de palma de mão, utilizadas pelos artesãos de couro para proteção da mão, enquanto usavam objetos perfurantes (Read, 2018: 83). A depressão circular serviria como zona de trabalho da agulha ou outro objeto pontiagudo, propondo-se o seu uso envolto em couro, tendo este material um buraco coincidente com a depressão no chumbo. Algumas peças semelhantes parecem ter sido fundidas recorrendo a conchas de ostras como moldes. A função exata deste tipo de peças ainda se encontra por esclarecer, visto que, de acordo com Read (2018: 83), a sua utilização em indústrias marítimas ou terrestres ainda não foi comprovada. A sua cronologia é, de igual forma, difícil de precisar, sugerindo-se uma data pós-medieval, centrada entre os séculos XVII e XIX.

Bailey, G. (1993) – *Detector Finds 2*. Greenlight Publishing.

Read, B. (2018) – *Metal Sewing-Thimbles Found in Britain*.

Oxford: Archeopress.



Y733

Chavão?

Liga de cobre

Indeterminado

3,1 x 1,9 x 1,4cm 4,2gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Peça com forma zoomórfica, eventualmente um coelho em movimento, em baixo-relevo. Na parte superior apresenta uma pega de perfil subtriangular. Estas características apontam para que este objecto fosse utilizado para marcar, como um selo ou carimbo. R. Bluteau (1712: 279) no seu dicionário da língua portuguesa define um “chavam” como um “molde de metal, e espécie de sinete grande, com que se imprime alguma figura na massa, da qual se fazem bolos”. Do mesmo modo, ainda em meados do século XVII, na “Carta de Guia de Casados” se refere que uma das preocupações de uma mulher casada era “mandar abrir chavões para fazerdes bollos a vosso marido” (Melo, 2007 [1651]: fl. 84v).

Já no século XIX e XX, os chavões mantiveram a sua designação e função, ainda que nem sempre sendo feitos em metal, mas também em madeira e “chifre”, associando-se à zona do Alto Alentejo. Em paralelo, verificam-se outras nomenclaturas coevas, nomeadamente “pintadeiras” na região de Évora, e “pintura dos bolos” ou “fôrma dos bolos” no concelho do Alandroal (Pires, 1908; Vasconcellos, 1915: 204; Correia, 1916: 23, 25).

De qualquer forma, admitimos que esta marca pudesse ser também usada sobre outro tipo de materiais, fosse como motivo decorativo ou como marca pessoal ou familiar. Não deixa de ser significativa a utilização do termo “pintadeira” na zona de Molelos para designar um molde de madeira que se usava para decorar cerâmica, adotando-se sinónimos como “estria” ou “picadeira” em Mondrões e “marcadeira” em Parada de Gatim (Fernandes, 2012.II: 236; Fernandes, 2012.I: 612, 628). Bluteau, R. (1712) – *Vocabulario Portuguez, e Latino...*, Vol. 2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu. Disponível em: <https://purl.pt/13969>.

Correia, V. (1916) – «Pintadeiras» ou «Chavões» Alentejanos. *Terra Portuguesa*, 1, 23-29.

Fernandes, I. (2012) – *A loiça preta em Portugal: Estudo histórico, modos de fazer e de usar*. 2 Vols. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Melo, F. M. de (2007[1651]) – *Carta de Guia de Casados*, Rocha, D. (Ed.). Coimbra: Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/05cartadeguiadecasados>

Pires, Thomaz (1908) – Indústria pastoril alentejana: os chavões. *Revista Lusitana*, XI, 77-78.

Vasconcellos, J. L. de (1915). *História do Museu Etnológico português*. Lisboa: Imprensa Nacional

**F662**

Tacho

Liga de cobre

Época Moderna (séc. XVII-XVIII)

9,8 x 5,1 x 0,7cm 30gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Fragmento de bordo, com arranque de asa e de fundo de um tacho. O bordo é composto pela folha de metal enrolada para o exterior, criando uma secção circular oca. É provável que o fundo fosse ligeiramente côncavo, pelo que a altura seria pouco superior aos 5cm. A asa em fita está segura com um rebite a meio da parede da peça; está fraturada, pelo que imaginamos que seria horizontal, segura poucos centímetros ao lado por outro rebite. A peça teria duas asas, uma de cada lado, para mais fácil manuseio ao lume. Estas características levam a supor que a peça fosse relativamente pequena e leve, já que não se evidenciam sinais de reforço com rebites múltiplos. Apresenta semelhanças com peças do naufrágio Natière 1, da primeira metade do século XVIII (L'Hour & Veyrat, 2011: 94). L'Hour, M.; Veyrat, E. (2001) – *Un Corsaire sous la mer. Les épaves de la Natière, Archéologie sous-marine à Saint-Malo*, vol. 2. S.l.: Edition Adramar.

**G269**

Tampa de jarro

Estanho

Época Moderna (séc. XVI)

11,2 x 4,4 x 10,45cm 281gr

Depósito de dragados de Portimão

José de Sousa

Tampa de jarro de forma circular, tendo bordo marcado com incisão. O manípulo encontra-se fragmentado, conservando-se apenas a decoração com duas bolotas estilizadas. Esta decoração está presente em estanhos de naufrágios de meados do século XVI, como o *Mary Rose*, ou o *The Punta Cana Pewter Wreck*. A sua origem não é clara, apontando alguns autores para uma produção francesa (Weinstein, 2011: 171-173) ou neerlandesa (Roberts, 2013: 17).

Weinstein, R. (2011) – *The Archaeology of Pewter Vessels in England 1200-1700: A Study of Form and Usage*. Tese de doutoramento, Durham University.

Roberts, M. (2013) – *The Punta Cana Pewter Wreck. Pewter: Origin, Styles, Makers & Commerce* (Report). S.l.: S.n.. Disponível em: https://www.academia.edu/5090970/The_Punta_Cana_Pewter_Wreck_Pewter_Origins_Styles_Makers_and_Commerce (consultado a 07/08/2024)



K461

Almofariz

Liga de cobre

Época Medieval / Moderna (séc. XV-XVI)

12,2 x 7,7 x 11cm 1051gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Peça de perfil troncocónico, com a zona do fundo de menor diâmetro, para facilitar o processo de esmagamento dos ingredientes a utilizar. De notar que, para concretizar esta função, o almofariz era acompanhado por uma mão, provavelmente metálica, que neste caso não foi encontrada. O bordo do almofariz é mais largo e aberto, para facilitar o seu manuseio, apresentando um espessamento externo significativo, que lhe permitia ter maior estabilidade. Na superfície externa, na zona central, apresenta em lados opostos um conjunto de bandas verticais concêntricas decoradas em relevo: duas bandas com um mesmo motivo vegetalista, seguidas de três com caneluras horizontais paralelas. A este corpo principal foram acrescentadas duas pegas laterais, de perfil retangular, mas cuja extremidade tem uma forma em "v", ambas foram aplicadas sobre a decoração de caneluras em relevo. As pegas apresentam cada uma seu orifício, onde estariam argolas do mesmo material, que se terão fraturado e perdido.

O tipo de pega e a utilização de bandas verticais remetem para modelos medievais islâmicos, com uma produção continuada atestada na Península Ibérica. Este exemplar parece estar entre uma estética que a bibliografia designa de "hispano-mourisca" e uma nova linguagem artística do Renascimento, em que os contrafortes se esbatem em bandas verticais decoradas (Lewis, 1984: 329-331). Por estas razões parece-nos que este objeto terá sido produzido entre os séculos XV e XVI, possivelmente na Península Ibérica.

Este tipo de almofarizes, pela sua forma, tamanho e material, está associado a contextos farmacêuticos, sendo manuseados pelos então designados boticários (Andrés, 1993: 88-91; Nicolau et al., 2021: 22). Ainda assim, não se descarta a sua utilização noutras atividades, em que fosse necessário esmagar ou triturar pequenos elementos.

Andrés Turrión, M. L. de (1993) – "Morteros y balanzas". In Sánchez Sánchez, P.; Bursset Tourón, M. (Coords.) – *El Museu de la Farmacia Hispana*. Madrid: Consejo Social de la Universidad Complutense de Madrid, 74-125.

Lewis, J. M. (1984) – "A Medieval Brass Mortar from South Wales and its Affinities". *The Antiquaries Journal*, 64: 21, 326-336.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – "Projecto IPSIIS". *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 241, fig. 24.

Nicolau, J. L.; Conceição, J.; Rodrigues, I.; Freitas, J. G. de (2021) – "O Almofariz como Ícone da Profissão Farmacêutica: Evolução Histórica e sua importância no Ensino Universitário". *História da Ciência e Ensino. Construindo interfaces*, 23. DOI: <https://doi.org/10.23925/2178-2911.2021v23p17-41>.



G207

Cabo de talher

Estanho

Época Moderna (séc. XVIII-XIX)

11,5 x 2,1 x 0,4cm 33gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Cabo de talher – colher ou garfo – com haste de forma e secção rectangular, alargando consideravelmente na zona da pega; a outra extremidade denota um espessamento. Este modelo de pega é conhecido na bibliografia anglo-saxónica como "fiddle pattern" (lit. padrão de violino), e a sua conjugação com o espessamento da haste esteve especialmente em voga entre meados do século XVIII e o primeiro do XIX (Wadley, 1985: 125-126; Wade, 1982: 34-35, 40-42). Este exemplar apresenta decoração vegetalista ao centro da pega, estando rodeada por uma moldura de pequenos círculos.

Wade, B. (1982) – *Cutlery from the Fort ar Coteau-du-Laz, Quebec*. Ottawa: Minister of the Environment.

Wadley, C. (1985) – *Historical analysis of pewter spoons recovered from the sunken city of Port Royal, Jamaica*.

Dissertação de mestrado, Texas A&M University.



G294

Fivela

Liga de cobre

Época Medieval (séc. XIV-XV)

0,8 x 3,2cm 10gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Manuel Martins

Fivela com fuzilhão. Este está enrolado ao aro, apresentando na outra extremidade ligeiro espessamento. O couro era preso a este aro, integrando também o fuzilhão. Estes objetos parecem apontar para uma utilização entre os finais do século XIV e o século XVI (Egan, Pritchard, 2002: 57-64; Deagan, 2002: 181). Egan, G.; Pritchard, F. (2002) – *Dress Accessories, c. 1150- c. 1450*. London: Boydell Press, Museum of London.

Deagan, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume 2: Portable Personal Possessions*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.



W056

Fivela
 Estanho
 Época Moderna (séc. XVI)
 5,4 x 4 x 1,2cm 19gr
 Depósito de dragados de Portimão
 José Costa
 Fivela dupla, sem travessa, de perfil subretangular. Tem decoração feita a molde na parte superior com motivos vegetalistas e marítimos, destacando-se duas conchas nas extremidades. Esta decoração parece integrar as representações de grotescos, muito presente no renascimento em Portugal (Policarpo, 1996: 34-41).
 Policarpo, I. P. (1996) – *Gregório Lopes e a "ut pictura architectura": os fundos arquitectónicos na pintura do Renascimento português*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



Y779

Fivela
 Liga de Cobre
 Época Moderna (séc. XVI-XVII)
 3,5 x 3,2 x 0,5cm 11gr
 Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
 Helmut Kerstin
 Fivela dupla, com travessa fraturada, de perfil subretangular, decorada com motivos em relevo. Notam-se várias caneluras ao longo da fivela, sendo que nas duas extremidades longitudinais as caneluras se ajustam para formar uma flor estilizada.



Y830

Fivela
 Liga de cobre
 Época Moderna (séc. XVI-XVII)
 4,3 x 3,5 x 0,9cm 6gr
 Praia de Alvor (Portimão)
 Frank Reinhardt
 Fivela dupla, com travessa fraturada, de perfil subretangular, decorada na parte superior com cinco traços incisos a meio de cada um dos seus quatro lados.



Y783

Botão
 Liga de estanho
 Época Medieval/ Moderna
 Ø2,5 x 0,8cm 5,9gr
 Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
 Helmut Kerstin
 Botão de forma circular, feito a molde. Na parte superior é decorado com flor de seis pétalas, rodeada por um cordão. Na parte inferior é possível ver a marca do processo de modelação do botão. A zona da argola em que este era preso à roupa está fracturada.



H260

Botão
 Latão
 Época Moderna / Contemporânea (séc. XVII-XIX)
 Ø3,3x 0,4cm 3gr
 Praia dos Careanos (Portimão)
 Frank Reinhardt
 Botão circular com duas perfurações centrais. Está decorado em alto-relevo com uma cena de paisagem campestre. À esquerda representa-se uma figura masculina em cima de um barril de madeira tocando um instrumento musical de arco, aparentemente um violino. À direita, figura-se um casal dançando de mãos dadas. A peça possui um rebordo que encaixaria noutra parte do botão, provavelmente um disco de madeira ou osso. A temática abordada parece remeter para representações pictóricas seiscentistas de tradição alemã e flamenga, em que artistas como Adriaen van Ostade (1610-1685) ou Jan Steen (1625/6-1679) exploram um quotidiano camponês, geralmente em ocasiões festivas (Wheelock, 2017).
 Wheelock, A. K. (2017) – *The Dancing Couple, by Jan Steen*. Washington: National Gallery of Arte. Disponível em <https://www.nga.gov/collection/art-object-page.1220.html>.



L360

Anel
Estanho
Época Moderna (séc. XVII-XVIII)
2,6 x 2 x 1,9cm 6gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Frank Reinhardt

Anel com aro de secção circular, ainda que distorcido. Esta peça é relativamente larga para permitir fazer uso da decoração rendilhada. Os motivos dos recortes são losangulares, intercalando-se em conjuntos de três losangos e dois losangos. O aro do anel é rematado com pequenos elementos vegetalistas em relevo. Ao centro do anel encontra-se uma plataforma oval em negativo, que teria engastada uma outra peça, cuja natureza se desconhece; poderia tratar-se de uma pedra, de um camafeu ou mesmo de um material menos nobre decorado. A técnica de rendilhado está registada noutros anéis das escavações do Mercat del Born (Barcelona), entre os séculos XVII e XVIII (Beltrán, Miró, 2013: 212-213).
Beltrán de Heredia, J.; Miró, N. (2013) – “La indumentària i l’ornament personal des de l’arqueologia”. In *Indumentària. Barcelona 1700*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 189-231.



L368

Anel
Liga de cobre
Indeterminado
Ø2,1 x 0,6cm 1gr
Praia do Castelo (Lagoa)
Nuno Alves

Anel de secção circular, apresentando na superfície externa uma decoração em relevo em forma de losango. Feita com recurso a molde.



L370

Anel
Liga de cobre
Época Moderna (séc. XVII-XVIII)
Ø2 x 0,2cm 1gr
Depósito de dragados de Alvor (Portimão)
Luís Fernandes

Anel com o aro com perfil bifido, pela junção de dois fios metálicos. Estes fios foram trabalhados em separado, sendo enrolado um fio metálico mais fino à sua volta, na zona mesial; os dois fios foram depois entrelaçados ao centro e mantidos em paralelo no resto do aro do anel. Este tipo de técnica está registado nas escavações do Mercat del Born (Barcelona), entre os séculos XVII e XVIII (Beltrán, Miró, 2013: 212-213).
Beltrán de Heredia, J.; Miró, N. (2013) – “La indumentària i l’ornament personal des de l’arqueologia”. In *Indumentària. Barcelona 1700*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 189-231.



Y806

Anel
Liga de cobre
Época Medieval / Moderna (séc. XV-XVI)
Ø2,5 x 0,7cm 3,8gr
Praia da Bota (Portimão)
Helmut Kerstin

Anel de perfil circular e secção subretangular. Na superfície exterior tem um alargamento, onde apresenta uma decoração, já muito desgastada. Este modelo de anel tem paralelo com achados no assentamento colonial espanhol de La Isabela (República Dominicana), da última década do século XV (Deagan, 2002: 83).
Deagan, K. (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume 2: Portable Personal Possessions*. Washington, London: Smithsonian Institution Press.



Y745

Fornilho de cachimbo

Estanho

Época Moderna / Contemporânea (séc. XVIII-XIX)

Ø2,1 x 3,4 x 2,9cm 11gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Cachimbo em liga metálica, com fornilho e pedúnculo, tendo parte da haste fraturada junto à boquilha. O fornilho tem um perfil oval, surgindo quase perpendicular à haste; é um perfil que, no caso dos cachimbos cerâmicos, se desenvolve especialmente a partir de meados do século XVIII (Hume, 1991: 302-304).

O pedúnculo tem secção circular e não apresenta qualquer marca; na parte de trás tem uma argola, onde se seguraria uma corrente que sustentaria uma pequena tampa para encaixar no fornilho. Este mesmo tipo de argola foi encontrado num cachimbo metálico datado dos inícios do século XIX (APM, 2018: APM 23.074).

As primeiras referências arqueológicas a cachimbos em estanho são do século XVII, de uma missão jesuítica francesa em Ontário (Canadá) e de escavações em Jamestown (EUA) (David, 1993: 17). Apesar de haver referências a cachimbos noutras ligas metálicas, como prata, latão e ferro, parece que estes só apareceram em maior quantidade a partir do século XVIII (Atkin, 1993: 23). Exemplos semelhantes aparecem inventariados na coleção do Amsterdam Pipe Museum, com uma cronologia que se estende de meados do século XVIII até inícios do XIX, com produção nos Países Baixos (APM, 1979: APM 7.444a; APM, 2003: APM 7.444b; APM, 2018: APM 23.002). Amsterdam Pipe Museum (1979). Pipe à Tabac, APM 7.444a. Disponível em: <https://pipemuseum.nl/fr/collection/apm-7-444a>. Amsterdam Pipe Museum (2003). Pipe à Tuyeau, APM 7.444b. Disponível em: <https://pipemuseum.nl/fr/collection/apm-7-444b>. Amsterdam Pipe Museum (2018). Pipe à Tabac, APM 23.002. Disponível em: <https://pipemuseum.nl/fr/collection/apm-23-002>. Amsterdam Pipe Museum (2018). Pipe à Tabac, APM 23.074. Disponível em: <https://pipemuseum.nl/fr/collection/apm-23-074>. Amsterdam Pipe Museum (2018). Pipe à Tabac, APM 23.074. Disponível em: <https://pipemuseum.nl/fr/collection/apm-23-074>. Atkin, S. (1993) – "Pipes of iron and other metals". *Society for Clay Pipe Research Newsletter*, 38, 22-24. David, N. (1993) – "Metal Pipes: Pewter tobacco Pipes". *Society for Clay Pipe Research Newsletter*, 38, 16-19. Hume, I. N. (1991) – *A Guide to Artifacts of Colonial America*. New York: Vintage Books.

**Y854**

Chumbada de pesca

Chumbo

Indeterminado

16 x 1,1 x 1,2cm 98gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Peça de chumbo de forma elíptica, representando um peixe.

Numa das extremidades apresenta uma barbatana caudal, com um orifício ao centro, e na outra duas perfurações e oito incisões a retratar respetivamente os olhos e as guelras. Possui um orifício junto da barbatana caudal.

**Y860**

Aplique

Liga de Cobre

Época Medieval / Moderna (séc. XV-XVI)

3 x 2,2 x 0,1cm 3gr

Depósito de dragados de Portimão

José Costa

Aplique em forma de escudo, no qual se desenha um outro escudo dividido internamente em nove campos; à volta dele surge uma moldura em ziguezague, que só não aparece na parte superior. Dentro de cinco destes campos estão marcadas as cinco quinas, remetendo para os cinco escudetes do escudo de Portugal. A decoração foi feita com recurso à técnica de puncionamento, mas apresenta-se pouco uniforme, denotando um acabamento pouco cuidado. A superfície inferior encontra-se fraturada na zona onde a peça se fixaria. Os motivos em ziguezague a contornar as superfícies visíveis de peças metálicas são bastante comuns em peças europeias medievais, entre os séculos XIII e XV, ainda que surjam geralmente incisos (Egan, Pritchard, 2002: 30-31).

Egan, G.; Pritchard, F. (2002) – *Dress Accessories, c. 1150- c. 1450*. London: Boydell Press, Museum of London.



Portimão: uma cidade portuária e ribeirinha na época romana

Carlos Pereira¹

1. Introdução

O cotidiano na época romana era bastante diversificado e variava consoante o estatuto e a condição social. A sociedade romana estava constituída por indivíduos privilegiados (Saavedra-Guerrero, 2000), que gozavam de uma vida destacada e de propriedades, mas também por aqueles que dependiam das famílias mais ricas (Gellner, 1986). Era, portanto, uma sociedade baseada na desigualdade. Tal como na atualidade, também na Antiguidade existiam bairros e zonas concretas onde se concentravam determinados grupos sociais. As zonas ribeirinhas e portuárias das grandes cidades, onde proliferavam atividades de transação e gentes forâneas, eram consideradas áreas menos próprias para o quotidiano dos cidadãos romanos privilegiados.

Estas zonas não assistiram apenas a atividades relacionadas com o comércio ou o armazenamento de produtos. Seguramente que nos portos e áreas envolventes se desenvolveram outras atividades (Peña Olivas, 2017): como a construção de embarcações; a pesca e o processamento de peixe; a exploração de recursos hídricos; a produção agrária, entre outros. Os benefícios ribeirinhos e estuarinos foram essenciais para o desenvolvimento destas atividades, tendo desempenhado um papel multifacetado na sociedade romana, situação que se contradiz com a imagem de insegurança que frequentemente nos transmitem as fontes literárias.

A pesca e processamento de peixe foram seguramente atividades frequentes nas zonas portuárias, mas sobretudo nas imediações. Foi certamente uma ocupação relevante para as sociedades costeiras, quer como meio de subsistência quer como atividade económica. Por isso, as técnicas utilizadas deveriam ser variadas, desde a pesca com cana até à pesca em embarcações (Moreno Paramo e Abad Casal, 1971; Garcia Vargas, 2006). Neste sentido, não podemos esquecer a comercialização de peixe, que deveria ser uma atividade que se iniciava junto à costa.

Prova daquelas atividades são os abundantes anzóis, pesos ou as agulhas de rede que encontramos com frequência nos sítios litorais. Estes instrumentos eram utilizados na captura de peixe, alguns para a pesca com cana e linha, outros para a captura massiva, e demonstram que o conhecimento destas técnicas estava, na época romana, bem-adaptado às necessidades. Com efeito, estes instrumentos mantiveram-se praticamente inalterados durante muito tempo, motivo pelo qual, quando descontextualizados, não é possível atribuir-lhes cronologias concretas.

Era frequente que estes elementos se soltassem das redes ou da linha, se perdessem nas margens e no leito do rio e aí

permaneceram ao longo de muito tempo até que foram resgatados. Recuperar estes testemunhos do passado permite-nos compreender melhor as atividades que se exerceram nas margens do Arade, mas também conhecer aqueles que frequentaram as margens do rio.

Outros artefactos terão sido engolidos pelas águas do rio de formas que não podemos saber, apenas deixar à imaginação. Esse é justamente o caso de vários elementos de indumentária e de uso pessoal que, tal como acontece com frequência, se quebraram, caíram ou simplesmente extraviaram. Esse pode ser o caso das fíbulas, anéis, brincos ou alfinetes de cabelo. Embora alguns pudessem ser utilizados por ambos géneros, os alfinetes de cabelo e os brincos terão sido utilizados por mulheres (França, 1969: 44; Ponte, 1978).

Na sociedade romana, a forma de vestir e a aparência estavam relacionados com o estatuto social, económico e legal. Esse era também o caso das mulheres, que podiam desempenhar funções mais ou menos destacadas na família e na comunidade. As obrigações matrimoniais e familiares eram prioritárias, mas podiam também assumir papéis ativos na gestão do património e na religião (Medina Quintana, 2012; Bailón García, 2012). Ao invés, as mulheres de estatuto social mais baixo eram muitas vezes obrigadas a trabalhar como escravas (Rubiera Cancelas, 2015).

A vida de uma mulher na sociedade romana estava centrada na família, na casa e na religião. Devia dedicar-se à educação e cuidado dos filhos e podia exercer as suas funções com liberdade e no nome do marido dentro do âmbito familiar. Somente em casos de viuvez é que as mulheres romanas podiam assumir os assuntos externos dos maridos, excluindo a política.

O modelo de comportamento ideal da mulher na época romana devia ser virtuoso, casto e pio. Dentro desta imagem a indumentária e a aparência assumiam uma grande relevância. Era recomendado que utilizasse roupas modestas, mas que manifestasse a importância social da família. Na época alto-imperial generalizou-se uma aparência cada vez mais luxuosa da aristocracia, passando a utilizar maquilhagem, adornos corporais nobres e penteados elaborados (Fig. 1).

A situação da mulher plebeia, contudo, era bem distinta. O acesso à educação era muito limitado e quando alcançava a idade adulta contraía matrimónio ou convertia-se em concubina de algum aristocrata ou cidadão romano com poder. Geralmente trabalhavam para ajudar na economia da casa ou nos negócios dos maridos, podendo trabalhar também como serventes. Por viverem em condições difíceis e precárias, a maternidade representava um elevado risco.

Embora possamos pensar que a diversidade da sociedade romana originava grupos socialmente distintos com vivências

¹ Universidad Complutense de Madrid
carlossp@ucm.es / ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4116-3602>



Fig. 1 – Fresco da Vila dos Mistérios, em Pompeia, onde se pode observar a preparação do penteado de uma mulher romana (Foto C00000270, retirada de <https://open.pompeisites.org/#>).

diferenciadas, isso está longe da realidade. A elite convivia diariamente com escravos ou libertos manumitidos. Estes grupos deveriam ser maioritários, juntamente com o dos plebeus, e desempenharam funções muito variadas, desde trabalho agrário, nas minas, na construção e na produção. No entanto, sabemos que muitos escravos também desempenharam funções mais destacadas, como escrivas, médicos, gestores, sendo também frequentes os escravos pessoais de patrícios e matronas romanas.

A escravidão na época romana era uma instituição generalizada e representou a base da sociedade e da economia (García Mac Gaw, 2010). Os escravos podiam ser prisioneiros de guerra ou inclusive cidadãos que, por castigo ou por dívida, se entregavam voluntariamente como servos. Eram propriedade dos seus *domini* e perdiam qualquer direito legal, o que significa que o tratamento a que estavam sujeitos dependia dos seus proprietários.

As matronas romanas conviviam diariamente com escravos e escravas. Em âmbito doméstico era necessária mão-de-obra que garantisse o bom funcionamento da *domus* e dependia da *mater familia* garantir que tudo estava bem articulado. As tarefas domésticas eram ordenadas pela matrona, mas podiam ser

supervisionadas por um escravo ou escrava da sua confiança. Os escravos pessoais eram indivíduos que tinham ganhado a confiança dos seus proprietários e aqueles que lidavam de forma mais próxima com eles, auxiliando na gestão da casa, da economia doméstica e na aparência dos seus donos.

2. Evidências de quotidianidade de época romana na foz do Arade: a coleção de artefactos de época romana

O conjunto de artefactos que correspondem a evidências mais ou menos diretas de atividades do quotidiano, relações ou estatuto social está constituído por um total de 27 peças. Destas, a maioria integra as categorias dos elementos de indumentária (quatro peças), adornos pessoais (oito peças), toilette (três peças), baixela metálica (oito peças), medicina/farmácia ou cosmética (uma peça), pesos e medidas (uma peça), sistemas de segurança (uma peça) ou instrumental doméstico diverso (uma peça) nem sempre passível de se classificar de forma ajustada. Seguidamente comentamos alguns dos artefactos mais relevantes do conjunto, o que se justifica pela sua importância enquanto elementos definidores da sociedade romana e do seu dia-a-dia.

Os elementos de indumentária e os adornos pessoais são artefactos que permitem ter uma ideia ajustada da sociedade da época romana. Como já se comentou, são marcadores visuais que definem a própria estrutura social e o seu quotidiano, oferecendo um panorama bastante aproximado sobre as práticas sociais, económicas e também culturais. Porém, deve ter-se em conta que a utilização de elementos de indumentária, como as fíbulas (K445 do catálogo) ou as fivelas (K450 do catálogo), ou adornos pessoais, como é o caso dos anéis, brincos ou alfinetes de cabelo (K434 e K464 do catálogo) que se podem ver neste catálogo, era extensível sobretudo à oligarquia e cidadãos livres destacados. Aos membros mais desfavorecidos da sociedade romana, como é o caso dos escravos, não era permitido o uso destes elementos, sobretudo os de metais nobres.

Apesar do que se comentou, deve ter-se em conta que estes artefactos estavam associados a um vestuário concreto ou, no caso das mulheres, a penteados elaborados (Mariné, 1983). Conquanto as túnicas e as togas fossem vestes simples, eram acompanhadas por fíbulas e cinturões que auxiliavam a sua utilização. Tanto uns como outros eram indicativos claros do estatuto e função do seu portador na sociedade. As túnicas podiam ser usadas por todos, mas variavam em material (Rodríguez Peinado, 2018) e estilo (Nogales Basarrate, 2017) conforme o estatuto social. As togas estavam reservadas para cidadãos romanos do sexo masculino (Goette, 2013),

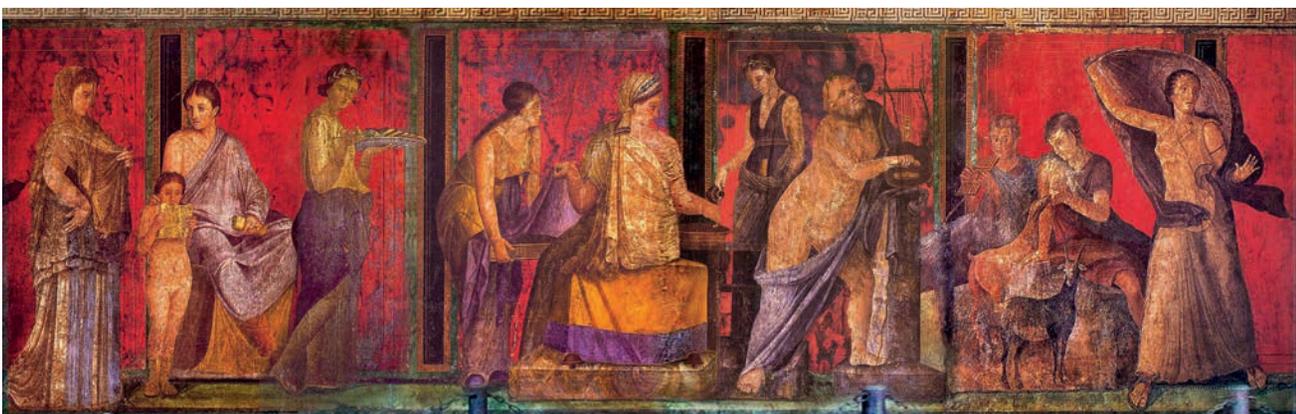


Fig. 2 – Fresco da Vila dos Mistérios de Pompeia, no qual se podem observar distintos tipos de vestidos utilizados pelas mulheres romanas.

enquanto as mulheres romanas usavam a *stola*, uma longa vestimenta sobre uma túnica, frequentemente acompanhada por uma *palla*, uma espécie de manto (Fig. 2). Ainda assim, deve mencionar-se que a toga podia ser pura ou em tons diversos, cada um representando um estatuto ou função destacada na sociedade. Como exemplo, a *toga praetexta*, que tinha uma orla púrpura, estava destinada apenas a infantes, senadores ou altos magistrados (Sebesta, 2005; Nogales Basarrate, 2017: 59 e 66).

Dos adornos pessoais, os anéis eram bastante populares na sociedade romana e foram utilizados pelos homens, pelas mulheres (Pereira, 2018: 242), mas também por infantes. Eram essencialmente símbolos esteticamente apelativos de estatuto e identidade, mas cumpriam igualmente funções mais pragmáticas. Por este motivo, podemos encontrar diversos tipos de anéis, sendo exemplo os anéis de sinete, de ametista, de ouro ou prata, de vidro, de ferro e também de bronze. Os anéis de ouro (K435 do catálogo) ou de prata (K440 do catálogo) eram bastante utilizados por cidadãos ricos. Estes metais nobres eram símbolo de estatuto (Becatti, 1955; França, 1969), sobretudo o ouro, ganhando formas muito elaboradas e frequentemente com pedras semipreciosas incrustadas ou decorados com inscrições.

Os anéis podem ter adquirido formas menos frequentes, mas que lhes auferia uma função mais prática. Esse é justamente o caso dos anéis-chave (K439 do catálogo), frequentes nos primeiros séculos após a viragem da Era, e que correspondiam aos elementos de segura mais pessoais da época (Fernández Ibáñez, 2007; Pereira, 2018: 238). A sua aplicação podia ser diversa, desde pequenas caixas a aloquetes de vários tipos que garantiam a privacidade de bens pessoais ou documentos privados. Evidência da presença de aloquetes é a existência de um painel frontal lobulado (Y835 do catálogo), que conserva o orifício de inserção da chave e os de fixação aos restantes elementos do cadeado. Igualmente frequentes eram os anéis que serviam como amuletos ou eram símbolos de afeto e lembrança. Aqueles ofereciam proteção ou atraíam boa sorte ao portador, e estes eram oferecidos como presentes ou como compromisso de união.

A higiene pessoal e o cuidado com a aparência eram aspetos importantes na vida cotidiana na época romana. Também este conjunto é evidência destas práticas na sociedade romana que habitou na atual cidade de Portimão, que novamente destaca o cuidado que os cidadãos tinham com o corpo. Para tal faziam uso de vários utensílios que lhes permitiam aplicar unguentos, perfumes ou cosméticos. Pentas, pinças, espátulas, colheres (F863 do catálogo) ou espelhos (Y855 do catálogo) são alguns dos elementos que auxiliavam o cuidado do corpo. Os espelhos portáteis eram também de uso pessoal, sobretudo utilizados pelas mulheres, feitos de bronze polido ou prata (França, 1971), e refletiam a imagem com bastante clareza. Assumiam com frequência formas circulares, de evidente tradição etrusca (Walters, 1899), mas também se conhecem espelhos quadrangulares ou retangulares de maior dimensão, que se assume serem fixos ou aplicados em suportes (Pereira, 2018: 248).

Igualmente abundantes são os recipientes metálicos presentes neste conjunto. Ainda que sejam igualmente evidência do poder aquisitivo dos proprietários (Eric Lacabe, 2007), contrariamente aos anteriores artefactos, estes delatam atividades mais mundanas do quotidiano na época romana (Fig. 3). Utilizados em variados contextos, desde o doméstico ao ritual, eram com frequência muito elaborados, mas sem desvirtuar a sua importância funcional. Estes recipientes tinham a vantagem de ser mais resistentes e a possibilidade de ser reparados ou reciclados.



Fig. 3 – Área de serviço/cozinha da Casa dos Vettii de Pompeia (Foto D00095131, retirada de <https://open.pompeiiites.org/#>).

Conquanto seja frequente a descoberta de contentores que assumiam funções menos destacadas no quotidiano, como é o caso dos caldeirões utilizados para o transporte de líquidos ou de serviços utilizados na cozinha, eram frequentes os recipientes utilizados à mesa para consumo de alimentos ou para armazenar e servir líquidos (Y780 do catálogo), como o vinho. No entanto, outros recipientes, como as bacias (Y737 do catálogo), podiam ser utilizados tanto na cozinha, para preparar ou servir alimentos, como para a higiene pessoal, concretamente para abluções. Ainda assim não se deve excluir um uso em contextos religiosos, quer para realizar libações quer para rituais purificadores.

Infelizmente, na maior parte dos casos, apenas nos chega parte destes contentores, sendo o caso das asas de jarros (Y780 do catálogo), das armelas (Y857 do catálogo) ou dos pés de sítulas (Y769 e Y810 do catálogo). Todos estes elementos assumem funções concretas e mantêm a integridade do recipiente. As armelas permitem a articulação das asas, as asas o seu transporte ou manuseamento e os pés de caldeiros ou base de bacias evitam o desgaste do fundo. Em alguns casos, além de uma função eminente, estes pés adquirem formas elaboradas que dão uma aparência estética apelativa aos recipientes. Esse é justamente o caso dos pés em forma de concha que frequentemente eram aplicados a sertãs, concretamente de tipo Aylesford (Feugère, 1981: 163; 2009: 147; Bel, Barberan e Chardenon, 2010: 331; Pereira, 2018: 341) (Y777 do catálogo) e que se apresentam desgastados na área que mantinha contacto com o solo.

As agulhas são artefactos que se relacionam com atividades úteis têxteis (Ponte, 1978: 138-140; Dias *et al.*, 2022: 320-321), que podem ser de âmbito doméstico ou económico, e que desempenhavam um papel fundamental em várias atividades quotidianas, incluindo a costura, a tecelagem ou a medicina. As mais finas estariam destinadas a texturas ligeiras, enquanto as mais grossas serviriam para tecidos mais compactos (Franco Arias, 1985: 523). Eram elementos de presença frequentes nas casas romanas e é comum a existência de agulhas com mais que um olhal, seguramente destinadas à combinação de linhas com diferentes espessuras ou cores (Mezquiriz Irujo, 2009: 163).

3. As conclusões possíveis

Não é fácil construir uma imagem do quotidiano romano de Portimão a partir de fragmentos materiais diversos e desconcontextualizados, como é o caso. Se a isso somarmos o facto de

que estamos perante uma sociedade sofisticada, complexa e estratificada, construir uma visão abrangente sobre este tema dificulta ainda mais o trabalho do arqueólogo.

Como vimos, o conjunto que se apresenta integra elementos de diversa natureza que expõem de uma forma muito ténue o quotidiano dos cidadãos, a maioria relacionada com a aparência. Apesar disso, outros delatam atividades relacionadas com a higiene e o cuidado do corpo, com o dia-a-dia doméstico ou com agências relacionadas com transações económico/comerciais.

Através destes artefactos podemos mencionar que essencialmente se destacam da sociedade romana de Portimão alguns ofícios e membros da sociedade concretos. Embora neste capítulo não se tenha abordado com detalhe os elementos relacionados com a pesca, no primeiro caso destacam claramente as peças destinadas à captura de peixe, sempre abundantes nas cidades litorais. Com efeito, a localização desta cidade favoreceu a existência de indivíduos dedicados à pesca, tanto de subsistência como para processamento em grandes fábricas de preparados de peixe (como as que se descobriram no Edifício Mabor de Portimão). Prova disso é a presença de consideráveis quantidades de anzóis, agulhas de rede, chumbadas ou pesos de rede, não sendo rara a descoberta de pontas de canas de pesca.

A maioria dos artefactos, porém, é relacionável com determinados membros da sociedade romana que habitou em Portimão, destacando-se claramente os membros privilegiados e, destes, as mulheres. A maioria dos elementos de uso pessoal, de indumentária, de cosmética e de toilette, ainda que muito esbatida, dão-nos uma imagem aproximada da mulher. Como vimos, muitos destes elementos não eram acessíveis a todos os cidadãos. Menos representado está o género oposto, mas que ainda assim podemos adivinhar através de alguns anéis ou fíbulas.

Se não é fácil descrever o quotidiano dos cidadãos romanos de Portimão através de artefactos que se conservam com relativa facilidade e que eram acessíveis aos membros privilegiados, mais complicado é falar sobre aqueles que não tinham voz nem podiam perpetuar a sua existência. A opulência visual da oligarquia contrastava com a austeridade dos seus serventes, tanto escravos como libertos. Usavam vestes simples e de materiais baratos e quando portavam algum adorno corporal (geralmente de materiais perecíveis) tinham como função identificar a propriedade. Estas condições de escravos, indigentes e membros desfavorecidos da sociedade romana fazem com que seja muito difícil reconstruir o quotidiano de grande parte da população. Isto não significa que a hierarquia da sociedade fosse completamente rígida, pois conhecemos casos de escravos manumitidos que alcançaram um estatuto e influencia consideráveis.

Bibliografía

- Alarcão, J. de (1974) – “Fechaduras e cadeados romanos de Conímbriga”. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Allison, P. M. (2006) – *The Insula of the Menander at Pompeii, vol. III. The finds, a contextual study*. Oxford: Univesity Press.
- Almeida, D. F. de (1962) – “Arte Visigótica em Portugal”. *O Arqueólogo Português*. Nova Série, vol. 4, Lisboa: Museu Etnográfico Português, 5-278.
- Arezes, A. (2014) – *Ocupação “Germânica” na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Aurrecoechea Fernández, J. (2009) – *Vajilla metálica de época romana en la región central de Hispania (actuales CC.AA. de Madrid y Castilla-La Mancha)*. Sautuola, XV. Santander: Instituto de Prehistoria y Arqueología “Sautuola”, 327-348.
- Bailón García, M. (2012) – “El papel social y religioso de la mujer romana. *Fortvna Mvliebris* como forma de integración en los cultos oficiales”. *Habis*, 43: 101-118.
- Becatti, G. (1955) – *Oreficerie antiche. Dalla Minoiche alle Barbariche*. Roma: Ist. Poligrafico dello Stato.
- Bel, V., Barberan, S., Chardenon, N. (2010) – “L’enclos funéraire de La Céreirède à Lattes (Hérault): un ensemble aristocratique de la fin du Ile et du Ier s. av. J.-C.”. In Barral, Ph.; Dedet, B.; Delrieu, F.; Giraud, P.; Le Goff, I.; St. Marion; Villard-Le Tiec, A. (Dir.) – *L’Âge du Fer en Basse-Normandie. Gestes funéraires en Gaule au Second Age du Fer*. Annales Littéraires 883. Besançon, Presses universitaires: 327-333.
- Birley, A. (1997) – *Security: The Keys and Locks. Vindolanda Research Reports IV. The Small Finds*. Greenhead: Roman Army Museum Publications.
- Boube, Ch. (1991) – “Les cruches”. In Feugère, M.; Rolley, Cl. (Eds.) *La Vaiselle Tardo-Républicaine en Bronze (1990, Lattes)*. Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines 13. Dijon: Université de Bourgogne, 23-45.
- Chavez Tristan, F., Pliego Vasquez, R. (2007) – “Instrumentos de medida de pesos en la Hispania antigua”. *Sautuola*, XIII: 237-250.
- Delgado, M. (1970) – “Elementos de situlas de bronze de Conímbriga”. *Conímbriga*, IX. Coimbra: Universidade de Coimbra, 15-45.
- Dias, I., Pereira, C., Sousa, E., Arruda, A. M. (2022) – “Aspectos cotidianos romanos en el Algarve. Los artefactos de hueso de Monte Molião (Lagos, Portugal)”. *Vínculos de Historia*, 11: 311-338.
- Eggers, H. J. (1951) – *Der romische Import in freiem Germanien. Atlas der Urgeschichte Bd. 1*. Hamburg: Hamburgisches Museum für Völkerkunde und Vorgeschichte.
- Eric Lacabe, R. (1986) – “Bronces romanos del Museo de Navarra”, *Trabajos de Arqueología Navarra*, 5. Pamplona, Gobierno de Navarra. Departamento de Cultura y Deporte, 195-235.
- Eric Lacabe, R. (2007) – “La vajilla de bronce en Hispania”. *Sautuola*, 13: 197-215.
- Fernández Ibáñez, C. (2007) – “Sistemas mecánicos y otros ingenios de seguridad: llaves y cerraduras”. *Sautuola*, XIII: 217-236.
- Feugère, M. (1981) – “Découvertes au quartier de Villeneuve, Fréjus, Var: le mobilier métallique et la parure”. *Documents d’Archéologie Méridionale*, 4: 137-168.
- Feugère, M. (2009) – “Militaria, objets en os et en métal”. In Goudineau, Ch.; Brentchaloff, D. (Dir.) – *Le camp de la flotte d’Agrippa à Fréjus, les fouilles du quartier de Villeneuve (1979-1981)*. Arles, Errance: 107-177.
- França, A. (1969) – “Anéis, braceletes e brincos de Conímbriga”. *Conímbriga*, VIII: 17-68.
- França, A. (1971) – “Objectos de toilette de Conímbriga”. *Conímbriga*, X: 5-24.
- Franco Arias, I. (1985) – “Útiles óseos romanos de Osuna (Sevilla)”. *Habis*, 16: 516-524.
- García Mac Gaw, C. (2010) – “La economía esclavista romana. Reflexiones sobre conceptos y cuestiones de números en la historiografía del esclavismo”. In Fornis Vaquero, C.; Gállego, J.; López Barja de Quiroga, P. (Coords.) – *Dialéctica histórica y compromiso social. Homenaje a Domingo Plácido*. Vol. 2. Zaragoza, Pórtico: 631-646.
- García Vargas, E. (2006) – “Pesca y salazones en la Bética altoimperial”. *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho* (Cádiz, 2004). Cádiz, Junta de Andalucía: 531-576.
- Gellner, E. (1986) – “Patronos y clientes”. In Gellner, E.; Silverman, E.S.; Scott, J. (Eds.) – *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Gijón, Jucar Universidad: 9-16.
- Goette, H. (2013) – “Die römische ‘Staatstracht’-toga, tunica und calcei”. In Tellenbach, M.; Schulz, R.; Wieczorek, A. – *Die Macht der Toga. Dresscode im Römischen Weltreich*. Mannheim, Schnell-Steiner: 39-52.
- Graells I Fabregat, R.; Llorio Alvarado, A. y Camacho Rodríguez, P. (2018) – La colección de objetos protohistóricos de la Península Ibérica. 1: Broches de cinturón, placas y fíbulas. Mainz: Römisch-Germanisches Museum Mainz.
- Mariné, M. (1983) – “Modas y épocas en el peinado romano”. *Revista de Arqueología*, 24: 56-65.
- Mariné, M. (2001) – “Fíbulas romanas en Hispania: La Meseta”. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XXIV. Madrid: CSIC.
- Medina Quintana, S. (2012) – “Ab urbe recondita: la participación de las mujeres en las ciudades de la Hispania romana”, *Atas do I Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: População*. Volume II – Cidade Antiga / Cidade Medieval. Guimarães, Câmara Municipal: 77-96.
- Mezquiriz Irujo, M^a (2009) – “Producción artesanal romana: objetos de hueso encontrados en yacimientos navarros”. *Trabajos de Arqueología Navarra*, 21: 161-198.

Monteagudo García, L. (2000) – *La cirugía en el Imperio Romano. Anuario Brigantino*, 23. Betanzos: Ayuntamiento de Betanzos, 85-150.

Moreno Paramo, A., Abad Casal, L. (1971) – “Aportaciones al estudio de la pesca en la Antigüedad”. *Habis*, 2: 209-222.

Nogales Basarrate, T. (2017) – “Moda romana: símbolo de estatus y actividad vital en una sociedad multicultural”. *Vínculos de Historia*, 6: 40-70.

Peña Olivas, J. (2017) – “Ordenación interior de los puertos romanos”. *Ingeniería Civil*, 185: 43-57.

Pereira, C. (2018) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia*. O Arqueólogo Português, Suplemento 9. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional.

Pereira, T. (2018) – O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaia Monte (Monforte) como caso de estudo. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37914?locale=en>

Ponte, S. (1978) – “Instrumentos de fição, tecelagem e costura de Conímbriga”. *Conímbriga*, XVII: 133-151.

Ponte, S. (1979) – “Balanças e pesos de Conímbriga”. *Conímbriga*, XVIII: 121-132.

Ponte, S. da (2006) – *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.

Riha, E. (1986) – *Römisches Toiletgerät und medizinische instrumente aus Augst und Kaiseraugst*. Forschungen in Augst 6. Augst: Römermuseum.

Riha, E. (1990) – *Der romische Schmuck aus Augst und Kaiseraugst*. Forschungen in Augst 10. Augst: Römermuseum.

Rodríguez Peinado, L. (2018) – “La vestimenta romana en sus materias primas”. *Centro Superior de Diseño de Moda de Madrid*, IV: 7-18.

Rubiera Cancelas, C. (2012) – “Eslavitud femenina en la Roma antigua. Entre la reproducción biológica y la maternidad”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*, 41(2): 151-170.

Saavedra-Guerrero, D. (2000) – “Virtus y Status en la sociedad romana imperial”. *Studia Histórica, Historia Antigua*, 18: 225-242.

Sebesta, J. L. (2005) – “The toga praetexta of Roman Children and Praetextate Garments”. In Cleland, L.; Harlow, M.; Llewellyn-Jones, L. (Eds.) – *The Clothed Body in the Ancient World*. Oxford, Oxbow Books: 113-120.

Tassinari, S. (1993) – *Il vasellame bronzeo di Pompei*. Roma: L’Erma di Bretschneider.

Walters, H. (1899) – *Catalogue of the bronzes Greek, Roman, and Etruscan, in the Department of Greek and Roman Antiquities, British Museum*. London: Order of the Trustees.



Reconstituição do interior de *cubiculum* (quarto privado) de uma *domus* romana, onde uma escrava auxilia a sua proprietária nas tarefas quotidianas relacionadas com a aparência desta.

K445

Fíbula

Liga de Cobre

Época Romana

4,85 x 4,7 x 0,5cm 12gr

Depósito de dragados de Portimão

Emanuel Soares

Fíbula de cobre/bronze em Omega, circular e de secção também circular. Está composta por duas peças: o anel circular irregular, aberto, com os extremos voltados para fora; e a agulha com orifício onde desliza no aro da fíbula. Os remates deste tipo de fíbula podem estar decorados, mas neste caso ostentam apenas uma forma estilizada aparentada com figuras zoomórficas.

Embora não seja ainda consensual qual a origem desta fíbula, tem-se aceitado que possam evoluir a partir das anulares hispânicas, motivo pelo qual são particularmente abundantes durante o período Romano-Republicano, mantendo-se em uso após a viragem da Era.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 17.

**K450**

Fivela

Liga de cobre

Época Romana

3,7 x 3,9 x 2,8cm 31gr

Local desconhecido

Frank Reinhardt

Fivela de liga de cobre, fundida em molde. Apresenta aro ovalado, de secção circular. O fuzilhão articula-se através de um gancho curvo, encaixado no eixo da charneira. A base é de configuração escutiforme. Data do último quartel do século V a final do VI/início do VII.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 21.

**K437**

Fíbula

Liga de Cobre

Época Romana (Séc. II-I a.C.)

10,1 x 2,9 x 2cm 20gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Fíbula fabricada a partir de uma única peça, com a haste do fuzilhão de secção circular, terminando em ponta. A mola decorre do fuzilhão, sendo bilateral e simétrica, com corda em laço exterior ao arco, contendo quatro voltas/espiras. O arco é filiforme, de perfil semicircular e possui secção circular. Tem espessamento na zona central e duas tênues incisões laterais. Apresenta o descanso lateral de feição triangular, que se encontra fraturado, não se tendo conservado o apêndice caudal e a união deste ao arco. Enquadra-se no grupo denominado pseudo La Tène II (Ponte 34 e 36, Ponte, 2006: 306-316, 454-455; Erice Lacabe 3.1/2, Erice Lacabe, 1995: 36-43), correspondente com o grupo V de E. Cabré e J. Morán (1979) ou fíbulas com Esquema clássico de La Tène Médio. C. González Zamora denomina-as de tipo La Tène II de pé voltado fixado ao arco (tipo I, 1994: 330-331) e A. Lorrio, M^a Sánchez e P. Camacho classificam-nas como fíbulas de Esquema La Tène II, de uma única peça, com pé fixado ao arco mediante abraçadeira (2013: 327).

Arruda, A.M.; Pereira, C.; Sousa, E.; Varandas, D. (2020) – “Artefactos metálicos do Monte Molião (Lagos, Portugal): os elementos de indumentária de época romana”. *Saguntum*, 52, 117-133.

Cabré, M.^a E.; Morán, J. A. (1979) – “Ensayo tipológico de las fíbulas con esquema de La Tène en la Meseta hispánica”. *Boletín de la Asociación española de Amigos de la Arqueología*, 11-12, 10-26.

Erice Lacabe, R. (1995) – Las Fíbulas del Nordeste de la Península Ibérica: siglos I a.E. al IV d.E., Zaragoza.

González Zamora, C. (1999) – *Fíbulas en la Carpetania*.

Zaragoza-Madrid, Industrias Gráficas La Comercial.

Lorrio Alvarado, A. Sánchez de Prado M.^a D.; Camacho

Rodríguez, P. (2013) – “Las fíbulas del oppidum celtibérico de Contrebia Carbica”. *Jahrbuch des Römisch-Germanischen Zentralmuseums Mainz*, 60: 297-354.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig.16.

Ponte, M. S. (2006): – *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Coimbra.



K434

Alfinete
Liga de cobre
Época Romana
12,2 x 0,65cm 5gr
Local desconhecido
Frank Reinhardt

Alfinete de cabelo de secção circular e cabeça cónica. Este tipo de alfinete em concreto é bastante difícil de datar, uma vez que parece ser abundante desde meados do primeiro milénio a.C. até ao século V d.C.



K464

Alfinete
Liga de cobre
Época Romana
6,75 x 0,5cm 3gr
Local desconhecido
José de Sousa

Alfinete de cabelo de secção retangular e cabeça paralelepédica. O extremo distal está decorado com o que parece ser um busto antropomórfico estilizado, separado do corpo do alfinete por molduras.



K435

Anel
Ouro
Época Romana
Ø2,2 x 0,6cm 3gr
Praia Grande (Lagoa)
Frank Reinhardt

Anel circular de ouro, de secção em forma de D. A parte inferior é mais fina, engrossando consoante se aproxima da parte superior. O topo do anel ganha a forma de uma mesa ovalada espessa e lisa.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 20.



K440

Anel
Prata
Época Romana
Ø2,7 x 1,15cm 5gr
Depósito de dragados de Portimão
Frank Reinhardt

Anel de cobre/bronze, de secção ovalada que vai engrossando mediante se aproxima da mesa pelas extremidades. Tem mesa ovalada plana destacada em relação ao aro. Embora os anéis de mesa ovalada não pareçam ser muito frequentes antes da viragem da Era, é arriscado sugerir uma datação concreta para este exemplar.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 19.



K438

Anel com sinete
Liga de Cobre
Época Romana
Ø2 x 0,9cm 2gr
Praia da Angrinha (Lagoa)
Frank Reinhardt

Anel de cobre/bronze, de secção ovalada, com mesa oval plana destacada em relação ao aro, portando uma inscrição simples. Embora os anéis de mesa ovalada não pareçam ser muito frequentes antes da viragem da Era, é arriscado sugerir uma datação concreta para este exemplar.



K439

Anel com chave
Liga de Cobre
Época Romana
Ø2,1 x 1,5cm 3gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Eurico Cardoso

Anel-chave de cobre/bronze, de secção em fita e mesa em forma de chave com dois dentes. Estas chaves de rotação correspondiam a elementos pessoais, transportados pelos proprietários, destinados a assegurar a salvaguarda de bens que eram depositados em caixas e/ou pequenos baús. Terão surgido durante o século I, intensificando-se a sua utilização até ao século III d.C. Paralelos podem ser encontrados nas necrópoles de Carmona, Ampurias, Segóbriga ou Córdoba. Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 18.



Y835

Painel frontal de cadeado
Liga de cobre
Época Romana
3,5 x 3,2 x 0,1cm 4,47gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt

Painel frontal de cadeado, lobulado, que conserva o orifício de inserção da chave e os de fixação aos restantes elementos do cadeado. Está decorado com círculos concêntricos a ambos lados. Integraria seguramente um cadeado cilíndrico fechado, em tambor, no interior do qual estaria o mecanismo. Na parte oposta ao do orifício da chave teria uma haste articulada que permitia o fecho de eventuais cofres, caixas ou pequenos baús. O facto de estarmos perante um sistema de rotação obriga a considerar que este elemento seja mais tardio, eventualmente da Antiguidade Tardia.



F863

Colher de cosmética/farmácia
Liga de cobre
Época Romana
>11,6 x 0,9 x 0,4cm 6gr
Praia do Branquinho (Lagoa)
Frank Reinhardt

Colher (*ligula*) médico-cirúrgica ou de farmacêutico (*specillum*), de liga de cobre, composta por um cabo de secção circular, com uma colher côncava em forma de folha de oliveira numa extremidade e de terminação romba na outra. Sensivelmente a meio do cabo tem um espessamento decorado. A colher alargada teria como principal função explorar e limpar feridas profundas e verter balsamos. Eram também úteis no serviço farmacêutico, embora alguns investigadores proponham que na farmácia eram utilizadas especialmente as colheres circulares. Uma cronologia que abarque os séculos I e II parece ser a mais consensual, apoiada nos paralelos de Conimbriga.



Y855

Espelho
Liga de cobre
Época Romana
5 x 4,3 x 0,2cm 10gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt

Fragmento de espelho circular decorado com círculos em uma das faces e com orifícios em redor. Trata-se de elementos de uso pessoal, geralmente de dimensões reduzidas, permitindo uma comoda portabilidade, ainda que tenhamos conhecimento de alguns exemplares de grandes dimensões. Frequentemente assumiam formas circulares, sendo os mais comuns, de evidente tradição etrusca.



Y780

Asa de jarro
Liga de cobre
Época Romana
17 x 8,3 x 8,2cm 170gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Helmut Kerstin

Asa de perfil em S, com a extremidade inferior decorada com uma folha cordiforme. No topo da asa, entre as braçadeiras, ostenta o apoio para o polegar. Este elemento pertenceu seguramente a um jarro, ainda que seja difícil determinar a que tipo em concreto. Atendendo ao detalhe e forma do apoio do polegar e ao perfil da folha é possível que tenha sido aplicado em jarros de tipo Gallarate ou Kjaerumgaard, ainda que neste caso a folha fosse mais elaborada. Ambos tipos foram utilizados no século I a.C., registando-se o tipo Kjaerumgaard apenas a partir de segundo quartel dessa centúria.



Y857

Armela de asa de sítula
Liga de cobre
Época Romana
6,7 x 4,4 x 1,4cm 121gr
Depósito de dragados de Portimão
José Costa

Armela figurativa de asa de sítula de espelho convexo, quadrangular, de vértices arredondados. Ostenta um rosto estilizado, olhos circulares e nariz longo e saliente, boca ovalada parecendo estar a sorrir. Barba radiada, recortada por sulcos, em redor de toda a parte inferior do rosto. Anel de suspensão com olhal circular, sendo evidente o desgaste do uso, no qual se articulava a asa.



Y737

Bacia
Liga de cobre
Época Romana
>26,7 x 24 x 11,9 x Ø13,4cm 1384gr
Praia Grande (Lagoa)
Frank Reinhardt

Parte inferior de recipiente de cobre/bronze, bastante deformada, na qual se conserva ainda a base moldurada, fabricada em molde. Na parte interior do recipiente é possível observar os pontos de solda das duas peças. Este tipo de base foi aplicado em diversos recipientes, podendo-se encontrar em páteras de tipo Eggers 150 (Erice Lacabe, 1986: 202), correspondente com os tipos Boesterd 36 e Tassinari Tipo I1000 ou 1200, datadas entre 50 e 150 d.C. (Eggers, 1951) ou bacias de tipo Boesterd 172 ou 185, correspondente com o tipo Tassinari S3110 (Tassinari, 1993), datadas geralmente entre 50 e 250 d.C.

Com independência do tipo a que pertenceu esta base, trata-se de recipientes relacionáveis com a higiene pessoal, que podiam ser utilizados em variados contextos domésticos ou públicos. A sua utilização nas embarcações também não deve ser excluída, utilizado sobretudo pelos oficiais.



Y769

Pé de sítula
Liga de cobre
Época Romana
8,25 x 2,35 x 1,1cm 110gr
Praia da Bota (Portimão)
Emanuel Soares

Pé/suporte de sítula ou outro tipo de contentor metálico. Trata-se de um elemento plano, desgastado de um dos lados, justamente o que se apoiava no solo, semicircular do lado exterior e recortado em ângulos no lado interior. Os suportes de recipientes brônzeos são sempre muito variados e, geralmente, estavam soldados aos contentores, como é o caso. Um exemplar idêntico foi reconhecido em *Balsa*, também no Algarve.

**Y810**

Pé de sítula
Liga de cobre
Época Romana
8,4 x 2,3 x 1,1cm 115gr
Depósito de dragados de Portimão
Vidaúl Martins

Pé/suporte de sítula ou outro tipo de contentor metálico. Trata-se de um elemento plano, desgastado de um dos lados, justamente o que se apoiava no solo, semicircular do lado exterior e recortado em forma de lóbulos simétricos no lado interior. Os suportes de recipientes brônzeos são sempre muito variados e, geralmente, estavam soldados aos contentores, como é o caso.

**Y777**

Pé de sítula
Liga de cobre
Época Romana
3,5 x 2,5cm 27gr
Praia de Alvor (Portimão)
Dieter HoehlInle

Pé/suporte de sítula ou outro tipo de contentor metálico. Trata-se de um elemento em forma de concha de bivalve, desgastado no topo, justamente a parte que se apoiava no solo, obtido por molde. Os suportes de recipientes brônzeos são sempre muito variados e, geralmente, estavam soldados aos contentores, como é o caso. Este tipo concreto pode ter sido aplicado quer em sítulas quer em *patinae* de pega horizontal.



Ferramentas Calcolíticas/Idade do Bronze

Rui Parreira¹

O principal elo de ligação entre as elites estabelecidas nos grandes centros de poder do 3.º milénio a.n.e. do arco atlântico-mediterrânico da Península Ibérica terão sido os pastores transumantes e os mercadores mareantes, que ajudaram a configurar um complexo civilizacional que se revela com materialidades afins. Neste contexto socio-histórico, embora os vestígios desta época não tenham no Arade a representatividade conhecida para a vizinha bacia de Alvor, a receção e distribuição de produtos nos portos fluviais do Arade e o uso do rio para a navegação como via de comunicação privilegiada, pode explicar a presença dos artefactos de base cobre datáveis no 3.º milénio a.n.e. entre o espólio recolhido nos dragados e agora exposto no Museu de Portimão. Diversos instrumentos de trabalho incluem lâminas feitas de liga de cobre – tais como as peças em forma de goiva alongada (Y822, K446²) ou as lâminas de machado (Y834³) que podem ter sido usadas quer como instrumento de trabalho, quer como objeto de ostentação (dada a sua raridade), mas cuja presença original em ambiente subaquático pode indiciar o seu uso como lingotes, transportados numa embarcação de navegação fluvial (piroga?) ou de cabotagem. Obtidos por redução de minério extraído regionalmente e trabalhados por fundição e forja, os artefactos de base cobre tinham um desempenho mais vantajoso em relação aos que usavam componentes de pedra, podendo facilmente ser de novo fundidos para produzir novos instrumentos.

No final do 3.º/ início do 2.º milénio a.n.e., regista-se em torno da Baía de Lagos o término deste modo de produção (Morán e Parreira, 2014; Morán, 2018). Alguns objetos integram agora, como indicadores de segregação social, a panóplia de insígnias legitimadoras de autoridade. A par dos punhais de lingueta e das alabardas, os dardos com pontas do tipo Palmela (K173) são relativamente comuns em contextos calcolíticos tardios, época em que se assinala também a presença das formas de machado mais estreito e de bordos retilíneos divergentes (K172, Y845) e de cinzéis (Y775⁴) que podem alcançar cronologias mais tardias.

Entre 1800 e 1200 a.n.e., as comunidades da Idade do Bronze plena estabelecidas em torno do baixo Arade (cf. p. ex. Schubart, 1975; Gomes *et al.*, 1986; Gomes, 1994; Gomes,

2015) evidenciam-se por um conjunto significativo de achados ocasionais de base cobre – machados, alabardas e pontas de projétil –, através de necrópoles com cistas de sepultamento individual, como Baralha [CNS 7505], Areeiro [CNS 7223], Bemparece [CNS 10816], Monte Branco [CNS 6768], eventualmente associadas a espaços habitacionais abertos, e mediante deposições em cavidade natural, como Ibn Amar [CNS 340]. A par de uma intensa ocupação do *hinterland*, junto às minas de cobre da serra (Gomes, 1994: 18), os assentamentos da plena Idade do Bronze, vertebrados pelo curso do Arade e das ribeiras de Boina e Odelouca, correspondem a uma rede de povoamento de entidades politicamente fragmentadas, que competem entre si, sem que possa (até agora) identificar-se um centro de poder agregador de uma entidade política que abarque um território extenso (Morán e Parreira, 2011).

Bibliografia

- Gomes, M.V. (1994) – “A Necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves”. *Xelb*, Câmara Municipal de Silves, 2.
- Gomes, M.V. (2015) – *The Vale da Telha Necropolis (Aljezur) in the Context of the Southwest Iberian Bronze Age*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.
- Gomes, M.V.; Gomes, R.V.; Beirão, C.M.; Matos, J.L.; Cunha, A.S.; Silva, C.T. da; Gil, F.B.; Guerra, M.F.; Barreira, G. (1986) – *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular* [Trabalhos de Arqueologia, 2]. Lisboa: IPPC.
- Morán, E.; Parreira, R. (2011) – “Asentamiento histórico en la Bahía de Lagos del V al I milénio a.n.e.: las primeras sociedades de clases y las navegaciones mediterráneas tempranas”. In Domínguez Pérez, J. C., (ed.) – *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la Arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: Junta de Andalucía / Universidad de Cádiz, 113-129.
- Morán, E.; Parreira, R. (2014) – “El Calcolítico final en el entorno territorial de la Bahía de Lagos (Algarve, Portugal): Cambios en la cultura material y evidencias de transformación en la formación económico-social clasista inicial”. *Revista Atlántico-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, Cádiz, 16 [Homenaje O. Arteaga], 95-105.
- Morán Hernández, M. E. (2018) – *El asentamiento prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal): La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el Tercer milenio a.n.e.* Lisboa: Uniarq/FLUL [Estudos & Memórias, 12]
- Schubart, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: de Gruyter [Madrider Forschungen, 9].

¹ GAMP

² V. fichas de catálogo nesta publicação, em *Entre o início do 3.º e o final do 2.º milénio a.n.e.: Intercâmbio portuário no Calcolítico e na Idade do Bronze*.

³ V. ficha de catálogo nesta publicação, em *Entre o início do 3.º e o final do 2.º milénio a.n.e.: Intercâmbio portuário no Calcolítico e na Idade do Bronze*.

⁴ V. ficha de catálogo nesta publicação, em *Entre o início do 3.º e o final do 2.º milénio a.n.e.: Intercâmbio portuário no Calcolítico e na Idade do Bronze*.

K172

Machado

Liga de cobre

Calcolítico final / Bronze pleno (finais do III / II milénio a.C.)

8,2 x 4,8 x 0,8cm 117gr

Praia Grande (Lagoa)

José de Sousa

Machado plano, de forma trapezoidal, com bordos retilíneos divergentes e gume convexo.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – "Projecto IPSIIS". *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig. 5.**K173**

Ponta de dardo

Liga de cobre

Calcolítico final (finais do III / inícios do II milénio a.C.)

7,5 x 2,1 x 0,3cm 11gr

Praia dos Careanos (Portimão)

José de Sousa

Ponta de dardo do tipo Palmela.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – "Projecto IPSIIS". *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig.5.**Y845**

Machado

Liga de cobre

Calcolítico final / Bronze pleno (finais do III / II milénio a.C.)

10 x 4,1 x 1,1cm 224gr

Praia dos Careanos (Portimão)

Rui Franco

Machado plano de forma trapezoidal, com bordos retilíneos divergentes e gume convexo.



Memórias sagradas do rio



A procissão de Santa Catarina e as faces do sagrado no rio Arade

Ana Ramos¹, Lurdes Pacheco¹



Fig. 1 – Procissão de Santa Catarina junto à Fortaleza, na Praia da Rocha, 1956, Francisco Oliveira, CDAH²

A exposição “Histórias que o Rio nos traz” coloca em diálogo diversos testemunhos materiais relativos às vivências e atividades das comunidades fluvio-marítimas portimonenses que se sucederam ao longo dos séculos neste território, nas suas dinâmicas de proximidade com o rio Arade, incluindo as representações do sagrado.

Objetos datados desde a pré-história à época moderna remetem-nos para manifestações mágico-religiosas que apelam à proteção das gentes do rio e do mar, numa tentativa de “domesticação simbólica do espaço marítimo”³. Isto,

na medida em que a fronteira entre a terra e o mar equivoaleu durante vários séculos ao limiar entre o conhecido e o desconhecido, a incerteza, o imprevisível, mas também a atração pela descoberta, pela aventura de novos destinos, de novas atividades e gentes. É o mar que dá, mas também que tira, fazendo nascer assim uma cultura de respeito, devoção e crença a que se associaram rituais, amuletos, superstições, lendas, provérbios, monumentos, etc.

Partindo desta evidência, o presente artigo constitui uma abordagem preliminar de um estudo em decurso que

¹ DMP/Museu de Portimão/CMP.

² CDAH – Centro de Documentação e Arquivo Histórico, do Museu de Portimão.

³ Carrote, C.C.; Freitas, J.G.; Sarmento, C.; Martins, L. (2020) *Imaginários do Mar Uma Antologia Crítica*, Vol. I, IELT, Lisboa, 14.

cruza antropologia e história, sobre a procissão de Santa Catarina enquanto manifestação simbólico-religiosa da comunidade piscatória local, que se considera poder ter tido representatividade entre as primeiras décadas e os anos 70, do século XX.

Do ponto de vista da antropologia das comunidades marítimas, e de acordo com autores como Francisco Oneto Nunes (2019), a relação com o mar levou ao surgimento de práticas revestidas de simbolismo religioso, entre o fascínio e o temor:

(...) ontem como hoje, as populações marítimas vivem sob o signo da indeterminação, da perda, das ausências e das esperas, sujeitos aos caprichos do mar, poder de vida e de morte, dos ventos e do céu. Esta fragilidade, sempre nos limites de todas as figuras de excesso em que o mar é pródigo, constitui um campo fértil para a emergência de narrativas.⁴

Segundo o mesmo autor, a incerteza e “aleatoriedade dos recursos haliêuticos”, a incapacidade de “domar” o mar, a que se associou o domínio da mestria da pilotagem, os conhecimentos dos ventos, das correntes, da lua, das estrelas, o significado da presença ou ausência das aves, deixaram sempre espaço ao próprio jogo de sorte e azar de onde resultaram o bom sucesso, a boa viagem, a boa pescaria, ou o seu oposto, o fracasso, escassez de alimento, infortúnio de um acidente ou naufrágio. Durante séculos, a própria necessidade de controle das vias de circulação marítima costeiras, estabelecendo pontos de observação defensiva contra invasores e piratas, induziram à busca de proteção sobrenatural⁵.

Debruçarmo-nos sobre a procissão de Santa Catarina é entendê-la enquanto fenómeno sociocultural que advém deste imaginário e de mecanismos identitários, assentes nas vivências locais e na relação com o rio Arade e com o mar.

No entanto, a construção de um imaginário simbólico é um processo dinâmico que poderá sofrer alterações à medida que evoluem os tempos e se alteram hábitos e costumes, pelo que abordar a procissão de Santa Catarina implica também entender quais as transformações e representações de que se compôs o culto desta imagem ao longo das décadas. Que “faces” do sagrado emergiram? Desde a sua simbologia inicial associada à vigilância e defesa da barra, ao papel de proteção das gentes do mar, cuja procissão conquistou visibilidade ao mesmo tempo que a pesca do cerco em Portimão e a indústria conserveira conheciam grande desenvolvimento no início do séc. XX, até à sua conotação, a partir dos anos 80, como padroeira dos jovens estudantes.

Em simultâneo, iremos refletindo sobre o modo como a procissão traduz um fenómeno social mais abrangente, que cruza a representação mágico-religiosa, alimentada pela fé dos devotos, com propósitos socio-laborais, económicos, políticos, turísticos⁶. Uma procissão em honra dos pescadores que é paralelamente um “produto” de promoção da Praia da Rocha como destino balnear. Como evoluiu esta duplicidade de papéis com o passar dos anos, quem foram os seus principais intervenientes e como se traduziu na relação com o espaço físico da Praia da Rocha e de Portimão?

* * *

O culto ou cultos de Santa Catarina desenvolveram-se numa relação de cumplicidade com o rio Arade e com a frente marítima, dada a localização da capela com o seu nome.

De resto, as margens do rio Arade, onde se ergueram estruturas portuárias, de construção de embarcações e atividades de exploração dos recursos que o rio e o mar possibilitaram, como a pesca e comercialização do pescado, a salga e indústria conserveira, foram povoadas por este rico imaginário marítimo entre o sagrado e o profano.

Das suas margens fazia-se solenemente a partida para o mar, quer fosse a bênção de um barco que descia pela primeira vez às águas e dos que se encontravam a bordo, ainda no estaleiro durante o bota-abixo, às não menores bênçãos que os homens faziam ressoar interiormente ao entrarem nas embarcações, enquanto tiravam o chapéu e sussurravam “Vamos em louvor de Deus”.

Nas águas do Arade, conhecem-se santuários, como é o caso do santuário da ilha da Senhora do Rosário, e histórias místicas, de bruxas como a da Velha das Castanhas que na zona da Atalaia, junto da foz do Odelouca e em frente da ilha de Nossa Senhora do Rosário, nos conta da existência de uma furna conhecida como a Furna Velha das Castanhas, onde viveria “(...) uma velha muito feia e má que estava sempre assando castanhas. Quando algum barco aí passava, descendo o rio, deviam os que fossem nele, lançar-lhe uma moeda, sem o que a velha fazia bruxaria e metia o barco no fundo”⁷.

Entre estes costumes, encontra-se a veneração de santos padroeiros como é o caso de Santa Catarina que, de acordo com algumas fontes⁸, será Santa Catarina de Alexandria, padroeira dos artilheiros militares e, em Portimão, historicamente ligada à guarda da barra, com capela na fortaleza que recebeu o seu nome.

A ermida de Santa Catarina já existiria no século XVII, altura em que foi colocada em prática a construção da fortaleza de acordo com os planos do engenheiro italiano Alexandre Massai, no tempo de Filipe III. Este século correspondeu a um período em que a pesca do atum e da sardinha entrou em crise no Algarve e aumentaram os ataques dos corsários magrebinos e até ingleses, o que legitimou a construção de uma estrutura defensiva à entrada do rio Arade.

Referiu este engenheiro italiano no relatório por si elaborado em 1621⁹, existirem na altura dois sítios de Santa Catarina – um em Ferragudo, na Ponta do Altar, perto do local do farol, designado “Santa Catarina de Ribamar”, e do lado de Portimão, na Praia da Rocha, um outro designado “Santa Catarina de Baixamar”, facto que parece reforçar o papel de vigilância e de proteção da entrada do rio que o culto da santa teria nesta altura. A capela de Santa Catarina de Baixamar foi destruída para ser replantada dentro da fortaleza aquando da sua construção. A sua destruição foi uma forma de impedir que a mesma pudesse ser tomada como trincheira para o inimigo.

Porém, a fortaleza de St.^a Catarina não conheceu grande uso, a não ser nos finais do séc. XVII e princípios da centúria seguinte, quando a costa do Barlavento era esporadicamente assolada pelos corsários já referidos. Desde os meados do séc. XVIII que se assumiu como posto de vigia da costa marítima,

⁴ Nunes, F.O. (2019) “Da Indeterminação do Mundo: Os Santos, o Mar, a Luz. Um Ensaio de Antropologia Marítima”, in *Lusitana Sacra – O Mar no Imaginário Religioso: Cultos, Espaços, Representações*, n. 40, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 175.

⁵ Nunes, Op. Cit, 177-178.

⁶ Mauss, M. (2013) (reimp.), *Ensaio sobre a Dádiva*, Edições 70, Lisboa.

⁷ Domingues, J.D. Garcia (1989) *Silves, guia turístico da cidade e do concelho*, Região de Turismo do Algarve, Faro, 62-63.

⁸ Mesquita, J.C.V. (2019) “Fortaleza de Santa Catarina na Praia da Rocha”, in *Barlavento*, 5 de setembro.

⁹ Guedes, L.C. (1988) *Aspectos do Reino do Algarve nos Séculos XVI e XVII, A descrição de Alexandre Massai, 1621*, Ed. Arquivo Histórico Militar, Lisboa, 123.



Fig. 2 – Fortaleza de Santa Catarina, 1922, Editor Pacheco, Seita & Cia Lda / Union Postale Universelle, CDAH

tornando-se a sua utilização militar obsoleta e passou todo o século XIX e primeira metade do seguinte, praticamente desativado.

Ao longo deste tempo e no que se seguiu, é possível que a imagem de Santa Catarina se fosse igualmente constituindo como referente das gentes do mar que careciam de proteção face à insegurança que suscitava e perigos de entrada na barra em dias de temporal. A crescente fama e protagonismo como imagem de culto dos pescadores surge documentada sobretudo ao longo do século XX e em relação com a sua procissão. Contudo, a origem da devoção pela classe marítima e início da realização da procissão encontram-se por apurar, carecendo de uma pesquisa mais aprofundada.

No *Comércio de Portimão* de 1972¹⁰, Santos Barra refere que Santa Catarina é padroeira dos pescadores há cerca de 60 anos, remetendo a sua devoção para a primeira década do séc. XX. Antes disso, de acordo com o mesmo autor, seria apenas conhecida como Santa Catarina da Fortaleza, pois as gentes do mar tinham os seus patronos na Igreja do Corpo Santo, conhecida por Compromisso Marítimo.

Os Compromissos Marítimos correspondiam a Confrarias de Mareantes que apareceram no Algarve nos finais do século XV, e o de Portimão encontrava-se já instituído em 1497 através da Confraria do Corpo Santo de Portimão. Estas associações de comunidades do mar constituíam-se sob a invocação de um santo patrono que, em Portimão, seria S. Pedro Gonçalves Telmo, patrono dileto dos navegantes portugueses. Ao longo do tempo, houve confrarias que adotaram outros santos como

patronos, surgindo também devoção por Nossa Senhora, a quem se pedia proteção em alturas de temporal e de perigos no mar, ou para assegurar o sucesso da faina. Este culto ganhou tal expressão que, desde o século XVI, nos dias de Nossa Senhora os mareantes não pescavam.¹¹

Nos novos *Estatutos da Associação de Socorros Mútuos do Real Compromisso Marítimo de Villa Nova de Portimão*, de 1895, no capítulo I – *Natureza e fins da Associação*, artigo 2.º, alínea 2, faz-se menção à existência de um edifício e igreja do Compromisso, sob a invocação de Nossa Senhora Mãe das Almas¹², a qual, de acordo com o *Jornal do Pescador* de 1968, seria considerada a padroeira dos pescadores de Portimão. Mas, ainda de acordo com o mesmo artigo, a decadência desta instituição arrastou consigo a devoção pelo seu orago e quando, em 1938, as Casas dos Pescadores substituíram o velho “Compromisso”, encontrar-se-ia já adormecido o culto por aquela Nossa Senhora.

Referiu-se então que, já Santa Catarina, “(...) postada, qual sentinela, à entrada do porto, natural é que as preces dos mareantes que o demandavam em dias de procela, receosos do perigoso baixio que constituía a barra (antes da construção relativamente recente dos molhes) se voltassem para [si] (...), tão ali à vista que não poderia ser testemunha impassível dessas horas de perigos e trabalhos”¹³.

Sobre isso, Santos Barra, no seu artigo “Festa de Santa Catarina e um pouco de História da sua Capela”¹⁴, acrescentou não se saber é se naquele tempo já lhes fariam festa, “(...) mas é possível que sim, pois era hábito efetuarem visitas ao lugar

¹⁰ Barra, S. (1972) “Como eram as Festas a Santa Catarina Padroeira dos homens do mar de Portimão”, in *Comércio de Portimão*, Ano 47.º, n.º 2330, 17 de agosto.

¹¹ Brandão, V.G.J. (2012) *O Compromisso marítimo de Olhão (1765-1873)*, Dissertação desenvolvida no âmbito do Mestrado em História do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, 15-19.

¹² *Estatutos da Associação de Socorros Mútuos – Real Compromisso Marítimo de Villa Nova de Portimão*, aprovados por alvará de 29 de novembro de 1894 (1895), tip. Burocrática, Tavira, 6.

¹³ “Festas em honra de Santa Catarina” (1968), in *Jornal do Pescador: suplemento mensal da revista de Marinha*, Junta Central das Casas dos Pescadores, Lisboa, outubro, 31-32.

¹⁴ Barra, S. (1985) “Festa de Santa Catarina e um pouco de História da sua Capela”, in *Barlavento*, Portimão, 1 maio.

onde estas capelas existiam e em que a imagem do santo ou santa iluminada estava sempre, por vela ou candeia de azeite, por pagamento de promessas”.

Os mais antigos recordam como em dia de temporal e antes da construção dos molhes era hábito as mulheres irem até à capela de Santa Catarina rezar, chorar e pedir para os homens passarem a barra são e salvos. Esta zona da praia foi inicialmente e durante anos conhecida por Praia de Santa Catarina.

É assim plausível que fosse uma imagem, entre marítimos e operariado, a que se prestasse devoção e, sobretudo a partir de finais do século XIX, inícios do século XX, quando a população marítima ganhou cada vez mais expressão. Com o crescimento da indústria conserveira, a sardinha foi de tal forma valorizada que se substituíram os primeiros galeões, ainda a remos, por galeões a vapor. A população piscatória e operária crescia e fazia crescer Portimão. No final do século XIX, Portimão foi o quarto concelho algarvio com maior índice de pesca, a que se juntava a produção de sal. No início da I Guerra Mundial existiam no Algarve trinta e sete cercos a vapor, doze dos quais em Portimão. A sua índole marítima e o impulso da Regeneração conferiram-lhe no século XX, uma posição de destaque no contexto algarvio. O comércio, a pesca e a indústria foram, durante a primeira metade do séc. XX os principais setores de desenvolvimento local, responsáveis pela elevação de Portimão a cidade, em 1924¹⁵.

Contudo, na década de 20 do século XX deu-se uma grave crise na pesca, que resultou numa ausência de sardinha durante cerca de dez anos, deixando inclusivamente de compensar o uso do cerco americano a vapor, demasiado dispendioso para o armador. A partir dos anos 30, a traineira surge com a redução do tamanho do barco e da rede.¹⁶

Com uma população piscatória/operária bastante expressiva, a dureza de vida e dificuldades atravessadas no dia a dia, sobretudo em períodos de falta de peixe e, por conseguinte, de trabalho, encontravam algum contrapeso na fé e na busca de proteção divina, caminho também disseminado pela igreja e pela sociedade dos “bons costumes” da altura, de forma a manter a ordem social.

Foi, coincidentemente, durante a década de 20 que surgiu a referência mais recuada, até agora encontrada, à realização da procissão de Santa Catarina. O Comércio de Portimão de 1926¹⁷ deu conta das festas que decorreram na Praia da Rocha entre os dias 3 e 4 de outubro desse ano, organizadas por uma comissão local para angariar fundos para instituições de beneficência, integrada nas quais teve também lugar a festa de St. Catarina, identificada como padroeira dos pescadores em Portimão. Refere o artigo que a festa de St. ^a Catarina incluiu a procissão que decorreu desde a capela de St. Catarina até à praia, acompanhada de “enorme multidão”. Festejou-se com arraial, fogos de artifício, quermesse e tombolas. Nos dias de festa tiveram ainda lugar duas corridas de touros numa praça construída no meio das paredes do então projetado, Grande Hotel da Praia da Rocha.

É, no entanto, de salientar que o artigo não mencionou ser esta a primeira procissão realizada em honra de Santa Catarina, nem transmitiu a ideia deste evento constituir uma novidade na cidade ou na Praia da Rocha. Questionamo-nos, por isso, se eventualmente já se realizaria antes. A homenagem a Santa Catarina surgiu aqui associada aos festejos da Praia da Rocha

enquanto celebração da época balnear, o que deixa também a interrogação se já existiria antes de ser integrada num evento que parece ter um cariz mais turístico.

Esta hipótese poderá encontrar algum eco no que referiu Santos Barra no seu artigo de 1972¹⁸. Mencionou o autor que as primeiras festas (antes da participação de Caetano Feu, no final dos anos 20) eram organizadas pelos próprios pescadores, onde se distinguiu a família do mestre Francisco Maçanita com as suas generosas ofertas.

Aludiu o autor a que nesta altura não se falava em turismo, e sim nas “(...) belezas sem rival da praia e das festas à sua padroeira”. Descreveu a festa como um evento em que viria muita gente de terras da província, informados por familiares, pois que havia marítimos em Portimão de quase todas as terras ribeirinhas ao serviço dos galeões locais.

Já a procissão foi descrita como sendo enorme, uma vez que “(...) incorporava grande número de indivíduos com as suas opas e lanternas que representavam as diversas e antigas confrarias que existiam em Portimão: as vermelhas do Santíssimo, as verdes das Almas, as roxas dos Passos, brancas da Senhora do Rosário, brancas com cabeção azul da Senhora da Conceição, brancas com cabeção vermelho do Coração de Jesus e ainda as do Compromisso marítimo, muito compridas, de amarelo-marfim. Nesta procissão incorporavam-se também grande número de anjos e penitentes, tudo num colorido que sobressaía em beleza”.

A procissão compunha-se das imagens do Menino Jesus – conduzida por rapazes muito jovens, mas também de S. Pedro, S. Pedro Telmo, padroeiro dos mareantes e raramente de Nossa Senhora Mãe das Almas, também padroeira dos mareantes de Portimão. Estas três últimas imagens da igreja Compromisso Marítimo eram seguidas depois pela imagem de St. Catarina, terminando no pátio sob o qual o prior conduzia o Santo Lenho. No decorrer da procissão atuava a banda “Paga-Zé” e mais uma ou duas bandas de renome nacional.

O trajeto da procissão fazia-se, nesta altura, desde a capela da Fortaleza, percorrendo toda a avenida e descia até à praia onde era dada a bênção ao mar, e subindo pelo mesmo caminho (junto de onde se encontrava antigamente o Hotel Viola). Daí retomava-se o percurso até à fortaleza.

Esta descrição menciona que os barcos davam vida à festa com a sua presença, reportando-se sobretudo aos barcos de cerco que iam todos engalanados e os pescadores, familiares e amigos, com fatos domingueiros.

O sermão era dado no largo interior da fortaleza, ainda não existindo largo fronteiro, e a entrada fazia-se por uma estreitíssima ponte de pedra que atravessava o antigo fosso.

Uma multidão assistia à procissão. A praia enchia-se de grupos à sombra dos rochedos, pessoas que vinham de terras vizinhas ou da serra e que se faziam acompanhar dos seus farnéis, vinho carrascão, a melancia que era colocada dentro de água para se manter fresca.

Ao longo da avenida montavam-se coretos para as bandas de música atuarem durante o arraial. A decoração fazia-se através de colunas embandeiradas com flâmulas, com bandeiras na berma da avenida e com balões que iluminavam o recinto, uma vez que não haveria ainda luz elétrica na praia da Rocha à data.

Referiu ainda o autor que, inicialmente, não havia serviço de camionagem e, portanto, o transporte, por exemplo entre

¹⁵ Sobre este assunto ver Nunes, J. (1956) *Portimão, Estudos Algarvios* Vol. III, Casa do Algarve, Lisboa, 74-76.

¹⁶ Nunes, Op. Cit.

¹⁷ “Festas na Praia da Rocha” (1926) in *Comércio de Portimão*, Ano 1.º, n.º 14, 10 de outubro.

¹⁸ Barra, S. (1972), Op. Cit.



Figs. 3 e 4 – Procissão Santa Catarina na Avenida Tomás Cabreira, Praia da Rocha, década de 1950, CDAH

Portimão e a Praia da Rocha, fazia-se sobretudo de carrinha de tração animal ou por outro meio, embora os carros fossem poucos e de uso particular. Uma boa parte das pessoas fazia o trajeto a pé, pela estrada poeirenta. Aquelas que eram de longe, prolongando-se a festa até tarde, ficavam a dormir no areal da praia.

Em 1929¹⁹ encontrou-se nova menção à festa de Santa Catarina, integrada uma vez mais nos festejos da Praia da Rocha. Referiu-se que estes foram organizados pela colónia balnear desta praia com a colaboração da empresa que explorava o casino. Fizeram parte das festividades, diversões no salão do casino, um mercado regional no pátio do Hotel da Rocha e mercado saloio com lota de peixe na praia, tourinhas, procissão e festas a St. ^a Catarina que incluíram concurso com duas bandas de música, fogos de artifício, verbenas, entre outros.

A festa de Santa Catarina, onde se encontrava incluída a procissão, teve neste ano lugar no dia 23 de setembro e para a sua organização foi formada uma comissão composta por individualidades das elites locais como D. Caetano Feu, João Josino da Costa e José Simões Quintas. O artigo menciona que esta Comissão “muito se tem empenhado para chamar o maior número de turistas possível à Praia da Rocha”.

A festa serviria, portanto, duplo propósito, a celebração de Santa Catarina por parte dos devotos e a promoção desta

estância balnear que se tornava afamada e que se previa um dos mais promissores destinos turísticos do país.

Neste ano, o programa da procissão iniciou-se de manhã, pelas 8h00, e incluiu alvorada e concerto pela Filarmónica Portimonense; missa campal no largo fronteiro ao casino pelo padre Evaristo, acompanhada pela Orquestra Semifísica; Concertos na Avenida por bandas da região e Alentejo, como foi o caso da Banda Municipal de Tavira e pela Sociedade Filarmónica Capricho Bejense; procissão ao final da tarde (19h00) desde a ermida de St. Catarina, na fortaleza, percorrendo a avenida até à praia, ao som das bandas locais. Na praia, fundeados ao largo, encontravam-se os cercos que silvaram perante a imagem da santa. À noite ainda houve iluminação à veneziana e à moda do Minho, arraial, verbenas no recinto do ténis e fogos de artifício.

Um balanço da procissão estimou a presença de cerca de 20.000 pessoas. Agradeceu-se o auxílio dos Bombeiros Voluntários e da Guarda Republicana no controlo do trânsito composto pelas carrinhas, automóveis e camionetes e mencionou-se que o evento foi proveitoso para os estabelecimentos da Praia da Rocha onde se chegaram a esgotar artigos como refrescos, pão, cerveja e tabacos.

Terá pedido a comissão organizadora, por intermédio da Câmara Municipal, dois comboios extraordinários para fazerem viagens para Lagos e Vila Real de Santo António.

¹⁹ “Praia da Rocha” (1929), in *Comércio de Portimão*, Ano 4.º, n.º 163, 8 de setembro;

“Praia da Rocha” (1929) in *Comércio de Portimão*, Ano 4.º, n.º 164, 15 de setembro;

“As festas na Praia da Rocha”, “Kermesse na Rocha”, “Programa das Festas d’amanhã na Praia da Rocha” (1929) in *Comércio de Portimão*, Ano 4.º, n.º 165, 22 de setembro.

De mencionar que a organização da festa contou com a ajuda do pessoal da fábrica e oficinas de D. Caetano Feu. Acerca disto, referiu Santos Barra²⁰ que durante dois ou três anos a festa de Santa Catarina terá sido feita a “expensas” de Caetano Feu Marchena, industrial conserveiro andaluz, residente na Praia da Rocha e que viria a fazer parte, em 1930, da Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha, organismo que pretendia dotar a Praia da Rocha de boas infraestruturas e de condições de acolhimento.

O mesmo autor recordou ainda que D. Caetano Feu conferiu a estas festas um cariz “algo sevilhano” com grupos de meninas espanholas que, encontrando-se de férias na Praia da Rocha, se trajaram à andaluz e abrilhantaram a festa com os seus cantares e danças.

Noutro artigo da sua autoria, referiu ainda que este industrial mandou armar dois arcos do triunfo na avenida²¹, denotando-se um investimento considerável neste evento como forma de promover a Praia da Rocha, algo a que fez alusão quando afirmou que estas festas começaram a ser realizadas no mês de setembro e, mais tarde, de agosto quando a praia se encontrava com veraneantes, sendo uma festa “(...) religiosa e profana, própria para o meio turístico (...)”²².

Nova referência à procissão no ano seguinte (1930), integrada em festas identificadas como “Festas a Santa Catarina” e não como nos anos anteriores, “Festas da Praia da Rocha”²³. Passaram a decorrer a 30 e 31 de agosto, 1 e 2 de setembro, com programa mais extenso em época mais turística, e foram formadas duas comissões organizadoras, à frente das quais se encontrava Caetano Feu. A festa foi realizada mediante subscrição aberta e a comissão pediu para ser informada de casas disponíveis para serem alugadas a quem vinha de fora para os festejos. As mesmas deveriam primeiro ser vistoriadas e depois indicadas a quem delas precisasse, uma vez que o alojamento local era ainda muito incipiente, sobretudo na Praia da Rocha onde o único hotel existente se resumia ao Hotel Viola.

O programa incluiu no dia 30 de agosto um concerto musical na Avenida e o concurso de “Corridinho” realizado no Pavilhão Avenida, seguido de fogos de artifício. No dia seguinte, cumpriu-se o programa relativo à procissão o qual, embora com pequenas alterações, foi bastante idêntico ao do ano anterior. O dia 1 de setembro foi dedicado à prática desportiva na praia, com regatas, natação, caça ao pato, cocagne. A finalizar as celebrações, concerto com filarmónicas algarvias, arraial e bailes.

De referir que os anos 30 corresponderam também a um período de investimento na criação de infraestruturas fundamentais na Praia da Rocha. A Comissão de Iniciativas da Praia da Rocha conseguiu a abertura de uma estação de telégrafo postal, reparação da estrada de acesso à Rocha, alargamento e iluminação do caminho para a Praia do Vau. Em 1931, deu-se o alcatroamento da estrada da Rocha e criou-se uma empresa construtora para venda de lotes e construção de casas económicas para arrendamento. Em 1932 remodelou-se o Casino e quatro anos mais tarde inaugurou-se o Hotel Bela Vista. Ainda

em 1936 criaram-se carreiras de camionetas entre Portimão e a Praia da Rocha e realizou-se o I Congresso Nacional de Turismo, onde se apresentou uma *Memória Justificativa dum Plano de Melhoramentos da Praia da Rocha*²⁴.

Segundo se depreendeu das fontes documentais consultadas, a festa de Santa Catarina ter-se-á continuado a realizar até 1943, não se sabe, porém, se com interrupções. Não se realizou de 43 a 46, sendo retomada no dia 28 de julho deste último ano. Falou-se neste ano, aquando da descida da procissão à praia, na bênção das “artes de pesca” que eram muitas e que se encontravam fundeadas ao largo da praia, fazendo soar as suas sirenes e apitos durante vários minutos. Julga-se que 1946 foi o primeiro ano que a festa foi assegurada por José Vicente Joaquim Júnior, funcionário da Casa Feu, juntamente com uma comissão angariadora de fundos constituída por armadores locais²⁵.

Nas fontes consultadas, distinguuiu-se esta procissão das anteriores por não aparecer um programa de festas associado. Foi noticiada simplesmente a cerimónia da procissão que contou com a participação em massa dos barcos de pesca do cerco, conotando-se com um festejo mais orientado para a comunidade piscatória. Com o dinheiro que sobrou, José Vicente Joaquim Júnior adquiriu uma nova imagem de Santa Catarina, feita em Braga²⁶. As imagens originais terão sido movidas para a igreja matriz. No opusculo do Padre Arsénio Castro e Silva²⁷ menciona-se que a imagem antiga de St. Catarina empunhava um alfange e tinha a seus pés uma cabeça decepada que se acredita representar a vitória sobre os piratas.

De acordo com o *Jornal do Pescador* (1968)²⁸, o ano de 1946 foi pautado pelo naufrágio do galeão “Novo Tejo” que, ao tentar entrar na barra de Portimão, foi apanhado por um “golpe de mar” e a rede ter-se-á enrolado na hélice deixando o barco sem governo. Na continuação do texto mencionou-se que novo “golpe de mar” atirou com o barco para a praia e este encalhou junto à capelinha de St. Catarina, permitindo o salvamento fácil da companhia, sendo assim notório que “Ela” mais uma vez não desamparou os seus.

Portimão 1956	
Festas de “Santa Catarina”	
Continuação dos donativos recebidos:	
Mestres de Pesca e companhias	
Transporte	15.70500
Da “LA ROSE”	200500
Da “LOLA”	200500
Da “SOL”	200500
Da “OCA”	200500
Da “TRIO”	200500
Da “MARIA BENEDITO”	200500
Da “S. FLAVIO”	200500
Da “FARILHAO”	200500
Da “MARIA SERGIO”	175500
Da “PORTIMAO 1.º”	160500
Da “LUSTANIA”	150000
Da “PRAIA AMELIA”	140500
Da “ORESSA”	140500
Da “CICLONP”	150500
Da “MEXILHAO”	150500
Da “ESTRELA DE MAIO”	100500
Da “CINE DA GUARDA”	100500
Da “ANJO DA GUARDA”	70500
Companha da Traineira	
“PEROLA ALGARVIA”	140500
Pessoal da Enviada	
“ORATIDAO”	50100
Mestres	
Da “FOIA”	83100
Da “ARIFANA”	150500
Da “DOUTA”	50500
Da “FLORA”	50500
Da “MARIA ODETE”	20500
Do “PORTUGAL 1.º”	50500
Do “PORTUGAL 4.º”	50500
Do “PORTUGAL 6.º”	50500
Do “BORGES DO REGO”	50500
João Martins da “SARDA”	100500
Francisco Jádio Facheco da “NOVA FORCADA”	100500
Joaquim Pedro	100500
Mestres de Terra	
Henrique António Ramos da “OCA”	20500
Luciano António Duarte da “LOLA”	10500
Motoristas	
Domingos Barra da “ORATIDAO”	20500
José dos Santos Felício do “MIRADOURO”	10500
Ernesto Oliveira Marceio Ajudante da “LA ROSE”	10500
Proprietários de Enviadas	
Joaquim António de Sousa Enviada “PICOTA”	20500
José Guerreiro Enviada “MONTEMAR”	20500
Manuel Dionísio Gonçalves Enviada “LIBANIA ROSA”	20500
Total Escudos	19.802500

Fig. 5 – In Comércio de Portimão, 18/10/1956, CDAH

²⁰ Barra, S. (1984) “Festa a Santa Catarina e um pouco de história de outras já passadas”, in *O Barlavento*, Ano X, n.º 430, 21 de novembro.

²¹ Barra, S. (1972) Op. Cit.

²² Idem, *Ibidem*

²³ In *Comércio de Portimão* (1930) Ano 5.º, n.º 210, 17 de agosto; n.º 211, 24 agosto; n.º 212, 31 agosto.

²⁴ Marques, M.G.; Ventura, M.G. (1993) *Portimão*, Col. *Cidades e Vilas de Portugal*, ed. Presença, Lisboa, 115, 116.

²⁵ “Festas em honra de «Santa Catarina»”, (1956) in *Comércio de Portimão*, Ano 31.º, n.º 1540, 16 de Agosto.

²⁶ Barra, S. (1984) Op. Cit.

²⁷ Silva, A.C. (2006) *Santa Catarina na Fortaleza da Praia da Rocha – Entre a História e o Imaginário*, Edição da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, Portimão.

²⁸ Festas em honra de Santa Catarina” (1968) in *Jornal do Pescador: suplemento mensal da revista de Marinha* / Junta Central das Casas dos Pescadores, Lisboa, outubro, 31-32.

Um ano mais tarde, decorreu novamente a festa de St. Catarina, a 21 de setembro, assegurada por uma comissão local composta por José Vicente Joaquim Júnior, Gumerzindo José Alexandre e João Duarte Nunes. A nova imagem de St. Catarina foi exibida em público pela primeira vez. Esta festa realizou-se com recurso a donativos entre os armadores de pesca, os industriais de conservas, mestres de cerco, entidades oficiais, etc. e referiu-se que uma excelente banda abrilhantou a solenidade em Portimão e na Praia da Rocha²⁹.

Apenas em 1949 surgiu nova referência³⁰ a esta festividade que se realizou em agosto, no âmbito das comemorações dos 25 anos de elevação de Portimão a cidade, motivo pelo qual saiu dos limites da Praia da Rocha e a Comissão Promotora das Festas em Honra de Santa Catarina organizou um conjunto de concertos no coreto e no jardim Visconde Bivar em Portimão com os grupos "Artistas de Minerva", de Loulé, e "Marçal Pacheco" que foram contratados para o efeito.

Em 1950, a procissão de Santa Catarina realizou-se no dia 3 de setembro, acompanhada de arraial, música e "fogueteiro". Reportou-se o *Jornal do Pescador*³¹ deste ano, num artigo sobre o tema, ao culto de Santa Catarina entre os marítimos, procurando clarificar o seu papel sobretudo ligado à proteção da entrada na barra, enquanto destacou Nossa Senhora Mãe das Almas como "legítima herdeira das prerrogativas e tradições da secular confraria dos mareantes", culto que a Casa dos Pescadores deveria restaurar com a construção de uma capela no Bairro dos Pescadores. Não obstante, referiu ainda o mesmo artigo que a festa deste ano "tomou foros de congratulação" pelo reaparecimento abundante de sardinha na costa, após um período de escassez.

Durante alguns dos anos seguintes, a procissão de Santa Catarina não veio mencionada nos periódicos consultados. Tal facto leva a crer que a mesma não se tenha realizado regularmente, encontrando-se as suas causas por apurar, embora a falta de apoios pareça constituir razão forte. Existe, no entanto, referência à realização da "Festa de Santa Catarina" no Relatório de Gerência da Câmara Municipal de Portimão de 1951, associada à rubrica "Zona de Turismo".

Voltou a ser mencionada neste órgão de comunicação em 1956. O Comércio de Portimão esclareceu que houve um período de cerca de 5 anos em que as festividades não se realizaram³². Lançou-se neste ano apelo a que, se os portimonenses desejassem que a festa se realizasse novamente, deveriam enviar os seus donativos à comissão organizadora³³.

Ainda com organização de José Vicente Joaquim Junior, o programa desse ano, já mais extenso, aproximando-se de anos anteriores, teve lugar no dia 26 de agosto. As celebrações tiveram início pela manhã com a alvorada, morteiros e foguetes, seguindo-se a missa na capela da fortaleza com a assistência da figura do Bispo do Algarve. Já na parte da tarde, a partir das 15h30 houve duas bandas de música de Olhão e de Silves e, a partir das 18h00, deu-se início à procissão que, nesse ano, obedeceu a um percurso diferente. Partiu da capela de St. Catarina

até à esplanada dos Castelos. À noite, na Rocha, houve arraial e fogos de artifício aéreos e aquáticos.

Em 1961, surgiu no Comércio de Portimão³⁴ nova menção à festa de Santa Catarina que ocorreu entre 31 de agosto e 7 de setembro. Deu-se nota dos donativos recebidos pela comissão de festas onde se destacaram diversos nomes de industriais, armadores, comerciantes, restauração e hotelaria.

Na década de sessenta, as festividades e procissão tomaram novo fôlego, com maior investimento nas condições de organização, maior presença de apoios, de representação autárquica e institucional e políticas claramente investidas novamente na atração de visitantes, coincidindo com o boom turístico que caracterizou os anos sessenta.

Em 1962, ano de abertura do aeroporto de Faro, a organização da festa surgiu sob a alçada da Comissão Municipal de Turismo. O programa de festas voltou a repartir-se por 2 dias: 25 de agosto, com concerto no coreto de Portimão e dia 26, com missa, procissão na Praia da Rocha e música. A encerrar, por volta das 18h00, um sermão. A finalizar as festas, os habituais fogos de artifício³⁵.

Já em 1964, a procissão de Santa Catarina integrou-se no I Festival do Algarve, que vinha apresentando um programa de espetáculos desde o dia 18 de agosto, pelas terras algarvias de Silves, Armação de Pêra, Albufeira e, no dia 6 de setembro, na Praia da Rocha onde teve lugar apenas uma missa no cais, bênção dos barcos e almoço de caldeirada para os pescadores, também no cais. Integrado neste festival, organizou-se também um passeio fluvial até Silves e, na fortaleza, o espetáculo "Portugal no Algarve"³⁶.

O Comércio de Portimão³⁷ referiu, em 1968, o "reatar" das festas de Santa Catarina depois de alguns anos sem se realizarem e o *Diário da Manhã*³⁸ especificou os novos contornos em que se processariam. O evento foi, a partir deste ano, assegurado por uma comissão que teve o patrocínio da Comissão Municipal de Turismo de Portimão, cujo diretor era José Manuel Teixeira Gomes Pearce de Azevedo. A referida "comissão" tinha como elementos "de honra" o Bispo do Algarve, D. Júlio Tavares Rebimbas (vindo de Ílhavo e apelidado de "Bispo dos Pescadores"³⁹), o Almirante Henrique Tenreiro, Manuel Gonçalves, Diretor Geral dos Portos, Eng.º Álvaro Roquette, Comissário Nacional do Turismo e Joaquim Romão Duarte, Governador Civil do Distrito.

A procissão (25 de agosto) realizava-se agora através de um cortejo fluvial que partia de Portimão. Neste ano, a imagem de Santa Catarina saiu da capela de S. José para a ponte da lota, no cais de Portimão, aos ombros dos pescadores, e com a representação da Escola de Pesca de Portimão e o estandarte da Casa dos Pescadores. A mesma integrou o cortejo fluvial, indo a bordo de uma barca decorada pelo arquiteto João Cordovil.

A imagem de Santa Catarina desembarcou na fortaleza, transportada pelos pescadores, enquanto se deu uma largada de pombos. Realizou-se em seguida a missa pelo Bispo do

²⁹ "Festa a Santa Catarina" (1947) in *Comércio de Portimão*, Ano 22.º, 10 de setembro.

³⁰ "Festas de Santa Catarina" (1949) in *Comércio de Portimão*, Ano 24.º, n.º 1192, 4 de agosto.

³¹ "6 anos atrás no «Jornal do Pescador»" (1956) in *Comércio de Portimão*, Ano 31.º, n.º 1538, 02 de agosto.

³² "Festas de Santa Catarina" (1956) in *Comércio de Portimão*, Ano 31.º, n.º 1542, 30 de agosto.

³³ "Festas em honra de Santa Catarina" (1956) in *Comércio de Portimão*, Ano 31.º, n.º 1540, 16 de agosto.

³⁴ "Nota dos donativos recebidos pela Comissão de Festas de «Santa Catarina» na Praia da Rocha" (1961) in *Comércio de Portimão*, ano 36.º, n.º 1795, 31 agosto e n.º 1796, 7 de setembro.

³⁵ "Festas de Santa Catarina na Praia da Rocha" (1962) in *Comércio de Portimão*, Ano 37.º, n.º 1843, 2 de agosto.

³⁶ "I Festival do Arade" (1964) in *Comércio de Portimão*, Ano 39.º, n.º 1948, 27 de agosto.

³⁷ "Reata-se este ano a tradição das Festas de Santa Catarina na Praia da Rocha" (1968) in *Comércio de Portimão*, Ano 43.º, n.º 2127, 22 de agosto.

³⁸ "Na Praia da Rocha as festividades em honra de Santa Catarina" (1968) in *Diário da Manhã*, Lisboa, 23 de agosto.

³⁹ "A Festa de Santa Catarina Padroeira dos Pescadores" (1968) in *Sol do Algarve Revista de Turismo, Arte e Folclore*, n.º 1, outubro.



Fig. 6 – Procissão fluvial, in *Sol do Algarve Revista de Turismo, Arte e Folclore*, n.º 1, outubro, 1968, CDAH

Algarve, na esplanada inferior da Fortaleza. Assistido pelo padre Vitorino e pelo capelão da Praia da Rocha, Rev. Padre Lopes, o bispo dirigiu palavras simbólicas aos pescadores e deu-lhes a bênção com uma relíquia do Santo Lenho. A encerrar as festividades, um arraial popular, a atuação da banda Minerva de Loulé, do rancho folclórico de Alte e uma sessão de fogo de artifício na Praia da Rocha.

Neste ano, a procissão apareceu divulgada em vários órgãos de imprensa regionais e nacionais⁴⁰ convidados pela Comissão Municipal de Turismo que, ao final dessa tarde, lhes ofereceu um cocktail no Hotel Júpter, bem como a convidados de honra, onde ainda houve um discurso proferido por Gentil Marques, diretor da revista *Sol do Algarve*, e por José Manuel Teixeira Gomes Pearce de Azevedo.

As festas deste ano foram mencionadas no periódico “Correio do Sul”⁴¹ como um “magnífico cartaz da mesma excelente estância balnear”, encontrando-se, para alguns, entre as “mais famosas que no Algarve se realizam”. Terminaram à noite com um concerto pela Banda Minerva e Rancho folclórico de Alte e com os habituais fogos de artifício.

Em 1969 a comissão organizadora, com o patrocínio da Comissão Municipal de Turismo de Portimão e o correio Mor, Eng.º Carlos Ribeiro, aprovaram a criação de um carimbo comemorativo da festa de Santa Catarina que teve lugar a 14 de setembro. Neste dia, qualquer correspondência recebida ou expedida na estação de correios da Praia da Rocha teve a aposição do carimbo⁴².

Presenças simbólicas na festa foram as do Ministro da Marinha, do Governador Civil de Faro, Caetano de Carvalho, Diretor Geral da Cultura Popular e Espetáculos a representar o Secretário de Estado da Informação e Turismo e um representante do Presidente da Junta Central dos Portos. A comissão organizadora foi dirigida pelo Presidente da Comissão Municipal de Turismo de Portimão.

Desde há alguns anos a festa começou a integrar almoço para os pescadores, neste ano realizado no Portimonense Sporting Clube e recebeu cerca de 250 pessoas. O almoço faz-se acompanhar dos discursos de João Deodato Caboz, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, José Manuel Teixeira Gomes Pearce de Azevedo, Presidente da Comissão

⁴⁰ Obtivemos informação referente às festividades de Santa Catarina, de 1968, em periódicos como o *Comércio de Portimão*, o *Correio do Sul*, o *Diário da Manhã*, o *Diário do Alentejo*, a *Folha de Domingo*, o *Jornal do Pescador* ou o *Sol do Algarve*.

⁴¹ “Na Praia da Rocha as Festas de Santa Catarina realizam-se no domingo com especial brilhantismo” (1968) in *Correio do Sul*, Faro, 22 agosto.

⁴² “Festa em honra de Santa Catarina, padroeira dos pescadores” (1969) in *Sol do Algarve*, n.º 9, Lisboa, setembro – outubro.

Municipal de Turismo de Portimão, Gentil Marques, Diretor da Revista Sol do Algarve e Caetano Carvalho, Diretor Geral de Cultura Geral e Espetáculos.

Na parte da tarde, o andor partiu da igreja matriz e, até ao cais da lota, foi aos ombros dos pescadores. Após a procissão, a missa foi celebrada pelo padre Vitorino Correia, prior de Portimão, coadjuvado pelo Rev. Padre Arnaldo Nogueira, então capelão da Praia da Rocha. Na homilia falou o Rev. Cônego D. Henrique Ferreira da Silva, “um dos mais notáveis oradores sagrados de todo o país”, que no final abençoou especialmente os pescadores, os barcos e o mar. Decorreram os habituais concertos com a banda de Montemor-o-Novo e o Rancho Folclórico do Calvário e a encerrar os fogos de artifício⁴³.

Em agosto de 1970 estas festas integraram-se novamente no Festival do Algarve, organizado pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo, com a colaboração da Comissão Regional de Turismo do Algarve. As mesmas decorreram à semelhança de anos anteriores e o habitual almoço ou caldeirada dos pescadores, na esplanada do Portimonense, reuniu a Comissão de Festas, os pescadores, alguns armadores, marinhos, entidades oficiais locais, representantes da imprensa, o Presidente da Junta Autónoma dos Portos e o Diretor Geral da Cultura e Espetáculos, Caetano Carvalho. Embora a tónica dos discursos proferidos ao almoço incidisse nos pescadores e na exaltação da bravura dos seus percursos de trabalho no mar, as atenções foram partilhadas com as obras de assoreamento que a praia da Rocha recebeu, expandida para mais do dobro do tamanho, proporcional à expansão do seu potencial turístico⁴⁴. Referiu-se que “a Rainha das praias algarvias, além do cenário encantador dos seus rochedos oferece aos visitantes uma praia ampla e asseada que a mão do homem soube preparar”⁴⁵.

Após o almoço, por volta das 15h30, saiu a procissão da capela de S. José, de onde seguiu em cortejo até ao cais, onde a imagem embarcou. Refere o Jornal do Pescador que “as sereias das dezenas de barcos dispersos nos seus ancoradouros, assim como as dos iates estrangeiros ali fundeados, associaram-se com a estridência dos seus silvos à consagração da Padroeira (...)”⁴⁶. Mencionou-se o mar de gente que seguia a procissão em ambas as margens do Arade. A imagem desembarcou no molhe oeste da barra, a partir de onde os pescadores transportaram o andor e reconstituíram a procissão por terra. Mais uma vez a missa foi realizada após a procissão num dos terraços da fortaleza e foi celebrada pelo padre Vitorino. Assitiu à missa o Ministro da Marinha.

Ao anoitecer, num palco montado na praia, um programa de espetáculos rico, onde, à atuação das habituais bandas regionais, se juntaram os ranchos folclóricos da Casa do Povo de Moncarapacho e o Novo Rancho do Arade. Foi também oferecido aos convidados um jantar na fortaleza que, por delegação do Presidente da Comissão Regional de Turismo, foi presidido pelo secretário da referida Comissão, Manuel Rodrigues da Silva.

Em 1971 as festas realizaram-se a 22 de agosto e foram publicitadas como festas de St. Catarina e não do Festival do Algarve. Foram uma vez mais promovidas pela comissão de

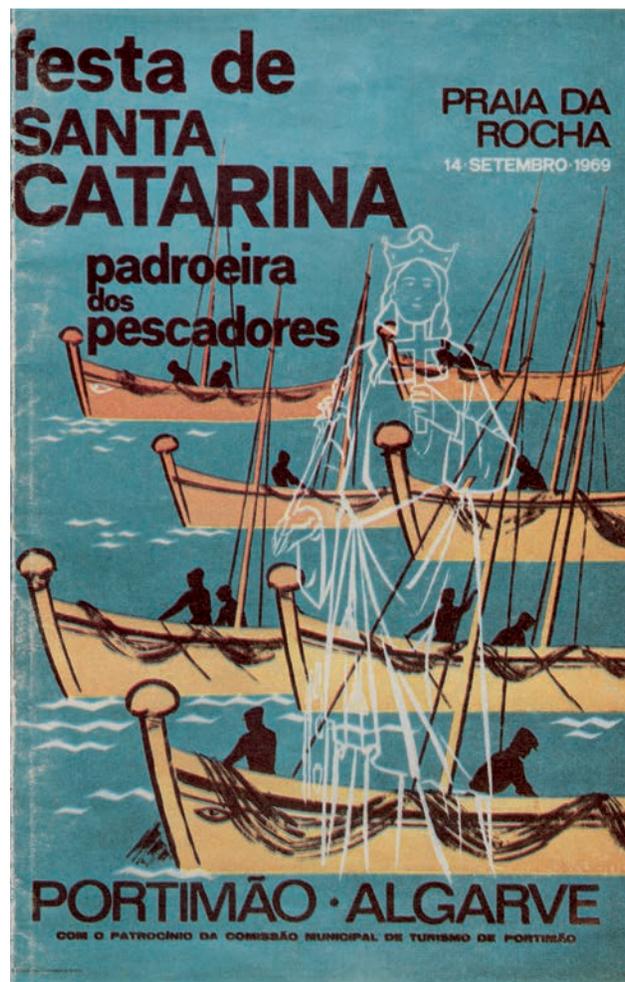


Fig. 7 – Imagem das festas de 1969, com referência ao carimbo comemorativo dos correios, CDAH

festas de Santa Catarina, com o patrocínio da Câmara Municipal de Portimão e não pela Comissão Municipal de Turismo de Portimão. Constituíram a Comissão de Honra os Ministro da Marinha, o Secretário de Estado da Informação e Turismo, o Bispo do Algarve, o Governador Civil, os Deputados Jorge Augusto Correia, Manuel Elias Trigo Pereira, António da Fonseca Leal de Oliveira – Presidente da Junta Central da Casa dos Pescadores, o Presidente da Junta Central dos Portos, o Diretor Geral de Cultura Popular e Espetáculos, o Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve e o Presidente da Câmara Municipal de Portimão⁴⁷.

A procissão e festividades decorreram à imagem dos anos anteriores e referiu-se este ano a presença de muitos forasteiros e pescadores de outras regiões.

O mesmo sucedeu nos dois anos seguintes, em 1972 e 1973, com o patrocínio da Comissão Regional de Turismo do Algarve e a Câmara Municipal de Portimão. Cumpriu-se o programa de anos anteriores relativamente à procissão e as festividades fizeram-se acompanhar de um programa de música e de rancho folclórico na Praia da Rocha, sendo que

⁴³ “Festa em honra de Santa Catarina, padroeira dos pescadores” (1969) in *Sol do Algarve*, n.º 9, Lisboa, setembro – outubro.

⁴⁴ Discursou o Presidente da Câmara de Portimão, Eng.º Deodato Caboz, o Presidente da Comissão Regional de Turismo, José Manuel Teixeira Gomes Pearce de Azevedo e o Diretor Geral de Cultura e Espetáculos, Caetano Carvalho.

⁴⁵ “Festival do Algarve 1970 Festa de Santa catarina na Praia da Rocha” (1970) in *Povo Algarvio*, Tavira, 8 de agosto.

⁴⁶ Terramoto, M. (1970) “Festa de Portimão a Santa Catarina, Padroeira dos Pescadores”, in *Jornal do Pescador – Órgão Mensal das Casas dos Pescadores*, n.º 380, Ano XXXI, Lisboa, setembro, 11 -13.

⁴⁷ “As festas em honra de Santa Catarina na Rocha” (1971) in *Comércio de Portimão*, ano 46.º, n.º 2281, 12 de agosto.

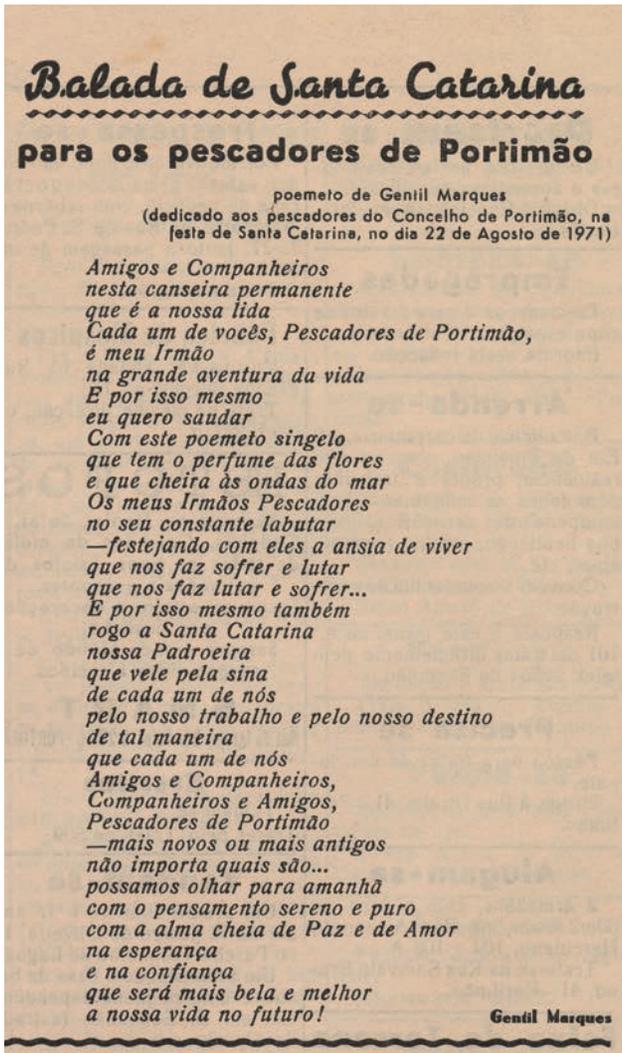


Fig.8 -Comércio de Portimão, n. 2283, de 2 de setembro, 1971, CDAH

em 1973 se menciona a realização de um festival de folclore após a procissão⁴⁸.

Em 1973 assistiram às festas o Eng.º Lopes Serra, Governador Civil do Distrito, Pearce de Azevedo já na qualidade de Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve, Reinaldo Assunção, Presidente da Câmara Municipal de Portimão e o Capitão da Fragata Corte-Real Negrão, Capitão do Porto de Portimão⁴⁹.

A partir de 1974, e após uma pesquisa ainda inicial, não foram para já encontrados registos das festas ou procissão de Santa Catarina. Desta data em diante, parece ganhar crescente expressão o Festival Nacional de Folclore que, desde 1976, até aos anos 90, começou a ter lugar na Praia da Rocha, no final do verão.

No entanto, nos inícios dos anos 80, através do padre Arsénio Castro e Silva⁵⁰, o culto a Santa Catarina foi reclamado

pelo Vicariato do Amparo, a que a capela de Santa Catarina passou a pertencer. Associa-se, nesta altura, a imagem de Santa Catarina de Alexandria ao seu papel de padroeira dos estudantes, que se assinala no calendário litúrgico a 25 de novembro. Esta simbologia derivou, de acordo com o exposto pelo pároco no opusculo "Santa Catarina na Fortaleza da Praia da Rocha – Entre a História e o Imaginário"⁵¹, da sua história de vida ligada ao estudo e procura de conhecimento e à revelação da fé cristã, pela qual viria a ser condenada à morte em 317 d.C., com apenas 18 anos. No séc. XI a devoção e esta santa espalhou-se pela Europa.

A partir de então, e de acordo com Santos Barra⁵², a festa de Santa Catarina ter-se-ia realizado a 25 de novembro desde 1982, por intenção do pároco do Vicariato do Amparo. Refere o mesmo que a festa deixou de ter o carácter turístico e de espetáculo de outros tempos, para se tornar uma cerimónia de fé. A partir de 1985, contudo, as festividades passaram a realizar-se em junho. Desde 1990 até pelo menos à primeira década de 2000, as celebrações incluíram a realização do Festival da Canção Juvenil de Santa Catarina.

Atualmente, Santa Catarina recebe missa na sua capela aos domingos e dias santos.

* * *

Este artigo pretendeu dar a conhecer um pouco da história da procissão de Santa Catarina ao longo das décadas, sendo que a esta descrição dos factos cruzou-se um olhar mais antropológico que aborda esta manifestação, enquanto fenómeno social mais abrangente e dinâmico.

Ao longo do tempo, de acordo com a evolução da sociedade e consequente transformação das suas necessidades, usos e costumes, a imagem de Santa Catarina foi investida de diferentes representações simbólicas. A localização inicial da sua ermida na Praia da Rocha, onde se implantaria a fortaleza no séc. XVII, aponta para o seu papel ligado à vigilância e defesa da barra. No entanto, foi consolidando uma representação de proteção das gentes do mar que ganhou visibilidade ao mesmo tempo que a pesca do cerco em Portimão e a indústria conserveira conheciam grande desenvolvimento, no início do séc. XX, originando a festa e procissão de Santa Catarina, padroeira dos pescadores.

Inicialmente tida como uma festa organizada por elementos ligados à pesca, foi desde logo encarada também enquanto oportunidade de dar a conhecer a cultura e tradições locais a forasteiros e visitantes, alimentando os interesses político económicos de promoção da Praia da Rocha como destino balnear.

Enquanto festividade em honra dos pescadores, é integrada nos festejos que aquela estância balnear organizava anualmente com vista a uma crescente promoção turística, alimentada pelas elites locais as quais, por sua vez, se compõem de individualidades ligadas à indústria conserveira e pesca, como é o caso de Caetano Feu. Há, portanto, uma ligação muito

⁴⁸ Terramoto, M. (1972) "Santa Catarina reinou no Arade em Portimão", in *Jornal do Pescador – Órgão Mensal das Casas dos Pescadores*, n.º 405, Ano XXXIV, Lisboa, outubro, 17, 18.

⁴⁹ "Decorreu com grande brilhantismo a Festa em Honra de santa Catarina" (1973), in *Comércio de Portimão*, ano 48.º, n.º 2382, 23 de agosto.

⁵⁰ O padre Arsénio Castro e Silva (1938-2012), natural de Vila Nova de Famalicão, veio para Portimão em setembro de 1975, por pedido do Bispo do Algarve, D. Florentino de Andrade e Silva, para fundar um núcleo da Companhia de Jesus que se transformou no Vicariato Paroquial de Nossa Senhora do Amparo. Em 1990 foi promovido a paróquia. Após a sua chegada a Portimão, o padre Arsénio Castro da Silva trabalhou para uma imagem da igreja católica mais próxima das camadas desfavorecidas. Trabalhou no cais da lota, no carregamento de caixas de peixe, emprego que lhe permitiu criar laços com a comunidade local, e construiu um trabalho consistente nas camadas mais vulneráveis da população, como os necessitados, a comunidade cigana e os jovens. In *Sul Informação*, 14 maio, 2012

⁵¹ Silva, A.C. (2006) Op. Cit, 7-14.

⁵² Barra, S. (1985), Op. Cit.

estreita entre as diferentes motivações que alimentaram esta manifestação religiosa no decorrer das décadas.

A simbologia do mar enquanto espaço perigoso, imprevisível e de trabalho vai-se convertendo num mar que é já praia, veraneio, desporto, espetáculo. A procissão, realizada no final do verão, combina essa dualidade e reúne à volta do ritual, pescadores, gentes locais, os estrangeiros que vêm para descansar e desfrutar de um espaço balnear, visitantes que chegam das imediações, como a serra de Monchique, e que aproveitam a praia enquanto parte do espaço festivo, de convívio e de comensalidade, com os piqueniques construídos à sombra das rochas e as melancias colocadas dentro de água a refrescar.

Mas a procissão enquanto parte de um programa político-cultural, turístico de dinamização do espaço da praia terá conhecido desafios. Houve anos em que a mesma não se realizou, cujos motivos interessaria perceber melhor, embora existam referências a falta de apoios e de donativos. Nos anos 40 e 50, a procissão foi organizada por José Vicente Joaquim Júnior, funcionário da Casa Feu com uma comissão angariadora de fundos, constituída por armadores locais, modalidade que se prolongou nos anos cinquenta, onde surge já referência mais clara à colaboração da própria Câmara Municipal de Portimão. Estes foram anos em que as celebrações de Santa Catarina se parecem direcionar mais para a procissão e para os pescadores e menos para o “espetáculo”, aproximando-se de uma festa da classe.

Já nos anos sessenta, os seus moldes foram redefinidos e a organização da festa é assumida pela Comissão Municipal de Turismo que pareceu procurar um compromisso entre uma festa de pescadores e um evento turístico. A relação com o espaço da cidade muda e alargam-se os limites da mesma a Portimão, onde se começou a fazer o início da celebração saindo da capela de S. José, de devoção de pescadores e operários, e a procissão deixa de ser fazer apenas por terra para se fazer por via fluvial também. Associa-se à procissão festejos e música na Praia da Rocha, com o convite de individualidades no campo da religião, política e turismo regional e nacional.

Nos anos 70, a festividade aparece cada vez mais esbatida em eventos de cultura popular e turismo como é o caso do Festival Nacional de Folclore e após o 25 de abril de 1974 ainda não se encontrou registo da sua realização.

A dinâmica em torno das representações de Santa Catarina estende-se pelos anos 80/90, quando lhe surge outro culto associado, desta feita enquanto padroeira dos estudantes. As celebrações atraem um movimento de jovens cristãos que se prolonga pelos inícios dos anos 2000.

Bibliografia

- Brandão, V.G.J. (2012) – *O Compromisso marítimo de Olhão (1765-1873)*. Dissertação desenvolvida no âmbito do Mestrado em História do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/10668/1/Compromisso_Maritimio_olhao.pdf> [Consulta: 25/05/2024]
- Carrote, C.C.; Freitas, J.G.; Sarmento, C.; Martins, L. (2020) – *Imaginários do Mar Uma Antologia Crítica*. Vol.I, Lisboa: IELT. <<http://ielt.fcsh.unl.pt/3d-flip-book/imaginarios-do-mar/>> [Consulta: 25/05/2024]
- Coutinho, V. (1997) – *Castelos, Fortalezas, Torres da região do Algarve*. Faro: Algarve em Foco Editora.
- ____ (2006) – “Compromisso marítimo de Portimão”. In Ventura, M. G. A. M. (Coord.) – *O Associativismo: das confrarias e irmandades aos movimentos sociais contemporâneos*. Lisboa: edições Colibri.
- Domingues, J.D.G. (1989) – *Silves, guia turístico da cidade e do concelho*. Região de Turismo do Algarve.
- Estatutos da Associação de Socorros Mútuos – Real Compromisso Marítimo de Villa Nova de Portimão*, aprovados por alvará de 29 de novembro de 1894 (1895). Tavira: Tip. Burocrática. [Consulta: 8/06/2024]

Guedes, L.C. (1988) – *Aspectos do Reino do Algarve nos Séculos XVI e XVII, A descrição de Alexandre Massaii, 1621*. Lisboa: Ed. Arquivo Histórico Militar.

Inácio, N.C. (2017) – *Igreja Matriz de Portimão – 550 Anos de História (1467-2017)*. Portimão: Arandis Editora.

Mauss, M. (2013) – *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70 (reimp.).

Marques, M.G.; Ventura, M.G. (1993) – *Portimão*. Lisboa: Ed. Presença.

Nunes, F.O. (2019) – “Da Indeterminação do Mundo: Os Santos, o Mar, a Luz. Um Ensaio de Antropologia Marítima”. In *Lusitana Sacra – O Mar no Imaginário Religioso: Cultos, Espaços, Representações*, n.40, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23059/1/article_82435.pdf> [Consulta: 09/06/2024]

Nunes, J. (1956) – *Portimão, Estudos Algarvios*. Vol. III, Lisboa: Casa do Algarve.

Silva, A.C. (2006) – *Santa Catarina na Fortaleza da Praia da Rocha – Entre a História e o Imaginário*. Portimão: Edição da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo.

Periódicos

Barlavento, Portimão:

Ano X, n.º 430, 21/11/1984, BARRA, Santos, “Festa a Santa Catarina e um pouco de história de outras já passadas”;

Ano XI, 1/05/1985, BARRA, Santos, “Festa de Santa Catarina e um pouco de História da sua Capela”;

5/09/2019 – MESQUITA, José Carlos Vilhena, “Fortaleza de Santa Catarina na Praia da Rocha”, in <https://www.barlavento.pt/algarve/fortaleza-de-santa-catarina-na-praia-da-rocha/>;

Comércio de Portimão:

Ano 1.º, n.º 14, 10/10/1926, “Festas na Praia da Rocha”;

Ano 4.º, n.º 163, 08/09/1929, “Praia da Rocha”;

Ano 4.º, n.º 164, 15/09/1929 “Praia da Rocha”;

Ano 4.º, n.º 165, 22/09/1929 “As festas na Praia da Rocha”, “Kermesse na Rocha”, “Programa das Festas d’amanhã na Praia da Rocha”;

Ano 4.º, n.º 166, 29/09/1929, “As Festas na Rocha”;

Ano 4.º, n.º 167, 06/10/1929, “As Festas na Rocha”;

Ano 5.º, n.º 210, 17/08/1930, “Festas a Santa Catarina”;

Ano 5.º, n.º 211, 24/08/1930, “Festas a Santa Catarina”;

Ano 5.º, n.º 212, 31/08/1930, “Festas a Santa Catarina”;

Ano 5.º, n.º 213, 07/09/1930, “Festas a Santa Catarina”;

Ano 5.º, n.º 214, 14/09/1930, “Festas a Santa Catarina”;

Ano 21.º, 31/07/1946, “Festa a Santa Catarina”;

Ano 22.º, 10/09/1947, “Festa a Santa Catarina”;

Ano 24.º, n.º 1192, 04/08/1949, “Festas de Santa Catarina”;

Ano 31.º, n.º 1538, 02/08/1956, “6 anos atrás no «Jornal do Pescador»”;

Ano 31.º, n.º 1540, 16/08/1956, “Festas em honra de Santa Catarina”;

Ano 31.º, n.º 1541, 23/08/1956, “Festas de Santa Catarina”;

Ano 31.º, n.º 1542, 30/08/1956, “Festas de Santa Catarina”;

Ano 31.º, n.º 1544, 27/09/1956, “Festas de Santa Catarina”;

Ano 36.º, n.º 1795, 31/08/1961 e n.º 1796, 7/09/1961, “Nota dos donativos recebidos pela Comissão de Festas de «Santa Catarina» na Praia da Rocha”;

Ano 37.º, n.º 1843, 02/08/1962, “Festas de Santa Catarina na Praia da Rocha”;

Ano 39.º, n.º 1948, 27/08/1964, “I Festival do Arade”;

Ano 43.º, n.º 2127, 22/08/1968, “Reata-se este ano a tradição das Festas de Santa Catarina na Praia da Rocha”;

Ano 44.º, n.º 2181, 04/09/1969, “Carimbo do Dia de Santa Catarina”;

Ano 46.º, n.º 2281, 12/08/1971, “As festas em honra de Santa Catarina na Rocha”;

Ano 46.º, n.º 2283, 02/09/1971, “Decorreram com grande brilho as Festas de Santa Catarina na Praia da Rocha”;

Ano 47.º, n.º 2330, 17/08/1972, BARRA, Santos, “Como eram as Festas a Santa Catarina Padroeira dos homens do mar de Portimão”;

Ano 48.º, n.º 238..., 23/08/1973, “Decorreu com grande brilhantismo a Festa em Honra de Santa Catarina”;

Correio do Sul, Faro:

22/08/1968, "Na Praia da Rocha As Festas de Santa Catarina realizam-se no domingo com especial brilhantismo";

Diário da Manhã, Lisboa:

23/08/1968, "Na Praia da Rocha as festividades em honra de Santa Catarina"

Diário do Alentejo, Beja, 26/08/1968**Folha de Domingo, Faro:**

31/08/1968, "Alcançaram êxito invulgar as festas em honra de Santa Catarina Padroeira dos Pescadores de Portimão";

Jornal do Pescador – Órgão Mensal das Casas dos Pescadores, Lisboa:

Ano XXX, 10/1969, "Festas em honra de Santa Catarina";

Ano XXXI, n.º 380, 09/1970, TERRAMOTO, Manuel, "Festa de Portimão a Santa Catarina, Padroeira dos Pescadores";

Povo Algarvio, Tavira:

08/08/1970, "Festival do Algarve 1970 Festa de Santa Catarina na Praia da Rocha";

Sol do Algarve Revista de Turismo, Arte e Folclore, Lisboa:

n.º 1, out. 1968, "A Festa de Santa Catarina Padroeira dos Pescadores";

n.º 9, set – out 1969, "Festa em honra de Santa Catarina, padroeira dos pescadores";

n.º 10, nov-dez 1969, "Realização do dia de Santa Catarina"

Sul Informação, Portimão:

Sul Informação, 14 maio, 2012, in <<https://www.sulinformacao.pt/2012/05/morreu-o-padre-arsenio/>> [Consulta: 8/06/2024]

L350

Pendente em forma de cruz
Liga de cobre
Época Moderna/Contemporânea
2,4 x 1,8 x 0,2cm 3gr
Praia de Alvor (Portimão)
Frank Reinhardt

Pendente em forma de cruz, com vestígios de fibra vegetal na argola de suspensão no topo. Apresenta duas figuras humanas na haste vertical; duas figuras ilegíveis na haste horizontal; na zona central, de forma circular, apresenta uma ave, provavelmente uma pomba, simbolizando o espírito santo.



L366

Pendente em forma de cruz latina
Liga de cobre
Época Moderna/Contemporânea
3,6 x 1,9 x 0,3cm 2gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Nuno Alves
Crucifixo em bronze com argola para passagem de fio.



Y827

Imagem religiosa
Chumbo
Época Moderna/Contemporânea
2,7 x 1 x 0,6cm 6gr
Praia da Angrinha (Lagoa)
Nuno Alves
Imagem de Nossa Senhora com as mãos juntas em oração.



L372

Imagem religiosa
Chumbo
Época Moderna/Contemporânea
3,9 x 1,6 x 0,9cm 12gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Frank Reinhardt
Imagem de St. António com Menino Jesus sobre o seu braço esquerdo, destinada provavelmente a funcionar como pendente, visto possuir uma argola no reverso.



L352

Medalha religiosa
Liga de cobre
Época Moderna/Contemporânea
2,2 x 1,4 x 0,1cm 1gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Nuno Alves
Medalha de dupla face de forma oval com orifício de suspensão. Numa das faces apresenta a imagem de duas figuras humanas frente a frente, ladeada pela inscrição "Santo António de Pádua rogai por nós". Na face oposta apresenta a imagem de um anjo dando a mão a uma criança, ladeada pela inscrição: "Oh meu anjo da guarda (...) meu guia".



L585

Medalha
Chumbo
Época Moderna/Contemporânea
2,6 x 1,7 x 0,7cm 7gr
Praia dos Careanos (Portimão)
Emanuel Soares
Medalha de eventual cariz religioso, apresentando imagens ilegíveis nas duas faces.



W057

Medalha

Liga de cobre e zinco

Época Moderna/Contemporânea

1,9 x 1,6 x 0,2cm 2gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Medalha religiosa em formato de coração, com a imagem de Jesus Cristo e o Sagrado Coração numa das faces.

**Y738**

Lucerna

Liga de cobre

Época Moderna/Contemporânea

Ø máximo 7.8 x 12.2 x 3.8 x Ø base 1.7 x Ø orifício de enchimento 4.3 x Ø orifício na base 0.7cm 172gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Deposito fechado de lucerna/candil, com três bicos de combustão por onde se passava o pavio. Corpo circular, baixo com bordo aplanado e voltado para cima. Está perfurado no centro para inserção da haste metálica que lhe dava estabilidade. Tem uma moldura a meio do corpo. A peça que se conserva está constituída por sete peças fabricadas separadamente: o corpo, os três bicos e os três aparadores dos bicos. Estão unidos por solda.

Trata-se de um elemento de uma lucerna/candil portátil de bronze que, além do corpo, tinha também: uma base; uma haste na qual se inseria o corpo; uma abraçadeira que servia de apoio à lucerna; uma tampa que selava o depósito da lucerna; e uma pega a encimar a haste. Além destes elementos, este artefacto podia conservar uma tesoura de pavio e um apaga velas unidos por uma corrente à haste.

Estas peças eram fabricadas separadamente através da técnica da fundição em molde, frequentemente aproveitando sucata de outras peças de bronze. Depois de dar forma às peças, estas eram desbastadas, torneadas, polidas e cinzeladas. Esta fase do processo pretendia dar a dimensão e o aspeto necessários

às peças, facilitando a sua montagem. Os últimos passos, antes dos acabamentos, passavam pela solda e montagem dos diferentes componentes.

Este tipo de peça não é muito conhecido em território nacional e é bastante difícil determinar com certeza qual a sua origem cronológica e geográfica. Artefactos deste tipo são conhecidos em várias geografias e com distintas denominações (lucerna fiorentina; velon lucence, entre outros). A título de exemplo, são muito frequentes na liturgia toscana, presentes em vários edifícios religiosos, para as quais se considera uma cronologia estilística setecentista, mas particularmente difundidos na centúria seguinte. São mais raras no Norte de África e na parte oriental do Mediterrâneo, onde também se conhecem alguns exemplares (onde se conhecem como lucernas otomanas).

O período de maior êxito destes artefactos localiza-se no século XIX, momento em que a fábrica de Lucena (Córdoba) assistiu a um grande incremento da sua produção e exportação. Os productos fabricados no sul de Espanha foram particularmente relevantes para esta manufatura, sendo amplamente distribuídos por terra, tendo-se notícia da figura transumante conhecida como "carguero de velones". Os produtos espanhóis também alcançaram outros países europeus, como é o caso de França e Portugal, mas também Marrocos e Tunísia.

<https://artefacts.mom.fr/en/result.php?id=LMP-8005&find=LMP-8005&pagenum=1&affmode=vign>

(LMP-8005)

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – "Projecto IPSIIS". *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 240, fig. 13.



Elementos do sagrado da época romana

Carlos Pereira¹

1. Introdução

A religião desempenhou um papel fundamental no quotidiano e na sociedade romana. Muitos aspetos da vida e da cultura romana eram considerados sagrados, motivo pelo qual conhecemos uma grande diversidade de lugares sagrados onde se celebravam ações e orações. Também os rios e a água eram elementos divinos que os romanos veneravam (Andreu Pintado, 2012; 2017). As práticas religiosas imperiais e provinciais eram celebradas por toda a sociedade e correspondiam a cultos, públicos e privados (Marco Simón, 2021: 79 e ss.), que pretendiam unir os cidadãos e estimular o respeito pelo Estado.

A religião e o sagrado permeavam todos os aspetos da vida quotidiana. A adoração aos deuses, os rituais, a celebração de festividades e os ritos foram fundamentais para o sentido de identidade e moralidade da sociedade. As práticas religiosas podiam ser praticadas em privado, dentro de casa e dirigidas apenas à família (Pérez Ruiz, 2007-2008; 2012), ou públicas, celebrados em lugares sagrados ou em edifícios públicos próprios e dirigidos à comunidade (Díez de Velasco Abellán, 1999). O culto público estava geralmente relacionado com a veneração aos deuses do panteão, de tradição romana ou assimilados. Várias celebrações tinham lugar durante a noite, acompanhadas por lucernas e candelabros que incitavam um ambiente de luzes e sombras agitadas.

O culto privado correspondia a uma prática muito relevante na vida quotidiana das famílias e representava uma relação próxima destes com as diversas divindades. Os membros da família, que não incluía apenas os membros de sangue, mas também os escravos e os clientes, deveriam prestar as devidas honras, reforçar os laços familiares e a hierarquia da *gens*. O *lararium* era o altar central do culto doméstico, geralmente localizado no átrio da *domus*, decorado com estátuas e imagens das divindades domésticas, no qual se realizavam oferendas de alimentos, de vinho, de incenso e de flores.

As mulheres desempenhavam um papel crucial no culto doméstico (Pavón, 2015). A matrona era frequentemente responsável por manter o fogo sagrado e conduzir os rituais diários. A sua posição no culto era fundamental e reforçava a sua importância na vida familiar e social. Maior relevância alcançava a responsabilidade na transmissão das tradições religiosas para as gerações seguintes. Ensinavam os rituais e orações aos seus descendentes, garantindo a continuidade das práticas religiosas e a preservação da cultura familiar.

Ainda que os cultos domésticos fossem privados, estavam relacionados com as práticas religiosas públicas e políticas. Em definitiva, o culto público representava a máxima

expressão da relação entre os deuses e o Estado romano. As práticas religiosas públicas procuravam garantir a *pax deorum*, uma condição essencial para a estabilidade e a prosperidade da sociedade. Além de o culto público servir para fortalecer a coesão social, era uma ferramenta de legitimidade política. Os magistrados e líderes romanos realizavam e patrocinavam cerimónias religiosas como forma de demonstrar a sua abnegação, mas também para ganhar o favor dos deuses e do povo (Bayet, 1984; Delgado Delgado, 2000). Da mesma forma, contribuíam para a ordem e a estabilidade, reforçando as normas sociais e os valores cívicos. Por tudo isto, a adesão aos rituais e à religião pública era essencial e também uma obrigação da sociedade.

A partir de determinado momento, que podemos considerar sincrónico com a chamada "crise do século III", a situação viria a mudar gradualmente. O surgimento e a expansão do Cristianismo representaram uma das transformações mais significativas na história da religião romana. Desde a sua origem até se tornar na religião dominante do Império Romano, o Cristianismo influenciou profundamente as práticas religiosas, culturais e políticas romanas. Com a adoção do Cristianismo como religião oficial, o que aconteceu em 313 com o imperador Constantino, e o declínio gradual do politeísmo romano, as casas de culto e os templos pagãos foram progressivamente abandonados, destruídos ou convertidos em igrejas. Os rituais e as festividades tradicionais foram suprimidos ou adaptados para se alinhar com o novo culto. A veneração das divindades romanas foi substituída pelo culto aos santos e mártires cristãos.

O impacto do Cristianismo não se repercutiu unicamente na religião de forma direta. A ética cristã, que defendia a caridade, o perdão e a igualdade espiritual (Fernández Ubiña, 1993), começou a influenciar a moral e os valores sociais romanos. A partir de determinado momento, concretamente do século II d. C., a produção literária e artística passou a debater temas cristãos, promovendo uma nova identidade cultural. Porém, o desenvolvimento do Cristianismo resultou tanto em continuidade como em transformação (Liebeschuetz, 1979). Elementos da religião e cultura romana foram assimilados e adaptados, garantindo a continuidade de certas tradições das quais ainda hoje é possível certificar essa origem pagã.

2. Artefactos para os cultos recuperados no Arade

O conjunto recuperado no rio Arade ou na sua foz não conta com um volume de peças muito elevado. Neste trabalho encontramos apenas quatro peças que podem ter estado, direta ou indiretamente, relacionadas com estas atividades. Ainda

¹ Universidad Complutense de Madrid
carlosp@ucom.es / ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4116-3602>

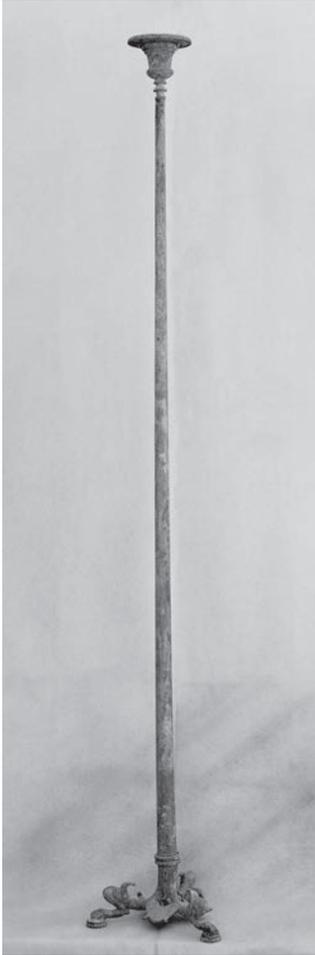


Fig. 1 – Exemplar de candelabro de bronze do século I d. C. (Museu Metropolitan de Arte, n.º 08.258.15).

assim, devemos mencionar que somente o contexto de recuperação poderia esclarecer com mais segurança a função destes artefactos, pois alguns deles podem ter sido utilizados em vários edifícios ou eventos públicos e privados, nem sempre relacionados com cultos religiosos.

Do conjunto destacam alguns elementos de bronze que fizeram parte de candelabros (Y736 e Y735 do catálogo). Estes elementos podiam ser de utilização doméstica, fazendo parte do mobiliário de luxo, associados a leitos, mesas ou tripodes, ou pública, utilizados em edifícios de espetáculo, de administração pública ou templos. Por este motivo, os *candelabra* ou *lampadophoroi* adotaram formas diversas (Fig. 1), mas que têm como características comuns a presença de uma base tripode, de um fuste e de um coroaamento (Pozo, 2022). Todos estes componentes dos candelabros eram fabricados separadamente e depois

unidos por solda ou encaixe e fixados com perno de ferro. Graças aos achados realizados nas cidades vesuvianas (Pernice, 1925), o conhecimento destes elementos é hoje mais amplo, tendo permitido estabelecer tipos concretos.

No entanto, ainda que tratemos unicamente os candelabros, essa não foi a única técnica de iluminação na Antiguidade. É igualmente bem conhecida a utilização de lucernas (de cerâmica, de bronze ou de pedra), de lâmpadas de vidro ou o recurso a formas mais comuns de iluminação, como é o caso da utilização de velas ou tochas. Porém, os elementos presentes neste conjunto justificam que se dediquem estas páginas aos candelabros.

O elemento de bronze em forma de campânula (Y736 do catálogo), também conhecida como “copa campaniforme”, corresponde ao tipo III de Pernice. Trata-se de um candelabro muito elaborado, geralmente composto por sete peças fabricadas separadamente por fusão em molde. A base correspondia aos pés tripodes com remates em forma de pés de felino, sobre o qual se apoiava um prato fixado por abraçadeira, dando depois lugar ao fuste. Sobre este era colocado o elemento que aqui se conserva e que permitia a colocação de um prato ou bandeja porta-lucernas.

Esta peça conserva o suporte do cálice, correspondendo ele próprio a uma campânula invertida. Está decorado em redor por pétalas de flor-de-lótus. O cálice é de grande dimensão, também ricamente ornamentado e decorado, cuja composição se distribui em três patamares distintos: o inferior, composto por folhas de acanto interligadas por pedúnculos; o intermédio, onde se encontra uma grinalda composta por vides que

rodeia a peça; o superior, onde se repetem as folhas de acanto, mas agora de diferentes espécies. O bordo é esvasado e está decorado com óvulos. Estes motivos são típicos de época de Augusto, iconografia que tem permitido situar estes elementos nas primeiras décadas do século I d. C., coincidindo com o auge das oficinas do sul de Itália (Pozo, 2022: 68).

A bandeja ou prato de candelabro (Y735 do catálogo) também pode corresponder a um elemento do tipo que antes descrevemos, ainda que seja mais difícil determinar a que modelo em concreto pertenceu. Vários elementos similares têm sido classificados quer como bandeja porta-lucernas, quer como bandeja inferior, localizada entre o tripé e o fuste (*vid. Pozo, 2022*). O facto de este prato não conservar qualquer perfuração central, que permitisse a introdução do fuste, obriga a ponderar tratar-se da bandeja porta-lucernas.

Esta peça é plana na parte inferior e decorada com protuberâncias concêntricas na parte superior. Em redor está decorada com óvulos em relevo. Este motivo iconográfico, semelhante aos que estão presentes no bordo da peça que descrevemos antes, obriga a ponderar que possam ter integrado o mesmo candelabro. Todavia, ainda que possa pertencer ao mesmo tipo, este mesmo elemento já foi documentado em candelabros de tipo “em forma de árvore” e figurativos (Macias Solé e Ramón Sariñena, 1994; Koppel, 2001; Pozo, 2022), que neste caso uma figura antropomórfica ou zoomórfica unia todos os elementos, incluído o porta-lucerna. Todos estes modelos de *candelabra* estão bem documentados nas cidades vesuvianas (Mau, 1908; Pernice, 1925; Conticello de Spagnolis e de Carolis, 1988), com uma cronologia da primeira metade do século I d.C.

Mais difícil é determinar com segurança a que mobiliário pertenceu o elemento em forma de pata de felino (Y734 do catálogo). Se para a bandeja porta-lucerna foi possível garantir, pelo menos, que corresponde a um elemento de um candelabro, neste caso a diversidade de aplicações onde se pode ter aplicado este artefacto é ainda mais diversificada. As duas possibilidades que consideramos mais prováveis são as de ter pertencido a mobiliário, e neste contexto a sua aplicação é igualmente diversa (arcas, baús, bancos, tripés, apenas para nomear alguns casos), ou a braseiros (Fig. 2).



Fig. 2 – Braseiro de bronze de Pompeia, descoberto na insula de Menandro (Allison, 2006: Plate 12, n.º 2).

As patas de mobiliário em forma de pata de felino tiveram um grande êxito em época romana, sobretudo durante os dois primeiros séculos após a viragem da Era. Por este motivo encontramos peças deste tipo em todo o Império que tiveram diversas aplicações (p.e. Boube-Piccot, 1975: pl. 184; Depuyrot, Feugère e Gauthier, 1986: 121, fig. 11a; Feugère, 2002: fig. 3; Nin, 2014: 157 fig. 198), ainda que a sua função foi sempre a mesma.

Esta peça apresenta os quatro dedos bem demarcados e as garras visíveis. A parte superior é mais ampla, para dar apoio ao recipiente ou mobiliário, convertendo-se os extremos em duas espirais pouco nítidas (volutas). A cada lado tem dois lóbulos em filamento. A peça, de cobre/bronze, foi obtida por molde e conserva na parte superior vestígios de solda, situação que permite supor que estava unido a um recipiente também brônzeo. Se juntamente com isso considerarmos que a peça acusa um diâmetro amplo para o recipiente a que estava unido, reforça-se a possibilidade de que tenha pertencido a um braseiro. Embora estes artefactos não sejam muito conhecidos, alguns exemplares de pompeia permitem ter uma ideia de como seriam, é o caso dos da insula de Menandro ou da de *Pinarius Cerialis* (Ciarallo, de Carolis e Barbet, 2001: 331, n.º 426; Allison, 2006: Pl. 111, n.º 1).

Situação bem distinta é a do incensário de chumbo que incluímos neste trabalho (Y744 do catálogo). Esta peça corresponde a um elemento de grande interesse, mas é simultaneamente de difícil interpretação e análise, situação que nos obriga a alguma cautela. A primeira conclusão que se impõe avançar é a de que se trata de um artefacto com uma cronologia distinta da das antes mencionadas, mais avançada no tempo, e que poderá situar-se entre os séculos V e VII d. C. Além de estarmos perante uma peça mais tardia, estamos, também, situados num âmbito social, cultural e político distinto.

Conquanto a peça esteja fabricada com um metal que não é o habitual, reparamos que claramente emula os incensários hexagonais tardios de bronze (Fig. 3), considerados bizantinos e para os quais já se mencionou que a influencia oriental e copta está patente também no reino visigótico (Palol, 1950). Com efeito, estes artefactos não são uma novidade na Hispânia (Almagro Gorbea, 1964-65: lám. VII, n.º Q2; Vizcaíno Sánchez, 2014: 2), sendo, contudo, atípica a sua fabricação com um metal que não era o habitual. A utilização do chumbo, neste caso, pode acusar tratar-se de uma produção não especializada correspondendo a uma imitação regional dos incensários hexagonais de bronze, que foram particularmente frequentes a partir do século V, mas sobretudo do VI d. C.



Fig. 3 – Incensário de bronze “de Almería” (Vizcaíno Sánchez, 2014: Lám. 1).

A presença de elementos de influência bizantina na parte oriental da Península Ibérica não representa atualmente qualquer dúvida, tendo sido ocupada entre os séculos VI e VII. Porém, na parte ocidental a mesma influência não se fez sentir com a mesma intensidade, estando atestada na zona da Andaluzia (Lopes, 1958-59: 134; Almeida, 1962: 25-38), mas correspondendo o Algarve a uma área marginal. Ainda assim, conhecidos artefactos que sugerem que também ao extremo sul português chegaram materiais com origem oriental.

A peça é de fabrico tosco, feita em molde, e conserva vestígios de dois ganchos de ferro na parte superior do bordo, que serviam para suspender o incensário. De um dos lados ostenta uma reparação caseira de colocação de um espigão, o que permite intuir que a determinado momento um dos elementos de suspensão se terá quebrado. Em cada uma das faces ostenta um busto masculino que se alterna com um busto feminino.

Todavia, tendo em conta que a peça está fabricada com um metal pouco resistente, não é possível averiguar de que personagens se trata. Ainda assim, nota-se que o busto masculino, de perfil e voltado para a direita do observador, está equipado com um capacete.

É frequente que estes incensários ostentem motivos estampados nas faces. Geralmente trata-se de motivos geométricos simples, como é o caso das circunferências, mas também se podem verificar motivos vegetalistas, zoomórficos e, mais raramente, bustos de apóstolos ou de Cristo e a Virgem Maria (é o caso do de prata depositado no British Museum, datado de início do século VII d. C., 1899,0425.3).

A classificação desta peça, portanto, depende sobretudo da morfologia e integra o grupo dos incensários coptas que se têm vindo a identificar, sobretudo no Norte de África, mas também na Europa (Vizcaíno Sánchez, 2014: 16). Ainda que se tenha sugerido a sua produção em Itália ou no Norte de África (Périn, 1992), não parece credível sugerir que o incensário algarvio corresponda a uma importação. Por outro lado, o desconhecimento de peças similares importadas na região impede conhecer o protótipo que lhe serviu como modelo.

Tampouco podemos esquecer que a presença deste tipo de peças no Algarve testifica a existência de mobiliário litúrgico e, portanto, de comunidades praticantes a partir do século IV (Almagro Gorbea, 1964: 192). Ademais, a forma hexagonal destes incensários não é inédita, sendo bem conhecidos os batistérios com a mesma morfologia, como é o caso do de Mértola (Lopes, 2015). Insistimos que a descoberta de elementos deste tipo em contexto pode engrossar o conhecimento que temos sobre a evolução desta religião.

Embora inicialmente o uso de incenso na liturgia não fosse bem-vista, devido à sua relação com o culto pagão, a partir de Constantino a sua utilização aumentou exponencialmente. Os incensários passaram a fazer parte do mobiliário litúrgico, utilizados para perfumar os espaços eclesiásticos e atuando como elementos de súplica, oração ou em honra de personalidades religiosas. A sua utilização na liturgia cristã está documentada também nos mosaicos de Ravena, onde aparece sendo balanceado por um bispo.

3. Em suma

Embora a utilização dos artefactos que se apresentam possa ter sido realizada em diversos contextos, não podemos deixar de lhes considerar uma função relacionada com “os cultos” na Antiguidade. Como foi mencionado, a ausência de contextos impede considerações mais concretas.

Apesar disso, a simples existência de elementos de candelabros romanos é prova suficiente de que em Portimão existiram casas romanas pertencentes a proprietários de elevado estatuto social e económico. Este mobiliário de luxo não era acessível a qualquer cidadão e tampouco é improvável que estivesse ao serviço do *lararium* da *domus*. O culto romano privado era uma parte essencial da vida cotidiana, integrando-se à estrutura familiar e social. Através de práticas e rituais domésticos, os romanos mantinham uma conexão constante com as divindades, cujas práticas refletem a importância da religião na identidade e na cultura romana, revelando uma civilização profundamente espiritual e devota.

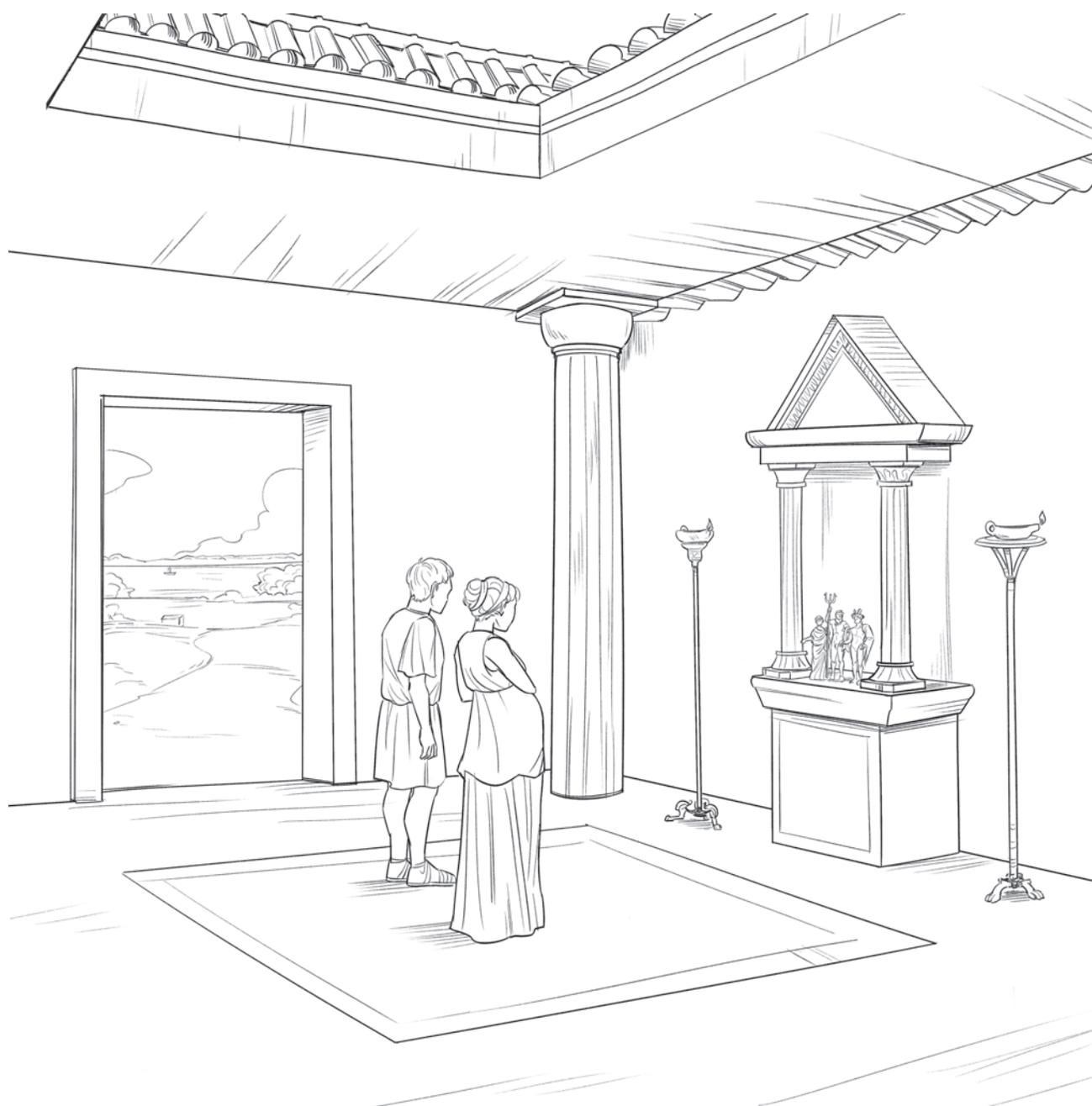
Da mesma forma, o culto público garantia a coesão social, integrando religião, política e sociedade. Através de rituais, festividades e instituições religiosas os romanos procuravam garantir a benevolência dos deuses e a prosperidade do Estado. Também estes eventos públicos podiam ser realizados à luz de candelabros de bronze, em edifícios próprios da comunidade

aquecidos com braseiros de grande dimensão, quando realizados em épocas frias.

A introdução do Cristianismo, mas sobretudo o seu desenvolvimento, ditou um profundo impacto na religião romana, marcando a transição de uma tradição religiosa politeísta e estatal para um monoteísmo institucionalizado. Essa transformação afetou todos os aspetos da vida romana, desde a política e a sociedade até a cultura e a espiritualidade. As anteriores práticas pagãs foram sendo substituídas pela liturgia cristã, buscando novas formas de representação e propaganda, mas sobretudo introduzindo novos mobiliários adaptados à nova religião.

Bibliografia

- Allison, P.M. (2006) – *The Insula of the Menander at Pompeii, vol. III. The finds, a contextual study*. Oxford: Oxford University Press.
- Almagro Gorbea, M. (1964) – “Un nuevo incensario de época visigoda hallado en Hispania”. *Ampurias*, 26-27: 181-201.
- Almeida, F. de (1962) – “Arte visigótica em Portugal”. *O Arqueólogo Português*, 2.ª Série, 4: 6-278.
- Andreu Pintado, J. (2012) – “Aspectos sociales del culto a las aguas en Hispania: las dedicaciones a las Nymphae.” In Bost, J.-P. (Ed.) – *L'eau: usages, risques et représentations dans le Sud-Ouest de la Gaule et le Nord de la Péninsule Ibérique de la fin de l'Age du fer à l'Antiquité Tardive (Ile s. a.C.-VIe s. p.C.)*. Pessac, Fédération Aquitania Publications: 333-348.
- Andreu Pintado, J. (2017) – “La sacralización del agua en Hispania romana: una perspectiva epigráfica”. In Peréx Agorreta, M.ª J.; Miró i Alaix, C. (Eds.) – *Vbi Aqvae Ibi Salvs. Aguas mineromedicinales, termas curativas y culto a las aguas en la Península Ibérica (desde la Protohistoria a la Tardoantigüedad)*. Madrid, UNED: 91-120.
- Bayet, J. (1984) – *La Religión Romana: Historia, Política y Psicología*. Madrid: Ediciones Cristiandad.
- Boube-Piccot, Chr. (1975) – *Les bronzes antiques du Maroc, II. Le mobilier*. Rabat: Musée des Antiquités.
- Ciarallo, A., de Carolis, E., Barbet, A. (2001) – *Pompéi, nature, sciences et techniques*. Paris: Electa.
- Conticello de Spagnolis, M., de Carolis, E. (1988) – *Le lucerne di bronzo di Ercolano e Pompei*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- Delgado Delgado, J. A. (2000) – *Sacerdocios y sacerdotes de la antigüedad clásica*. Madrid: Editorial del Roto.
- Depuyrot, G., Feugère, M., Gauthier, P. (1986) – “Prospections dans la moyenne et basse vallée de l'Hérault: monnaies et petits objets”. *Archéologie en Languedoc*, 1986: 113-163.
- Díez de Velasco Abellán, F. (1999) – “Religión provincial romana en la Península Ibérica: reflexiones teóricas y metodológicas”. In *Religión y magia en la Antigüedad* (Valencia, 1997). Valencia, Generalitat valenciana: 89-102.
- Fernández Ubiña, J. (1993) – “Espiritualidad pagana y cristiana en el mundo mediterráneo en el Bajo Imperio”. In Alganza Roldán, M.; Muñoz, F. A. (Eds.) – *Confluencia de culturas en el Mediterráneo*. Granada, Universidad de Granada: 57-78.
- Feugère, M. (2002) – “Une applique de brasero en bronze (F, Hérault)”. *Instrumentum*, 15: 20-21.
- Koppel, E. M. (2001) – “Figura de Bacus infant com a lampadòfor”. In García, M.; Macias, J.; Menchon, J.; Puche, J.; Ramón, E.; Remolà, J. (Eds.) – *La villa romana de La Llosa. 10 anys d'investigació arqueològica*. Cambrils, Ayuntamiento de Cambrils: 135-140.
- Liebeschuetz, J. H. (1979) – *Continuity and change in Roman religion*. Oxford: Oxford University Press.
- Lopes, F. (1958-1959) – “Do Algarve bizantino”. *Bracara Augusta*, 9-10: 126-136.
- Lopes, V. (2015) – “La Antigüedad tardía en Mértola (Portugal)”. *Onoba*, 3: 105-128.
- Macias Solé, J. M., Ramón Sariñena, E. (1994) – “La villa romana de la Llosa (Cambrils, Baix Camp)”. *Tribuna d'Arqueologia*, (1992-1993): 125-134.
- Marco Simón, F. (2021) – *Cvltvs Deorvm: La religión en la antigua Roma*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Mau, A. (1908) – *Pompeji in Leben und Kunst*. Leipzig: Verlag von Wilhelm Engelmann.
- Nin, N. (2014) (Dir.) – *Aix antique: une cité en Gaule du sud*. Aix-en-Provence: Silvana.
- Palol Salellas, P. de (1950) – “Los incensarios de Aubenya (Mallorca) y Lladó (Gerona)”. *Ampurias*, 12: 1-19.
- Pavón Torrejón, P. (2015) – “La mujer en la religión romana: entre la participación y la marginación”. In Ferrer Albelda, E.; Delgado, A. (Coords.) – *Hijas de Eva: mujeres y religión en la Antigüedad*. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla.
- Pérez Ruiz, Mª (2007-2008) – “El culto en la casa romana”. *AnMurcia*, 23-24: 199-229.
- Pérez Ruiz, Mª (2012) – “El valor del culto en el paisaje doméstico. El caso hispano”. *Antesteria*, 1: 241-253.
- Périn, P. (1992) – “À propos des vases de bronze “coptes” du VIIe siècle en Europe de l'Ouest: le pichet de Bardouille (Seine-Maritime)”. *Cahiers archéologiques*, 40-41: 35-50.
- Pernice, E. (1925) – *Die hellenistische Kunst in Pompeji, IV. Gefässe und Geräte aus bronze*. Leipzig: W. de Gruyter.
- Pozo, S. (2022) – “Candelabra, candeleros, lampadophoroi y linternas anti-guas de bronce halladas en Hispania”. *Mainake*, XL: 65-128.
- Vizcaíno Sánchez, J. (2014) – “El incensario bizantino “de Almería”. Consideraciones acerca de la importación de bronce “coptos” en la Hispania meridional durante la Antigüedad Tardía”. *Estudios bizantinos*, 2: 1-32.



Reconstituição de culto doméstico na qual se pode observar o *lararium* (altar) localizado no átrio da *domus*, ladeado por dois candelabros e decorado com estátuas de Neptuno, Mercúrio e Juno.

Y734

Pé de suporte de *candelabrum*

Liga de cobre

Época Romana

6,5 x 2,7 x 3,6cm 99gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Pé em forma de pata de felino, com quatro dedos bem demarcados e as garras visíveis. A parte superior é mais ampla para dar apoio ao recipiente ou mobiliário, convertendo-se os extremos em duas espirais pouco nítidas. A cada lado do pé tem dois lóbulos em filamento. A peça, de cobre/bronze, foi obtida por molde e conserva na parte superior vestígios de solda. Embora estes elementos fossem frequentes em diversas mobílias (arcas, baús, bancos, tripés, porta lucernas), não é improvável que estivesse soldado a uma base de candelabro ou de um braseiro. Atendendo à semelhança com um exemplar completo de Pompeia, não é improvável que corresponda a uma das três patas de um braseiro. Estes artefactos foram particularmente abundantes nos dois primeiros séculos após a viragem da Era.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 240, fig.14.

**Y735**

Prato de *candelabrum*

Liga de cobre

Época Romana

Ø15,9 x 1,1cm 572gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Prato circular, plano na parte inferior e decorado com protuberâncias concêntricas na parte superior. Em redor está decorado com óvulos em relevo. Este elemento faria parte de um porta-lucernas de maior dimensão e composição mais elaborada. Muitos destes artefactos, de menor dimensão que os candelabros, estavam constituídos por uma base maciça, eventualmente uma figura antropomórfica ou zoomórfica que unia todos os elementos e o prato onde se colocava a lucerna. As diferentes peças eram geralmente soldadas. Vários exemplos destes porta-lucernas foram recuperados em Pompeia.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 240, fig.14.

**Y736**

Cálice de *candelabrum*

Liga de cobre

Época Romana

Ø10,2 x 10cm 693gr

Praia Grande (Lagoa)

Frank Reinhardt

Elemento superior de candelabro de cobre/bronze, em forma de campânula e extensamente decorado com elementos vegetalistas, alguns estilizados. Fabricado em molde. A parte inferior conserva o encaixe e vestígios da solda que o unia ao fuste. Integrava um candelabro alto, constituído pelo cálice, fuste e base, não sendo improvável que incluísse também uma lucerna de cobre/bronze de tipologia própria que encaixava nesta peça.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 240, fig.14.



Y744

Incensário

Chumbo

Época Romana

6,9 x 5cm 549gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Incensário de chumbo com forma hexagonal. De fabrico tosco, conserva vestígios de dois ganchos de ferro no topo do bordo que serviam para suspender o recipiente. De um dos lados ostenta uma reparação caseira de colocação de um espigão, o que permite intuir que a determinado omento um dos elementos de suspensão se terá quebrado. Em cada uma das faces ostenta um busto masculino que se alterna com um busto feminino. Todavia, é difícil averiguar de que personagens se trata. O busto masculino está equipado com um capacete, está de perfil, voltado para a direita do observador.

Esta peça é claramente a uma imitação regional dos incensários hexagonais bizantinos, que começaram a ser frequentes a partir do século V, mas sobretudo do VI d.C. Geralmente estes artefactos ostentam nas faces motivos geométrico e, mais raramente, bustos de apóstolos ou de Cristo e a Virgem Maria. No caso da peça algarvia, desconhecemos se incluía a tampa, algo que parece improvável. Contrariamente aos exemplares de bronze, conserva apenas dois pontos de suspensão. O facto de esta peça estar fabricada com chumbo, corrobora um fabrico não especializado, facilitado por este metal ter um ponto de fusão mais baixo. As superfícies são toscas e conservam rebarbas do molde.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 241, fig.15.



Memórias sagradas na Idade do Ferro

Vera Teixeira de Freitas¹

O estuário do rio Arade constitui um eixo estruturante da ocupação humana, desde pelo menos a Idade do Ferro, articulando a navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Fonseca, Bettencourt, 2019). A ocupação sidé-rica registada no Cerro da Rocha Branca (Silves) (Gomes et al., 1986; Gomes, 1993), um povoado situado no estuário do Arade, num local que constituiria na Antiguidade uma península sobranceira ao rio, com boas condições portuárias e de controle do acesso ao interior algarvio, constitui um indicador do contributo deste rio na configuração do povoamento durante a Idade do Ferro. Neste local, instalou-se, pelo menos desde o século IV a.C., uma comunidade orientalizada, plenamente integrada nos circuitos comerciais da época, como nos revelam as importações de produtos manufaturados de origem mediterrânea, constatando-se, igualmente, a adoção de hábitos culturais presentes na área ocidental da atual Andaluzia (Arruda, 1999-2000: 53-56; 1997: 124-125; Sousa, Arruda, 2010).

Todavia, os testemunhos da presença humana durante a Idade do Ferro, na foz do rio Arade, são escassos, conhecendo-se sobretudo ânforas recolhidas nas areias provenientes do rio. Referimo-nos concretamente a uma ânfora púnico-ebusitana (Alves et al., 2001: fig.2, n.º 4) PE 13 (T-1.3.2.3), situada cronologicamente entre a segunda metade do século V e o século IV a.C., uma ânfora de tipo Tiñosa (T-8.1.1.2) (Diogo et al., 2000: 83 fig. 12) datada entre os séculos IV-III a.C., e por último uma Pellicer D (T-4.2.2.5) (Silva et al., 1987: 208-209, fig. 5), uma produção de meados do século III a.C. Contudo, apesar da sua escassez, a presença destas peças demonstra claramente a integração desta região na rede de contactos mediterrânicos existentes à época.

Outras peças de igual proveniência possuem um carácter singular, como é o caso do espeto de tipo Andaluz ou a estatueta representando um touro, remetendo, de igual forma, para a influência de elementos exógenos nas comunidades presentes na região. Os rituais de convivialidade onde estas peças participaram parecem ter funcionado como mecanismos de coesão da comunidade, sejam estes de cariz religioso, ideológico ou de afirmação de elementos de estatuto social destacado.

A deposição do espeto e da estatueta no leito do Arade poderá ter resultado de uma perda ocasional, não obstante, não podemos descartar a hipótese, dado o seu intrínseco valor ideológico, desta deposição resultar de um gesto intencional e por conseguinte de cariz ritual.

Bibliografia

- Alves, F.; Diogo, A.; Cardoso, J. (2001) – “Considerações sobre os dois grandes cepos de âncora em chumbo com alma de madeira, do séc. V-IV a.C., provenientes do ancoradouro natural da ilha Berlenga (Peniche) e sobre os achados de ânforas de “tipo púnico” em águas portuguesas”. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do Colóquio Intetnacional*. Lisboa: Universidade Aberta, 239-260.
- Arruda, A.M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.e.)*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.
- (1997) – “A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias”. *Xelb*, 7. Câmara Municipal de Silves, 115-130.
- Diogo, A.M. D.; Cardoso, J. P.; Reiner, F. (2000) – “Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º 2. Lisboa: IPA, 81-117.
- Fonseca, C.; Bettencourt, J. (2019) – “O Projecto *Um complexo portuário milenar no Barlavento Algarvio: a arqueologia do estuário do rio Arade*”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 22. Lisboa, 217-225.
- Silva, Carlos Tavares da; Coelho-Soares, Antónia; Soares, Joaquina (1987) – Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*, 3. Setúbal, 203-219.
- Gomes, M.V. (1993) – “O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)”. *Estudos Orientais – Os fenícios no território português*, vol. IV, Lisboa, 73-107.
- Gomes, M.V.; Gomes, R.V.; Beirão, C. (1986) – O Cerro da Rocha Branca (Silves). Resultados preliminares de três campanhas de escavações. In *Actas do 4º Congresso do Algarve*. Silves: Raca Club, 77-83.
- Ramón Torres, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Univ. Barcelona.
- Silva, A. T.; Coelho-Soares, A.; Soares, J. (1987) – “Notas sobre o material anfórico da foz do Arade (Portimão)”. *Setúbal Arqueológica*, VIII, 203-219.
- Sousa, E.; Arruda, A.M. (2010) – “A gaditanização do Algarve”. *Mainake*, XXXII(II), 951-974.

¹ DMP/Museu de Portimão – CMP.
vera.freitas@cm-portimao.pt



Reconstituição de banquete, onde se recorreria ao uso de um espeto. Destaque para a estatueta de um touro, um ex-voto.

C422

Espeto votivo
Liga de cobre
Idade do Ferro (séc. VII – III a.C.)
70,5 x 3,1 x 1cm 192gr
Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)
Manuel Martins

Espeto de tipo Andaluz, com a extremidade proximal em espátula, possuindo punho alongado de secção quadrangular e um estreitamento na zona mediana. As aletas laterais, semicirculares e achatadas, situam-se no arranque do estoque. Este último é achatado, de secção retangular, estreitando progressivamente para a extremidade distal, que termina em ponta. O seu achador relatou que, aquando da recolha da peça, esta encontrava-se dobrada pela zona central, não sendo possível verificar se esta situação resultaria das condições originais de depósito ou da ação mecânica da draga. O seu achador procedeu ao distender da peça.

Apesar de não se poder descartar a hipótese da sua presença no leito do rio Arade decorrer de uma perda ocasional, afigura-se como mais provável que tenha origem num depósito intencional, como parte de um ritual de cariz religioso ou de outra natureza. Gomes, M.V.; Cardoso, J.L.; Alves, F. (1995) – *Levantamento arqueológico do Algarve. Concelho de Lagoa*, Câmara Municipal de Lagoa, 64-65.



K190

Ex-voto representando um touro
Liga de cobre
Idade do Ferro (séc. V – IV a.C.)
12,6 x 5,15 x 7,3cm 573gr
Praia Grande (Lagoa)
José de Sousa

Estatueta de touro com a cabeça rebaixada em posição horizontal, no mesmo plano do dorso. Apresenta uma posição de movimento, com as patas esquerdas adiantadas relativamente às do lado direito. A cauda encontra-se em posição vertical. Denota-se o falo do touro, dobras no pescoço do animal, a meio do comprimento lateral do corpo (representado as costelas) e entre o nariz e os olhos. A escultura conta com uma base achatada onde repousam as patas e cauda, não apresentando vestígios de fratura ou de ligação a uma outra peça, o que inviabiliza a sua interpretação como parte de um *tymiaterion* (queimado/incensário). Corresponderá a um ex-voto, que eventualmente poderá ter funcionado como um objeto de substituição de uma oferenda real.

Delfino, D.; Cruz, A.; Sousa, J. (2016) – “Bos taurus – Uma estatueta encontrada nas águas do rio Arade (Portimão, Portugal)”. In *The horse and the bull in Prehistory and in History*, 176-185.

Machado, A.; Sousa, J. (2005) – “Projecto IPSIIS”. *Xelb*, 5, Câmara Municipal de Silves, 238, fig.9.



Memórias sagradas na Idade do Bronze Final

Rui Parreira¹

Nos inícios do primeiro milénio a.C., as cavidades naturais situadas junto às margens do rio, como Ibn Amar [CNS 340], ofereciam ambientes propícios à celebração de rituais. Foices com lâminas metálicas, como as do tipo Casal de Rocanes (K488) terão sido usadas para cortar plantas e manuseadas em atos litúrgicos por personagens a quem era dado protagonismo religioso. As fíbulas (Y814) eram usadas como elementos do traje e, simultaneamente, constituíam objetos de ostentação. Se não mesmo diretamente importadas de oficinas do Mediterrâneo central e oriental (p. ex. Sicília e Chipre) chegadas ao extremo Sudoeste europeu procedentes de intercâmbios com a região mediterrânica, seguiam modelos

que ali eram de uso corrente. Refletem afinal uma sociedade estratificada, na qual os mais notáveis intimidavam os restantes, pela força e pela coação ideológica, a reconhecer o seu poder e estatuto social destacado, articulada numa vasta rede de intercâmbios, a que não seria estranho o contacto com mercadores vindos diretamente do Oriente mediterrânico ou estabelecidos em assentamentos no litoral, atraídos pelo potencial produtivo do extremo Sudoeste, que, através de relações comerciais regulares, haveria de transformar mais profundamente o ambiente social e económico na primeira metade do 1.º milénio a.n.e.

Mas essa já é uma outra história.



Reconstituição de um ritual junto de uma gruta natural situada junto à margem do rio Arade, destacando-se a foice, usada para cortar plantas, manuseada por um membro da comunidade com protagonismo religioso.

¹ GAMP

K488

Foice

Liga de cobre

Idade do Bronze (séc. XII-IX a.C.)

10,9 x 3,1 x 0,7cm 47gr

Depósito de dragados de Ferragudo (Lagoa)

Frank Reinhardt

Foice do tipo Casal de Rocanes. Apresenta uma superfície com duas caneluras, sendo a outra lisa.

**Y814**

Fíbula de cotovelo

Liga de cobre

Idade do Bronze final (séc. XII-IX a.C)

>5,5 x 3,3 x 0,9cm 11gr

Praia da Angrinha (Lagoa)

Dieter Hohlne

Fíbula de cotovelo com ponte decorada com entalhes, fraturada no porta-fusilhão



